

***PAISAGEM, SISTEMA, LUGAR.  
SISTEMAS DE LUGARES NAS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE.***

AUTOR:  
***ANDRÉA REGO PEDROSA***

*DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM URBANISMO  
APRESENTADA À COORDENAÇÃO DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO*

ORIENTADORA:  
PROFESSORA DOUTORA  
***LÚCIA MARIA SÁ ANTUNES COSTA***

*RIO DE JANEIRO, 15 DE DEZEMBRO DE 2005  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FAÇULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO – PROURB*

**PAISAGEM, SISTEMA, LUGAR.  
SISTEMAS DE LUGARES NAS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE.**

ANDRÉA REGO PEDROSA

*DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM URBANISMO  
APRESENTADA À COORDENAÇÃO DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO – PROURB DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO,  
COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO  
GRAU DE MESTRE EM URBANISMO.*

APROVADO POR:

---

*PROFESSORA DRA. LUCIA MARIA SÁ ANTUNES COSTA  
(ORIENTADORA PROURB – FAU/UFRJ)*

---

*PROFESSOR DR. EUGENIO FERNANDES QUEIROGA  
(PUC-CAMPINAS/ FAUUSP)*

---

*PROFESSOR DR. CRISTÓVÃO FERNANDES DUARTE  
(PROURB – FAU/UFRJ)*

RIO DE JANEIRO, 15 DE DEZEMBRO DE 2005

---

P372      Pedrosa, Andrea de Almeida Rego,

PAISAGEM, SISTEMA, LUGAR: SISTEMAS DE LUGARES NAS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE/ ANDRÉA DE ALMEIDA REGO PEDROSA.  
Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2005, x, 221 f: il.; 30 cm.

Orientador: Lucia Maria Sá Antunes Costa

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROURB/ Programa de Pós- Graduação em Urbanismo, 2005.

Bibliografia: p.200 - 205.

1. Espaços públicos – Rio de Janeiro (RJ) 2. Praças públicas - Rio de Janeiro (RJ). 3. Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ). I. Lucia Maria Sá Antunes Costa. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 711.4098153

---

*Para os meus filhos, Antônio Pedro e Guilherme.*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Lúcia Costa, pelo acolhimento em seu grupo de pesquisa, despertando-me para o universo investigativo. Suas delicadas, porém precisas observações conduziram-me durante o processo de escrita da dissertação, para a absorção de um novo e enriquecedor aprendizado.

Agradeço à Lílian Fezzler Vaz, Mônica Bahia Schlee e Andréa Borde, que gentilmente atenderam às minhas solicitações de informações, contribuindo com empréstimo de material bibliográfico, e a Luciana Andrade, por apresentar o tema *espaço público* de forma inovadora na disciplina “Espaço Público e Favelas”. Agradeço também aos bolsistas Márcia Cristina Santos, Alice Oliveira, Ingrid Krause, Tatiana Domingos, Luciana Ezequiel e Yuri Torres, que me auxiliaram no desenvolvimento de desenhos, tabelas e imagens. A toda a equipe de professores e funcionários do PROURB, que me proporcionaram a oportunidade de reaproximação com os estudos sobre a paisagem urbana, através das disciplinas curriculares ministradas, das inúmeras palestras e da criação de novos laços com outros profissionais que atuam no campo do Paisagismo e Urbanismo.

Às equipes das bibliotecas e órgãos públicos, e em especial aos funcionários do Arquivo da Cidade e da Secretaria de Urbanismo, que gentilmente me auxiliaram no recolhimento dos dados iconográficos ou documentais. A Promáquinas Indústria e Comércio S.A. pelo fornecimento do combustível que viabilizou os meus longos passeios até a região de Campo Grande.

Àqueles entrevistados que disponibilizaram o seu tempo para responder as entrevistas, contribuindo com diferentes experiências e opiniões sobre o tema desse trabalho, a praça. Aos meus colegas da Fundação Parques e Jardins, que direta ou indiretamente me auxiliaram, através de incentivo, da troca de informações, ou da tolerância às minhas ausências, indispensáveis para a realização dessa pesquisa, que é, de certa forma, resultado dos questionamentos surgidos em nossas observações sobre os mais diversos aspectos que envolvem o cotidiano das praças.

Agradeço em especial a minha família; aos meus pais Archimedes e Maria Lucia que me acolheram em sua casa e me proporcionaram o carinho e o silêncio dos quais eu tanto necessitava no início deste projeto.

Ao meu querido André que fez tantas vezes um duplo papel, de pai e mãe, para que eu pudesse prosseguir neste projeto, e pela compreensão, o carinho, e as críticas construtivas que fez aos meus textos. E finalmente, aos meus filhos Antônio Pedro e Guilherme, pela surpreendente curiosidade que demonstraram em relação ao meu trabalho, e pela maturidade com a qual compartilharam esse breve e intenso tempo comigo.

PEDROSA, Andréa de Almeida Rego: Paisagem Sistema. Sistemas de Lugares nas Praças de Campo Grande. Rio de Janeiro; UFRJ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005. Dissertação de Mestrado em Urbanismo.

Este trabalho observa os sistemas de espaços livres públicos analisando a tipologia específica da praça pública, à medida que interpreta a paisagem como sistema e como domínio da cultura. Discutimos a relevância e a dinâmica da praça pública nas cidades contemporâneas, através da observação dos usos e apropriações em um conjunto de nove praças públicas de configuração similar, no bairro periférico de Campo Grande, no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisa reflete sobre o cotidiano dessas praças, observando as relações entre os indivíduos e o espaço, procurando desvendar sua transformação em locais significativos, com caráter, identidade e características distintas, ao mesmo tempo em que identifica a configuração de um sistema conectado, embasado nos usos de cada local, ao qual denominamos “*sistema de lugares*”.

PEDROSA, Andréa de Almeida Rego: Paisagem Sistema. Sistemas de Lugares nas Praças de Campo Grande. Rio de Janeiro; UFRJ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2005. Dissertação de Mestrado em Urbanismo.

This work deals with the open public space system analysing a specific typologie, the public square, while interprets the landscape as a system and as a cultural realm. We discuss the relevance and the dynamics of the public square in contemporary cities, noticing the uses and appropriations in nine similar areas, located in a periphery district called Campo Grande, in the suburbs of the city of Rio de Janeiro. This research reflects about the everyday life relationship among individuals and those squares, revealing its transformation in meaningful places, with character, identity and distinct features, meanwhile perceives a configuration of an interconnected system, based on local uses wich were named a “place system”.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>PAISAGEM, SISTEMA, LUGAR</b>	3
<b>AS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE</b>	5
<b>PERSPECTIVAS TEÓRICAS</b>	8
<b>METODOLOGIA</b>	12
<b>ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO</b>	18

### Capítulo 1

<b>ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS</b>	26
<b>INTRODUÇÃO</b>	27
<b>ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS</b>	27
<b>ENFOQUES E DIMENSÕES</b>	27
<b>A RECREAÇÃO NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS</b>	31
<b>TIPOLOGIAS EM ENFOQUES CONTEMPORÂNEOS</b>	38
<b>A PRAÇA</b>	40
<b>O LUGAR DA PRAÇA</b>	40
<b>OS ARQUÉTIPOS DAS PRAÇAS</b>	48
<b>SOBRE AS PRAÇAS NO RIO DE JANEIRO</b>	53
<b>SUMÁRIO</b>	58

### Capítulo 2

<b>CAMPO GRANDE</b>	59
<b>INTRODUÇÃO</b>	59
<b>PANORAMA HISTÓRICO</b>	61
<b>DAS SESMARIAS ÀS FAZENDAS</b>	61
<b>DAS FAZENDAS AOS LOTEAMENTOS</b>	68
<b>DADOS DO CAMPO GRANDE DE HOJE</b>	76
<b>PLANOS, PROJETOS E POLÍTICAS URBANAS</b>	84
<b>AS LEIS DE LOTEAMENTOS</b>	87
<b>PERFIL DA ÁREA DE ESTUDO</b>	89
<b>SUMÁRIO</b>	95

### Capítulo 3

<b>AS PRAÇAS</b>	96
<i>INTRODUÇÃO</i>	97
<b>PERFIL DOS USUÁRIOS</b>	97
<b>AUSÊNCIA FEMININA E INFANTIL</b>	107
<b>OBTENDO SEGURANÇA</b>	109
<b>OS NOMES DAS PRAÇAS</b>	112
<b>AS PRAÇAS</b>	116
<i>SUMÁRIO</i>	116

### Capítulo 4

<b>SISTEMAS DE LUGARES</b>	140
<i>INTRODUÇÃO</i>	141
<b>OS USOS E AS APROPRIAÇÕES</b>	141
<b>ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS</b>	142
<b>A QUESTÃO DA VEGETAÇÃO</b>	156
<b>SÍMBOLOS E MARCOS ESPACIAIS</b>	164
<b>CONTROLE E CONFLITOS</b>	178
<b>MONOTONIA, PADRONIZAÇÃO E MODELOS</b>	184
<b>SISTEMAS DE LUGARES</b>	187
<i>SUMÁRIO</i>	189

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	191
-----------------------------	-----

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	198
---------------------	-----

<b>ANEXOS</b>	205
---------------	-----

<i>ANEXO 1: DADOS SOBRE OS LOTEAMENTOS</i>	206
<i>ANEXO 2: FREQUÊNCIA A OUTRAS PRAÇAS</i>	208
<i>ANEXO 3: MODELO DE QUESTIONÁRIO</i>	211
<i>ANEXO 4: MODELO DE MAPA DE COMPORTAMENTO</i>	213
<i>ANEXO 5: ENTREVISTADOS E ROTEIRO DAS ENTREVISTAS</i>	214

*Uso a palavra para compor meus silêncios.  
Não gosto das palavras fatigadas de informar.*

*(...)*

*Dou respeito às coisas desimportantes  
E aos seres desimportantes.*

*Prezo a velocidade*

*Das tartarugas mais que a dos mísseis  
Tenho em mim esse atraso de nascença.*

*(...)*

*Tenho abundância de ser feliz por isso.*

*(...)*

*Sou um apanhador de desperdícios:  
Amo os restos como as boas moscas.*

*MANOEL DE BARROS.*

## ***INTRODUÇÃO***

*Normalmente, atribuímos existência aos espaços e às coisas,  
mas na realidade, sem nós, elas não existiriam.  
Pensar um espaço como existente, significa pensar em si próprio.*

FERNANDO FREITAS FUÃO.



## INTRODUÇÃO

*Paisagem, Sistema, Lugar <<*

MEINIG (1979) nos lembra que o significado de uma *paisagem* não é o mesmo para todas as pessoas; ela não é necessariamente resultado daquilo que está diante de nossos olhos, mas também do que pensamos a seu respeito. Ele argumenta que a maneira como a compreendemos, possibilita reconhecê-la e analisá-la de diversas formas: como exclusivo domínio da natureza ou habitat do ser humano; como artefato, problema ou ideologia; como fator de riqueza econômica; como um processo de acumulação histórica; como estética ou obra de arte, ou ainda, como um **sistema**<sup>1</sup>, onde o equilíbrio de inúmeros processos, tanto naturais como artificiais, interagem entre si, formando uma infinidade de redes e fluxos, em uma visão característica das ciências ecológicas. Nenhuma dessas formas de compreender a paisagem está necessariamente isolada; elas se interpenetram, originando novas formas de se compreendê-la.

LOW (2000, p.36) reconhece que os espaços são também produtos de um *sistema de relações sociais e econômicas*. O ambiente construído deve ser encarado como um conjunto de espaços, mais do que como uma coleção de objetos, porque tanto as relações entre as suas partes, como as relações dessas partes com os seres humanos, se tornam conjugadas dentro de um mesmo sistema. O estudo desse sistema nos permite compreender como se dão as relações entre economia, sociedade e cultura dentro da paisagem urbana. RAPOPORT (citado por LOW, 2000, p.48) enfatizou que o desenho da paisagem construída funciona também, como um *sistema de comunicação* que pode ser decodificado facilmente pelos seus usuários.

A visão sistemática da paisagem caracteriza a evolução de muitos estudos de paisagismo e urbanismo. ALEXANDER ET AL (1977, p.xiii) em *A Pattern Language*, nos mostrou um *sistema de estruturas urbanas*, forjado sobre padrões formais fundamentais articuláveis entre si. Esses padrões se desenvolvem em uma infinidade de escalas; desde a escala metropolitana até o interior de uma residência. Quando superpostos ou adaptados, possibilitam a elaboração de novas estruturas urbanas. Como fio condutor de sua linguagem de padrões está a percepção de que quaisquer elementos construídos não estão isolados no mundo, mas que também podem ter o poder de modificar o seu entorno e se autocorrigir, ao mesmo tempo em que tornam o mundo mais coerente e integrado. Com uma visão teórica menos estrutural, LYNCH (1981) reuniu critérios gerais

---

<sup>1</sup> "Sistema – 1. Conjunto de elementos entre os quais haja alguma relação. 2. Disposição das partes ou de elementos de um todo, coordenados entre si, e que formam uma estrutura organizada." Fonte: Dicionário Aurélio, Ed. Nova fronteira. RJ, 2000.

para uma “boa forma urbana”, embasados em valores e dimensões aplicáveis a qualquer entorno espacial, sugerindo que a combinação dos *sistemas de fluxos* das pessoas e das coisas, e os espaços adaptados para elas, determinariam uma espécie de “entorno de conduta”. Quando os fluxos e as coisas são recombinaados, podem dar lugar a novos universos, que por sua vez irão originar novos entornos de conduta.

SANTOS (2002, p.62,63) nos apresenta uma conceituação sobre o espaço geográfico, definindo-o como um conjunto de *fixos e fluxos*. Os elementos *fixos* em cada entorno permitem ações que modificam o próprio entorno; essas ações são os *fluxos*; resultado direto ou indireto das ações que se instalam nos *fixos*. O autor nos oferece uma segunda categoria de análise do espaço, desta vez, definindo-o como um conjunto indissociável de objetos e ações; o *sistema de objetos e de ações*. O sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações, e o sistema de ações leva a criação de novos objetos, ou permanece atuando sobre os objetos preexistentes. Nas constantes transformações do espaço, percebemos refletida, a dinâmica do sistema de objetos e ações.

De acordo com RELPH (1976) o conceito de *lugar*, abrange mais que sua aparência física, abarcando muitos significados; ele envolve a integração entre natureza e cultura; tem um componente histórico distinto, pode ser caracterizado por crenças humanas. Inúmeros atributos além destes transformam *lugar* em uma entidade única. *Lugar* também não pode ser visto como um fenômeno simples, pois abriga uma infinidade de sutilezas e significâncias tão variadas como as diferentes experiências e os diversos focos de propósitos ou intenções dos seres humanos. Lugar é também uma entidade única e diferenciada para cada um de nós. Lugares são também, interconectados por um *sistema de interações espaciais*; uma “estrutura de circulação”. Para NORBERG-SCHULTZ (1980) os seres humanos reconhecem e organizam o espaço como um *sistema de lugares*.

Poderíamos dizer que as estruturas físicas das paisagens podem ser apreendidas como a conjugação de diversos sistemas; os de espaços livres, dos espaços construídos, e dos espaços naturais. Ao longo do tempo estas estruturas sofrem inúmeras ações de transformação, reconhecíveis ou não, como os fluxos das coisas e das pessoas, das informações, das relações sociais e econômicas, e da cultura, configurando a dinâmica que SANTOS (2002) nos apresenta como “*sistemas de objetos e sistemas de ações*”. O que denominamos *sistemas de lugares* são resultado das interações entre os processos de transformação das estruturas, aliados aos atributos adquiridos de *lugar* e aos seus significados, refletidos no espaço.

Essa pesquisa trata do tema *Sistemas de Espaços Livres Públicos*, através de considerações sobre o cotidiano de um conjunto de praças, observadas como elementos inter-relacionados e integrados, os *Sistemas de Lugares*.

#### AS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE <<

*“Nossa paisagem humana é a nossa biografia não intencional, e todas as nossas saliências e cacoetes culturais, nossas qualidades comuns do dia-a-dia, estão lá para aqueles que souberem procurá-las”.<sup>2</sup>*

A observação dos espaços livres e edificados nos permite conhecer o caráter e a simbologia de uma cidade. Em sua configuração estão representadas as marcas culturais e históricas do seu desenvolvimento, das ideologias que atuaram em diferentes épocas e das práticas sociais dos seus cidadãos.

O Rio de Janeiro é uma cidade na qual a relação estabelecida através dos anos entre os seus habitantes e a esplendorosa natureza que a cerca, está exposta e evidente nos seus espaços livres. Qualquer exposição sobre a cidade sempre procura exibir um panorama aéreo, o que parece redimi-la de quaisquer circunstâncias desfavoráveis, as quais não queiramos dar conhecimento, tal a sua avassaladora beleza quando apreciada à distância. Esse trabalho, não pretende ver a cidade do alto, pelo contrário. Não tem a intenção de fazer uma tomada aérea mostrando a exuberância natural carioca, explorando suas paisagens. Pretende dirigir o olhar para longe, para um lugar aparentemente pouco importante, para uma periferia. Ele está direcionado a uma região distante, quase uma outra cidade dentro desta cidade; o bairro de Campo Grande.

Essa pesquisa observa o sistema de espaços livres públicos cariocas, na forma de uma tipologia específica; a praça pública suburbana, periférica, que segue um modelo projetual padronizado e destina-se a princípio, à recreação de uma camada populacional que não tem um repertório de escolhas amplo em relação ao lazer. Este trabalho tem a intenção de provocar questionamentos sobre a qualidade urbana desses espaços, compreendendo os contextos que lhes dão origem, seu vocabulário gráfico, e a vida pública que neles ocorre. Também questiona a sua validade como equipamento de lazer e a sua importância na configuração da paisagem urbana carioca. Através da utilização

---

<sup>2</sup> LEWIS, P. F. 1979, p.13, *Axioms for Reading the Landscape*, In: The Interpretation of Ordinary Landscapes, 1979, Oxford University Press, New York.

de métodos que observam as praças como equipamentos de vizinhança e de uma estreita aproximação com os seus freqüentadores, procuramos destacar do cotidiano, os valores, desejos e necessidades de quem as utiliza, e a integração ente os espaços.

As praças públicas objeto desta pesquisa, foram projetadas por técnicos da administração municipal, tendo sido construídas pelo poder público ou por empreiteiras terceirizadas, sobre áreas destinadas ao lazer, em loteamentos residenciais regidos pelas leis de uso e parcelamento do solo urbano. Elas têm como características mais importantes, além de sua proximidade geográfica, a similaridade funcional e morfológica, a alternância de períodos de uso intensivo com os de grande ociosidade, e uma oscilante manutenção.

Construídas ou reformadas quase todas durante a mesma gestão política, essas praças públicas foram implementadas em bloco para atender antigas demandas da população, aproveitando a temporada do pleito eleitoral. Elas seguem o mesmo padrão monolítico para equipamentos urbanos voltados às classes de média-baixa renda. O desenho e os equipamentos existentes estão relacionados a recursos projetuais empregados a partir da introdução do traçado modernista ao paisagismo brasileiro, e das padronizações derivadas dos sistemas de recreação. Como as praças desta pesquisa resultam das obrigatoriedades contidas nas leis de loteamentos, elas não têm uma localização que obedeça a uma lógica de conjunto, já que as determinações das leis não asseguram a sua boa distribuição. Assim, algumas praças têm distância de apenas uma quadra, embora pertençam a loteamentos diferentes, enquanto outras áreas mais extensas não possuem nenhuma praça.

Esses tipos de praças têm sido implantadas em regiões em processo de desenvolvimento urbano, e se multiplicado nos novos loteamentos e subúrbios periféricos, caracterizando a paisagem da Zona Oeste. No entanto, à margem da pobreza estilística e das limitações do seu traçado, elas mascaram e abrigam uma riqueza enorme e variada de usos e possibilidades, derivadas das intenções criadas pelos seus usuários. Os habitantes do entorno, ao se apropriarem dessas praças genéricas, lhes imprimem identidade, modificando-as de acordo com os seus recursos sociais e culturais. Por essas razões as praças se tornam um instigante objeto de investigação.

Esse estudo visa compreender um sistema de objetos e de ações - as praças do bairro de Campo Grande - percebido como articulação entre poder público e sociedade, condicionando sua própria existência e perpetuando a forma como ocorrem essas ações (SANTOS, 2002). Estudamos uma tipologia freqüente dentro do sistema de espaços livres

públicos da nossa realidade urbana, com uma análise específica na vivência e experiência cotidiana dos seus usuários. Esse é um estudo sobre a paisagem cultural, compreendida como resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural (CORRÊA E ROSENDAHL, 1998) e diante da qual, os seres humanos vão estabelecer e encontrar a sua identidade, criar seus laços sociais e extrair seus significados culturais (GROTH, 1997).

Um argumento contrário ao estudo dessas praças poderia ser o de que elas são um objeto pouco interessante de investigação, devido à sua pobreza estilística e desimportância como monumento artístico, histórico, ou arquitetônico. Em oposição a esse argumento, buscamos configurar um arcabouço teórico que contemplasse estudos contemporâneos sobre a paisagem cultural e os seus paradigmas.

*“As paisagens cotidianas, comuns, são importantes e merecedoras de estudo. No cerne dos estudos sobre a paisagem cultural está uma questão simples e direta: Como nós podemos compreender melhor o ambiente cotidiano como vital para o significado cultural e a experiência ambiental? Uma palavra crítica nesta formulação é comum. A experiência diária é essencial para a formação dos significados humanos. Quando somente monumentos ou o design de alto-estilo são tomados seriamente, o ambiente diário passa a ser encarado superficialmente ou desvalorizado”.*

Paul Groth<sup>3</sup>.

As praças selecionadas para o desenvolvimento desta pesquisa são, sobretudo, um conjunto de objetos físicos e relações humanas; elas são um genuíno produto de forças sociais e políticas, algumas vezes antagônicas e que se retroalimentam, adquirindo um valor de uso e de troca, principalmente de trocas políticas. As praças de Campo Grande são fruto de ações e gestos repetitivos, são espaços produzidos e reproduzíveis (LEFEBVRE 1991, p.71). Mas a despeito de serem um produto, percebemos a formação da individualidade de cada espaço, o desenvolvimento de conexões, e a sua transformação em *lugares*.

Este trabalho surgiu do desejo de encontrar respostas para a necessidade relativa à criação e ao consumo dos espaços livres públicos contemporâneos; como valorizá-los e construí-los a partir da interação direta com seus usuários, e quais seriam as limitações que rondam esses processos. Estes questionamentos surgiram a partir da minha experiência profissional diária como parte da “engrenagem” da máquina pública, da necessidade de compreender as complexas e interdisciplinares relações urbanas, além das principais expectativas daqueles que utilizam cotidianamente os espaços livres

---

<sup>3</sup> In: Frameworks for Cultural Landscape Study, 1997, p.3.

públicos da cidade do Rio de Janeiro. Para obter respostas a esses questionamentos, buscamos estruturar um arcabouço teórico embasado em pressupostos que enfocam a paisagem como um sistema dinâmico, englobando tanto as estruturas físicas que a compõem, como as ações que sobre ela incidem; e do entendimento dos significados simbólicos da paisagem como reflexos da cultura de um grupo atuando ao longo do tempo sobre um lugar (CORREA & ROSHENDAL, 1997; SANTOS, 2002).

### *PERSPECTIVAS TEÓRICAS <<*

O caráter multidisciplinar que envolve estudos contemporâneos sobre espaços livres públicos, aliados à compreensão sistemática da paisagem, têm ao longo das últimas décadas, direcionado os enfoques teóricos e práticos das suas diversas questões. Alguns enfoques têm mostrado ênfase nas questões ambientais, na história urbana, na morfologia, nas funções e usos, e na percepção ambiental. Inúmeros estudos trazem à tona as práticas sociais cotidianas, os significados e os valores dos lugares, aperfeiçoando métodos para a observação e o entendimento de questões interligadas a cultura e a simbologia; outros estudos tentam desvendar questões práticas e de gestão dos espaços livres públicos na observação direta dos fatos cotidianos e seus suportes, em atendimento às necessidades básicas dos seres humanos.

O arcabouço teórico desta pesquisa está embasado no entendimento de que a paisagem cultural das praças públicas de Campo Grande resulta de uma composição que engloba dentro de um mesmo sistema os processos culturais, sociais, econômicos e políticos que lhes dão origem, atuando sobre as estruturas físicas da paisagem. Esse pressuposto está articulado a estudos que observam os usos, as apropriações e os significados simbólicos dos espaços livres públicos, em associação com a historiografia referente ao bairro de Campo Grande.

COSGROVE (1998, p. 111) nos oferece uma forma de leitura do simbolismo das paisagens, adotando uma perspectiva da cultura como expressão do poder. Ele argumenta que as paisagens podem ser classificadas como aquelas da cultura dominante, ou das culturas alternativas. As paisagens da cultura dominante seriam aquelas que representam o poder cultural de um grupo sobre outros; poder esse, derivado da possibilidade de exercer o controle dos meios de vida e dos excedentes sociais produzidos por uma comunidade. A paisagem da cultura dominante pode se

comunicar através da própria cultura; ou se expressar através do desenho das paisagens, ou dos seus usos e celebrações rituais. Como exemplo, o autor cita a contraposição entre o geometrismo da paisagem construída, representando o domínio da razão humana, sobre as formas orgânicas da natureza.

De acordo com COSGROVE (1998) as paisagens da cultura alternativa podem ser residuais, emergentes ou excluídas. As residuais são os fragmentos de lugares outrora simbólicos em outras épocas ou culturas, cujo significado foi modificado ou ainda está para ser descoberto; as emergentes são muitas vezes representações de utopias transitórias; e as excluídas, são aquelas não incorporadas pela sociedade ao contexto das paisagens relevantes. Essa conceituação teórica é pertinente para esta pesquisa, desde que as praças públicas de Campo Grande podem ser entendidas como uma sobreposição dessas paisagens simbólicas. Elas podem ser consideradas como da cultura dominante, com a sua racionalidade e padronização impostas verticalmente pelo poder público sobre uma população com um menor poder de barganha econômico. As praças podem também ser observadas como paisagens *residuais*, já que geralmente são instaladas nos locais menos favoráveis dos loteamentos e imagina-se que elas não guardam mais nenhuma similaridade com os considerados valores e significados *originais* das praças. Essas praças também são, certamente, paisagens *excluídas*, já que não estão voltadas às particularidades femininas, conforme veremos adiante, no Capítulo 3; e porque depois de implantadas, quase sempre se tornam paisagens esquecidas pela administração municipal, em contraste com outras áreas da cidade, como na Zona Sul, por exemplo, para as quais recursos ou alternativas para gestão de espaços livres são sempre previstos ou estão em discussão.

Jacobs (2003), foi na década de 60, uma crítica ferrenha aos princípios do planejamento urbano funcionalista, dos quais em parte, resultam as configurações físicas e os recursos projetuais das praças públicas investigadas. Por isso, buscamos seus parâmetros críticos e ponderações a respeito das ruas e dos parques de bairro novaiorquinos, que mesmo distantes no tempo, ainda permanecem atuais e aplicáveis, principalmente no que se refere à padronização do desenho urbano, à diversidade tipológica dos espaços livres públicos e as razões da vitalidade de um lugar. Para Jacobs (2003) a simples reprodução ilimitada de áreas verdes urbanas tornou-se uma panacéia, se apartada da sua qualidade. Assim como Jacobs, para nós, a pura e simples implantação de praças públicas não basta; é imprescindível que esteja acompanhada de uma visão qualitativa e sistêmica dos espaços.

No Brasil, estudos como o de Costa (1993) sobre o Parque do Flamengo fizeram uso de uma perspectiva qualitativa para a compreensão dos significados dos parques urbanos para os seus usuários e para a cidade, explorando os valores sociais e culturais refletidos nas formas de apropriação do espaço. A abordagem multidisciplinar e inovadora deste estudo se encontra na compreensão da paisagem como produto da ação da cultura, e do exame da experiência que os indivíduos têm no lugar. Low (2000) conduz essa mesma perspectiva de forma a localizar as relações e as práticas sociais no espaço construído das plazas latino-americanas, e como essas práticas comunicam significados através da experiência e de seus símbolos, sintetizadas em um conceito denominado por ela como a “espacialização da cultura”. Para Low (2000) o espaço não é neutro; ele é produzido e reproduzido como um sítio para lutas sociais, políticas e econômicas. Assim como Costa (1993), e Low (2000), adotamos a perspectiva qualitativa para a compreensão dos significados, símbolos e valores dos espaços, concretizando essa ótica através do exame das experiências dos indivíduos nas praças públicas de Campo Grande. Acreditamos como LOW (2000) que as praças são um território revelador dos embates políticos e econômicos urbanos e que o seu desenho traz a marca desses processos.

Os estudos de LYNCH (1989) foram um dos primeiros a observar critérios sensíveis, como indispensáveis para aperfeiçoar a qualidade do meio urbano. Os critérios de seu estudo deveriam agir agregados a soluções físicas concretas e só poderiam ter êxito se associados a sua eficiência, e a sua distribuição justa e universal. A *vitalidade*, ou o atendimento dos requisitos básicos biológicos dos seres humanos; o *sentido*, ou grau de percepção e estruturação mental dos habitantes de um lugar; a *adequação* do espaço às atividades que abriga; e o acesso e o *controle* do espaço pelos seus diversos agentes; são parâmetros tanto implícitos como explícitos utilizados nas análises das praças deste estudo.

Através de observações diretas das apropriações e de uma metodologia de aproximação com o usuário, WHYTE (1980) trouxe uma contribuição prática e metodológica para esta pesquisa que vai além das reflexões críticas. As conclusões sobre as razões que tornam um local pleno (ou não) de vitalidade em seu estudo sobre os espaços públicos de Nova York passaram pelas análises de campo dos vários componentes estruturais que deliberaram para o seu sucesso. A metodologia de observação de usos de Whyte funcionou como uma forte referência para este trabalho, principalmente no que se refere às análises dos equipamentos das praças.



CARR ET AL (1992), discípulos de LYNCH, fizeram um estudo sobre os espaços livres públicos norte-americanos e europeus, buscando os parâmetros mais valorizados pelos indivíduos, conjugados às necessidades, direitos e conexões com o espaço. Mais pragmático que LYNCH, esse trabalho se dirige àqueles que lidam com os espaços públicos diretamente, e fornecem subsídios para o aperfeiçoamento dos processos de desenho e gestão. Com o mesmo objetivo, MARCUS ET AL (1998) analisam diversos estudos de casos detalhadamente, cujas categorias de análise estão organizadas sempre sob a padronização de determinados critérios. Para tipologias norte-americanas como praças, plazas corporativas, parques de vizinhança e pocket parks, entre outras, são fornecidas diretrizes e recomendações para o desenho. Para esta pesquisa, os estudos de caso relacionados aos parques de vizinhança serviram como referência, já que nossas praças públicas são tipologias similares a esses parques, ressalvadas as diferenças culturais e formais. Ambos os autores contribuíram para as análises de ordem prática e objetiva sobre os usos das praças, e na categorização dos itens, resultando em uma tabela-síntese, inserida no final do Capítulo 3.

Tanto LYNCH (1989) como GOMES (2000) fazem uma abordagem sobre o controle do espaço, um dos temas que se destacaram nas observações dos usos das praças. LYNCH (1989) nos apresenta alguns condicionantes deste controle que se tornaram referência para este estudo. Já GOMES (2000) aplica os conceitos de cidadania ao espaço público carioca, traçando um paralelo entre cidadão e usuário; procurando desvendar no suporte físico-espacial as modificações nas expressões de cidadania. Ele alega que as restrições ao controle e ao acesso ao espaço público urbano nas cidades brasileiras refletem essas mudanças. Nas praças, essas restrições empreendidas pelos próprios usuários, são conseqüências da ausência do poder público. Desta forma, a disputa pelo controle pode resultar em um funcionamento harmônico do espaço ou na imposição de regras de determinados grupos sobre outros, conforme será discutido no Capítulo 4.

QUEIROGA (2003,2004) estabelece um paralelo entre as razões sistêmicas (praticadas a nível global e seus reflexos na escala da megalópole brasileira) e comunicativas ou inter-subjetivas (aquelas do mundo vivido, na escala do espaço da praça) de Habermas; com as teorias de espaço do geógrafo MILTON SANTOS (1994, 1996), que estrutura o espaço concreto como resultado de um sistema de objetos e de ações. Propõe configurar diferentes escalas de análise dos espaços livres públicos e das praças, cujas contradições e permanência devem ser compreendidas através da abordagem em uma escala global, megalopolitana, levando em consideração também as dimensões locais, ou o que denomina “níveis pessoais de apropriação do lugar”. Dessa forma, isto é,

através da observação em diferentes escalas e contextos, e da leitura profunda do lugar no próprio lugar, desenhos de praças mais sensíveis podem ser criados. As considerações de Queiroga, contrapondo a megalópole globalizada e o lugar da praça, contribuíram para construção das nossas abordagens sobre a relevância das praças públicas nas periferias das cidades contemporâneas brasileiras, assim como as nossas análises em diferentes escalas sobre este conjunto de praças; desde as ações históricas que impulsionaram a partilha das terras, até os usos e as apropriações no lugar.

As orientações e as argumentações dessa pesquisa decorrem da associação de estudos teóricos e práticos sobre os espaços livres públicos, acima abordados. Os teóricos destacam críticas à arquitetura funcionalista, estudam os significados da paisagem através dos valores humanos associados aos entornos urbanos, e procuram compreender as manifestações da cultura e das práticas sociais sobre a paisagem. Os estudos práticos observam as transformações das paisagens empreendidas através das apropriações e apresentam categorizações metodológicas e tipológicas de análise. Não se pretende, porém, classificar os estudos referenciados como teóricos ou práticos, distinção efetuada neste parágrafo apenas para efeito de estruturação da abordagem teórica da pesquisa.

#### *METODOLOGIA <<*

Dois princípios básicos foram eleitos para a confecção desta pesquisa; o primeiro seria a interpretação da paisagem cultural do bairro de Campo Grande sob um ponto de vista global e sistemático (CARNEIRO & MESQUITA, 2000; TELLES, 1997) e o segundo seria uma estreita aproximação com as pessoas que freqüentam as praças públicas do bairro, com o objetivo de investigar e identificar os significados, os valores latentes, seus desejos e necessidades com relação aos espaços (APUR, 1981; COSTA, 1993). Esses dois princípios permearam os métodos de pesquisa utilizados durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

LEGATES (2003) nos diz que as melhores pesquisas realizadas em estudos contemporâneos sobre as questões urbanas freqüentemente combinam dois métodos: o quantitativo e o qualitativo. Os métodos quantitativos são aqueles que geralmente envolvem a análise de dados usando técnicas estatísticas. Os métodos qualitativos pretendem possibilitar uma abordagem mais ampla da percepção que os indivíduos têm

dos locais nos quais habitam. Esses métodos conjugados trabalham para a obtenção das respostas às questões que se quer esclarecer nos espaços públicos. Para o desenvolvimento dessa pesquisa também se optou pela combinação de métodos quantitativos e qualitativos (COSTA, 1993; CARNEIRO & MESQUITA, 2000; VIERA, M. 2001; LOW, 2000).

A organização norte-americana Project for Public Spaces<sup>4</sup> - PPS (2002) apresenta alguns métodos para coletas de informações destacados de um universo que acredita ser “tão variado como os próprios espaços públicos”. Esses métodos estão agrupados em técnicas de observação no sítio da pesquisa e técnicas de avaliação da percepção humana do espaço. No primeiro grupo estariam os mapas de comportamento e a avaliação de fluxos e evidências físicas. No segundo grupo estariam as entrevistas e os questionários. Este trabalho fez uso de algumas dessas técnicas, coletando dados em campo na primeira fase, através da aplicação de questionários e de mapas de usos e comportamentos, e da observação de evidências físicas. Posteriormente, foram feitas entrevistas com usuários e com os envolvidos nos diversos níveis de confecção, implantação e gestão das praças públicas de Campo Grande. Cada visita as praças foi registrada em diários de campo (LOW, 2000; VIEIRA, M. 2001) que passaram a existir como relatos complementares à pesquisa.

Os questionários tiveram como objetivo buscar dados estatísticos, ao lado de dados como preferências e valores comuns à maioria. A intenção foi configurar o perfil dos frequentadores das praças, distinguindo desde características sócio-econômicas, faixa etária e gênero; até a sua origem, modalidades de acesso, frequência e permanência<sup>5</sup>. Ao todo foram aplicados noventa e seis questionários entre os meses de agosto e dezembro de 2004, durante quinze visitas a nove praças do bairro. A maior parte das visitas foi feita nos finais de semana, em horários variados, quando a frequência aumentava de forma considerável, e antes do verão. A aplicação dos questionários também originou algumas conversas informais com a população, todas elas devidamente registradas, contribuindo com novos dados qualitativos.

Os questionários foram construídos a partir de modelos pré-existentes extraídos de pesquisas de campo similares (VIEIRA, 2001; COSTA, 1993; FREITAS, 2000), ou da metodologia oferecida pela bibliografia (MARCUS & FRANCIS, 1998; CARR ET AL, 1992, PPS, 2000). A estrutura principal do questionário foi sofrendo adaptações, à medida que as limitações sócio-econômicas e a capacidade de receber estímulos e produzir

---

<sup>4</sup> PPS, Project for Public Spaces, fundada no ano de 1975, é uma organização com base em Nova York, não lucrativa, que oferece assistência técnica para pesquisa, educação, planejamento e desenho de espaços livres públicos. O trabalho que tornou a organização internacionalmente conhecida é o de William H. Whyte – *The Social Life of Public Spaces* (ver bibliografia).

<sup>5</sup> Ver Anexos 3 e 4, modelo de questionário e mapa de comportamento.

respostas da população se descortinavam. Todos os questionários foram aplicados em campo pela própria pesquisadora.

Paralelamente, foi feita uma pesquisa documental e iconográfica para o levantamento de dados sobre a região estudada, que incluiu a coleta de dados cadastrais, levantamento fotográfico e pesquisas em arquivos e em projetos existentes em órgãos públicos municipais.

Algumas dificuldades tornaram o trabalho mais complicado à medida que a pesquisa de campo avançava, reconduzindo a uma reavaliação das dimensões desta investigação. O clima despontou como uma das primeiras complicações, seguido da segurança. Os horários de frequência costumam se restringir à medida que o dia se torna mais quente, e se o calor é excessivo a população não vai às praças. Geralmente a população as frequenta de manhã bem cedo ou no final da tarde. Nos finais de semana a extensão do tempo de permanência se estende um pouco mais, possibilitando melhores descobertas – assim, depois de certo período, as visitas foram deslocadas para os sábados e domingos.

Os mapas de usos e comportamento foram feitos na mesma ocasião que os questionários. Os mapas tiveram como objetivo principal contabilizar e localizar os grupos de indivíduos, caracterizando os usos, as atividades mais praticadas e os locais mais utilizados nas praças. Os mapas foram feitos em dias e horários variados, e os dados, registrados sobre tabelas, ou em croquis feitos no próprio local, sobre base cadastral digitalizada do município.

Registros fotográficos foram utilizados como ferramenta auxiliar durante toda a pesquisa de campo, com a intenção de desvendar por meio de imagens, as características físicas, os objetos e símbolos, as atividades mais praticadas, as apropriações e os inúmeros acontecimentos que praças públicas como as de Campo Grande poderiam comportar. Os registros foram feitos sob diferentes ângulos e também em diferentes dias e horários da semana; tanto em dias ensolarados, como em dias nublados ou chuvosos. Conforme relatado por LOW (2000), durante a pesquisa, a presença da câmera fotográfica também forneceu a muitas pessoas a desculpa que necessitavam para uma primeira abordagem com o intuito de conversar com o pesquisador. A observação de evidências físicas pretendeu, através de traços como marcas, caminhos, restos ou lixo, destacar situações e hábitos incomuns não imediatamente percebidos, e que poderiam sugerir, a presença ou a ausência de determinado tipo de equipamento, desenho, ou procedimento no local.

Entrevistas informais semi-estruturadas foram feitas individualmente com dois grupos distintos; representantes de usuários (políticos) e das associações de bairro e profissionais-chave (representantes técnicos e gestores) da administração pública (COSTA, 1993). As entrevistas possuíam um roteiro de tópicos pré-estabelecido, mas com pequenas variações de acordo com o grupo entrevistado. O que se desejava era apenas conduzir os temas deixando o entrevistado, porém, desenvolver livremente as suas respostas. Ao todo foram feitas 6 entrevistas, com duração média de uma hora, transcritas integralmente, das quais foram destacados alguns pequenos trechos, utilizados para explicitar algumas observações da pesquisa (Ver Anexo 5).

Inicialmente, pretendia-se investigar todas as praças públicas, existentes ao sul da via férrea do bairro de Campo Grande<sup>6</sup>. Essa tarefa, entretanto, logo demonstrou ser demasiado complexa devido ao tempo que seria necessário despender para cumpri-la. A opção foi então, a de tentar reduzir este universo para um número máximo de dez praças públicas, próximas umas das outras, para tornar factível o trabalho de campo. A redução de área pareceu a mais adequada para viabilizar as tentativas de descobrir algum tipo de inter-relação e integração entre as praças, além de permitir observações mais precisas e detalhadas, resultando na ampliação da qualidade da pesquisa.

O segundo passo foi escolher as dez praças a investigar, através da observação da distribuição e da concentração das praças em mapas cadastrais. O bairro de Campo Grande é recortado por importantes e extensos eixos viários, como a Av. Brasil e a Estrada de Ferro que praticamente o seccionam em três faixas. Na região mais ao Sul da Estrada de Ferro, a malha urbanizada encontra-se contida entre a ferrovia e os acidentes naturais, e vai se tornando rarefeita nas proximidades do Parque Estadual da Pedra Branca. Foi então destacado um polígono entre a estação central ferroviária e o parque, delimitado por duas longas estradas, cujas praças se apresentaram relativamente próximas umas das outras. Na terceira etapa, foi feita uma visita ao local, que logo confirmou esta área, escolhida de forma empírica em mapas, como o recorte espacial possível para o desenvolvimento deste estudo [fig.1 e 2].

Durante o trabalho de campo, procurou-se também detectar espaços potenciais de uso público, como aquelas áreas utilizadas como campos de futebol, terrenos particulares abandonados, ou locais de potencial interesse paisagístico, já que a região está próxima

---

<sup>6</sup> Nos cadastros do município do Rio de Janeiro, existem aproximadamente 45 praças públicas ao sul da linha férrea. Estima-se um total de 232 praças na Região Administrativa de Campo Grande, e 2000 em toda a cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Fundação Parques e Jardins, 2003.

do Parque Estadual da Pedra Branca (CARNEIRO & MESQUITA, 2000). A existência de espaços livres potenciais na cidade de Recife conforme observado por CARNEIRO & MESQUITA (2000) evidencia a criatividade popular expressa na apropriação de terrenos vazios para o lazer. Em Campo Grande, foram encontrados alguns terrenos baldios ou abandonados, apropriados pela população para jogos de futebol, mas locais com potencial interesse paisagístico, sob o ponto de vista da vegetação, nesse polígono, não existem mais.

Uma das propostas foi avaliar qualitativa e quantitativamente as áreas de praças, através de uma zona teórica de atração, à semelhança da metodologia empregada no trabalho efetuado pela APUR (1989) para a cidade de Paris, que hierarquizou as “áreas verdes” (praças, parques ou jardins) sob a ótica reverberada de alcance à vizinhança, à cidade e a região metropolitana. O trabalho francês apresenta tanto o quantitativo de habitantes atendidos como os não atendidos em cada área, o que significa caminhar além do simples quantitativo de áreas verdes por número de habitantes de uma cidade<sup>7</sup>; índice superficial que não é capaz sozinho, de expressar a real relação população - espaços livres. Neste trabalho não foi possível fazer o mesmo, já que não seria possível efetuar um censo demográfico com o número exato de habitantes daquela região, somente para esta pesquisa. No entanto, foram traçados alguns mapas avaliando as praças de Campo Grande tendo em vista critérios de vizinhança. Estes mapas estão no final do Capítulo 3.

---

<sup>7</sup> O bairro de Campo Grande tem 18.051.517,95 m<sup>2</sup> de área de unidades de conservação (parques) e 8.271.353,53 de área de proteção ambiental. O índice de área verde por habitante é de aproximadamente 88,5 m<sup>2</sup>. Fonte; Armazém de Dados do Município do Rio de Janeiro/IBGE, In: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>>. Acesso em maio de 2005.





Apresentando a região estudada e suas praças. Levantamento aerofotogramétrico da região de Campo Grande, com a delimitação da área que contém as praças estudadas em transparência vermelha. Estação de C. Grande; ponto vermelho. Morros e principais indústrias; nome em amarelo. Eixos viários principais em branco e secundários em vermelho.

Desenho da autora sobre ortofoto digital fornecida pelo cadastro digital da Prefeitura do Rio de Janeiro (BaseGeo), obtido em junho de 2004.

**Fig.1**

A dissertação se divide em quatro capítulos. Primeiramente apresentamos alguns fundamentos essenciais para a compreensão e a leitura das paisagens; o principal relaciona-se ao enfoque da paisagem como sistema (MEINIG, 1979; LOW, 2000; ALEXANDER, 1977; LYNCH, 1981, SANTOS, 2000). A introdução expõe brevemente o objeto empírico e os objetivos pretendidos, destacando as razões que levaram à sua escolha; além de pôr à vista o arcabouço teórico e a metodologia utilizada para enfrentá-lo em campo. A construção da dissertação é feita em diferentes etapas, que pretendem conduzir o leitor a se aproximar cada vez mais do objeto de estudo. Estas etapas seguem a estratégia organizada para estruturar este trabalho; discussões sobre os espaços livres públicos e a inserção das praças neste sistema; revisão bibliográfica sobre a história do bairro e sobre os fatores que dão origem as praças como essas da investigação; e finalmente a pesquisa de campo, que buscou identificar os usos e os usuários das praças de Campo Grande e suas particularidades.

A intenção do primeiro capítulo é contextualizar as praças na história e na dinâmica urbana atual, inserindo-as nas discussões e enfoques correntes sobre os espaços livres públicos. O desenvolvimento funcional e formal das praças, que pela sua representatividade histórica são consideradas os espaços públicos por excelência, é lembrado para a compreensão dos processos que originaram as praças na cidade do Rio de Janeiro. A essa exposição estará agregada uma discussão sobre a validade das praças como suporte da vida pública contemporânea. As características que as praças trazidas pelos colonizadores portugueses tomaram na cidade auxiliam a desvendar brevemente a evolução desta tipologia na cidade carioca, até a atualidade.

O segundo capítulo traz, através de uma revisão bibliográfica, um panorama do desenvolvimento do bairro de Campo Grande e região, para contextualizar os loteamentos que caracterizam a formação do tecido urbano nesta zona da cidade, e a inserção das praças nesta estrutura. A exposição de planos e políticas urbanas tem o objetivo de desvendar de que maneira a administração pública tem dirigido sua atenção para o planejamento de espaços livres na região. As leis de parcelamento como ferramenta reguladora do uso do solo, são discutidas, para mostrar de que forma induzem a implantação de equipamentos urbanos, *desenhando* a cidade, sem que necessariamente sejam obtidos resultados satisfatórios na distribuição, forma, ou dimensionamento desses equipamentos - como ocorre algumas vezes com as praças. No



final do capítulo, nos aproximamos mais da área de estudo, através de um rápido perfil de sua situação urbana.

Os terceiros e quarto capítulos dedicam-se à análise interpretativa dos dados extraídos da pesquisa de campo. No terceiro capítulo, as praças de Campo Grande são introduzidas ao leitor através de seus usuários. Seus principais freqüentadores, e as questões relacionadas a segurança do espaço e a presença feminina, são temas que adquiriram destaque durante a pesquisa de campo, e estão aqui expostos. A primeira forma de apropriação do espaço através de seus apelidos populares, apresenta as praças. Em seguida, mapas, tabelas e fotografias as sintetizam graficamente em conteúdo e contexto. Finalmente, no quarto e último capítulo, serão expostas as principais observações feitas sobre as formas de apropriação e uso. Destacaram-se, durante a pesquisa, as relações entre os usuários e os equipamentos instalados, os indivíduos e a vegetação; questões relativas ao domínio do espaço e aos conflitos decorrentes; e a simbologia dos marcos espaciais instalados. São também discutidas a pouca diversidade urbana e os efeitos da padronização dos desenhos. Fechando o capítulo apresentamos a nossa conclusão, expondo a percepção e a transformação deste conjunto de praças públicas pelos seus freqüentadores em um sistema de usos, unidos em uma espécie de “rede” de utilização. Nas Considerações Finais um sumário da pesquisa estará associado às principais conclusões obtidas ao longo deste trabalho.



Apresentando a região estudada e suas praças. Levantamento aerofotogramétrico da região de Campo Grande. Praças; 1. Inominada da Vila Santa Rita/ Rala Côco; 2. Xapecó; 3. Borba/ BNH; 4. Catulle Mendes/ Campo do Mundial; 5. Camiranga/ Mangueira; 6. Vitória Quinhões/ Morrinho; 7. Monte Santo/ Zeca Russo; 8. Ribeiro do Couto/ Bosque; 9. Olga Costa Leite.

Desenho da autora sobre ortofoto digital fornecida pelo cadastro digital da Prefeitura do Rio de Janeiro (BaseGeo), obtido em junho de 2004.

**Fig.2**





Panorama aéreo das praças pesquisadas.

Fonte: <<http://www.earthgoogle.com>>. Acesso em julho de 2005.

Fig. 3



Panorama aéreo das praças pesquisadas.

Fonte: <<http://www.earthgoogle.com>>. Acesso em outubro de 2005.

**Fig.4**





*Panorama das praças pesquisadas. A; Inominada da Vila Santa Rita, ou Rala Côco. B; Xapecó. C; Borba ou BNH.*

*Fotografias da autora.*

**Fig.5**



*Panorama das praças pesquisadas. A; Catulle Mendes ou Campo do Mundial. B; Camiranga ou Mangueira. C; Vitória Quinhões ou Morrinho.*

*Fotografias da autora.*

***Fig. 6***



*Panorama das praças pesquisadas. A; Monte Santo ou Zeca Russo. B; Ribeiro Couto ou Bosque. C; Olga Costa Leite.*

*Fotografias da autora.*

**Fig.7**





# **1**

## ***ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS***

**INTRODUÇÃO**

Este capítulo pretende discutir os sistemas de espaços livres públicos e a inserção das praças públicas neste sistema. Primeiramente, será feita uma abordagem sobre enfoques e dimensões correntes relacionados ao tema, abrindo caminhos para a identificação da relevância das praças nas cidades atuais. A formação e o estabelecimento de espaços voltados à recreação serão discutidos, objetivando contextualizar a origem dessa ideologia, refletida em praças como aquelas encontradas nesta pesquisa. Alguns estudos e planos recentes, confeccionados para diferentes cidades e que se destinaram a planejar sistemas de espaços livres públicos serão abordados, destacando-se o tema da diversidade e complexidade das tipologias contemporâneas. Finalmente, traçaremos uma breve evolução das praças nas historiografias européia e carioca, procurando compreendê-las tanto em seu contexto histórico como em sua dinâmica atual.

**OS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS****ENFOQUES E DIMENSÕES <<**

Os espaços livres voltados ao uso público são definidos habitualmente como aqueles espaços não edificados do tecido urbano, correspondendo às áreas de circulação de pedestres, aos corredores do sistema viário, e as áreas remanescentes da implantação de edifícios ou do parcelamento do solo (MACEDO, 1990; GALENDER, 1995; VAZ, 1999; VIEIRA, M., 2001). Essa primeira definição sugere que tais espaços se limitam às suas dimensões morfológicas, mas eles são também lugares embebidos de valores simbólicos, sociais e culturais. Por princípio, os espaços livres públicos são locais que tem como condição básica à oferta de livre acesso (LYNCH, In: CARNEIRO & MESQUITA 2002, p.24) permitindo às pessoas agirem livremente, sem coerção ou discriminação; e a convivência da diversidade, onde “as ações e os comportamentos são regidos por códigos de conduta e regras de civilidade” (GOMES, p.162, 2002).

Os espaços públicos podem ser observados como detentores de múltiplas funções relacionadas ao bem estar e à prática das atividades humanas. Podem estar associados

a uma função ecológico-ambiental, adequando-se à tendência de integrar as áreas naturais às estruturas urbanas, dentro de um mesmo sistema de paisagens. Podem imprimir identidade a um entorno, beneficiando esteticamente e economicamente uma cidade (PPS, 2002). Quando devidamente valorizados, tornam-se capazes de se transformar em elos de ligação, e de mobilização da comunidade, interligando as memórias afetivas, tanto pessoais como coletivas das pessoas (HAYDEN, 1997). A sua dinâmica é essencial como contrapartida aos ritmos da vida cotidiana, provendo canais acessíveis para ocorrência dos fluxos e trocas entre os habitantes de um lugar (CARR ET AL, 1992).

O sucesso de um espaço público pode resultar de processos de planejamento e interação entre a municipalidade e os cidadãos, ou se originar de processos espontâneos, como no caso da apropriação por diferentes grupos que elegem um espaço qualquer para o desenvolvimento de suas atividades, sem que eles tenham necessariamente equipamentos específicos ou tenham sido destinados a um determinado tipo de utilização<sup>8</sup> (CARR ET AL, 1995; VIEIRA, M., 2001; MARCUS ET AL, 1998). Podem ter um suporte físico permanente ou efêmero<sup>9</sup>, ao adquirir uma função específica em um determinado período de tempo. Quando planejados, resultam da convergência ou da prevalência de valores culturais, sociais e ideológicos, dos atores participantes dos processos que envolvem criação, desenho ou gestão dos espaços. Esses atores podem originar-se do poder público, de equipes técnicas e multidisciplinares, e das comunidades envolvidas nos processos. A qualidade de um espaço livre público pode ser ampliada com a participação comunitária e a integração entre seus atores; mas se a sua confecção e o seu desenho atenderem a maior parte dos requerimentos que o originaram, e se a condução de sua execução e gerenciamento for satisfatória, a probabilidade de obtenção de sucesso será ampliada (CARR ET AL, 1995). A manutenção adequada e a melhoria dos espaços públicos também têm a capacidade de irradiar os seus benefícios para o entorno, estimulando melhoramentos nos espaços privados, ampliando a auto-estima dos habitantes de um lugar<sup>10</sup> (QUEIROGA, 2003).

CARR ET AL (1992, p.79) relatam que a partir da segunda metade do sec. XX, os enfoques sobre os espaços livres públicos passaram a reintroduzir a natureza nas cidades reintegrando as áreas naturais remanescentes ao meio urbano, interconectando-as com os espaços livres públicos voltados à recreação. No Brasil,

---

<sup>8</sup> Podemos exemplificar com o uso das calçadas ou mesmo das ruas, apropriadas por grupos de pessoas que desejam usufruir ar fresco e conversar, ou de postos de gasolina que reúnem grupos de jovens, ancorados por lojas de conveniência, na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Um suporte efêmero é aquele moldado temporariamente para o uso do público, como por exemplo, arquibancadas montadas e desmontadas especialmente para grandes eventos, ou a sombra de uma árvore ou de uma edificação.

<sup>10</sup> O projeto Rio Cidade-Leblon, por exemplo, concluído no ano de 199x, na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, valorizou não só o aspecto econômico, mas também a auto-estima dos moradores do bairro do Leblon.

trabalhos mais recentes focalizam a estruturação urbana, no que diz respeito às inter-relações entre espaços edificados e livres, a partir da interação entre o suporte físico natural, a história e a cultura. SCHLEE (1999, p.86) constata que o conjunto dos espaços livres públicos e edificados da cidade do Rio de Janeiro é produto “da justaposição e interpenetração com o ambiente físico natural original e seus diferentes ecossistemas”. CARNEIRO & MESQUITA (2000, p.24) fazem uma abordagem ecológico-ambiental, tanto dos espaços livres públicos, como dos remanescentes naturais, no contexto urbano da cidade do Recife, com vistas à conjugação de um planejamento ambiental sustentável, e ao ordenamento dos seus espaços livres públicos, de forma integrada.

Na definição fundamental de CARR ET AL (1992, p.19) os espaços livres públicos devem ter três características universais: devem corresponder às necessidades básicas dos usuários; devem ser universalmente acessíveis, provendo a liberdade de ação e a sua apropriação; e finalmente, devem ser significativos, ou permitir a criação de conexões entre as pessoas e os lugares, as suas memórias e o mundo. Para SMITHSONIAN<sup>11</sup> (1999) que procura redirecionar esta discussão, a definição DE CARR ET AL (1992) é ingênua e relega uma outra dimensão; a dimensão legal dos espaços livres públicos, tornando-se limitada para ser utilizada “nessa era de parcerias público-privadas”. Para ele, a *dimensão legal* afeta diretamente as características definidas por CARR ET AL. GULICK (In: LIGHT ET AL, 1998, p.136) também já havia afirmado que dentro do contexto urbano contemporâneo, existe uma *dimensão legal*, pressupondo a existência de uma propriedade física formalmente possuída por alguma instituição pública ou privada. Por essa razão, ele desafia as definições correntes, configurando outra, na qual acredita estar incorporando além daqueles espaços dos quais fala a literatura, como as ruas e as praças públicas, os espaços de propriedade privada, ou seja, os shoppings, os *malls*, e as *plazas comerciais*<sup>12</sup>, ou quaisquer outros espaços construídos e inseridos em um espaço comercial.

*“Os espaços públicos são locais onde uma enorme variedade de pessoas pode interagir com outras que não necessariamente já conhecem, e nas quais podem se engajar em uma variedade de atividades públicas ou privadas, embora ambos, usos e usuários, tenham sempre uma limitação de ação”.* SMITHSONIAN (1999).

LOW (2000, p.34) não acredita que a acessibilidade, e a diversidade plena sejam possíveis nesses espaços comerciais, de acesso restrito, argumento com o qual

---

<sup>11</sup> SMITHSONIAN, Greg (1999). Histories of Jewish and Porto Rican Neighbors, In: <<http://www.columbia.edu>>. Acesso em 19 de julho de 2003.

<sup>12</sup> A Plaza a qual nos referimos aqui é uma tipologia norte-americana, espaço livre normalmente apêndice de edificações que funcionam como sede de grandes corporações e empresas. Definição de Carr et al (1992).

concordamos plenamente. Ela acredita que os espaços deste tipo, principalmente nos EUA e Europa, são antes de tudo, locais voltados ao comércio e consumo da classe média. Low distingue as *plazas* das cidades latino-americanas, dos espaços comerciais como *malls* e *shoppings* argumentando que as *plazas* latinas funcionam como uma arena, onde grupos sociais e culturais diversos interagem, no mesmo tempo-espaço, sem restrições à acessibilidade. A autora reconhece, no entanto, a falácia, pois essa interação dos diversos, aparentemente uma regra, não ocorre em todas as *plazas* de uma mesma cidade, ou na maior parte dos espaços livres públicos das cidades latino-americanas.

Dois importantes questionamentos têm sido confrontados com os significados tradicionais dos espaços livres públicos, desafiando a sua permanência nas cidades: sua decadência, denominada por SENNETT (1998) como a *morte* do espaço público, e a sua privatização. A questão da *morte* dos espaços públicos é uma discussão recorrente, mas que se defronta com parâmetros que variam de acordo com a cultura e o desenvolvimento econômico do lugar. GULICK (1998) acredita que essa discussão deve ser transferida para as cidades globais, ou de espaços urbanos resultantes de um capitalismo avançado. A polarização social e a segregação espacial, estabelecidas em grandes centros econômicos e comerciais, impulsionariam as discussões sobre a decadência de praças não comerciais e a utilização dos espaços livres públicos por diferentes categorias marginais da sociedade. Concordamos com este argumento, mas ressaltamos que este adquire nuances mais complexas quando refletido para as grandes e heterogêneas cidades brasileiras, pois, enquanto alguns territórios urbanos apresentam exatamente o panorama descrito pelo autor, outros refletem características que vão variar de acordo com os padrões culturais e graus de desenvolvimento sócio-econômico da região da cidade. QUEIROGA (2004, p.2) corrobora essa idéia, acreditando que as diferentes capacidades de modernização dos diversos pontos de um território irão determinar uma grande variação na estrutura das paisagens, conseqüentemente produzindo impactos sobre os espaços públicos. Assim, novos espaços e novas tipologias poderão se originar do tipo de propriedade e gerenciamento, da flexibilidade de usos que porventura possam abrigar, da diversidade dos usuários, da sistematização e articulação com outras tipologias, das novas tecnologias e ideologias urbanas, da história, da difusão e da convivência no meio urbano, das temporalidades, da fragmentação das cidades, entre outros infindáveis parâmetros [fig. 1/1].

Estudos que observam os conceitos de cidadania e seus reflexos no meio urbano nos mostram que nas cidades brasileiras, os fenômenos da privatização e *morte* ou decadência dos espaços livres públicos têm suas próprias nuances. GOMES (2002, p.169

a 191) alerta para a fragmentação e o fechamento dos espaços livres públicos das cidades contemporâneas brasileiras, que deveriam estar abertos para a construção de

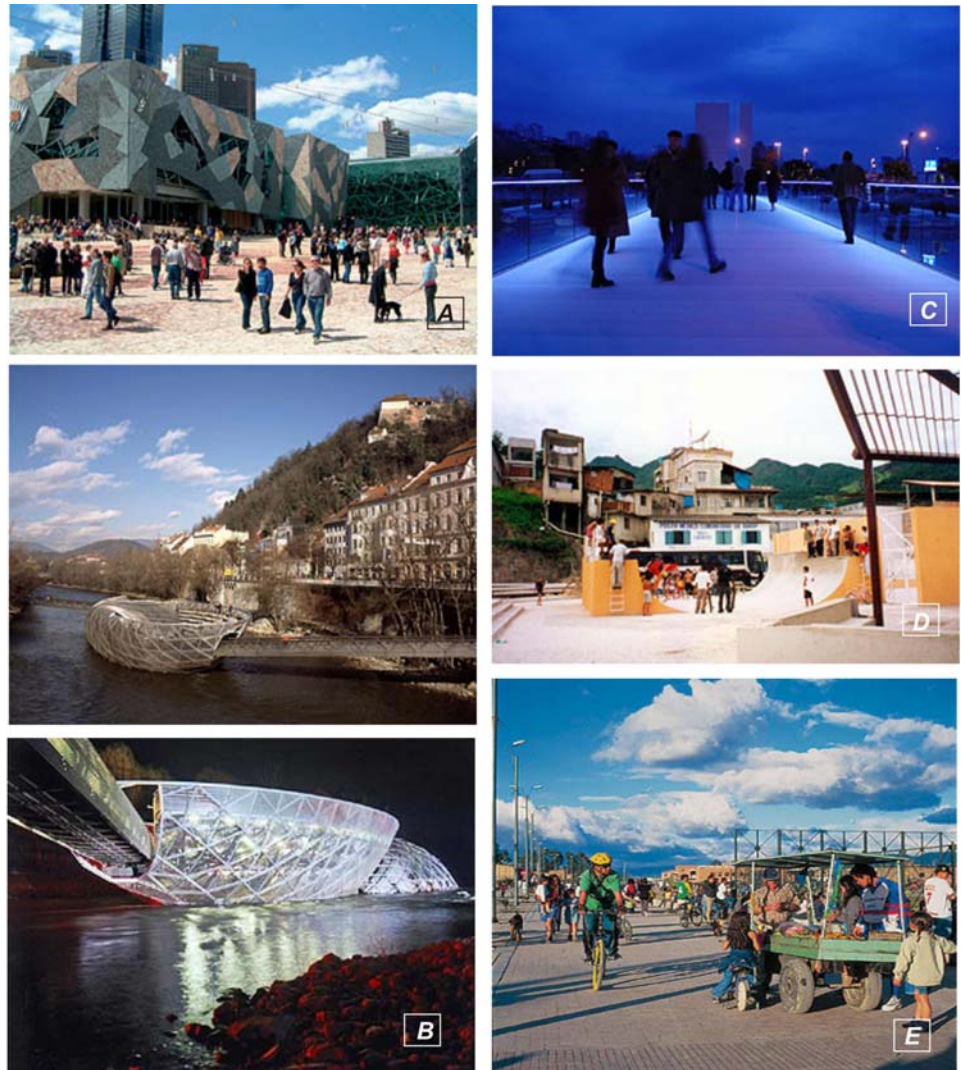
novas sociabilidades, ou para a diversificação social. Essas reconfigurações espaciais têm reflexos sobre a cidadania, já que impulsionam a criação de novas regras de comportamento e civilidade. O autor identifica quatro tipos de manifestações comuns em muitas metrópoles brasileiras; a *apropriação privada* dos espaços, exemplificada na instalação de estruturas fixas como grades em edificações ou áreas de lazer; a *progressão das identidades territoriais*, quando determinados grupos ocupam um território e impõe regras e comportamentos próprios a outros grupos; o *emuralhamento da vida social*, impulsionado pela insegurança nas cidades; e o *crescimento das ilhas utópicas*, uma forma de isolamento, encerrada em condomínios fechados, onde a diversidade é inexistente e “o status social é a senha de acesso”. No tocante ao lazer, GOMES (2002) acredita que às classes mais populares, que não gozam do privilégio de freqüentar determinados locais, resta ocupar ou freqüentar aqueles espaços urbanos *possíveis*, onde o acesso a elas não se restringe.

*“As classes populares, (na cidade do Rio de Janeiro) são as usuárias majoritárias, sobretudo nos fins de semana, dos grandes centros de lazer ou das grandes praças da cidade, como Quinta da Boa Vista, Parque do Flamengo, Campo de São Cristóvão, Largo do Machado, Praça Serzedelo Correia, Campo de Santana, Passeio Público...”*  
Gomes (2002).

Segundo QUEIROGA (2004, p.3) “apenas os estratos de renda mais elevados possuem mobilidade capaz de aproveitar os recursos territoriais e paisagísticos das grandes metrópoles”. No caso da cidade do Rio de Janeiro, GOMES (2002) conclui que os grandes parques urbanos ou as pracinhas suburbanas são as poucas alternativas possíveis e acessíveis para o lazer e a recreação das classes populares [fig. 1/2].

### ***A RECREAÇÃO NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS <<***

Os primeiros espaços livres públicos foram as praças e as ruas das cidades. Em geral, eles abrigavam a circulação, as manifestações públicas, festas populares ou religiosas, e o comércio; caracterizando-se de certa forma, pela coabitação entre um certo caos e a liberdade de ação (SEGAWA, 1994). A criação dos primeiros parques nas insalubres cidades européias em processo de industrialização e desenvolvimento, a partir do século



*Panorama da diversidade tipológica dos espaços livres públicos contemporâneos. A; praça Federation Square em Melbourne, Austrália, complexo de museus em zona industrial. B; Graz, Austria, Plaza for the New Millenium, estrutura de uso polivalente - possui café, galerias de arte e playground, pousado sob as águas. C; Rijeka, Croatia, Memorial Bridge. D; pista de skate - Favela Bairro, Rio de Janeiro. E; Alameda El Porvenir, Bogotá, Colômbia, complexo de espaços livres, ciclovias e parques.*

Fonte: [www.vanalen.org](http://www.vanalen.org). Acesso em dezembro de 2004.

**Fig. 1/1**

XIX, foi impulsionada pelo surgimento de novas necessidades urbanas, como a higiene, a educação das classes trabalhadoras e o embelezamento das cidades. Os parques eram locais para o passeio e para a contemplação da natureza (LEGATES & STOUT, 2003; KOSTOFF, 1992; COSTA, 1993). Segundo SEGAWA (1994) os parques eram um espaço hierarquizado socialmente, em oposição à polivalência e ao ambiente festivo e popularesco das praças. A freqüência aos parques exigia novas atitudes e regras de comportamento, e um maior controle das ações individuais, de acordo com uma nova organização social que emergia. Mesmo que existam registros referindo-se a existência de terrenos de jogos no final do século XVI, provavelmente, o surgimento da recreação ativa e externamente controlada, entre outras atividades físicas e culturais nos parques e praças públicas, surgiu paralelamente às novas regras sociais que se estabeleciam, somadas às inovações científicas da época, de cunho higienista.

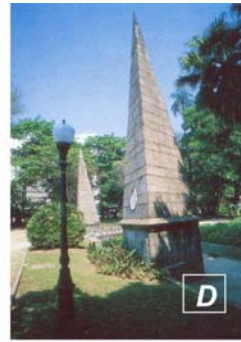
KOSTOFF (1992, p.170) relata que desde o surgimento dos primeiros parques ingleses a existência de campos para atividades esportivas e recreacionais sempre foram uma questão controversa, já que é evidente a incompatibilidade entre a contemplação e a prática de esportes em áreas próximas. Ele crê que somente após o estabelecimento dos esportes organizados, em torno de 1870, iniciou-se uma tendência a favor da criação de campos de esportes nos parques. Tal direcionamento ganhou força nos EUA, quando novos parques foram criados no final do século XIX, desenvolvendo-se conjugados ao planejamento urbano, articulados a recente ótica de sistematização dos espaços livres públicos; como praças, eixos viários, parques e cinturões agrícolas (LEGATES & STOUT, 2003; LAMAS, 2004; COSTA, 1993).

Os espaços livres especificamente voltados para recreação ativa ou para a prática dos esportes, emergiram nos EUA, no final do século XIX e início do XX, [fig. 1/3], voltados especialmente às crianças de distritos imigrantes e pobres das cidades norte-americanas, como uma forma de controle social<sup>13</sup> (MARCUS ET AL, 1998; CARR ET AL, 1992; COSTA, 1993). A introdução de campos de atletismo e quadras de esportes foi o principal foco dos governos municipais nessas eras de reforma, associadas à recreação organizada por líderes treinados especialmente para tal tarefa. Posteriormente, já nos anos 30, essas áreas de recreação já tinham sido absorvidas e aceitas como uma característica básica no planejamento das cidades norte-americanas (COSTA, 1993, p. 54; MARCUS ET AL, 1998). CRANZ acredita que esse período “foi marcado pela padronização de elementos em um pacote básico municipal” (1982, p.122; In: CARR ET AL, 1992, p.67);

---

<sup>13</sup> *The Playground and Park Reform Era*, ou Era da Reforma dos Grandes Parques e Playgrounds.





*Espaços livres públicos cariocas. A e B; Quinta da Boa Vista. C; Parque Garota de Ipanema no Arpoador. D; Passeio Público. E; praça Serzedelo Correia. F; Campo de Santana.*

Fonte: figuras A, C, D e F, *Guide to Rio de Janeiro's Environmental Areas*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Figuras B; fotografia da autora e E; cortesia da Fundação Parques e Jardins.

**Fig. 1/2**

*“Isso era particularmente verdadeiro para os playgrounds onde o desenho padrão consistindo de balanço, escorrega, gangorra, bancos e equipamentos de ginástica (...) tornaram-se norma nas cidades norte-americanas”.*

No início do século XX, o surgimento do ideário funcionalista de Le Corbusier, regido pelos paradigmas da Carta de Atenas causou um forte impacto no planejamento urbano. Uma das principais propostas para as cidades modernistas, em que a hegemonia do automóvel era indiscutível sobre o pedestre, era a construção de torres isoladas sobre grandes parques, formando um imenso sistema, onde cada torre representava uma unidade de vizinhança<sup>14</sup> (LAMAS, 2004, p.344). Na Carta, os espaços livres eram classificados em dois tipos; *indiretos*, em grandes superfícies determinadas pela escala do automóvel, representando os grandes parques ou vias arborizadas, e os *diretos*; ou aqueles espaços que cercavam a

habitação, como parques de vizinhança, playgrounds e campos de esportes (LPM/UNESP, 2003; COSTA, 1993, LEGATES & STOUT, 2003).

A ideologia da recreação organizada, no Rio de Janeiro, surgiu em torno dos anos 30, quando a urbanização carioca convivia, tanto com as novas diretrizes e pensares norte-americanos para as cidades, como com a escola francesa de planejamento urbano, referência para a arquitetura brasileira desde o século XIX<sup>15</sup>. Em 1937, MARTINS (In: Rev. Municipal de Engenharia, p.369) em reportagem especial para a revista que representava a administração pública do Distrito Federal, recomendava a adoção das tipologias dos sistemas de recreação norte-americanos, apontando os *playlots*<sup>16</sup>, *playgrounds*, *playfields*, *neighborhood parks*, *parkways*, e *reservations*, como as principais tipologias integrantes dos sistemas de recreação supervisionadas por recreadores treinados, e mantidas pela municipalidade ou por entidades filantrópicas. Este pensamento está resumidamente expresso no final da reportagem;

*“A formação de sistemas de recreio (...) será também uma medida de grande alcance social e educativo, proporcionando a nossa população infantil, locais adequados a seus divertimentos, e acabando com o triste espetáculo dos jogos no meio das ruas”.*  
*Martins (1937).*

---

<sup>14</sup> Mumford (2004, p.541), descreve o princípio de organização da vizinhança como aquele que pretendia colocar dentro de uma distância percorrida a pé todas as facilidades necessárias diariamente para o lar e a escola. O local dos folguedos infantis deveria ficar no máximo a 500m das casas a que servia, e o mesmo princípio se aplicava com variações à distância da escola primária e a área de mercado local. O princípio da vizinhança é perceptível em projetos utópicos de cidades, como as cidades jardim.

<sup>15</sup> É a época em que se discute o Plano Agache, do urbanista francês de mesmo nome, que já prevê um grande sistema de parques para a cidade. Pode-se observar na criação do Parque do Flamengo o ápice desta ideologia da recreação controlada, nos trabalhos de Medeiros (1975) que participou da equipe de confecção da recreação infantil do parque.

<sup>16</sup> Playgrounds para várias faixas etárias, campos de esportes, parques de vizinhança, vias parques e reservas.



*Espaços de recreação norte-americanos da "Era da Reforma", dedicados à distração dos filhos das massas de imigrantes e trabalhadores. Playground em Nova York, 1904.*

Fonte: Carr et al. *Public Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992; p.65.

**Fig. 1/3**

O paisagista norte-americano ECKBO em 1939 (In: TREIB, 1992, p.79) criticou a divisão funcionalista que considerava o lazer, e a recreação humana, em função de apenas um fator dominante; o trabalho. Ele recomendava para o habitante de cidades como Nova York e Chicago, um sistema flexível que provesse todos os tipos de recreação, para pessoas de todas as idades, sexos e interesses. Para o desenvolvimento desses sistemas, ECKBO sugeria um padrão dimensional e tipológico, em atendimento a um número específico de famílias, considerando “um equilíbrio sistemático” das seguintes tipologias; *play lot*, para crianças em fase de alfabetização; *children playground*, para crianças de 6 a 15 anos; *district playfield*, para jovens e adultos; *urban parks*; *country parks* e *greenbelts*; áreas especiais (praias, campos de golfe, piscinas, estádios); e finalmente os conectores do sistema, as *parkways* e *freeways*<sup>17</sup>. ECKBO acreditava que a oferta de espaços livres devia-se muito mais a qualidade e a variedade tipológica do que a quantidade propriamente dita. A forma de obter esse resultado qualitativo adviria da análise acurada das necessidades das pessoas, e do estudo das questões *intangíveis* relacionadas a um agrupamento humano. Jane Jacobs, vinte anos depois, em 1961, (2003, p.121) corroborou essas críticas em seu livro Vida e Morte de Grandes Cidades.

*“(...) as cidades norte-americanas atuais, movidas pela ilusão de que as áreas livres são um bem em si e de que quantidade equivale a qualidade, estão torrando dinheiro em parques, playgrounds e vazios urbanos muito extensos, muito abundantes, muito supérfluos, mal localizados e, portanto, muito monótonos e incômodos de usar”.*

Concordamos que para observação de critérios qualitativos sobre quantitativos, deveríamos considerar questões *tangíveis* como características econômicas, sociais e geográficas do lugar; e *intangíveis*, como o respeito às suas riquezas culturais. A concretização dos projetos deveria resultar de uma organização que levasse em conta as inter-relações entre as tipologias existentes, em prol das variações funcionais, e de sua atratividade, privilegiando também padrões de construção adequados e duráveis. Esses seriam alguns dos parâmetros essenciais para o planejamento qualitativo e quantitativo dos espaços públicos voltados à recreação em qualquer entorno urbano.

---

<sup>17</sup> Tradução livre. Área de brincar, área de recreação para crianças, campo de jogos, parques urbanos, parques rurais, cinturões verdes, vias parques, auto-estradas.

Estudos, planos e projetos confeccionados nos últimos 20 anos do século XX, para as áreas verdes das cidades de Paris (APUR, 1989), Lisboa (TELLES, 1997), e Recife (CARNEIRO & MESQUITA, 2000) fizeram uso de uma visão sistemática dos seus espaços livres para alcançar diferentes objetivos. Os planos e os estudos aqui apresentados têm em comum, a indissociável seleção de tipologias, resultantes da associação de diferentes conceitos e critérios, independentemente do momento histórico em que surgiram, da cultura e do perfil das áreas com as quais aqueles planos tiveram que lidar. Os usos e as funções dos espaços livres – quer estejam voltados ao equilíbrio ambiental, a recreação, ou a outras finalidades – foram, em todos estes estudos, um critério básico para a análise tipológica e a composição sistemática que se sucedeu. As classificações e denominações encontradas nesses planos, dizem respeito, muito mais à prática dos processos projetuais e administrativos, onde a organização por forma e função é relevante, do que as práticas sociais e as conexões das pessoas com os espaços, por ocasião da confecção dos estudos.

Os estudos sobre Paris (APUR, 1989) incidiram sobre as tipologias dos jardins, parques e praças urbanas abertos ao público da cidade, considerados como um conjunto de áreas verdes. Portanto uma visão pragmática, o estudo enxerga essas áreas como um sistema de usos integrado, sempre priorizando a sua acessibilidade, objetivando avaliar a quantidade de habitantes atendidos e o seu nível de satisfação, identificando as carências qualitativas e quantitativas dos espaços e a necessidade de implantação de novos. Os planos para Paris têm uma abordagem pouco flexível, caracterizada mais pelos aspectos estatísticos, relegando os aspectos simbólicos da paisagem. Como maior qualidade, está o enfoque das áreas verdes como equipamentos de vizinhança, metodologia utilizada para embasar a análise das praças desta pesquisa. As tipologias encontradas nos planos sobre Paris utilizaram como critérios para classificação, a superfície territorial, o tratamento paisagístico, os tipos de equipamentos, as categorias de usuários e a frequência, resultando então na seguinte classificação: *parques polivalentes e jardins de quadras polivalentes* (com múltiplos usos), *parques especializados e jardins de quadras não polivalentes* (de uso exclusivo).

O Plano Verde de Lisboa (TELLES, 1997) utilizou como critério fundamental a integração da denominada *Estrutura Verde* ao tecido edificado. O Plano observa os vários sistemas existentes dentro da cidade e da região metropolitana, explorando principalmente o viés morfológico e ecológico; procurando compatibilizar tanto os sistemas urbanos históricos

com os modernos, como os sistemas de usos e tipologias de áreas verdes, em uma visão holística da paisagem. Assim, as propostas e bases normativas que definiram o plano estão referenciadas ao suporte ecológico, ao sistema de vistas, e aos seguintes subsistemas; *sistemas de utilização das estruturas verdes*, compostos pelo denominado sistema *de recreio* (jardins, parques, praças); *sistemas associados e de equipamentos* (campis universitários, cemitérios); *mistos* (quintas, hortas, jardins familiares) e *de proteção de estruturas naturais*. Acreditamos que esta forma de sistematização, baseada nos usos parece determinar que algumas funções estariam restritas a tipologias específicas de espaços livres, quando na realidade, elas podem estar sobrepostas em qualquer uma das tipologias mencionadas.

Os Espaços Livres de Recife (CARNEIRO & MESQUITA, 2000), trazem um painel das tipologias de espaços livres existentes na cidade, identificados, quantificados e classificados, sob uma ótica ecológico-ambiental, tendo em vista o seu ordenamento para uma futura expansão do sistema. Os espaços foram classificados da seguinte maneira: *de equilíbrio ambiental* (unidades de conservação, cemitérios, campi universitários, espaços de valorização ambiental), *de recreação* (faixas de praia, parques, praças, páteos, largos, jardins e quadras polivalentes) e *potenciais* (terrenos vazios, margens de rios e canais, campos de pelada, recantos e locais de valor paisagístico ambiental). Essa classificação procurou destacar a articulação e a importância de cada espaço dentro da paisagem urbana, apresentando também uma amostra dos locais, parques e praças mais representativos da cidade do Recife - já que são esses os tipos de espaços livres públicos predominantes nas paisagens recifenses.

Nos estudos de CARR ET AL (1999) encontramos um panorama das tipologias que se desenvolveram a partir dos anos 50 nos EUA, configurando os sistemas contemporâneos de espaços livres norte-americanos. Os parâmetros utilizados para a configuração tipológica foram a forma do lugar, a localização mais comum, dimensões, gerenciamento e manutenção, equipamentos existentes, usos e usuários. Os tipos definidos são; *parques públicos* (central parks<sup>18</sup>, downtown parks – novos ou históricos<sup>19</sup>, commons, neighborhood parks<sup>20</sup>, pocket-parks<sup>21</sup>) *praças e plazas* (praças centrais<sup>22</sup>, plazas corporativas<sup>23</sup> e

---

<sup>18</sup> Se fizermos um rebatimento das tipologias norte-americanas para a cidade do Rio de Janeiro poderíamos lembrar da Quinta da Boa Vista como um tipo similar.

<sup>19</sup> No Rio de Janeiro, o Passeio Público e o Campo de Santana.

<sup>20</sup> Similares as nossas praças residenciais.

<sup>21</sup> São pequenos espaços de uso controlado, funcionando como pequenos oásis urbanos. Como exemplos estão Greenacre e Paley Park, em Nova York.

<sup>22</sup> A Praça dos Expedicionários e a praça Floriano, ou Cinelândia no centro do Rio são exemplos.

<sup>23</sup> A praça entre os edifícios do Centro Empresarial Botafogo e do Mourisco, são exemplos na cidade do Rio de Janeiro.

memoriais), *mercados temporários*<sup>24</sup>, *ruas restritas ao tráfego*<sup>25</sup>, *trilhas urbanas integradas*<sup>26</sup>, *playgrounds*, espaços livres ou *jardins privados* gerenciados por uma comunidade com acesso restrito, *vias parques*, *ciclovias*, *atriums*, *shoppings centers*, espaços públicos *apropriados* pela população<sup>27</sup>, e finalmente as *frentes das águas urbanas*<sup>28</sup> [figs. 1/4, 1/5, 1/6, 1/7].

Estes planos e estudos nos mostram que os espaços livres públicos estão sob um novo enfoque, onde as áreas edificadas, o suporte natural e geográfico, a história, a cultura e os ecossistemas urbanos, estão integrados em um único sistema de paisagens. O desenvolvimento de uma diversidade de tipologias que variam de acordo com a época, a cultura e a sociedade de um país, a incerteza entre o que é público e privado e a segregação social, tornam mais e mais complexa a tarefa de entender como e onde se situam as praças públicas no contexto atual das cidades.

## A PRAÇA

### O LUGAR DA PRAÇA <<

*“A praça é o lugar da ausência e é, ao mesmo tempo, o conjunto das coisas construídas que a definem”.*<sup>29</sup>

As praças podem ser consideradas o espaço livre público por excelência (QUEIROGA, 2003/ 2004; KOSTOFF, 1992; CHIAVARI, 1996; VAZ, 1999; CARR & AL, 1992; ZUCKER, 1959; MARCUS & FRANCIS, 1998). Elas são espaços ancestrais “que se confundem com a própria origem do conceito ocidental de urbano” (SEGAWA, 1996, p.31). Quando são capazes de capturar a permanência das pessoas que a elas se dirigem, não apenas transitoriamente, mas com um propósito, tornam-se um destino e uma intenção, fator que lhes imprime singularidade e as diferencia das ruas ou de outros espaços voltados

---

<sup>24</sup> Ainda no Rio de Janeiro, temos as feiras de antiguidades, a Babilônia Feira Hype e as diversas feiras de livros espalhadas pelas ruas e praças da cidade acontecendo nos fins de semana.

<sup>25</sup> São ruas fechadas para o lazer, lembram as ruas de vilas ou ruas suburbanas cariocas (que na verdade são fechadas por grades). Neste caso os automóveis só entram para estacionar em suas próprias casas.

<sup>26</sup> As trilhas as quais se refere são trilhas naturais que interligam parques, com as ruas e avenidas arborizadas, as greenways, as trilhas históricas, etc...

<sup>27</sup> Em Nova York são as escadarias de alguns prédios públicos; no Rio podem ser as ruas e até determinados trechos de praias como o “Coqueirão” de Ipanema.

<sup>28</sup> Calçadões de praia, entorno dos corpos d’água como o da Lagoa Rodrigo de Freitas.

<sup>29</sup> Chiavari, M. P. 1999, p.185. “Sé, Carmo e Largo do Palácio. *Espaços Públicos de Belém no Período Colonial*”, In: Seminário – A Praça na Cidade Portuguesa.





*Praças cariocas, equipamentos de vizinhança e ícones de bairro.  
A; Praça Afonso Pena, Tijuca. B. Praça no bairro de Botafogo, à rua Gal. Polidoro.  
C; Praça Edmundo Rego, Grajaú .*

Fonte; Figuras A e C: Quadro do Paisagismo no Brasil em [winweb.redealuno.usp.br/quapá](http://winweb.redealuno.usp.br/quapá). Acesso em julho de 2005. Figura B: fotografia da autora .

**Fig. 1/4**





*Praças em lobbys de edificações empresariais no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. Ambas têm acesso limitado e controle estrito.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 1/5**



*Espaços públicos cariocas; a praia. Calçadão da praia do Leblon, A.  
O Piscinão de Ramos substitui a praia poluída, B e C.*

Fonte: figura A, *Guide to Rio de Janeiro's Environmental Areas*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.  
Figuras B e C; *Quadro do Paisagismo no Brasil* em <<http://winweb.redealuno.usp.br/quapá>>. Acesso em julho de 2005.

**Fig. 1/6**



*Uma feira carioca. Feira da Praça XV, só aos sábados e domingos. Venda de mercadorias variadas.*

*Fotografias de André Pedrosa.*

**Fig. 1/7**

primariamente à circulação. A forma das praças tem influência sobre a sua função; sua tridimensionalidade e “fechamento” são considerados fatores essenciais para permitir o desenvolvimento de relações sociais (KOSTOFF, 1992; CUNHA, 1999). Acreditamos, porém, que as praças são definidas muito mais pelos eventos que nela ocorrem, e pelo contexto nas quais se inserem, do que pela sua forma ou desenho (QUEIROGA, 2004). Para VIEIRA, M. (2001, p.98) em sua pesquisa sobre o Largo da Carioca, as praças podem ter a morfologia definida pelo movimento, aglomeração ou adaptação dos usuários ao espaço. Para FREITAS (2000, p.25) a natureza formal das praças está condicionada pelos sistemas de ações que a determinaram e pelo conjunto de usos e atividades que interagem com as formas, dando-lhes significado.

A praça é um dos elementos integrantes dos sistemas de espaços livres públicos urbanos e antecede a criação dos parques públicos (KOSTOFF, 1992). As funções das praças têm variado através dos séculos, e estiveram sempre relacionadas a variações de uso e aos tipos de atividades refletidas em seus aspectos formais. Para CHIAVARI (1996, p.381):

*“A praça é o espelho da identidade e da cultura de uma comunidade”.*

Cada uma é portadora de um *sentido comunitário* cujo significado social confunde-se com o espírito e a cultura do local onde se insere (SEGAWA, In: SCHLEE, 1999, p.86). As denominações que as praças recebem em diferentes países despertam em nosso imaginário associações com morfologias variadas, diferentes épocas, e significados sociais e culturais diversos – *praça, largo, piazza, place, plaza, place d’armes, squares...* Ao longo dos séculos as praças têm hospedado atividades cotidianas, coletivas e rituais; trocas comerciais, abastecimento de água, jogos, assembleias, procissões religiosas, manifestações políticas, castigos e celebrações. Locais de forte simbolismo e visibilidade, as praças foram e ainda são cortejadas pelo poder, que as ornamenta com os seus símbolos. CUNHA (1999, p. 238) crê que a história européia foi de certa forma *“uma história de praças”*. VAZ (1999, p.140) acredita que;

*“A história das praças é pautada pela história da urbanização e do poder”.*

O poder representativo de algumas praças como fonte de símbolos culturais e do poder cívico, mesmo com o passar dos séculos não se perdeu como relata LOW (2000, p.32), em seu denso estudo sobre o significado político e cultural das *plazas* latino-americanas. Para LOW, as *plazas* ainda são *“espaços físicos e metafóricos para debates públicos sobre governança, identidade cultural e cidadania”*. Ela nos conta que o poder político

manipula o simbolismo destes potentes espaços públicos, exemplificando com o caso do Zócalo, a *plaza* central da cidade do México, arquétipo das plazas latino-americanas. O Zócalo tem suportado interferências de líderes sucessivos que desfazem o trabalho de seus antecessores em busca de visibilidade política. Esse, porém, não é um fenômeno isolado. Podemos dizer que hoje a manipulação política não só das praças, mas de qualquer espaço público ainda ocorre; a interferência ou realização de obras e melhorias em espaços públicos continua contribuindo para a visibilidade dos políticos, ou de certas políticas urbanas.

As praças, enfocadas como tipologias específicas da civilização ocidental, caracterizam-se por uma intencionalidade que se manifesta em sua estrutura física e na relação com os elementos que a circundam; ou seja, na relação do vazio, com seus edifícios e os seus planos marginais (LAMAS, 2004, p.100). Por muito tempo as praças foram elementos cuja arquitetura era significativa e marcante, considerada por alguns autores como SITTE (1989) e ZUCKER (1959) verdadeiras obras de arte; um aspecto na fisionomia das praças avaliado como irremediavelmente perdido nas cidades modernas (LAMAS, 2000; KOSTOFF, 1992).

SITTE (1989) ao final do século XIX, fez duras críticas às reformas de sua cidade natal, Viena, observando as modificações por ocasião da derrubada das muralhas da cidade, e ao parcelamento em lotes do solo remanescente. Para SITTE, um apaixonado pela arquitetura das cidades medievais, os espaços das praças tornaram-se reféns do tráfego de veículos, perdendo a tridimensionalidade que as tornava peculiar, na relação do plano com o entorno construído (SITTE, 1989; KOSTOFF, 1992; QUEIROGA, 2003, 2004). ZUCKER (1959) por sua vez, ignorou as praças surgidas após o sec. XIX em seus estudos, acreditando que a intencionalidade da forma e seus traços artísticos já teriam desaparecido.

As críticas às praças modernas já nas últimas décadas do séc. XX reafirmaram-se pautadas, não mais em relação aos seus aspectos estéticos, mas sim, aos morfológicos e funcionais. ALEXANDER ET AL (1977, p. 311), relacionaram a ausência de uma dinâmica vital nas praças modernas às suas dimensões exageradas<sup>30</sup>, impostas pelos planejadores urbanos, que lhes recomendaram um tamanho máximo ideal:

---

<sup>30</sup> Sem, porém, conseguir explicar porque algumas praças renascentistas de vastas dimensões não parecem desertas, como a *Piazza San Marco*, ressaltando porém, essa agradável excessão.

*“Uma cidade precisa de praças públicas; elas são os maiores espaços públicos que a cidade possui. Mas quando são excessivamente largos, não só parecem como dão a sensação de um deserto”.*

Teriam as praças, perdido as suas funções tradicionais? KOSTOFF (1992, p.172) nos diz que as velhas praças das antigas cidades européias ainda são utilizadas, em um processo de eterna adaptação às novas necessidades de seus frequentadores. No transcorrer do sec. XX, a estrutura formal das praças e *aquelas funções originais* realmente se modificaram. Diversos autores enumeram algumas razões pelas quais esses processos têm ocorrido (KOSTOFF, 1992; CUNHA, 1999; VIEIRA, 2000; QUEIROGA, 2003/2004); elas deixaram de ser veículos de comunicação, substituídas pela imprensa e pelos meios audiovisuais, interferindo no exercício pleno da sociabilidade, que pode ser exercitada “entre quatro paredes”, bastando ter acesso à internet; não abrigam mais a fonte para o fornecimento de água, nem o mercado da cidade; não existe mais a necessidade de um espaço físico representativo do poder central ou exibição da força política ou religiosa. Em alguns casos, as praças podem ter se transformado em “espaços de design”, em um fenômeno que se espalhou por muitos países, inclusive pelo Brasil, quando as praças se transformam em planos estéticos, desertos e escultóricos, abrigando desenhos ou elementos marcantes, que não têm necessariamente alguma interligação com a recriação de um ambiente de sociabilidade, permanência e diversidade social, nem com a cultura local (KOSTOFF, 1992; LORZING, 2001). No Rio de Janeiro, o projeto Rio Cidade deixou em alguns bairros, exemplos de praças, portais e outros espaços deste tipo. Em Campo Grande, observamos a inserção de “esculturas” que homenageiam o rico passado do cultivo da laranja, em locais de grande movimento ou forte visibilidade. Acreditamos que esses desenhos nem sempre privilegiam a sociabilidade. [fig. 1/8].

Alguns autores (QUEIROGA, 2003, 2004; CUNHA, 1999) questionam se ainda faz algum sentido dirigir nossa atenção à praça, se a discussão é anacrônica, ou se ainda é válido defender a criação de condições para a sua edificação. Se nos voltarmos a uma análise que objetive especificidades brasileiras, iremos compreender que nas nossas cidades os fenômenos não podem ser observados sob uma ótica reducionista. Nas praças ainda é possível desvendar-se diferentes temporalidades, e o estabelecimento e desenvolvimento de relações cotidianas, manifestações cívicas e culturais da sociedade ao sentido intersubjetivo das racionalidades comunicativas de Habermas<sup>31</sup> (QUEIROGA, 2003, 2004).

---

<sup>31</sup> O sentido intersubjetivo refere-se às razões do cotidiano, contrapostas às razões sistêmicas ou do mundo globalizado, configurando o conceito das razões comunicativas de Habermas.

QUEIROGA (2003, 2004) adota uma abordagem geográfica e *santosiana*<sup>32</sup> do espaço, resultado das articulações entre sistemas de objetos x sistemas de ações. A contraposição entre as razões globais e locais dentro das megalópoles brasileiras é destacada para justificar como a vida pública continua se desenvolvendo nas praças suburbanas, ao mesmo tempo em que é reforçada pela estrutura que em oposição, a renega, a da megalópole globalizada. O autor formula uma categoria de análise abstrata, à qual batiza de “*pracialidades*” ou um “estado de praça”.

*“Pracialidade é uma prática espacial própria da esfera da vida pública, que pode se estabelecer em diferentes momentos para diferentes sistemas de objetos integrantes da paisagem urbana”. Queiroga (2003, p.139).*

Seu principal argumento, portanto seria observar a *pracialidade* como uma forma de usufruir o espaço, como uma teia de relações sociais e comportamentais que transcendem a pura dimensão física e institucional do lugar. As *pracialidades* independem de vinculação com a propriedade e com o sistema de objetos para existir, podendo ocorrer em qualquer espaço livre público, se manifestando também através da apropriação. QUEIROGA (2003) argumenta ainda que as sutilezas observadas nas variadas manifestações das *pracialidades* sugerem que as soluções de desenho e os modelos projetuais estabelecidos, devem ser mais sensíveis aos usos e ritmos cotidianos, prevalecendo o *contexto* do lugar sobre a forma, variações estilísticas ou função. Concordamos com sua argumentação quando sugere que os projetos merecem ser revisados qualitativamente, adquirindo mais flexibilidade e adaptabilidade, já que sua transformação através da apropriação é inevitável, reforçando a lógica da observação prévia e entendimento da dinâmica do lugar. QUEIROGA (2003) também argumenta que a maior dificuldade dos arquitetos ao projetar uma praça, ou espaços livres, é a falta de autonomia destes espaços; sua dinâmica sempre dependerá da presença das pessoas e dos usos que abrigar, não importando os programas para as quais foram destinadas.

## OS ARQUÉTIPOS DAS PRAÇAS <<

As ágoras são consideradas as antecessoras das praças. Para a cultura ocidental as ágoras representam um marco civilizatório, tanto do ponto de vista sociológico como do arquitetônico; a ágora é o arquétipo da praça ocidental (CHIAVARI, 1996). Surgiram aproximadamente no séc. V antes de Cristo, e eram os centros dinâmicos das cidades

---

<sup>32</sup> “Santosiana” faz referência ao geógrafo Milton Santos.





*Praças da Rodoviária de Campo Grande (A) e o calçadão da Coronel Agostinho (B e C)*

Fonte: Quadro do Paisagismo no Brasil em <<http://winweb.redealuno.usp.br/quapã>>. Acesso em julho de 2005.

**Fig. 1/8**



gregas, abrigando funções urbanas importantes como direito, governo, religião, indústria e sociabilidade (ZUCKER, 1959; MUMFORD, 2004). Segundo MUMFORD (2004, pg.166) eram lugares destinados tanto à palavra como a troca de mercadorias, mas suas funções aproximadamente no séc. V antes de Cristo, e eram os centros dinâmicos das cidades gregas, abrigando funções urbanas importantes como direito, governo, religião, indústria mais persistentes e antigas eram de ser o ponto de encontro comunal. Descritas como espaços abertos de propriedade pública, com formato “amorfo e irregular”, elas representavam a cidade em sentido horizontal, podendo abrigar qualquer tipo de edificação dentro de uma estrutura urbana não unitária (MUMFORD, 2004; CHIAVARI, 1996).

Ao contrário da ágora, o fórum romano, é descrito muitas vezes como um espaço de formato regular, cujas atividades variadas ocorriam em “um grau maior de ordem formal” edificação dentro de uma estrutura urbana não unitária (MUMFORD, 2004; CHIAVARI, 1996).

(MUMFORD, 2004; ZUCKER, 1959; CHIAVARI, 1996). Em Roma, o fórum era não só o centro da vida pública, mas de todo o Império, pois era o símbolo da união das várias tribos estrangeiras que habitavam a cidade. “Recintos abertos” de traçado complexo, esses espaços foram aos poucos se fechando com colunatas. Inicialmente, eram circundados por templos sagrados, tavernas e “stands” de mercados, mas ao longo do tempo, essa combinação de funções foi se modificando, e os fóruns perderam a função comercial (embora a administração central do comércio permanecesse) tornando-se locais exclusivamente de domínio público, passando a possuir prédios da justiça, e casas do conselho, além dos templos e santuários, cada edificação desempenhando um papel próprio no cotidiano urbano (KOSTOFF, 1992; MUMFORD, 2004).

Com a transição para o período medieval, igrejas e praças foram sendo implantadas sobre fundações ou ruínas dos fóruns, em cidades de antiga colonização romana (ZUCKER, 1959; KOSTOFF, 1992; CHIAVARI, 1996). O recanto aberto era quase uma regalia no emaranhado e denso tecido intramuros destas cidades – e a maioria dessas praças tinha cunho religioso (SEGAWA, 1996). Segundo SEGAWA (p.32, 1996) áreas abertas não-religiosas, quando existentes no espaço urbano, serviam para recreação ou uso militar. KOSTOFF (1992) nos diz que a relação entre os pátios religiosos e as praças urbanas, pode ser considerada como uma relação evolutiva. Enquanto praças se desenvolveram

em pátios fronteiros às igrejas<sup>33</sup>, praças de mercado estabeleceram-se nas proximidades, já que os locais onde os fiéis se encontravam com frequência eram os mais atrativos ao comércio que despontava (MUMFORD, 2004). Praças se distribuíram a partir do alargamento de vias, nas próprias vias, nas entradas e portões das cidades, externa ou internamente aos seus muros, nos centros das cidades (ZUCKER, 1959; KOSTOFF, 1992).

No final da Idade Média, juntamente com a libertação do jugo dos senhores feudais e a reconstrução da vida pública, as cidades tornaram-se os locais mais apropriados para a expressão de idéias políticas e sociais. Praças tornaram-se o coração das cidades; não só abrigavam os mercados como eram palco de execuções, celebrações e difusão das notícias. Passaram a aliar em um mesmo espaço a função de repositório das manifestações populares, e as manifestações oficiais e ideológicas do poder instituído (MARCUS ET AL, 1998; ZUCKER, 1959, SEGAWA, 1996).

No período renascentista as praças ganham relevância formal, adquirindo novas simbologias e um formato regular, contrastando com a maior parte dos espaços de crescimento não ordenado da Idade Média (CARR ET AL, 1992). ZUCKER (1959) nos diz que os renascentistas eram *planificadores* de cidades; a ordem humana e a tentativa de estabelecer limites espaciais definidos eram as regras básicas das praças do Renascimento. Algumas características do período eram o desejo freqüente de unidade espacial, através do emprego de arcadas conectando os elementos em torno das praças, e o uso de monumentos, como fontes e mastros para organizá-las e referenciá-las simbolicamente no meio urbano. ZUCKER (1959) refere-se a Piazza São Marcos em Veneza como a praça símbolo desta época<sup>34</sup>. No entanto, o desejo renascentista de organização geométrica, perspectiva e ordem matemática, diante da densa realidade edificada de algumas cidades medievais européias, tornavam a inserção de espaços com estas qualidades uma empreitada difícil. CHIAVARI (1996, p.382) acredita que somente nas colônias espanholas do Novo Mundo foi possível implantar tal regularidade e organização no desenho das praças.

No Novo Mundo a *plaza* representa o centro cívico da cidade (ZUCKER, 1959, p.136; LOW, 2000, CHIAVARI, 1996). No início da colonização das Américas o governo espanhol enviou instruções exatas para a construção das cidades aos administradores das colônias.

---

<sup>33</sup> Zucker (1959) nos diz que a praça diante da igreja, *parvis*, é geralmente dominada por um só edifício que se distingue dos demais em importância, o que a diferencia especialmente da praça de mercado.

<sup>34</sup> A forma pela qual conhecemos São Marcos resulta de inúmeras reformas e acréscimos, sendo as mais importantes ocorridas entre os anos de 1536 e 1640. A última modificação se deu no início do sec XIX! (ZUCKER, 1959; KOSTOFF, 1992)

Essas instruções promulgadas em 1573 - as *Ordenanzas de Población*<sup>35</sup>, previam entre outras recomendações a localização e o tamanho ideal das praças, a configuração dos elementos de seu entorno, levando-se em conta o crescimento futuro da população, quase que reproduzindo fielmente as recomendações dos tratados renascentistas (KOSTOFF, 1992; LOW, 2000; DERENJI, 1999). Autores como LOW (2000) e DERENJI (1999) acreditam em uma ordem inversa; crêem que os tratados arquitetônicos renascentistas teriam sido influenciados pelas novas praças da América espanholas, construídas antes da sua publicação.

KOSTOFF (1996) afirma que a coordenação de praças dentro de um sistema de desenho urbano, foi uma preocupação que teve início nos períodos renascentista e barroco. Nas cidades barrocas, praças foram inseridas no encontro de avenidas radiais. Em cidades mais antigas os sistemas foram criados através da interligação dos espaços livres existentes com novas praças. Em novas cidades ou extensões de cidades recém-planejadas, esquemas formais foram desenvolvidos obedecendo a regras abstratas de composição, aplicadas ao plano urbano de forma integral. No barroco, as praças foram assumindo uma rica variedade de formas geométricas, harmonizando-se com esquemas imaginários caprichosos. Posteriormente, praças se desenvolveram como resultado das pressões de tráfego, incorporadas em novos planos urbanísticos como decorrência dos cruzamentos viários (KOSTOFF, 1992, p.194).

Ainda segundo KOSTOFF (1992, p.161) praças centrais, praças comerciais e habitações foram compatíveis até certo período, em que negócios e moradia necessitavam compartilhar a mesma edificação ou vizinhança. O enriquecimento de alguns e o desejo de grupos socialmente similares se destacarem dos outros, impulsionou o desenvolvimento das praças residenciais, geralmente planejadas e empreendidas por uma só agência privada, com atividades públicas limitadas e atividades comerciais não predominantes. Até o séc. XIX os habitantes de praças residenciais pertenciam em geral as classes mais abastadas ou à nobreza. Na França, no início do sec. XVII, a tendência às praças residenciais se desenvolve a partir da implantação das *places royales*; espaços abertos, rodeados por moradias, sem lojas ou edifícios públicos, no máximo uma igreja, fechada apenas pelas suas próprias casas (MUMFORD, 2004). Como características principais das *places royales* predominavam a repetição de fachadas e a acentuação do centro com um monumento significativo. Nas praças residenciais reconhecemos a cristalização das idéias predominantes e atitudes culturais da época, na dedicação

---

<sup>35</sup> Leis das Índias. Os historiadores fornecem datas diferentes para a criação das leis e a sua promulgação. Essas datas variam do ano de 1523 até o de 1573, que preferi adotar.

exclusiva do espaço ao usufruto das classes superiores. A Place des Vosges (1629) em Paris pode ser considerada o arquétipo da *place royale* (ZUCKER, 1959; MUMFORD, 2004).

Em Londres, entre os séculos XVII e XVIII, praças residenciais se desenvolveram, mas com características formais simplificadas, talvez porque a tradição do espaço público como local de reuniões e trocas comerciais, não fosse tão evidente como no restante da Europa (CARR ET AL, 1992). As praças inglesas típicas eram quase sempre residenciais, e podem ser definidas como um jardim gramado, emoldurado pela arquitetura do entorno, sem preocupações estilísticas ou consistentes no que diz respeito à repetição de fachadas (ZUCKER, 1959, p.165 e 199). Quando as primeiras se estabeleceram, ainda não eram planejadas nem compostas por jardins; somente no sec XVII elas passaram a abrigar estas características. Eram geralmente cercadas, e trancadas com chaves, sempre ao alcance dos proprietários de residências próximas. A importância das praças londrinas repousava principalmente no seu potencial como centro de recreação para as vizinhanças (ZUCKER, 1959, p.199). Elas eram, porém, entidades fechadas e não relacionadas entre si, e mesmo que geograficamente próximas, não existiam nem em função de axes ou de sistemas de vistas, resultado de composições visuais ou artísticas, características do renascimento e do barroco. Sua função era proporcionar privacidade ao pedestre, conforto às residências próximas e isolar a vizinhança imediata do cotidiano do entorno (ZUCKER, 1959, p. 201).

Acreditamos que praças medievais, renascentistas e barrocas, *squares* londrinas e *places royales*, tanto nos aspectos formais como em sua estrutura pública, podem ser consideradas como os modelos de praças tomados pelos urbanistas que traçaram planos de cidades baseados em conceitos de vizinhança, em busca da reprodução de uma escala perdida com o avassalador crescimento urbano pós séc. XIX. Quando a linha reta e a malha quadrangular tornaram-se predominantes no planejamento urbano, com as ruas tornando-se mais importantes que as praças às quais deveriam estar integradas, as novas praças deixaram de ser um elemento compositivo da vida pública, para se adequar às normas de tráfego e ao novo uso do solo, sobrepondo novas funções às antigas e perdendo a escala humana.

VAZ (1999) e FREITAS (2000) apontam complicadores que incidem em qualquer estudo historiográfico sobre as praças cariocas, principalmente sobre os três primeiros séculos de colonização. Em geral, referem-se à escassa iconografia existente, à variação na nomenclatura dos lugares, e a incerteza sobre motivações impulsionadoras das modificações na morfologia e na toponímia de um determinado espaço. VAZ (1999, p.142) relata que a própria denominação “praça” é discutível, já que alguns historiadores acreditam que nos séculos XVIII e XIX ela se voltava mais ao caráter cívico de um lugar, enquanto “largo” seria a denominação dada aos outros tipos de espaços. Para esta breve colocação sobre as praças cariocas, consideraremos “largos” a denominação dos antecedentes das praças.

Nas cidades coloniais brasileiras, praças de formato quase sempre irregular, geralmente denominadas largos, formavam-se em função do poder civil (pelourinho, Casa da Câmara e Cadeia), eclesiástico (a igreja matriz, igrejas ou conventos), e do comércio (SILVA, 1999, p.226; VAZ, 1999, p.140). Geralmente elas se distribuíam seqüencialmente ao longo da “Rua Direita”<sup>36</sup> que desembocava nos campos ou no rossio – essas as áreas limítrofes da cidade. As edificações que simbolizavam o poder em uma praça poderiam estar dispersas e distribuídas em inúmeras edificações ao longo dos vários largos (REIS, 1995, p.12). Essa sucessão de largos, pátios e terreiros articulava a trama urbana constituindo a sua estrutura e identidade (CHIAVARE, 1996, p.383; FREITAS, 2000, p.65). Os equipamentos existentes nos largos eram relacionados à vida material e religiosa da população da época; os chafarizes para o abastecimento da água; o cruzeiro, marco religioso; e o pelourinho e a forca, como representantes da lei e do poderio colonial português (VAZ, 1999, p.142).

As primeiras praças cariocas se originaram nos adros e pátios fronteiros das capelas e igrejas, onde a vida religiosa e social se desenvolvia (CHIAVARI, 1996, p.383; FREITAS, 2000, p.65). Ao longo do tempo os adros passaram a se abrir para as ruas, recebendo novas denominações como largos (ou terreiros) abrigando procissões e festas religiosas. FREITAS (2000) afirma que o primeiro espaço livre público com características de praça a se formar na cidade do Rio de Janeiro foi o Largo da Misericórdia. O Largo existia em função da Igreja da Misericórdia e caracterizava-se por concentrar atividades comerciais e religiosas. Curiosamente este espaço preserva a denominação de Largo da

---

<sup>36</sup> Segundo Silva (1999, p.232) quase todos os estrangeiros que visitavam o Rio fizeram menção às praças em seus relatos de viagem. Von Martius teria descrito oito ruas direitas, estreitas e paralelas atravessando a parte mais antiga da cidade.

Misericórdia desde os primeiros registros que dele se conhecem, apesar de ter perdido seu formato original e identidade no século XX, após a derrubada do Morro do Castelo. Para CHIAVARI (1996) os adros do Outeiro da Glória, e dos Mosteiros de São Bento e Santo Antonio, instalados no alto dos morros, parecem ainda conservar as características morfológicas similares aos adros originais da primeira fase da colonização.

Enquanto algumas cidades brasileiras, como as cidades mineiras, estruturavam seus sistemas de vias em torno das igrejas, o Rio de Janeiro foi incorporando o mar à sua arquitetura, e se estruturando ao longo da sua “marinha”. O comércio se desenvolveu ao longo da marinha carioca, concentrando-se nos alargamentos das praias, ou em alguns largos; no entanto, nenhuma praça de mercado dos tempos coloniais, imperiais ou republicanos, permaneceu. O mesmo pode se dizer a respeito dos pelourinhos (VAZ, 1999). O largo mais importante do Rio, do Paço, depois praça XV, cresceu em importância após a chegada da família imperial ao Brasil. Fechado pelas construções que o margeavam, era escancarado para o oceano. O Largo do Paço logo se tornou o verdadeiro centro e a porta de entrada da cidade colonial; inicialmente concentrava a igreja e o convento que lhe deu origem, acumulando depois em seu entorno os edifícios públicos mais importantes (VAZ, 1999, p.146; SCHLEE, 1999, p.108).

Algumas praças se originaram de aterros executados no sec XVIII. Os largos do Moura e do Carmo (mais uma antiga denominação da praça XV) localizaram-se sobre aterros litorâneos, enquanto outros largos instalaram-se sobre aterros de lagoas; da antiga Lagoa de Santo Antonio surgiu o Largo da Carioca, e a Lagoa do Boqueirão deu lugar ao Passeio Público<sup>37</sup>. O Largo da Carioca tem no bojo de sua história uma íntima relação com a religião, devido a presença do Convento de Santo Antônio; com a água, porque o seu chafariz foi o mais importante da cidade; e com os transportes urbanos, já que em meados do século XIX abrigou uma estação de bondes. Atualmente, abriga uma estação de metrô. Esta grande esplanada tem em sua configuração, o traçado do paisagista Roberto Burle Marx (VIEIRA, M., 2001; SCHLEE, 1999).

Os campos e os rossios são também precursores de largos e praças, como a praça Tiradentes e a praça Onze, que não mais existe, senão como marco referencial no imaginário popular (VAZ, 1999). A praça Tiradentes, “conhecida até o final do século XVIII, como Campo dos Ciganos”<sup>38</sup> (SCHLEE, 1999, p.112) teve sua destinação modificada

---

<sup>37</sup> O Passeio não é exatamente uma praça, mas foi selecionado porque foi edificado sobre um aterro.

<sup>38</sup> Um só campo aterrado, o Campo da Cidade, deu origem a outros quatro campos caracterizados cada um por sua vez, a partir da construção de diferentes igrejas, conforme relatado por Vaz (1999); N. Sra do Rosário, São Domingos, Lampadosa e Santana. O da Lampadosa originou a praça Tiradentes.

várias vezes. Foi chácara particular, abrigou a população marginalizada da cidade; instalou-se a igreja da Lampadosa, foi palco de manobras militares, até que se voltou às artes, principalmente às cênicas, quando em seu entorno teatros e cafés-concertos foram construídos. Para CHIAVARI (1996, p.386) a praça Tiradentes tem algumas características especiais; ausência de prédios institucionais em seu entorno, a presença da natureza projetada, o centro marcado pela estátua eqüestre de D. Pedro I. Ela sugere que este esquema projetual se reproduziu de maneira empobrecida nas praças dos novos bairros residenciais que foram surgindo desde o sec. XIX.

Durante o século XIX, o Rio de Janeiro deixou de ser uma cidade colonial, a partir da transformação da sua forma urbana e da transferência das classes mais abastadas para os bairros da Zona Sul (ABREU, 1987). Nesta época, também foi sendo pavimentado o tipo de desenvolvimento do século seguinte, caracterizado pelo parcelamento do solo em lotes, onde o largo - a praça, já começava a perder o seu significado anterior, constituindo-se apenas em mais um elemento embelezador dos loteamentos, quando existia. CHIAVARI (1996, p.386) acredita que já nessa época;

*“A praça tornou-se uma fatia de terreno que a especulação imobiliária renunciou construir para utilizar como elemento de embelezamento e valorização do novo loteamento, obedecendo com sua vegetação às exigências higienistas da época, para se transformar progressivamente num nó de tráfego”.*

No último terço do século XIX, a introdução dos bondes impulsionou fortemente a nova distribuição populacional, enquanto a cidade se inseria na nova ordem econômica mundial, “consolidando-se como capital política, administrativa e cultural do país” (ABREU, 1987, p.59).

A reforma Passos, na primeira década do século XX, foi o ápice destes processos iniciados no século anterior, numa tentativa atrasada em quase meio século, de imprimir ao centro da cidade a estética francesa do século XIX - monumentalidade nas edificações e nas largas avenidas. Passos fez várias obras de embelezamento em algumas praças com a instalação de estátuas imponentes ou melhoria nos jardins, como nas Praças XV, no Largo da Glória e do Machado, na Praça São Salvador, Onze de Junho e Tiradentes (ABREU, 1987, p. 61). As obras de Passos também removeram muitos quiosques, equipamento comum a muitas praças da cidade, e inauguraram alguns coretos de música<sup>39</sup>, além de mictórios públicos<sup>40</sup> (BRENNNA, 1985).

---

<sup>39</sup> Na praça XV foi inaugurado o pavilhão musical, projetado por técnicos municipais e seu desenho foi motivo de inúmeros debates (BRENNNA, 1985).

<sup>40</sup> Evidências da existência de banheiros públicos em praças existem na iconografia, como na praça Edmundo Rego, no Grajaú que abrigou um banheiro administrado e limpo pela municipalidade, já demolido. Acredita-se que tenha permanecido até meados do séc.XX.

As administrações municipais que sucederam a de Passos investiram em obras viárias, em planos diretores, e na confecção de um código de obras; novos instrumentos de administração urbana. As obras, tanto para abertura de novas ruas e avenidas, como para consolidação das existentes, dominaram os calendários de investimentos na cidade<sup>41</sup> (REIS, 1977). As praças e jardins públicos inseridos em locais onde a pressão imobiliária e a valorização do solo eram ampliadas com as urbanizações e o crescimento da cidade, começaram a perder a atenção da administração pública, passando a ser cobiçadas para construção. Na administração do Prefeito Pedro Ernesto (1936 a 1937) no afã de se construírem escolas públicas, elegiam-se praças ou jardins públicos como terreno ideal, destruindo esses espaços, ou expondo os alunos a acidentes, já que os locais selecionados ficavam geralmente em áreas de grande movimento de veículos (REIS, 1977, p.106).

No início do século XX, o prolongamento dos trilhos dos bondes até as praias, numa associação entre o capital privado e o estado, incrementou o surgimento de muitos e novos loteamentos em Copacabana (ABREU, 1987). As casas e os quintais residenciais foram desaparecendo paulatinamente e dando lugar aos edifícios, em um tipo de estruturação urbana que já não mais comportava a existência de largos, só de grandes praças. Assim como Copacabana, Ipanema e Leblon tiveram um processo de urbanização similar, com a substituição de casas e quintais por edifícios de apartamentos. Na administração do Prefeito Negrão de Lima, já no término da década de 50, foram feitos diversos investimentos em duas grandes praças de Copacabana; Serzedelo Correia e Edmundo Bittencourt. Entre os anos 50 e 60, conjuntos de brinquedos padronizados para recreação foram instalados em 172 diferentes playgrounds das praças da cidade (REIS, 1977).

A partir dos anos cinquenta a cidade dirige seu crescimento para a Zona Oeste, em direção à Barra da Tijuca. O Plano Piloto da Barra da Tijuca, elaborado por Lucio Costa em 1969, tinha como um dos objetivos salvaguardar o meio ambiente da região, evitando a verticalização ocorrida nos outros bairros litorâneos, como Copacabana, Ipanema e Leblon, através do zoneamento e do controle de sua expansão. O Plano, ancorado na utilização do automóvel, determinou zonas residenciais confinadas em condomínios, cujas áreas de lazer coletivas se distribuiriam entre os prédios. As praças públicas propostas pelo Plano Piloto são em sua maioria, rótulas de tráfego. As praças que pertencem a condomínios fechados, não podem ser consideradas *públicas*, já que o

---

<sup>41</sup> A abertura de grandes avenidas como a Portugal na Urca, Atlântica em Copacabana, Beira-Mar, Maracanã, Epiácio Pessoa na Lagoa, foram obras executadas durante a administração Carlos Sampaio (até 1922). Já a Avenida Presidente Vargas, e a reconstrução da Av. Atlântica, foi realizada durante a administração Henrique Dodsworth (1937 a 1945).



acesso é restrito aos não-moradores. Na verdade, a presença da praia, o traçado do plano, e a *escala* de bairro induzem relações diferentes entre espaços públicos e população.

Algumas praças cariocas surgiram em função dos meios de transportes. Outras se transformaram em nós modais, abrigando estações de bondes, de ferrovias, ou estações de metrô, e conseqüentemente, pontos de ônibus ou pontos de táxi, como o Largo do Machado, ou a Praça Sãos Pena. Atualmente, grandes e boas praças de outrora, abrigam populações marginalizadas enquanto se degradam, aguardando interferências que só irão ocorrer em função da implantação de novas estações de metrô, como por exemplo, a praça General Osório, em Ipanema - gradeada há dois anos. Esses locais destinam-se ao convívio de funções e usos tradicionais das praças, quando possível, com um intenso tráfego de veículos e pedestres, em determinadas horas do dia, em busca das estações de metrô, ferrovias, pontos finais de ônibus ou táxis.

Os playgrounds dos edifícios e os shoppings centers têm substituído, física e funcionalmente as antigas praças, deslocando o interesse das ruas para lugares mais seguros, processo que tem ocorrido em todas as zonas da cidade (GOMES, 2000; CHIAVARI, 1996; VAZ, 1999). Assim, o espaço público por excelência do carioca da Zona Sul e da Barra da Tijuca quase sempre é mesmo a praia<sup>42</sup>. Numa arriscada síntese, poderíamos dizer que um panorama das praças públicas cariocas *pracializadas*, ou seja, daqueles locais que permitiriam uma prática espacial interligada aos significados da praça pública (QUEIROGA, 2003/2004), seria dessa forma; grandes e representativas praças de bairro, gradeadas ou não, com usos tradicionais; praças de condomínios fechados, restritas ao uso público; largos; sobras de terreno; campinhos de futebol; rótulas de tráfego; esplanadas suporte de estações de transportes, como o metrô, podendo conviver ou não com os usos tradicionais; praças *monumento*, com um monumento ou uma obra de arte fincada no centro, como elemento mais importante; e as *pracinhas* de bairro, derivadas ou não, dos projetos de loteamentos.

---

<sup>42</sup> É claro que existem exceções! Praças como a General Osório e a Nossa Senhora da Paz (Ipanema), as Praças do Lido, Serzedelo Correia, Edmundo Bittencourt (Copacabana), São Perpétuo, já citada (Jardim Oceânico) entre outras, são muito utilizadas pela população local, mesmo estando em bairros oceânicos.

Este capítulo procurou contextualizar a praça pública carioca, e sua inserção dentro de um sistema maior - o sistema de espaços livres públicos. Discutimos o papel que as praças podem desempenhar para as camadas populares, acreditando que parte das funções tradicionais representadas por elas ainda não desapareceram. Consideramos também, que as tentativas de se tratar de forma sistêmica as praças cariocas, nos grandes planos, projetos e leis já traçados para a cidade, ou na atuação cotidiana das menores escalas da administração municipal, ainda não frutificaram, principalmente no que tange à sua integração com outros espaços livres públicos da cidade, ou com os espaços destinados à reserva ambiental.



**2**

***CAMPO GRANDE***

*“Ao lado de cada estação (ferroviária), casas iam se dispondo espontaneamente, algumas lojas surgiam, uma pracinha tomava forma e aos poucos (os povoados) iam crescendo (...) inicialmente (...) alinhavam-se às margens dos trilhos, para só depois, crescerem num sentido transversal à linha férrea”.*  
SOARES & BERNARDES (1987, p.59)

### INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste capítulo é identificar e compreender os sistemas de objetos e ações representados pelos processos sociais e econômicos que estruturaram a paisagem cultural do bairro de Campo Grande. Pretendemos mostrar os contextos históricos que deram origem aos sucessivos processos de subdivisão de terras, até culminar nos loteamentos, cujas regras legais de implantação dão origem a espaços livres públicos *residuais* (COSGROVE, 1998) como as praças públicas desta pesquisa.

A primeira parte deste capítulo é uma breve revisão bibliográfica da literatura referente ao histórico de desenvolvimento da Zona Oeste. Na segunda parte, serão explorados os aspectos atuais do bairro e expostos alguns planos e projetos já confeccionados para a região. É importante frisar que para este capítulo, a pesquisa não se ateve somente ao bairro de Campo Grande, desde que é impossível isolar o seu desenvolvimento dos bairros próximos, devido ao grau de centralidade e relevância que Campo Grande adquiriu dentro da Região Administrativa.

Da capitania de São Vicente nos tempos coloniais, até o retalhamento da terra em loteamentos, foi um longo caminho. Como principal característica de desenvolvimento da Zona Oeste, está a prevalência do perfil rural por quase quatro séculos; desde meados do sec. XVI até quase final do século XX. ANDRADE (1998) nos informa que três aspectos foram determinantes na estruturação urbanística da Zona Oeste; primeiramente a forma de parcelamento da terra; em segundo lugar, a instalação do ramal da estrada de ferro de Santa Cruz, que estendeu a ferrovia até Campo Grande; e por último, o sistema de estradas de rodagem. Além destes, acrescentamos ainda três aspectos socioeconômicos essenciais que impulsionaram os anteriores; os ciclos agrícolas, a especulação com as terras e os fluxos migratórios.

A literatura sobre o desenvolvimento desta região, principalmente nos tempos coloniais é escassa, mas acreditamos estar forjando mesmo que de forma incompleta, um entendimento dos sistemas de objetos e ações que foram ao longo do tempo modificando

os significados de uma paisagem rural para uma inteiramente nova, inserida em um contexto urbano e industrial, mas estruturada sobre os seus antigos alicerces.

## PANORAMA HISTORICO

### DAS SESMARIAS ÀS FAZENDAS <<

Enquanto a cidade do Rio de Janeiro se espalhava pela margem ocidental da Baía de Guanabara, primeiramente por seus morros, depois tomando terreno das várzeas e das praias (CRULS, 1965), a distante Zona Oeste, o *campo grande*, o *sertão*, ia sendo vagarosamente ocupado, sendo dividido em sesmarias<sup>43</sup> que lhe conferiram características de desenvolvimento distintas do restante da cidade, ainda hoje claramente impressas em sua fisionomia. Esse desenho específico resultou da conjunção de fatores históricos, sócio-culturais, geográficos, estratégico-militares, e religiosos.

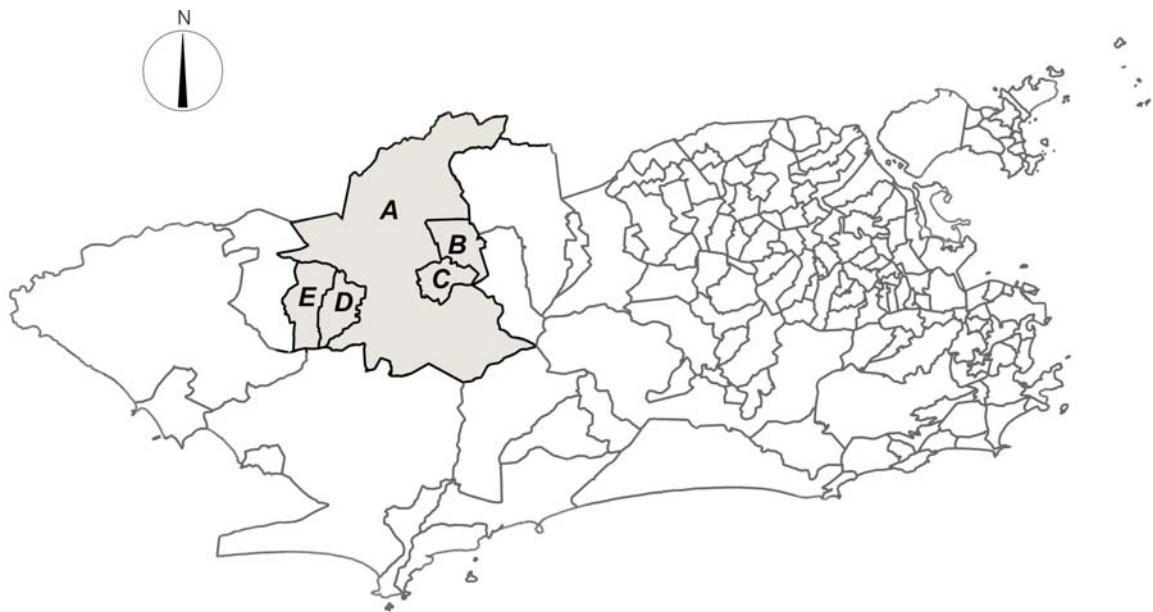
A preocupação com a ocupação dessa região teve início aproximadamente um quarto de século após a data de fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565, por Estácio de Sá. A conquista ao solo do *campo grande* se deu primeiramente a partir da divisão em sesmarias, subdivididas em freguesias<sup>44</sup>, posteriormente repartidas em fazendas e sítios. Em um período de aproximadamente 200 anos (de 1588 a 1789) foram doadas pelo menos quarenta sesmarias naquela região; dez delas correspondem atualmente aos bairros de Campo Grande, Santíssimo, Cosmos, Senador Augusto Vasconcelos e Inhoaíba, que por sua vez, configuram hoje em dia a XVIIIª R.A [fig. 2/1]. O atual bairro de Campo Grande é fruto das terras de algumas sesmarias do *campo grande*, e por terras da sesmaria de Guaratiba (FROES & GELABERT, p.17, 2004).

Segundo FROES & GELABERT (2004) é necessário que se faça uma distinção entre o *campo grande* e o *sertão*. O *sertão* se estendia das serras do Gericinó, da Tijuca, da Pedra Branca, Bangu até o Cabuçú, enquanto que Campo Grande foi a denominação dada a um dos povoados que se formou nessas paragens, já no século XIX, após a

---

43 Sesmaria: a origem da palavra é incerta. Diz-se que a palavra origina-se do vocábulo semear, ou da palavra sesma, significando a sexta parte "porque na sua origem as sesmarias pagavam de pensão a sexta parte dos frutos da terra (Gonçalves, 2004, p.48)". A sesmaria era doada sem ônus (foro ou pensão), exceto o dízimo da ordem de Cristo (Froes & Gelabert, p.19, 2004). O sesmeiro tinha um prazo de três anos para tornar a terra produtiva.

44 A freguesia é a povoação sob o aspecto eclesiástico. Outro regime de doação de terras denominava-se "data de terra", que se destinava principalmente à pequena exploração, o que serviu de base para formação de pequenos núcleos coloniais. Exigia para isso apenas pouca mão de obra, geralmente a familiar e poucos recursos. Com a data da terra surgem as pequenas e médias propriedades, ou os sítios (FROES & GELABERT, p.34, 2004).



XVIIIª Região Administrativa; Campo Grande. A; bairro de Campo Grande. B; Santíssimo. C; Senador Vasconcelos. D; Inhoaíba. E; Cosmos. Sem escala.

Desenho: Yuri Torres.

**Fig. 2/1**

inauguração da estação de Campo Grande no ramal da estrada de ferro que ia até Santa Cruz.

O desbravamento daquela “*grande extensão de terra que estava situada para além das terras do Irajá*”, seguiu, inicialmente, as trilhas indígenas, perigosas e de difícil acesso. Os caminhos se abriram para os primeiros povoadores, de fato, após a abertura da Estrada Real [fig. 2/2], que ligava a Praça XV até a Fazenda de Santa Cruz (em torno de 1808) pertencente aos jesuítas. Em 1928, alguns trechos da Estrada Real foram incorporados à primeira estrada Rio - São Paulo, denominada rodovia Washington Luís. A Avenida Cesário de Melo, atualmente importante eixo viário e comercial do bairro, também pertenceu a Estrada Real (FROES & GELABERT, 2004; C.G. XVIIIª R.A, 1976; ANDRADE, 1998).

A administração das terras cariocas foi, por um longo tempo, inserida dentro do sistema eclesiástico que as dividiu em freguesias para facilitar a sua administração. As freguesias limitavam inicialmente o território de jurisdição religiosa, mas terminaram por abranger também a jurisdição administrativa. A criação de uma freguesia significava o reconhecimento da importância de um núcleo populacional, e as matrizes eram instaladas em igrejas. A Freguesia de Irajá, a qual pertenceu a de Campo Grande, foi criada em 10 de fevereiro de 1647 conforme nos relata COARACY (1965, p.192);

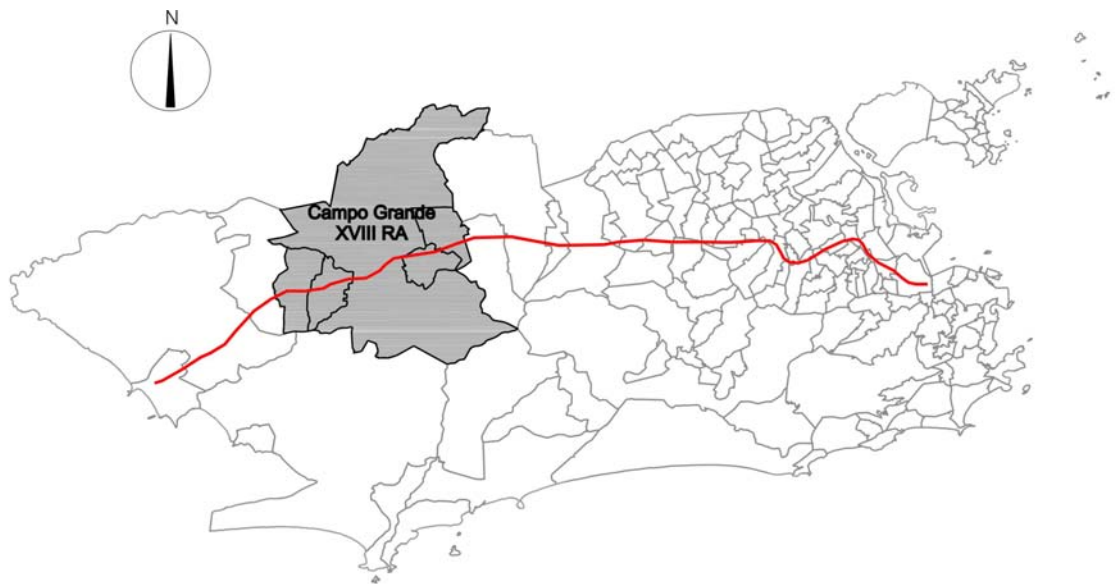
*“A propósito de Irajá, a freguesia compreendia inicialmente as terras que hoje formam Inhaúma, Campo Grande, Jacarepaguá e Guaratiba. Cabe observar que essa zona, ficando além das posses dos jesuítas, foi muito procurada pelos primitivos colonos e eram nela numerosos os engenhos de açúcar, dos mais prósperos do seu tempo”.*

A Freguesia de Campo Grande foi destacada em 1673 da Freguesia de N. Srª da Apresentação de Irajá. A matriz instalou-se na capela de N. Srª. do Desterro de Campo Grande, [fig. 2/3 e 2/4] que foi construída por um de seus primeiros povoadores, o Sr. Manoel Barcelos Domingos, hoje nome de rua no centro do bairro<sup>45</sup>. A igreja localiza-se na praça Dom João Esberard, um dos espaços livres públicos mais antigos da região. O desmembramento dessas freguesias, entretanto, não significou a criação imediata da

---

<sup>45</sup> Segundo Brasil Gerson, Campo Grande conserva uma interessante característica que é conservar ainda hoje, os nomes de seus desbravadores, nos rios, nas ruas, nos morros, campos e estradas. (História das Ruas do Rio, 1965).





*Estrada Real; percurso através do município carioca e relação com o bairro de Campo Grande. Desenho sem escala.*

*A função da Estrada era escoar a riqueza do interior até o porto do Rio na praça XV.  
O percurso está marcado em vermelho e atravessava o que hoje, corresponde às seguintes vias;*

*Rua São Luis Gonzaga << Avenida Dom Helder Câmara << Avenida Ernani Cardoso <<  
Estrada Intendente Magalhães << Avenida Marechal Fontenelle << Avenida Santa Cruz <<  
Avenida Cesário de Melo << Estrada de Sepetiba*

Desenho: Yuri Torres.

**Fig. 2/2**



O centro de Campo Grande no início do século XX, retratado por Malta, em abril de 1929.  
Em vermelho, ao longe, a Igreja N.Sra do Desterro.

Imagem do acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

**Fig. 2/3**



*Igreja N. Sra do Desterro. A; à noite. B; a igreja em vista frontal. C; Vista lateral da igreja e o cruzeiro. A igreja fica em frente à praça mais importante de Campo Grande, a Dom João Esberard.*

*Imagens: Carlos Silveira. Cortesia da Fundação Parques e Jardins.*

**Fig. 2/4**

Freguesia de N. Sr<sup>a</sup> do Desterro de Campo Grande. Somente em 1757, quase um século depois, foi concedido o alvará, que correspondia ao título da criação de uma freguesia (FROES & GELABERT, p.56, 2004). Campo Grande só passou para uma administração civil de fato, não mais fundamentada na eclesiástica, quando se tornou 14<sup>o</sup> distrito fiscal em decreto de 5 de maio de 1941. Antes disso a Freguesia de Campo Grande teve seus limites alterados várias vezes; em 1857; em 1894; em dezembro de 1902, quando foram traçados os limites da 6<sup>a</sup> Circunscrição Fiscal Suburbana; e ainda em 1917, quando o Distrito Federal teve o seu território dividido em circunscrições fiscais (FROES & GELABERT, 2004). Em 1926 foi desmembrada uma grande parte do território para constituir o distrito de Realengo. Campo Grande torna-se definitivamente um bairro por decreto de criação, em julho de 1981 (ARMAZÉM DE DADOS).

Os maiores proprietários de terras nessa região foram primeiramente os jesuítas, que implantaram lavouras de cana-de-açúcar e construíram engenhos com base na mão-de-obra escrava. No começo dos setecentos, o que no *“recôncavo e no sertão não estava sob a jurisdição dos jesuítas, era da alçada da Freguesia do Irajá, inclusive a baixada à vista do Maciço da Pedra Branca”* (GERSON, 1965). Os jesuítas contribuíram grandemente para melhorias na região construindo pontes, estradas, canais de captação de águas para irrigação, e drenagem (PLANO ESTRATÉGICO II). A expulsão dos jesuítas das colônias, em meados do século XVIII (1759), contribuiu para a decadência da cultura da cana-de-açúcar e para a desvalorização de suas terras, dando início ao primeiro processo reconhecido de desfragmentação das fazendas (PEU, 2004<sup>46</sup>). Nessa ocasião os jesuítas eram donos de quase a metade das terras do município (C.G. XVIII<sup>a</sup> R.A., 1976).

As sesmarias foram sendo divididas ao longo dos anos, quer por partilha entre herdeiros, quer por venda ou mesmo por doação. Algumas foram retomadas como terras devolutas<sup>47</sup>, passando a pertencer ao patrimônio público. Entre elas, terras imensas que iam de São João de Meriti até Campo Grande e Grumari, doadas em 1650, desmembradas em 1680 na Fazenda do Gericinó, e em 1907 adquiridas pelo Governo Federal para utilização como campos de treinamento e manobras do exército, o Campo de Instrução do Gericinó (C.G. XVIII<sup>a</sup> R.A, 1976). A propósito dos maciços e das áreas militares, o Maciço da Pedra Branca, que se constitui em um obstáculo natural, o campo do Gericinó, a área da Vila Militar, e o Campo dos Afonsos, ao sul, interromperam o

---

46 O PEU, ou Projeto de Estruturação Urbana de Campo Grande - XVIII<sup>a</sup> RA, foi instituído pela Lei Complementar nº 72, de 27 de julho de 2004, e abrange os bairros de Campo Grande, Senador Vasconcellos, Cosmos e Inhoaíba,. Segundo o PEU, a Estrada do Cabuçú é a principal via de penetração à área delimitada pela Estrada da Cachamorra e o Maciço da Pedra Branca, a área central do bairro. A importância da estrada interliga-se à sua vinculação como indutora da ocupação desta área.

47 Como geralmente faltavam recursos para o cultivo de tão grandes extensões de terra, o sesmeiro cultivava apenas o trecho da sesmaria que lhe era possível, devolvendo legalmente o restante das terras, que recebia assim, a denominação de “terra devoluta”. As terras simplesmente abandonadas eram denominadas “terras de sobejo” (Gonçalves, 2004, p.34).

crescimento natural da cidade na direção oeste, “impedindo a completa conurbação entre as duas grandes malhas urbanas” (ANDRADE, 1998, p.31; BERNARDES & SOARES, 1965, p.157).

#### *DAS FAZENDAS AOS LOTEAMENTOS <<*

Ao final do século XIX, as lavouras de cana-de-açúcar já tinham sido substituídas pelas de café, então consolidado como principal produto de exportação da economia nacional<sup>48</sup>. FROES & GELABERT (2004, p.166) afirmam que a cultura da cana declinou, não só por causa do crescimento da cultura do café, mas também porque a mão-de-obra escrava começou a escassear, transferida para as minas de ouro e diamantes das Geraes. As conseqüências das leis<sup>49</sup> que foram aos poucos eliminando parte dessa mão-de-obra, já a partir de 1850, foram sendo amenizadas, primeiramente, pela imigração de portugueses e espanhóis, depois, italianos, sírios e libaneses. Esses imigrantes, somados aos descendentes dos escravos livres e dos colonos, fizeram parte de uma sociedade rural coesa que perdurou nesta região até os anos 50.

Ao contrário da cana-de-açúcar só cultivada na baixada, o café pôde ser introduzido nos Maciços da Pedra Branca, do Mendanha e nas demais serras. O plantio do café, iniciado no Rio e São Paulo se alastrou enormemente, tornando-se “base de riqueza e prestígio” na região (C.G. XVIIIª R.A, 1976) contribuindo, no entanto, para a devastação de boa parte da mata tropical úmida, levando ao esgotamento do solo<sup>50</sup>; em um processo que deixou profundas cicatrizes não só nesta região, mas em todo o território fluminense. A principal propriedade cafeeira carioca foi a Fazenda do Mendanha, cujo café foi introduzido em 1781, vinte anos depois de chegar à cidade (GERSON, 1965; ABREU, 1992). A cultura de café foi rapidamente suplantada pela produção do Vale do Paraíba (ANDRADE, p.33, 1998), que tinha melhores condições de produção, sendo depois transferida para as regiões de “terra roxa” do Paraná.

---

<sup>48</sup> O café chegou ao Rio de Janeiro vindo do Maranhão em 1760, quando foi plantado nos jardins do convento dos padres barbadinhos (Abreu, 1992). No início do sec. XIX a exportação de café começou a crescer no Brasil. Em torno de 1840 o Brasil já era o maior produtor mundial de café, entre 1870/80 o café já representava 56% das exportações nacionais e em 1920, 70% das exportações. O auge do ciclo prosseguiu até meados da década de 30. Fonte: Grande Enciclopédia Larousse Cultural, vol.5, Ed. Nova Cultural.

<sup>49</sup> Proibição do tráfico de escravos (1850), Leis do Ventre Livre (1871) e Sexagenários (1885), e por fim, a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888.

<sup>50</sup> Em 1861 o Major Gomes Archer, por iniciativa do Conselheiro Ferraz foi chamado ao reflorestamento da Fazenda da Tijuca também devastada pelo plantio de café. Foi de sua Fazenda Independência, às margens do Rio Cabuçu, que vieram as mudas plantadas para o que hoje é a floresta da Tijuca. O Major está enterrado no cemitério de Campo Grande.

O grande marco de transição de um Campo Grande rural para urbano<sup>51</sup> foi a extensão para a Zona Oeste da Estrada de Ferro Central do Brasil, através da criação do ramal ferroviário de Santa Cruz. Esse ramal foi implantado para facilitar o escoamento da produção de café, e para possibilitar a comunicação mais rápida com o centro da cidade. A estação de Campo Grande foi inaugurada em 2 de dezembro de 1878. Pequenos núcleos urbanos passaram a se desenvolver e a se expandir em torno das estações ferroviárias de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. Essa expansão se deu através da conjugação do transporte ferroviário com o serviço de bondes; a finalidade dos bondes era em geral, o transporte de cargas até a ferrovia. Em 1868, o serviço público de bondes a tração animal começou a ser oferecido no município do Rio de Janeiro; em Campo Grande, a história dos bondes começou quase 25 anos depois, em 1894, através da concessão à Companhia de Carris Urbanos (C.G. XVIIIª R.A., 1976). “Os bondes por muito tempo serviram à expansão agropecuária da região até a construção das estradas”<sup>52</sup> (FROES & GELABERT, p.209, 2004) [fig. 2/5 e 2/6].

Os investimentos do Estado em transportes coletivos, a partir do estabelecimento da citricultura no início do século XX provocaram um novo processo de parcelamento das terras das fazendas que ainda prevaleciam na região. Segundo o PEU de Campo Grande, nessa ocasião “um novo fluxo de empreendimentos deslocou-se para oeste, redefinindo a sua estrutura fundiária”. De acordo com FROES & GELABERT (p.181, 2004);

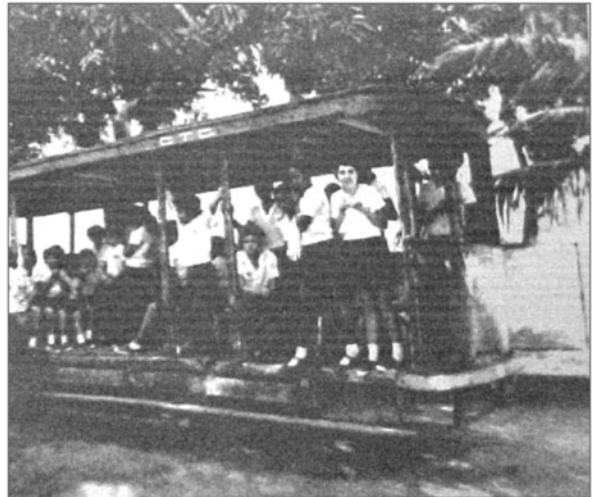
*“Desde os primeiros tempos de ocupação portuguesa havia laranjais na região em larga escala. A citricultura se desenvolveu de fato depois de 1920, devido à facilidade de financiamento de capitais ingleses e com o interesse de valorizar as terras nas adjacências do Rio de Janeiro. Homens de negócio fomentaram o movimento pela cultura da laranja, fizeram grandes plantações em velhas fazendas, facilitaram as vendas das terras divididas em pequenos sítios e organizaram viveiros para a expansão desta cultura”.*

O cultivo da laranja, durante a grande depressão econômica no final dos anos 20, quando o preço e as vendas do café brasileiro despencaram no mercado externo, apresentou-se para os exportadores e para o Estado, como uma alternativa viável, espalhando-se assim pelas regiões de Campo Grande e pela Baixada Fluminense. Os nossos maiores compradores e investidores eram os europeus - Inglaterra, e a Argentina [fig. 2/7].

---

<sup>51</sup> O Código Nacional Tributário define zona urbana como aquela que possui pelo menos dois dos seguintes elementos: meio-fio, pavimentação, água, esgoto, iluminação pública, escola ou posto médico a menos de 3 km. (In: ANDRADE, 1998, p.7).

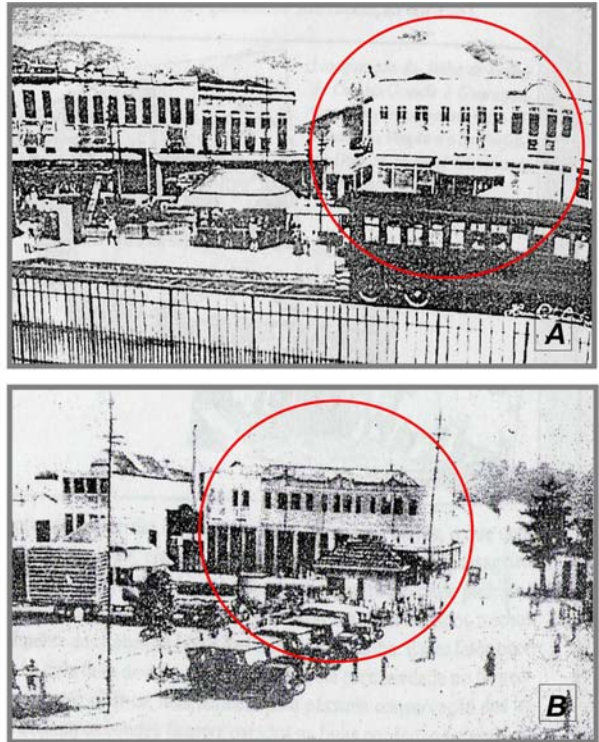
<sup>52</sup> Em 1898 a linha de bondes entre Campo Grande e Santa Clara foi inaugurada. Nessa época os bondes funcionavam por tração animal (puxados por burros). Esse sistema vigorou até 1915, quando os bondes foram substituídos por bondes elétricos. Em 1909 foi feita uma extensão de 7 km na linha. Em 1910 foi fundada a Companhia de Carris Urbanos de Campo Grande. Os bondes, com o passar dos anos, foram perdendo as funções de transporte de cargas, passando a transportar passageiros e cargas menores, até sua total extinção em 1967.



*Antiga Estação do Monteiro, em Campo Grande. Escolares brincando em vagão remanescente dos bondes.*

*Fonte: <<http://www.pcg.com.br>>. Acesso em junho de 2003.*

**Fig. 2/5**

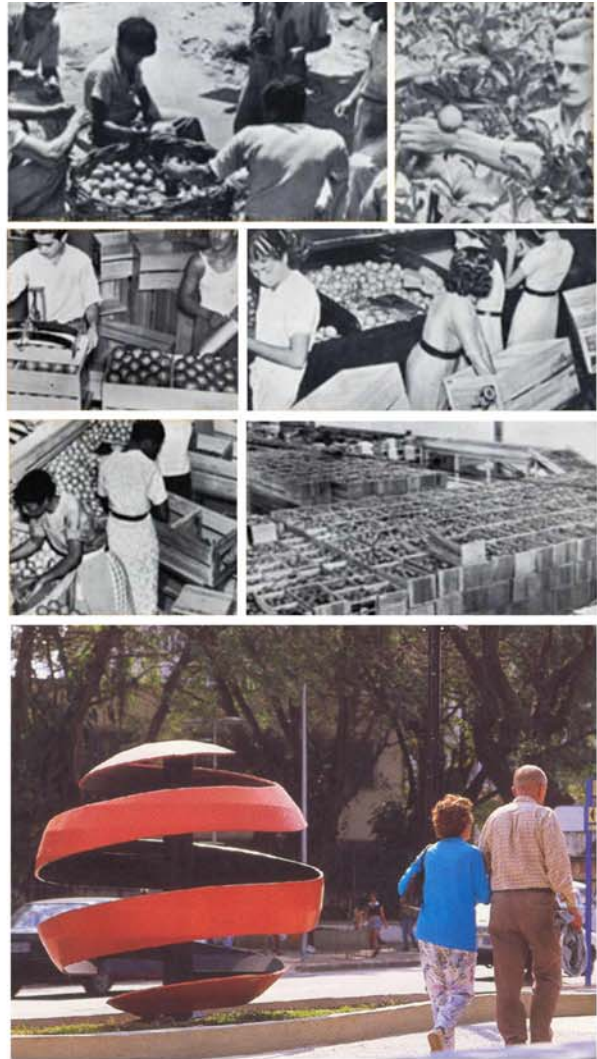


*Estação de bondes do Monteiro, em Campo Grande em 1929 (A e B), contornada em vermelho.  
Notar o ponto de táxi próximo da estação (B).*

*Fonte: FROES & GELABERT. Rumo a Campo Grande, por Trilhas e Caminhos. Secretaria das Culturas, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: 2004. Fotocópias de imagens.*

**Fig. 2/6**





*Imagens em preto e branco representando a produção e a colheita de laranja. Escultura implantada na época do projeto Rio Cidade Campo Grande, no centro do bairro, representando a laranja, impulsionadora do desenvolvimento econômico da região até a década de 40.*

Fonte: Figuras em preto e branco; <<http://nephs.feuc.br>>. Figura colorida: RJ, Prefeitura da Cidade. Rio Cidade. O urbanismo de Volta às Ruas. RJ: Mauad, 1996.

**Fig. 2/7**

Ao longo do tempo o desenvolvimento da citricultura em larga escala começou a enfrentar inúmeras dificuldades; não era executado um preparo adequado do solo; a mão-de-obra convocada para o trabalho de colheita era despreparada e carecia de especialização, resultando em uma produção pequena e cara. Durante a Segunda Guerra Mundial o interesse inglês pela compra de nossa laranja diminuiu; o transporte das frutas através da navegação transatlântica em navios frigoríficos estrangeiros foi interrompido, pois os navios não aportavam mais no Rio; não existia armazenamento adequado da produção; o transporte das chácaras para a ferrovia era deficiente e milhares de frutos não eram colhidos, apodrecendo nos pés (ABREU, 1997). Desta forma abriu-se caminho para a “praga fumageira”, que associada aos outros fatores já descritos, e a proibição pelo Governo Federal da exportação de laranja<sup>53</sup>, deram-lhe o golpe final. Começaram então a surgir os loteamentos, dando início a um novo processo de redivisão das terras, em função da especulação com as terras dos antigos laranjais e do acomodamento da população que tinha ido trabalhar nesta cultura e nas indústrias em desenvolvimento<sup>54</sup>. Dessa forma as grandes fazendas, assim como as de menores dimensões, que por muitos anos fizeram a riqueza daquela região foram desaparecendo<sup>55</sup>. O período áureo da citricultura se estendeu, aproximadamente, até o final da década de 30.

Em 1928 foi aberta a primeira estrada Rio - São Paulo, atraindo a construção de uma estrutura de comércio e serviços criada para atender ao fluxo de veículos, dando novo impulso ao desenvolvimento econômico da região já em decadência pelo declínio da cultura da laranja (PEU de Campo Grande). FROES & GELABERT (p.193, 2004) relatam que;

*“Os laranjais localizados em pontos de fácil comunicação foram sendo retalhados e loteados em terrenos de 300 a 400 m<sup>2</sup>. A zona citrícola passou a ser povoada por funcionários e operários que não tinham condições de morar mais perto da cidade. Campo Grande foi o núcleo urbano que mais cresceu, tanto que na década de 40 apresentou um crescimento populacional de 70%. Nos anos 50 vinha gente de todo o país. A topografia contribuiu para isso, além da rede de serviços existente (escola, saúde, comércio). As hortas foram sumindo. Os loteamentos em muito contribuíram para a depressão da produção agrícola. A área cultivável foi encolhendo pelo incentivo ao retalhamento das terras planas, próximas às vias de comunicação”.*

---

<sup>53</sup> Não havia laranja suficiente para abastecer o mercado interno (ABREU, 1997).

<sup>54</sup> Segundo Abreu, 1997, “durante o período de 1906/46, haviam sido registradas apenas 176 plantas de loteamentos, desmembramentos ou reloteamentos no território do município. No período de 1947/57, 1561 plantas de novos loteamentos deram entrada para pedir aprovação da prefeitura”.

<sup>55</sup> ANDRADE (1998, p.35), citando Galvão (1962) nos conta que o sertão carioca perdeu 9.000 hectares de áreas rurais registradas em 10 anos, passando de 48.000 hectares em 1940 para 39.000 em 1950.

Entre os anos 50 e 70, os principais acontecimentos que caracterizaram a marcha urbana para a Zona Oeste já estavam inteiramente estabelecidos; o desenvolvimento de núcleos habitacionais, comerciais e industriais, em torno das ferrovias e rodovias; a migração da população das áreas mais valorizadas da cidade para a periferia; a criação do Sistema Financeiro da Habitação e a multiplicação de inúmeros e novos loteamentos.

Nos anos 50 foram realizados importantes investimentos em transportes públicos na Zona Oeste; foi inaugurada em 1952 a Rodovia Presidente Dutra, que substituiu a antiga Rio-São Paulo, ou Rodovia Washington Luís. A Washington Luís atravessava todo o município carioca, diferentemente da Via Dutra, que toma o rumo nordeste do estado a partir de Vigário Geral. Assim, a construção da Via Dutra causou uma forte redução no fluxo de veículos que atravessavam a Zona Oeste. A compensação desta perda de fluxos veio através das obras de extensão da Avenida Brasil (1954)<sup>56</sup>, que ajudaram a reincrementar o desenvolvimento econômico da região, orientando a expansão em direção à periferia urbana. Surgiram, então, de forma acelerada, loteamentos destinados à população de baixa renda, localizados a princípio, nos terrenos mais valorizados, e posteriormente, em áreas agrícolas de acesso precário, ocupadas geralmente por posseiros e arrendatários (BERNARDES & SOARES, 1987, p.59). Enquanto isso, atividades comerciais cresciam e se concentravam em torno das estações ferroviárias, principalmente ao redor da estação de Campo Grande.

Próximo à antiga Rio - São Paulo, no km 43 da Avenida Brasil, foi criado o Distrito Industrial de Campo Grande, como resultado de políticas oficiais para implantação de grandes indústrias. No período entre 1939 e 1945, algumas indústrias se instalaram empregando mão-de-obra local e reunindo trabalhadores especializados vindos da metrópole, servindo “como catalisadoras de povoamentos espontâneos ou organizados” (BERNARDES & SOARES, 1987). Um maior crescimento industrial no bairro de Campo Grande, no entanto, só ocorreu após os anos 80 (FROES & GELABERT, p.195, 2004).

A partir dos anos 60, devido à supervalorização das áreas mais nobres e centrais da cidade, ocorreu um fluxo migratório direcionado a Zona Oeste. A supervalorização das áreas ocorreu em função de políticas públicas que buscavam a sua modernização, e da implantação de novas leis de zoneamento, incentivando fluxos migratórios para as periferias, em busca de moradia mais barata. A implantação do Sistema Financeiro de

---

<sup>56</sup> Bernardes & Soares em texto escrito nos anos 60 (1987, p.58) alertam que são as vias secundárias, irradiadas a partir das estradas de ferro é que possibilitaram a ocupação da área interna dessa região, e não as estradas principais, como Via Dutra ou Avenida Brasil. Para as autoras o entorno das rodovias tinha um valor especulativo muito alto na época, o que impediu a imediata implantação de comércio e indústrias de menor escala.

Habitação a partir dos anos 60; a construção de conjuntos habitacionais, de loteamentos e casas populares, possibilitou à população de baixa renda adquirir lotes e residências nessas áreas menos valorizadas da cidade<sup>57</sup>. A inflação e os problemas econômicos brasileiros crescentes deram a sua contribuição ao fluxo migratório, desvalorizando a moeda e empobrecendo o país e sua população. Os loteamentos clandestinos e irregulares também se multiplicaram<sup>58</sup>, de acordo com o informado pelo PEU de Campo Grande;

*“A grande maioria desses loteamentos irregulares realizados nos anos 60 destinou-se à população de baixa renda que depois de adquirir o lote, autoconstruiu a moradia”.*

Ao longo dos anos 70, e aprofundando-se nos anos 80 e 90, o processo de ocupação irregular tornou-se mais forte com a instalação de favelas, ocupações urbanas precárias, invasões de terras e loteamentos ilegais. A tendência do município de expandir o território urbano em direção à Zona Oeste permaneceu. O desenvolvimento do bairro de Campo Grande como centro comercial e de serviços, o transformou em centro regional, atraindo a população dos outros bairros e regiões vizinhas.

O desenvolvimento do sistema viário foi de suma importância na conformação da morfologia do bairro. Historicamente formada pela redivisão de grandes glebas e fazendas, e pelo desenvolvimento de um sistema radial a partir das estações ferroviárias, a região manteve durante suas transformações, as estradas e caminhos originais entre fazendas [fig. 2/8]. O tecido intersticial entre essas estradas foi sendo paulatinamente loteado, principalmente no século XX. A configuração atual é formada pela alternância de grandes vazios e áreas urbanas densificadas, formando um “tecido regular e descontínuo; a ocupação resultante do loteamento isolado de grandes áreas” (Portal de Campo Grande)<sup>59</sup>. Segundo Andrade (1998, p.24), a mudança do transporte ferroviário para o rodoviário não levou a qualquer renovação da estrutura viária da Região Administrativa de Campo Grande, que permaneceu inalterada, conservando suas antigas estradas e caminhos. Assim ele observou que;

---

<sup>57</sup> A implantação de “habitações oficiais” na Região Administrativa de Campo Grande (6.800 unidades), é considerada “inferior ao das vizinhas RAs de Bangu e Santa Cruz, que juntas abrigam mais de 50.000 unidades” (ANDRADE, 1998).

<sup>58</sup> Segundo Lago (1990, p.24, In: ANDRADE, 1998, p.5) “loteamentos irregulares são aqueles cujo projeto é aprovado pela autoridade municipal e que não obtêm o aceite das obras pelo fato do loteador não tê-las concluído, apesar de ter efetivado a venda de lotes. Loteamentos clandestinos são aqueles que não têm projeto aprovado pela autoridade municipal. Neste caso, além da não conclusão das obras de urbanização, há normalmente irregularidades quanto ao título de propriedade da terra”.

<sup>59</sup> Portal de Campo Grande. História do bairro. Disponível em <<http://www.pcg.com.br>>. Acesso em 2 de outubro de 2003.

*“Um sistema que atendia inicialmente a uma demanda rural, transformou-se no principal arcabouço viário (...), pois de fato, o processo de loteamento da região se deu, principalmente sobre um sistema viário não estruturado e destituído de uma hierarquia clara. Os loteamentos se sucedem e seus sistemas internos de ruas vão se articulando e formando a nova malha viária”.*

A formação das praças do bairro de Campo Grande está atrelada aos processos de divisões e subdivisões de terras, e a implantação de eixos viários e ferroviários. As primeiras capelas e igrejas em fazendas determinaram a criação de praças fronteiriças às igrejas, como a Praça Dom João Esberard, onde se encontra a matriz de Campo Grande, a Igreja de Nossa Senhora do Desterro. Com a implantação da estrada de ferro e do sistema de bondes, que provocaram um crescimento urbano orientado para o interior da região, as praças surgiram espontaneamente nos pequenos povoados, ou defronte das próprias estações, como ocorreu na antiga Praça Treze de Maio, estação de bondes do Monteiro, que se tornou Praça Dr. Raul Boaventura, agora em frente à rodoviária [fig. 2/9]. Em um outro processo, surgiram, já no século XX, os loteamentos que passaram a abrigar praças determinadas pela legislação de parcelamento de terras e uso do solo.

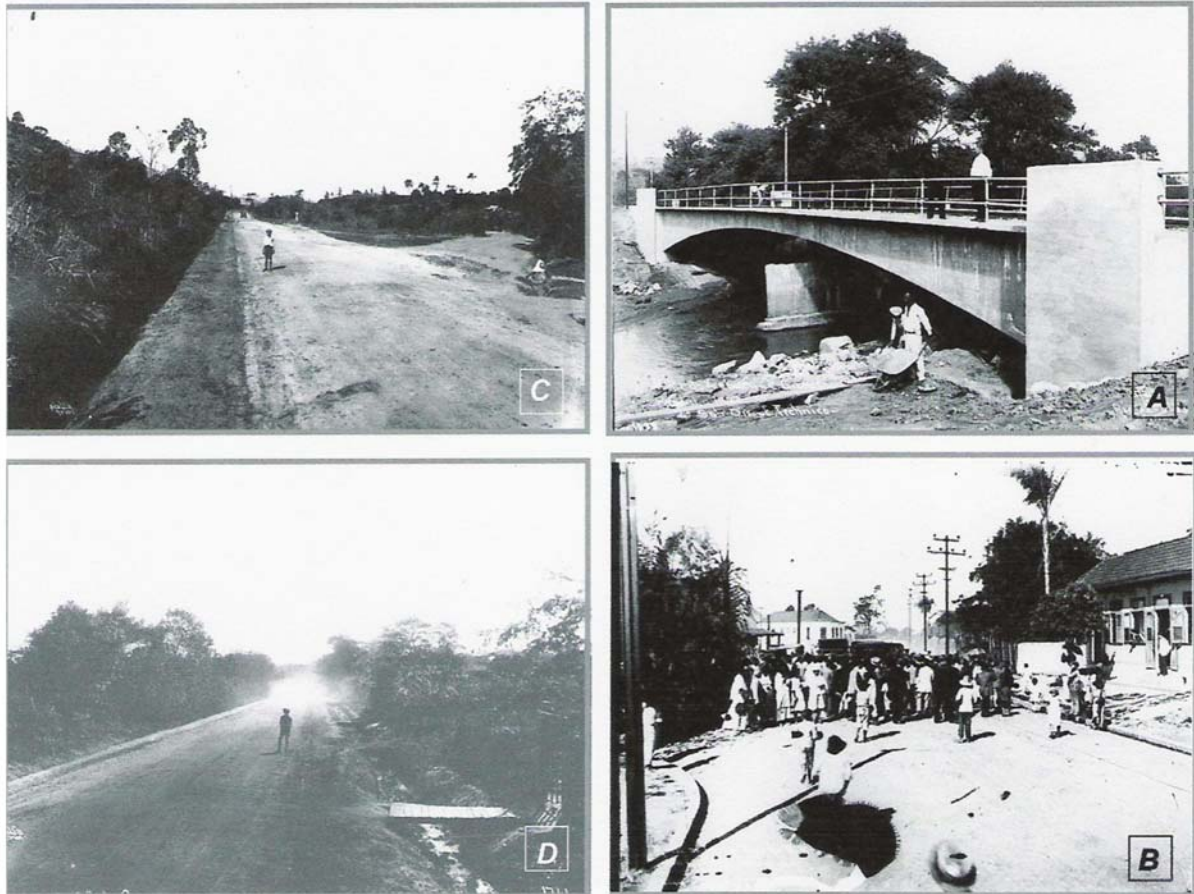
#### **DADOS DO CAMPO GRANDE DE HOJE**

A XVIII Região Administrativa contém o segundo maior bairro em extensão do município do Rio de Janeiro depois de Santa Cruz, ocupando aproximadamente 78% do seu território<sup>60</sup>; o bairro de Campo Grande. A população da RA é de aproximadamente 300.000 habitantes. Apenas 25,5% dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes<sup>61</sup> têm renda comprovada; desse total 31% tem renda média mensal entre um e três salários mínimos; 20% entre três e cinco salários e 26% entre 5 e 10 salários mínimos [fig 2/10]. A maior parte dos moradores residem em casa própria (88,5%). O índice de desenvolvimento humano do bairro de Campo Grande, o IDH, composto pelos índices de longevidade, educação e renda é o mais baixo do município (0,766), sendo esta região, de acordo com o Plano Estratégico, a única da cidade que ainda não atingiu o mesmo patamar do restante do município (0,842).

A maior parte dos imóveis existentes na região administrativa é residencial (56%), sendo que apenas 6,25% são imóveis voltados para o comércio e serviços, um índice baixíssimo que informa de imediato a carência de serviços no bairro (PLANO ESTRATÉGICO

<sup>60</sup> Dados de fevereiro de 2002. Fonte: Armazém de Dados; <[www.armazemdedados.rio.rj.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.br)>.

<sup>61</sup> O PEU define dois tipos de domicílios: domicílio particular permanente e domicílio particular improvisado.



As estradas de penetração entre fazendas da região perduram até hoje.  
 Campo Grande rural, início do século XX, retratado por Malta.  
 A; reconstrução da ponte do rio Cabuçu, 1933.  
 B; manifestação ao Presidente da República, wenceslau Brás, 1918.  
 C; Estrada do Mendanha, 1928. D; Estrada da Posse, 1930.

Imagens cedidas pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

**Fig. 2/8**

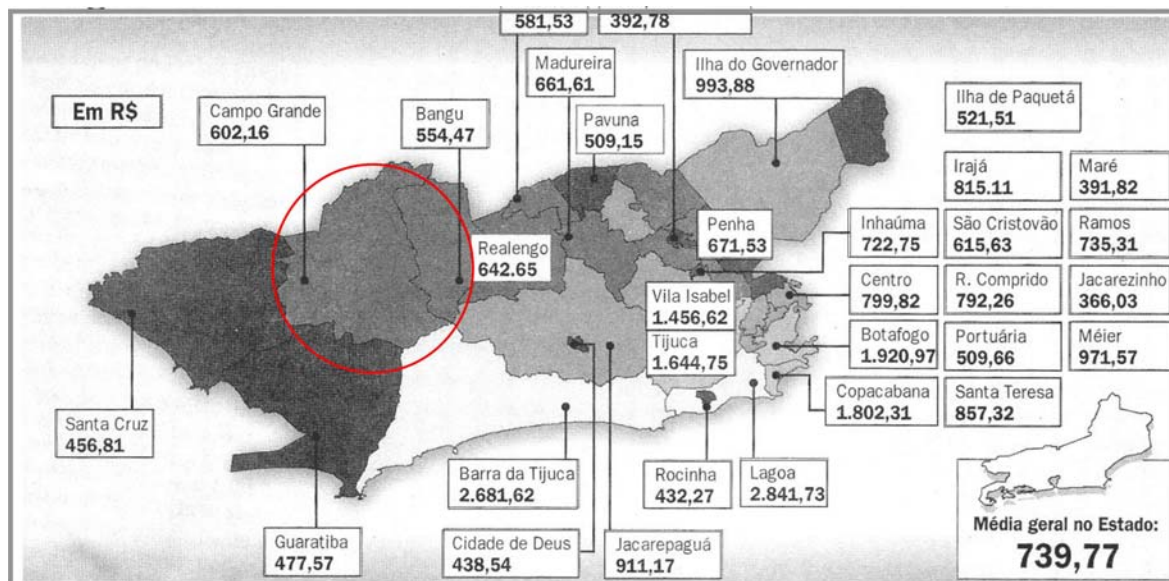




*Iconografia dos espaços livres públicos de Campo Grande.*  
A; Praça Treze de Maio em 1923, estação de bondes do Monteiro (circundada em vermelho), hoje Praça Dr. Raul Boaventura, em frente à estação rodoviária, 1955.  
B; Construção da primeira estação de trem de Campo Grande em 2 de dezembro de 1878.  
C; Praça da Igreja Matriz, hoje D. João Esberard, em 1907. Igreja circundada em vermelho.

Fonte; <<http://nephs.feuc.br>>. Acesso em dezembro de 2004

**Fig. 2/9**



Geografia de renda do município. Em vermelho o bairro de Campo grande.

Fonte: Jornal do Brasil. CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados do Censo demográfico de 2000/IBGE

Fig. 2/10



II, 1995). O tipo de ocupação que prevalece é a horizontal, porém densa, e distribuída em pequenos lotes com até 600 m<sup>2</sup>. A tipologia predominante é a habitação unifamiliar com dois pavimentos, colada na divisa dos lotes. Nas décadas de 60 e 80, o crescimento populacional da XVIII Região Administrativa alcançou índices mais elevados que os do resto do município. Posteriormente, entre os anos de 1991 e 2000, a população do bairro cresceu quase 29%. Campo Grande possui 7 conjuntos habitacionais implantados pela CEHAB, dois nos anos 70 e o restante nos anos 80. O PEU nos informa que existe um déficit habitacional na região, e que “ao aumento populacional das últimas décadas não correspondeu o de número de domicílios”, fazendo com que um considerável contingente populacional tenha ido morar em favelas ou loteamentos irregulares. O bairro de Campo Grande possui 7 favelas <sup>62</sup>, a primeira surgiu entre os anos 40 e 50, duas nas décadas de 60/70 e quatro nas décadas de 80/90. Como já visto anteriormente, os loteamentos constituíram-se no tipo de assentamento característico. Os loteamentos regulares localizam-se principalmente no bairro de Campo Grande. No restante da RA, a maioria dos lotes ainda é do tipo irregular ou clandestino.

O bairro tem um índice - que também é o maior da RA - de aproximadamente 60 m<sup>2</sup> de espaços livres por habitante, aí incluídos, as praças, os parques, largos e jardins, entre outros (PLANO ESTRATÉGICO II, 1995). Como a Região Administrativa contém duas grandes reservas ambientais; o Parque Ecológico Municipal do Mendanha ao norte, e o Parque Estadual da Pedra Branca a leste, imaginamos que esse índice médio certamente não expressa a heterogênea realidade existente, que alterna áreas fortemente urbanizadas com grandes vazios correspondentes às reservas ambientais. O parque do Mendanha localiza-se no Maciço do Gericinó-Mendanha e o segundo, no Maciço da Pedra Branca. O Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 1974, é considerado um dos maiores parques estaduais em área urbana do mundo, possuindo uma área total de 12.500 hectares. Tem grande relevância como reserva ambiental, já que a região toda atravessou inúmeros processos de desmatamento, durante o longo período de predominância agrícola, principalmente devido ao cultivo de café. O Parque Natural Municipal Ecológico do Mendanha é um parque um pouco mais jovem e menor; foi inaugurado em 2002. Situa-se nas Serras do Mendanha e Quitungo, e sua área é de 1.450 hectares. Ambos abrigam vegetação remanescente da Mata Atlântica (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE/SMAC<sup>63</sup>).

---

<sup>62</sup> Dados do cadastro do IPLAN Rio, 1995, destacados do PEU de Campo Grande.

<sup>63</sup> In: <<http://www.rio.rj.gov.br/smac>>.

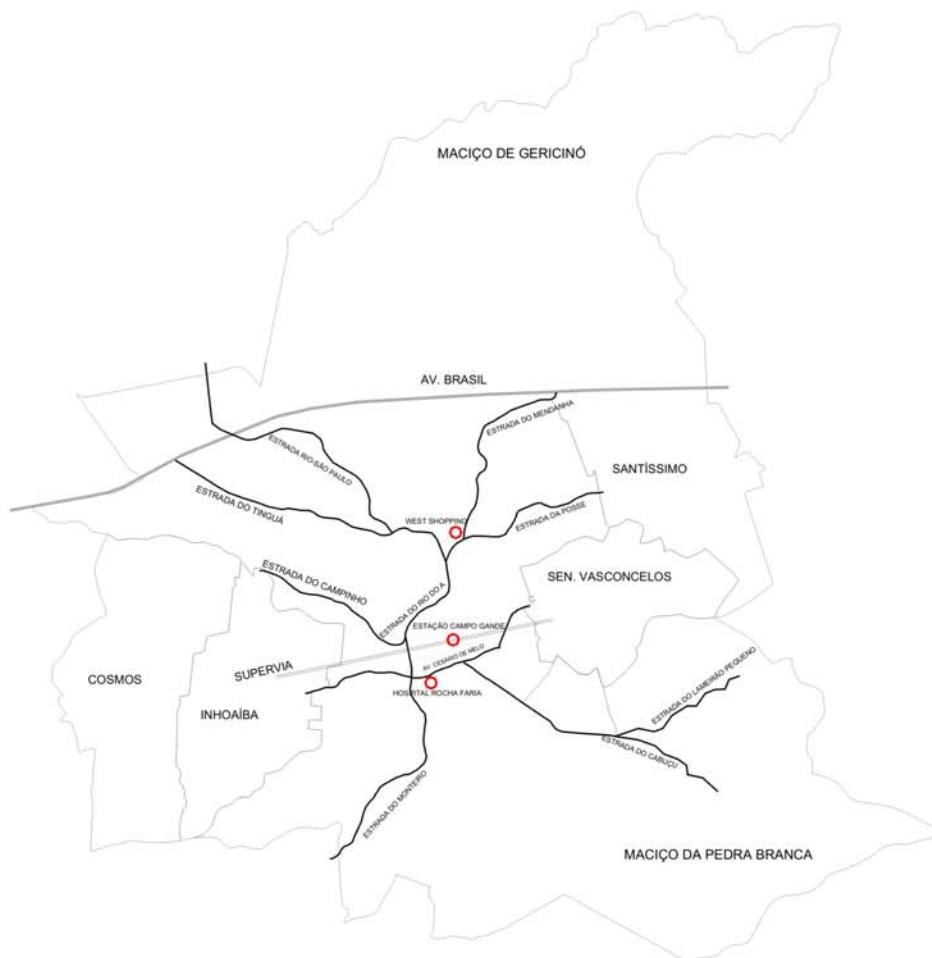
O Projeto de Estruturação Urbana de Campo Grande (PEU), instituído por lei em 2004, traz uma análise precisa das condições atuais de desenvolvimento urbano dessa Região Administrativa. O bairro de Campo Grande, devido as suas características, dimensões geográficas, importância como centro comercial, e heterogeneidade de usos, foi dividido em sete diferentes regiões de estudo. São elas; a área Central do Bairro, junto à estação ferroviária; duas áreas ao sul da estrada de ferro, à direita e à esquerda da Estrada da Cachamorra, três áreas ao norte da estrada de ferro, e uma acima da Avenida Brasil. Foram mapeados “os principais marcos nos processos de ocupação, as formas de ocupação, os usos predominantes, e o potencial de urbanização” de cada trecho.

O centro do bairro, núcleo histórico de origem, caracteriza-se por concentrar grande parte da atividade comercial e de serviços da região, e se diferencia pelo denso uso do solo, apresentando uma forte tendência a verticalização. A importância desse centro, como já sublinhado, não se atém somente ao bairro, mas se expande para todos os outros bairros da RA. A área à direita da Estrada da Cachamorra corresponde também à área de estudo desta pesquisa. A proximidade com o centro do bairro lhe confere características ambíguas; ao mesmo tempo em que apresenta um grande número de lotes agrícolas e loteamentos residenciais, próximos a áreas de preservação ambiental (Parque Estadual da Pedra Branca), sofre pressão para um desenvolvimento mais intenso. Conforme diagnosticado pelo PEU, a legislação para esse trecho reflete essa ambigüidade nas próprias leis de zoneamento, sobrepondo áreas de uso intensivo e de interesse agrícola<sup>64</sup>.

As três áreas ao norte da estrada de ferro têm características distintas umas das outras. A área mais relevante fica próxima do centro de bairro, e abriga o primeiro shopping construído nesta região, o West Shopping, cuja praça de alimentação tornou-se para a população de uma determinada faixa de renda, um novo espaço livre público. Seu raio de influência impulsiona o adensamento das proximidades, com incentivos à instalação de condomínios voltados à classe média. Este trecho, no entanto, ainda possui grandes vazios não urbanizados. As outras duas áreas têm apresentado uma tendência à sobreposição e ao conflito de usos, com a construção de novos assentamentos, convivendo com zonas industriais, ou comerciais. A região ao norte da Avenida Brasil é considerada pelo PEU a área mais heterogênea, não só do bairro, mas da RA. Próxima ao Parque Municipal Ecológico do Mendanha, ela possui multiplicidade de usos, nos quais despontam o uso residencial, o agrícola e o industrial. Existem ainda grandes glebas vazias, tornando a região alvo de disputas e conflitos pela utilização das terras para uso agrícola ou residencial. [fig.2/11 e 2/12].

---

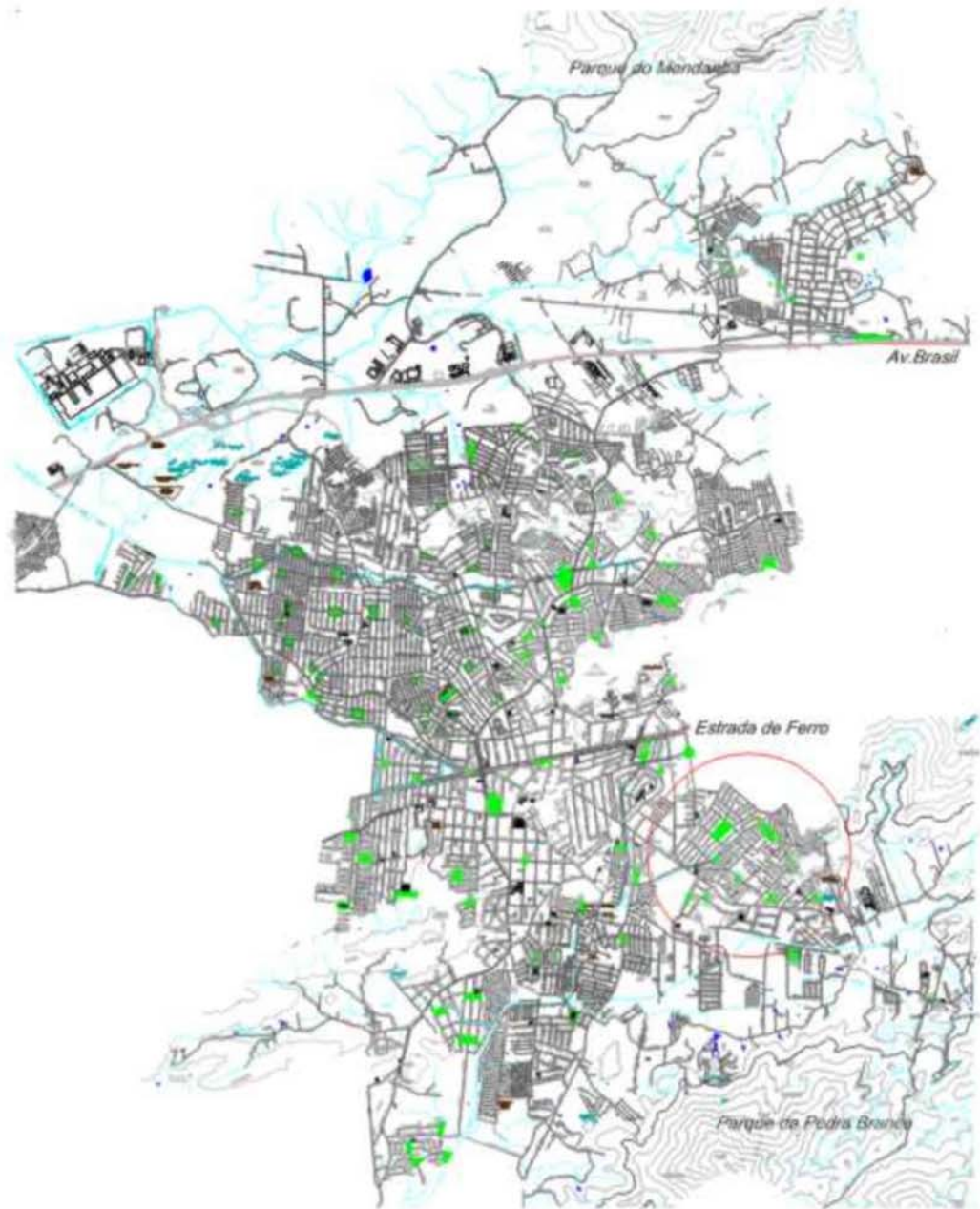
<sup>64</sup> Essa sobreposição de leis do Plano Diretor Decenal ocorria à época do diagnóstico do PEU.



XVIIIª Região Administrativa; Campo Grande, maciços, referências urbanas e estradas principais. Sem escala

Desenho: Yuri Torres.

**Fig. 2/11**



*Cadastro do bairro de Campo Grande. No círculo vermelho a área pesquisada. Grandes eixos viários em vermelho. Em cinza os trechos urbanizados. Em azul os corpos d'água. Em verde as áreas de praças. Observar curvas de níveis nas duas pontas do bairro e a densidade construída.*

Desenho de autoria sobre cadastro do município de RZ. Sem escala

*Fig. 2/12*

A inclusão integral da Zona Oeste e da XVIII R.A. em planos urbanísticos e políticas públicas para a cidade do Rio de Janeiro começou a despontar realmente a partir do último decênio do século XX, quando se evidencia a sua importância como vetor de expansão urbana do município. Sob este prisma, o bairro de Campo Grande destacou-se, demonstrando ao longo das últimas décadas, ser o principal propulsor do desenvolvimento desta R.A. O grande desafio torna-se compatibilizar os diversos usos para os quais a região está vocacionada; o agrícola, o industrial, e o residencial, sem provocar mais impactos no meio ambiente, possibilitando retorno econômico e qualidade urbana, beneficiando a população (PLANO ESTRATÉGICO II). Dos planos enfocados a seguir, apresentados em ordem cronológica, procurou-se destacar aqueles itens que digam respeito principalmente ao bairro de Campo Grande, ou referentes às questões ambientais, ou a implantação de espaços livres públicos.

O Plano Urbanístico para o Município do Rio de Janeiro, de 1977, o PUB-Rio, observou o município em um sentido macro, estabelecendo a divisão da cidade em cinco Áreas de Planejamento, as AP's, integrando o bairro de Campo Grande na AP5. O PUB também instituiu a criação dos Planos de Estruturação Urbanística, os PEU's, objetivando criar políticas setoriais para o desenvolvimento econômico das diferentes regiões do município (SECRETARIA DE URBANISMO/ SMU).

Em junho de 1992 foi instituído por lei complementar, o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, como uma extensão, detalhamento e aperfeiçoamento do plano anterior. O plano estabeleceu diretrizes, normas e instrumentos, a implementar em um prazo de dez anos, tendo em vista a ordenação do território municipal, o uso e ocupação do solo; a implantação do sistema de planejamento, e a promoção de políticas setoriais (PLANO DIRETOR DECENAL DO RIO DE JANEIRO). No que tange ao bairro de Campo Grande, os objetivos se ampliaram, observando-se, porém, a ausência de uma estratégia mais clara e abrangente (ou de um programa, ou de políticas públicas) relacionadas à implantação de uma maior diversidade de espaços livres públicos. As principais diretrizes do plano sugerem a criação de áreas livres públicas de lazer ou reserva ambiental com um impacto maior a nível metropolitano do que local, dentro de toda a AP, apontando locais específicos para intervenção, como a criação da Reserva Ecológica do Mendanha (já criada); o reflorestamento, a manutenção e o controle ecológico do Maciço da Pedra Branca; a integração ao patrimônio paisagístico do município da igreja de N. Sra do

Desterro e do Morro de São Luis Bom, entre outros morros, e a implantação de um sistema cicloviário, entre outras recomendações.

O projeto Rio Cidade Campo Grande<sup>65</sup>, de 1994, foi uma intervenção urbanística, inserida no programa específico dos diversos projetos Rio Cidade, que marcaram fortemente a primeira gestão do Prefeito César Maia. Intervindo de forma restrita na área central do bairro, esperou-se o desestímulo do seu uso intensivo, através do incentivo à ocupação das áreas adjacentes a esse núcleo (PEU de Campo Grande). Outro objetivo era balancear a divisão espacial entre veículos e pedestres, favorecendo o segundo e contemplando melhorias no Centro Comercial e em parte de seu mais importante eixo viário, a Rua Cesário de Melo. Foi também implantado o binário de Campo Grande, modificando o tráfego interno da RA. Procurou-se também, valorizar o calçadão com desenho criado pelo paisagista Roberto Burle Marx, na Rua Coronel Agostinho. O projeto também previu o plantio de 1.122 árvores na área central do bairro (PEU de Campo Grande; Rio Cidade, 1996).

Dois projetos de reflorestamento implantados pela Secretaria de Meio Ambiente, estão presentes no bairro; o reflorestamento na região próxima a favela Jardim Moricaba, junto às encostas do Maciço da Pedra Branca, executado com participação comunitária, a partir das enchentes causadas pelas chuvas de 1996, e o projeto de Arborização Urbana de Campo Grande, iniciado em janeiro e concluído em julho de 2002, que procurou através do plantio de espécies arbustivas e arbóreas, contribuir para amenizar as condições climáticas adversas do bairro, também auxiliando na redução da poluição atmosférica e sonora, em 220 logradouros públicos da região noroeste do bairro<sup>66</sup>.

O primeiro Plano Estratégico foi apresentado em 1995, como uma parceria entre a administração pública e a iniciativa privada, e oferecido, não como um plano de governo, mas como “estratégias assumidas, programas de consenso, ações com objetivo, definições de necessidades e proposições de projetos exequíveis”, não possuindo, portanto, força de lei como o Plano Diretor. O Plano Estratégico II – As Cidades da Cidade, constituiu-se no desdobramento e detalhamento do primeiro, mergulhando a fundo nas heterogeneidades regionais da metrópole, procurando traçar alternativas para o desenvolvimento de cada uma, em respeito às suas particularidades (PLANO

---

<sup>65</sup> Foi elaborado por Nilton Montarroyos e equipe, em 1994 e executado em 1996 pela Construtora Metropolitana S.A. Ao todo a administração pública implantou 15 projetos na primeira fase do Rio Cidade em diferentes bairros do município (In: RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade. *Rio Cidade. O Urbanismo de volta as ruas*. RJ: Mauad, Consultoria e Planejamento Editorial Ltda, 1996.

<sup>66</sup> O projeto de Arborização Urbana em Campo Grande foi feito pela equipe de Arborização da Fundação Parques e Jardins da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, órgão ligado a Secretaria de Meio Ambiente.

ESTRATÉGICO II). A inclusão de orçamento participativo, e a representatividade, tanto da sociedade como do governo em todas as etapas de elaboração, além do seu acompanhamento, são aspectos inovadores do plano. Inovadora é também, a admissão de que um planejamento nos “moldes tradicionais”, de escopo funcionalista, não permitiria a constante re-elaboração que esse plano tem a pretensão de incorporar em sua evolução.

As estratégias propostas pelo PLANO ESTRATÉGICO II para o Plano Regional de Campo Grande, foram inseridas em temas variados, como urbanismo, meio-ambiente, sistema viário, economia, transportes, esportes e lazer, cultura e turismo, entre outros. No entanto, no bojo deste plano, observa-se a ausência de uma abordagem objetiva sobre sistemas de espaços livres públicos, na verdade, um tema inserido e pulverizado em outras temáticas, como urbanismo, meio-ambiente, esportes e lazer. As estratégias tendem mais à concretização de objetivos ambientais e reestruturação dos sistemas viários. A participação comunitária na elaboração de espaços livres do cotidiano, como praças e ruas, por exemplo, também ainda não transparece nas sugestões do plano.

Entre as inúmeras propostas do Plano Estratégico, especificamente para o bairro de Campo Grande e seus espaços livres públicos, destacamos; a recuperação de praças com a implantação de equipamentos para práticas de atividades de esportes e lazer; utilização das faixas marginais de cursos d’água para criação de áreas de lazer; arborização de ruas e plantio de arbustos ornamentais ao redor de construções deterioradas, com a participação dos moradores; implantação de Rodovias Cênicas; tratamento paisagístico de canteiros e jardins nas principais ruas e praças da região criando “Corredores Verdes”; ajardinamento da linha férrea em parceria com a Supervia<sup>67</sup>; e a implantação de ciclovia interligando os bairros da RA.

O PEU de Campo Grande, ferramenta de ação planejadora instituída através de lei complementar em 27 de julho de 2004, é um desdobramento do Plano Diretor Decenal, e pode ser considerado o mais importante, entre todos os planos anteriormente apresentados. O Projeto de Estruturação Urbana para a XVIIIª Região Administrativa foi o principal guia deste capítulo da pesquisa, por configurar uma análise completa, tanto da R.A. como dos seus bairros. O PEU está embasado no respeito às diretrizes previamente elaboradas pelo Plano Diretor Decenal para a Área de Planejamento 5, e pretende tornar-

---

<sup>67</sup> A Supervia - Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., é um consórcio criado a partir da privatização da ferrovia, que reúne o Banco Mundial, governos federal e estadual. Iniciou suas operações em novembro de 1998. Fonte: <http://www.supervia.com.br>, acesso em 1 de agosto de 2005.

se “instrumento fundamental para a concretização de um sistema contínuo de planejamento”. O PEU reitera a vinculação do bairro de Campo Grande com os bairros vizinhos, e da XVIII RA com as R.A.’s limítrofes, sublinhando a importância do planejamento municipal integrado metropolitano. Acreditamos que esta mesma ótica integrada de planejamento deveria ser incorporada aos sistemas de espaços livres públicos, desde o enfoque ponto a ponto, nas menores instâncias administrativas - intra-loteamentos, por exemplo - até as maiores, intra-bairros, Regiões Administrativas, Áreas de Planejamento e regiões metropolitanas. Concordamos, assim, com aqueles que reconhecem no bairro de Campo Grande;

*“Um forte potencial para a implantação de políticas voltadas à viabilização de novos espaços livres públicos, pois, além de atrair a população dos bairros vizinhos, oferece um bom percentual de áreas livres por habitante, permitindo a criação de uma estratégia para a ampliação na qualidade e na quantidade dessas áreas”.*  
(ANDRÉA BORDE, 2004)

#### **AS LEIS DE LOTEAMENTOS**

Os desenhos das áreas de praças, inseridos nos loteamentos residenciais investigados por esta pesquisa, resultam de uma série de processos, que em sua gênese, pouco refletem de processos criativos ou artísticos que possam ter impulsionado aqueles que trabalham com desenho urbano ou paisagismo. Surgiram como decorrência de leis, tanto federais, como estaduais e municipais, sobre parcelamento e uso do solo urbano, e das leis de zoneamento municipal, que impulsionam o melhor aproveitamento possível daquela gleba, terminando por limitar e determinar seu dimensionamento, mas não a localização dos espaços livres públicos dentro do loteamento, sua relação com os lotes, ou sua distribuição em relação aos loteamentos contíguos.

A espinha dorsal dessa legislação é sustentada primeiramente pelo Decreto “E” 3.800 de 20 de abril de 1970, ou Regulamento de Parcelamento da Terra (RTP)<sup>68</sup>, que versa sobre abertura de logradouros, loteamento e desmembramento, e pela Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que traz determinações sobre uso e o parcelamento do solo urbano, e seus desdobramentos (ANDRADE, p.7 e 18, 1998). O artigo 52 do RTP (1970) determinou que loteamentos superiores a 30.000 m<sup>2</sup> deveriam conceder obrigatoriamente

---

<sup>68</sup> Fonte: Código de Obras do Estado da Guanabara, ano 1973, Gráfica Auriverde, Ltda.



6% de sua área total para o Estado, para implantação de praças e jardins, ou outros serviços públicos, excluídas as áreas “non aedificandi” (áreas forçosamente livres de edificações) e as reservadas aos logradouros públicos. Lotes com áreas inferiores a 30.000 m<sup>2</sup> deveriam ter reservada por lote, 12 m<sup>2</sup> para área de recreação<sup>69</sup>. Áreas reservadas a escolas somariam mais 2% de área a ser doada ao estado, totalizando 8% de área a doar, por loteamento. A Lei Federal 6.766 (1979) passou a exigir que os loteamentos destinassem para o sistema de circulação, implantação de equipamento urbano e comunitário<sup>70</sup>, e para os espaços livres de uso público, áreas proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, com uma porcentagem não inferior a 35% de sua área total. A Lei Federal 9.785, de 29 de janeiro de 1999, alterou a 6.766, determinando que os espaços livres de uso público, o sistema de circulação, e os equipamentos urbanos e comunitários devem ser proporcionais à densidade de ocupação “prevista pelo plano diretor municipal, ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem”. Assim, O PEU de Campo Grande (2004), como um desdobramento das recomendações do Plano Diretor Decenal, determinou no artigo 53;

*“A cessão gratuita, ao município, de lote ou de edificação, e respectivo lote destinados a equipamento urbano comunitário público<sup>71</sup>, ou a escolas, será relacionada à área do lote ou grupamento (de edificações), e ao número total de unidades residenciais”.*

O PEU isentou de doação gratuita ao município lotes com áreas de até 10.000 m<sup>2</sup>. Os lotes destinados a equipamento urbano comunitário público, e a escola, deverão ter área mínima de 4% da área total do lote do grupamento, no caso do lote ser destinado a equipamento urbano comunitário público. O PEU mantém as proporções de 6% para espaços livres públicos e escolas, excluindo os logradouros públicos, mas percebe-se que a lei procura isentar da obrigatoriedade de cessão de áreas livres, os loteamentos voltados à baixa renda, ou favelas, com o intuito de tornar flexíveis as exigências para regularização fundiária.

---

<sup>69</sup> Dois regulamentos que antecederam o RTP, Decreto 1.359, de 15 de julho de 1931, e o decreto 6000 de 1º de julho de 1937, determinavam porcentagens bem diferentes de áreas de reserva para praças e escolas em loteamentos. O primeiro (1931), foi curiosamente, objeto de acalorados pareceres e debates na época, pois determinava 26% de área reservada aos logradouros e espaços livres públicos, área considerada excessiva pelos loteadores. A prefeitura do “Districto Federal” (Rio de Janeiro) tinha o direito de exigir mais 4% para localização de edifícios públicos e parques em loteamentos cuja área excedesse 30.000 m<sup>2</sup>, podendo chegar a 30% (PDF, 1932). O segundo (1937) determinou para utilização de parques, jardins e logradouros públicos com mais de 30.000 m<sup>2</sup> uma doação à prefeitura de 4%, mais 2% para instalação de escola, totalizando 6% (CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1937). A diferença entre as áreas doadas para espaços livres públicos foi alterada em 20%, em apenas 5 anos.

<sup>70</sup> A lei considera comunitários equipamentos públicos, os de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Consideram-se urbanos, os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

<sup>71</sup> São considerados equipamentos urbanos comunitários públicos aqueles destinados às creches, cultura, saúde, recreação, lazer, esportes, administração, abastecimento, ação social e segurança pública.

Exposto o panorama geral da legislação sobre o parcelamento da terra até a atualidade, concluímos que os loteamentos, aos quais pertencem as praças investigadas, realizadas a partir do final da década de 50, e regularizadas entre as décadas de 60 e 80, foram regidos pelo RTP. Quase todos apresentam como parâmetros, coeficientes entre 4 e 6% de áreas cedidas para implantação de espaços livres públicos, e aproximadamente 2% para área de escola. Algumas dessas praças esperaram pelo decreto de regulamentação que lhes conferiu o título de praça por quase dez anos (Praças Catulle Mendes e Olga Costa Leite), embora a média geral tenha sido de cinco anos após a aprovação do loteamento. Essas informações são encontradas no Anexo 1, e no Mapa de Loteamentos, ao final deste capítulo.

A partir deste momento apresentaremos um breve perfil da área de estudo destacando suas principais características.

### ***PERFIL DA ÁREA DE ESTUDO***

Localizada ao sul da linha férrea, a área de estudo encontra-se praticamente na divisa entre os bairros de Campo Grande e Senador Vasconcelos, ambos pertencentes a XVIIIª Região Administrativa. A área é delimitada por duas estradas de mão dupla, com traçado longo e regular; a Estrada do Cabuçu<sup>72</sup> que faz a ligação noroeste-sudeste, e a Estrada do Pré, que faz a ligação nordeste-sudoeste. Os outros limites são dados ao norte, pela Rua Micronésia, possuidora de traçado irregular e descontínuo, e a leste, por duas diferentes vias; a Estrada do Moriçaba e a Rua do Turista. Esta última dá acesso a favela São Jerônimo, que passa atualmente por obras de estruturação urbana pertencentes ao programa “Bairrinho”, similar ao programa Favela Bairro<sup>73</sup>, porém, direcionado a comunidades menores, implementados pela Secretaria Municipal de Habitação. No encontro das Estradas do Moriçaba e do Pré localiza-se outra favela, Jardim do Bairro Moriçaba<sup>74</sup>, também objeto de estruturação urbana, mas dentro do programa Favela Bairro.

---

<sup>72</sup> Segundo o PEU, a Estrada do Cabuçu é a principal via de penetração à área delimitada pela Estrada da Cachamorra e o Maciço da Pedra Branca, a área central do bairro. A importância da estrada interliga-se à sua vinculação como indutora da ocupação desta área.

<sup>73</sup> O programa Favela Bairro é coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação. É um programa que visa “integrar a favela a cidade dotando-a de infra-estrutura urbana, de serviços públicos, equipamentos e políticas sociais”. O programa Bairrinho compartilha a mesma proposta do programa Favela Bairro, implantar infra-estrutura urbana, equipamentos e serviços públicos, mas em comunidades de menor porte, entre 100 e 500 domicílios. Fonte: <<http://www.rio.rj.gov.br/smh>>.

<sup>74</sup> Fonte: Borde, Andréa et alii (1999). Favela Bairro Jardim Moriçaba: Proposta Técnica. Rio de Janeiro: IPP, SMH.

A divisa leste-sul oferece a vista do Parque Estadual da Pedra Branca, dos morros do Veloso e do Moricaba, e da região do Rio da Prata; a divisa sul, do morro do Cabuçú e a noroeste da Serra da Posse. Lynch (1999) conceitua a característica mais marcante de um lugar ou aquela que possui a probabilidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador dado, como *imaginabilidade* ou *legibilidade*. Buscamos este conceito, para acentuar que a *legibilidade* deste lugar está intrinsecamente interligada à onipresença dos morros que cercam a região, e podem ser amplamente avistados de qualquer local, dominando a paisagem.

A região dista aproximadamente 2 km da estação ferroviária de Campo Grande, que referencia geograficamente o centro de bairro e o centro da RA. O principal acesso ao interior, para quem vem da estação, corresponde ao cruzamento da Estrada do Cabuçú com a Avenida Mariana, uma via linear que termina em um pequeno largo e que ladeia o Rio Cabuçú–Mirim, chamado pela população de “valão”. Um dos lados da avenida abriga a invasão de uma pequena comunidade beira-rio, beneficiada recentemente pelas obras de canalização empreendidas pela empresa municipal RIOÁGUAS, inseridas dentro do programa Águas do Rio<sup>75</sup>. O sistema de transportes públicos percorre as estradas do Cabuçú e Pré, nas quais se encontram serviços de ônibus urbanos ligando a área de estudo ao centro do município. O transporte para o interior, a partir das duas estradas, é feito por poucos microônibus ou através de transporte alternativo - “vans” e “kombis” – veículos capazes de vencer com facilidade a largura de alguns logradouros estreitos. Quase todas as ruas são pavimentadas, exceto algumas ruas menores, ruas sem denominação oficial, ou as mais próximas da favela de São Jerônimo. O entorno das praças quase sempre possui “quebra-molas”.

A igreja mais representativa é a de Santa Rita, cristã, marco geográfico e referencial do lugar (LYNCH, 1989; SANTOS, 2002), localizada na confluência das avenidas Mariana e rua Gabriel Habib. Dessa igreja partem iniciativas como procissões, festas populares e reuniões comunitárias. A maior escola é o CIEP<sup>76</sup> Lamartine Babo, no loteamento Vila Santa Rita. Além desta, existem duas escolas particulares, uma creche municipal defronte à Praça Monte Santo, e escolas também municipais, que atendem do jardim à 8ª série<sup>77</sup>. O incipiente comércio está instalado em vias mais largas como a Avenida Mariana, Seridó e Glicônia, e na Rua Sananduva. O comércio é geralmente composto por

---

<sup>75</sup> O programa Águas do Rio é um programa de valorização ambiental e tem por objetivo contribuir para a recuperação dos corpos d'água, utilizando mão-de-obra dos moradores das próprias comunidades beneficiadas – os Guardiões dos Rios.

<sup>76</sup> CIEP são escolas modulares construídas em concreto pré-moldado, montadas no local. O projeto padrão é de Oscar Niemeyer e a concepção tem três construções distintas; Prédio Principal, Salão Polivalente e uma Biblioteca. Fonte: <http://www.pdt.org.br>.

<sup>77</sup> As escolas são a Mafalda Teixeira de Alvarenga, Rubens Faria Neves e a Prof. Gonçalves.

biroscas, pequenas mercearias, mercadinhos de hortifrutigranjeiros, algumas pequenas padarias, bares e oficinas de automóveis.

Toda a região possui fornecimento de serviços de água e esgotamento sanitário, mas ainda não existe fornecimento de gás encanado. A rede pública de iluminação está presente na maioria das ruas e praças, apesar de algumas praças apresentarem deficiência na iluminação, conforme queixa de alguns moradores, como veremos adiante, no Capítulo 4. O recolhimento do lixo e a varrição das ruas e praças, conforme relato dos moradores, são feitos às vezes pela própria comunidade, que adere a programas do tipo “garis comunitários” promovidos pela Comlurb; ou por particulares que retiram o lixo nas portas das casas e o transportam em caçambas de madeira puxadas por cavalos, até um terreno baldio qualquer, onde finalmente o queimam. Muitos utilizam as ruas e o terreno das praças como canteiros de obras ou como depósito de entulho de obras particulares. O item de mobiliário urbano mais comum é o telefone público – orelhão; o fraldário, e a lixeira padronizada.

As árvores estão em sua maior parte, presentes no entorno das praças e dentro dos lotes residenciais, mas não nas ruas<sup>78</sup>. Uma exceção é a Rua Sananduva, que possui alguns exemplares de *Delonix regia* (flamboyant), *Cassia fistula* (cássia) [fig. 2/13] e *Terminalia Cattapa* (amendoeira). Nas praças, os espécimes mais encontrados são; amendoeira, cassia, *Mangifera indica* (mangueira), algumas *Licania tomentosa* (oitis) e *Clitoria fairchildiana* (sombreiro), e *Ficus benjamina* (ficus).

A área escolhida para a pesquisa de campo, possui um conjunto de 8 praças, uma delas inserida dentro de um terreno que pertence a um CIEP, o Xapecó. Somadas a essas áreas, foram detectadas outras duas; uma área de formato triangular utilizada como campo de pelada, a Praça Hélio Ferreira, descoberta apenas no final da pesquisa por estar atrás dos portões de um condomínio, e uma segunda, junto à capelinha de São Jerônimo, cujo terreno frontal está sendo aplainado para a inserção de uma quadra [fig. 2/14]. Esses locais receberam intervenções do poder público a partir de 2000, realizadas

---

78 As propostas do PEU procuram evitar o uso intensivo do solo e manter uma tipologia habitacional bastante valorizada na região – as casas com quintal. Assim, sugerem uma taxa de permeabilidade (TP), que deixa livre de construção ou pavimentação, um percentual de cada lote, exigindo também, o plantio de uma árvore, de forma a amenizar o fator climático e manter um maior conforto ambiental.



---

*Rua Sananduva, a caminho da praça Monte Santo/ Zeca Russo.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 2/13**



---

*Capelinha de São Jerônimo, próxima a favela de mesmo nome. Quadra em construção ao lado da igreja.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 2/14**

por diferentes secretarias e órgãos municipais, como a Fundação Parques e Jardins, RioUrbe, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Esportes e Lazer, e Fundação Rio Esportes. Devido às inúmeras sobreposições de competências dentro da administração pública, só foi possível precisar qual foi o órgão interventor em algumas dessas praças. Algumas praças, tampouco foram objeto de projeto ou desenho, tendo sido obras inseridas dentro de contratos de manutenção, mantendo-se, portanto, sem nenhum registro gráfico.

Todas as praças pesquisadas estão regularizadas e são reconhecidas oficialmente<sup>79</sup>. Em comum, quase todas estão localizadas em áreas menos favoráveis dos terrenos dos loteamentos; em locais de maior declividade, por exemplo. Autores, como COSTA (1993), FREITAS (2000) e KOSTOFF (1992) já haviam percebido que muitas praças, ou parques identificam-se com os significados de *paisagens residuais*, conforme propôs COSGROVE (1998), transformando-se em paisagens residuais, ou surgindo a partir delas<sup>80</sup>. A paisagem residual deste conjunto de praças pesquisadas, porém, abarca mais de um significado; elas tanto podem ser resíduos formais dos terrenos loteados, como podem ser paisagens residuais ao sentido da subvalorização da relevância e dos significados da praça. Assim, elas resultariam somente da impossibilidade de se auferir algum benefício monetário, e das obrigatoriedades das leis de loteamentos. Imagina-se dessa forma que elas não mais se revestem dos significados de praça, ou das *pracialidades* como nos diz QUEIROGA (2003,2004). A pesquisa demonstrou, no entanto, que não é bem assim, conforme veremos nos próximos capítulos.

---

<sup>79</sup> As áreas do loteamento destinadas à confecção de praças públicas são oficializadas por decreto municipal.

<sup>80</sup> Ver Perspectivas Teóricas na Introdução, página 9.

Este capítulo estudou os sistemas de objetos ações que transformaram as paisagens rurais da Zona Oeste em paisagens urbanas. Nesse contexto, procuramos compreender como se constituíram os seus espaços livres públicos, principalmente suas praças. As praças do bairro surgiram próximas às igrejas ou capelas; no centro de novos povoados; próximas às estações de estradas de ferro; ou inseridas em loteamentos. Procuramos também, compreender as ações empreendidas pelo poder público relacionadas ao desenvolvimento da Zona Oeste, expressas nos diversos projetos e planos para a região. Destacamos a legislação que dá “forma” ao tipo de assentamento considerado pelo PEU o predominante na Zona Oeste: os loteamentos, e conseqüentemente, aos tipos de praças públicas que encontramos nesta pesquisa. Apresentamos o perfil da área de estudo para, no próximo capítulo, conhecermos os usos e apropriações dos usuários nas praças.







# **3**

## ***AS PRAÇAS***

## AS PRAÇAS

### INTRODUÇÃO

Este capítulo trata diretamente dos sistemas de objetos e ações representados pelas praças investigadas, descortinando os usos e as apropriações manifestos nos seus espaços. Este capítulo traz informações tanto sobre os usuários, como sobre o conjunto das nove praças investigadas, através de uma primeira análise interpretativa dos dados coletados em campo. Inicialmente, apresentaremos o perfil geral dos freqüentadores, analisando os aspectos sócio-econômicos, obtidos a partir dos resultados da aplicação de métodos no sítio como, questionários e mapas de comportamento, aos quais já nos referimos na introdução. Posteriormente iremos discorrer sobre alguns temas que se destacaram nas respostas aos questionários, e em conversas informais; a exclusão feminina e infantil, permeada por questões interligadas à segurança no bairro. Apresentaremos as praças através de sua nomenclatura; a primeira e a mais curiosa forma de apropriação pelas comunidades locais. Em seguida, será exposta uma tabela, embasada na metodologia investigativa empregada por MARCUS ET AL, em estudos de caso sobre espaços livres públicos (1998), ancorada em observações sobre os usos, os usuários, equipamentos, fatores positivos e negativos. Finalizamos com mapas gerais, desenhos e imagens, configurando um panorama das praças investigadas.

### PERFIL DOS USUÁRIOS

#### Gênero e faixa etária <<

Os dados obtidos nos questionários mostram que nas nove áreas, o principal freqüentador é em sua maioria a criança na pré-adolescência, o adolescente e o jovem, estudante do ensino fundamental, cuja idade vai variar dos 10 aos 19 anos, predominantemente do sexo masculino<sup>81</sup>. O GRÁFICO 1, correspondente as faixas etárias,

<sup>81</sup> As tabelas do Armazém de Dados do Município do RJ/IBGE, do ano de 2000, definem quinquenalmente as faixas etárias dos habitantes do bairro de Campo Grande, tendo início em 0/4 anos e terminando em 80 anos ou mais. Na tabela sobre residentes por faixa etária, a soma dos habitantes de 0 a 9 anos corresponde a 49.465 indivíduos (16,63%); de 10 a 19, 53.414 (17,95%); de 20 a 29, 51.349 (17,23%); de 30 a 39, 46.802 (17,26%); de 40 a 49, 42.145 (14%); de 50 a 59, 26.535 (9%) e finalmente acima de 60 anos a soma total corresponde a 27.784 (9,3%) indivíduos. Observando esses

demonstra que 57% dos indivíduos têm entre 10 e 19 anos, e o GRÁFICO 2, Gênero, confirma a predominância de 66% de indivíduos do sexo masculino, no total das áreas pesquisadas. Esse índice se repete em quase todas as praças tendo como exceção, Zeca Russo, onde foi encontrado um grupo de adolescentes do sexo feminino, totalizando 64%. Os mapas de comportamento ratificaram esses resultados; das pessoas observadas exercendo alguma atividade nas praças, 72%, ou 354 pessoas de um total de 495, pertencem ao sexo masculino.

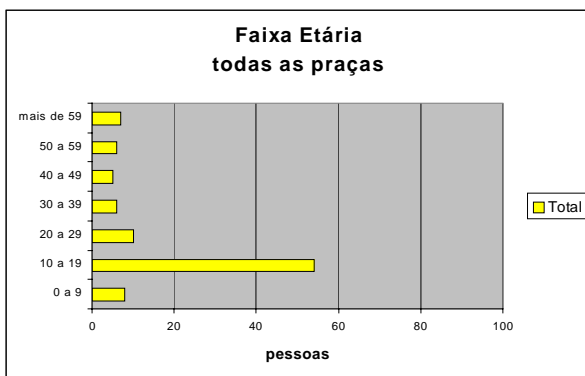


GRÁFICO 1 – FAIXA ETÁRIA

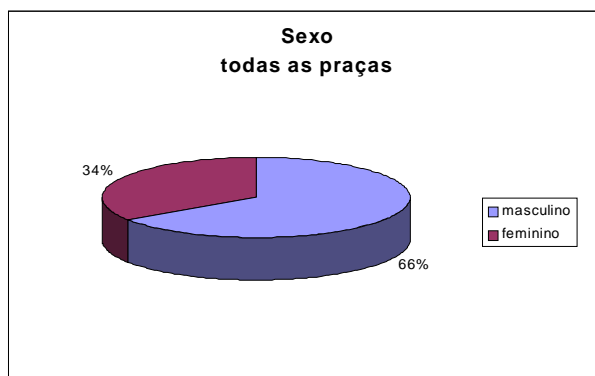


GRÁFICO 2 – GÊNERO

As praças Olga Costa Leite e Mangueira<sup>82</sup> apresentaram um predomínio absoluto de jovens entre 10 a 19 anos. Somente na Mangueira, esse contingente correspondeu a 84% dos indivíduos. Ao analisarmos as praças individualmente, percebemos, no entanto, que esse predomínio jovem tem exceções em dois locais: no BNH e no Campo do Mundial, que apresentam certo equilíbrio entre os freqüentadores de quase todas as faixas etárias, conforme nos mostra o GRÁFICO 3 e 3A.

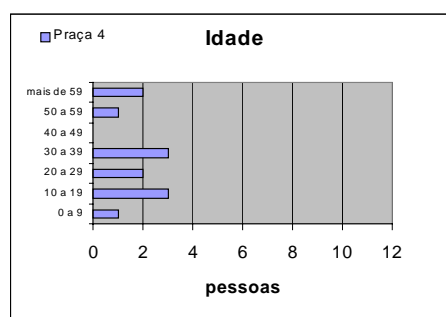
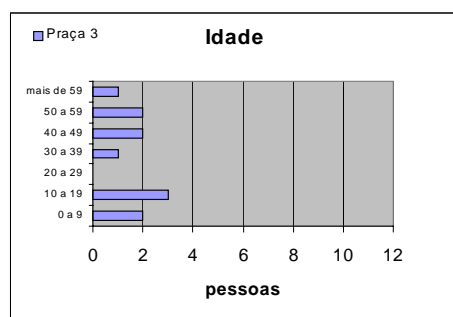


GRÁFICO 3 E 3A – FAIXA ETÁRIA; BNH E CAMPO DO MUNDIAL

números podemos facilmente perceber que a maior parte dos habitantes encontra-se nas faixas etárias entre os 10 e 19 anos e que o número de idosos corresponde quase à metade deste valor. As tabelas referentes a sexo mostram uma primazia dos indivíduos do sexo feminino, 154.914 (52%) contra 142.580 (48%) do sexo masculino. O número total de habitantes do bairro é de 297.494 pessoas.

<sup>82</sup> Esse nome corresponde à alcunha da praça, e não ao nome oficial, tema discutido adiante neste mesmo capítulo.

Xapecó, que corresponde à praça inserida no CIEP Lamartine Babo, entre todas apresentou maior porcentagem de crianças de 0 a 9 anos (33%) e de jovens de 10 a 19 anos (45%) respectivamente, totalizando 78% dos freqüentadores encontrados. Esse resultado nos faz refletir sobre as razões para implantação improvisada de recreação infantil dentro do terreno do CIEP. A escola, referência e pólo de atração para as crianças e jovens das redondezas, não funciona nos finais de semana ou nas férias, ainda que nessa época alguns se reúnam regularmente em suas proximidades. Parece que Xapecó foi inserida para atender a demanda de espaços livres próximos ao CIEP, como um apoio fora da temporada de aulas. Essa de fato é uma das razões de sua existência, mas não a única, como veremos mais tarde.

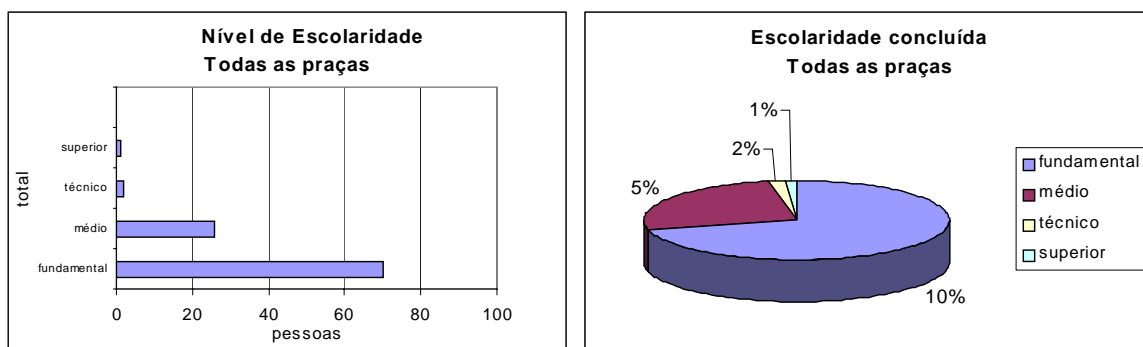
Os outros locais, surpreendentemente, não apresentaram nem individualmente, nem em conjunto, uma presença importante de crianças de 0 a 9 anos. As crianças nesta faixa etária representaram apenas 8% do total dos indivíduos encontrados *em todas as praças*. Os mapas de comportamento ratificaram esses resultados: crianças de 0 a 9 anos contabilizaram somente 28% do total de indivíduos exercendo alguma atividade. Esse fato causou surpresa, porque se acreditava que um grande contingente de crianças dessas comunidades utilizava a recreação infantil, assim justificando a existência dessas áreas em todas as praças.

A presença de idosos surpreendeu por ser pouco marcante, representando somente 5% dos freqüentadores encontrados. Os mapas de comportamento - ver síntese no final deste capítulo - comprovam esse fato; de 495 pessoas observadas exercendo alguma atividade, somente 4 indivíduos ou pouco menos de 1%, eram idosos. Os jovens e adultos a partir de 20 anos apareceram de forma equilibrada em quase todas as praças, variando de 8% a 11% do total de indivíduos. Eles estão em sua maioria, tomando conta de outras crianças, jogando ou assistindo a jogos de futebol e vôlei.

### ***Escolaridade e Ocupação <<***

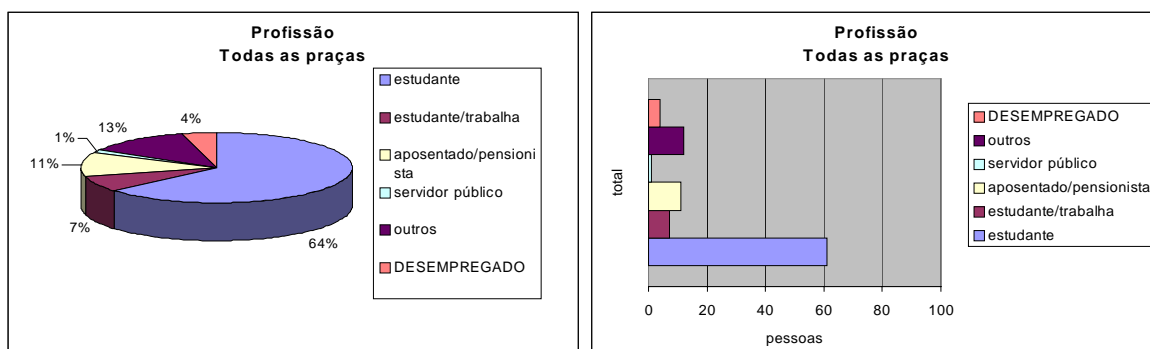
Os dados obtidos comprovam que 50% do total dos indivíduos estão cursando o ensino fundamental, o que corresponderia a estar entre a primeira e a oitava séries do primeiro grau, conforme nos mostra a TABELA 1. O índice de jovens cursando o ensino médio ou 2º grau é de 17%. Entre todos os indivíduos que responderam aos questionários, 96 pessoas, apenas 2 não são escolarizados. Ao cruzar os dados sobre escolaridade, com os resultados relativos à faixa etária predominante (de 10 a 19 anos), e ao sexo

(masculino), chegaremos à conclusão de que a maior parte dos adolescentes é de meninos que estão, na realidade, entre a quarta, e a oitava séries do ensino fundamental<sup>83</sup>. Os GRÁFICOS 4 E 4A<sup>84</sup> apresentam a situação escolar dos entrevistados; o GRÁFICO 3 representa o nível geral de escolaridade e o 3A representa aqueles que tem a escolaridade concluída.



GRÁFICOS 4 E 4A - ESCOLARIDADE

Quanto à ocupação, os GRÁFICOS 5 e 5A confirmam que 64% são exclusivamente estudantes. Adultos desocupados encontrados nas praças, 11%, (sempre do sexo masculino) são em geral aposentados ou estão desempregados, 4%. O restante dos freqüentadores possui empregos de nível técnico ou sem formação específica, 13%. As ocupações citadas estão no ramo da construção civil: ladrilheiros, pedreiros e pintores; em nível técnico: técnico em farmácia, técnico em edificações; domésticos: serventes e empregadas domésticas, e outros: motoristas de caminhão, professores de futebol (geralmente ex-jogadores), operadores de telemarketing, auxiliares de escritório, e até mesmo um barman.



GRÁFICOS 5 E 5A – PROFISSÃO

<sup>83</sup> O ensino fundamental chamado de ensino do primeiro grau tem a duração total de 9 anos e consta de: classe de alfabetização, primeira a quarta série e da quinta a oitava série. O segundo grau, ou ensino médio vai da primeira a terceira série (3 anos) e corresponde aos antigos cursos clássico e científico.

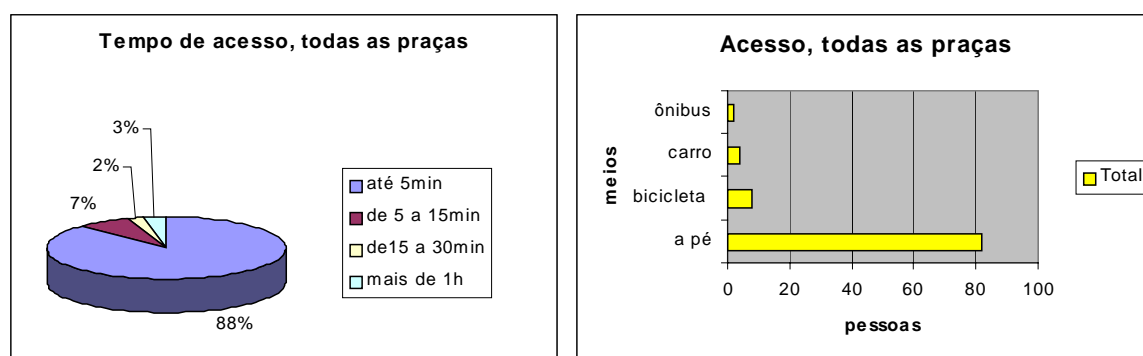
<sup>84</sup> Segundo dados do Armazém de Dados do Município do RJ/IBGE, existem 75 escolas municipais e 25 estaduais na Região Administrativa de Campo Grande e a média de anos de estudo é de 5,9 anos por habitante. A Região Administrativa é formada pelos bairros de Campo Grande, Cosmos, Santíssimo e Inhoaíba.

TABELA 1 – ESCOLARIDADE (%)

NIVEL	COMPLETO	INCOMPLETO	CURSANDO
FUNDAMENTAL	10	9	50
MEDIO	5	4	17
TÉCNICO	2	_____	_____
SUPERIOR	1	_____	_____
SUBTOTAL	18	13	67
NÃO ESCOLARIZADOS	2		
SUBTOTAL	98		
TOTAL	100		

**Modalidades de acesso, frequência e permanência <<**

Quanto ao acesso, a pesquisa mostra um índice de 85% de indivíduos que chegaram nas praças a pé e demoraram até 5 minutos para cumprir o percurso, conforme exibem os GRÁFICOS 5 e 5A. Isto vem confirmar resultados de pesquisas anteriores (APUR, 1989; COSTA, 1993; VIEIRA, M. 2001; MONTEIRO, 1998; MARCUS & FRANCIS, 1998) realçando o valor dos espaços livres públicos como equipamento de proximidade. Um número irrisório veio de carro ou ônibus. Entre aqueles que alcançaram as praças de bicicleta, 8% moram nas proximidades e estão usando este veículo apenas para brincar em volta da praça, sozinhos ou com um grupo de amigos. Esse alto índice de usuários que alcançam as praças a pé, ratifica o funcionamento em caráter praticamente exclusivo para os moradores da sua vizinhança. Essa constatação permite classificá-las e compreendê-las como “equipamentos de proximidade” (APUR, 1989) em conformidade com o que já foi apresentado na introdução a respeito deste conceito<sup>85</sup>.



GRÁFICOS 6 E 6A – ACESSO

<sup>85</sup> Sob uma ótica puramente funcional, também poderíamos apontar similaridades entre os “neighborhood parks” (CARR ET AL, 1992, MARCUS ET AL, 1998; JACOBS, 2003; LAMAS, 2004) e as nossas praças públicas. Ver Introdução, página 15, Metodologia.

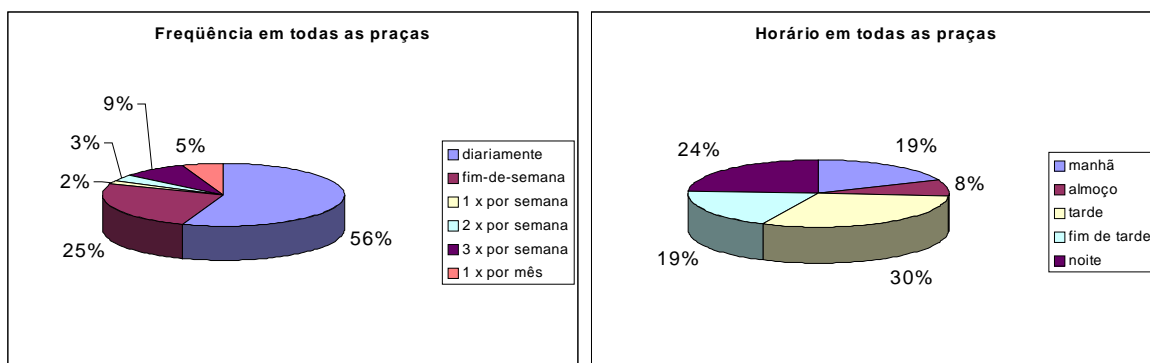


Moradores questionados sobre frequência a outros locais, apontaram repetidamente a frequência a três praças, nessa ordem: Mangueira, BNH e Campo do Mundial. Quase todas as praças foram citadas, exceto a Olga Costa Leite. Bosque apresentou o maior índice de indivíduos que declararam não frequentar outras praças além daquela, 89% - este dado pode sugerir um bom índice de satisfação com o lugar. Na Zeca Russo, 100%, declararam frequentar outros lugares. Essas informações encontram-se na TABELA 2, logo abaixo;

TABELA 2 – FREQUÊNCIA A OUTRAS PRAÇAS (%)

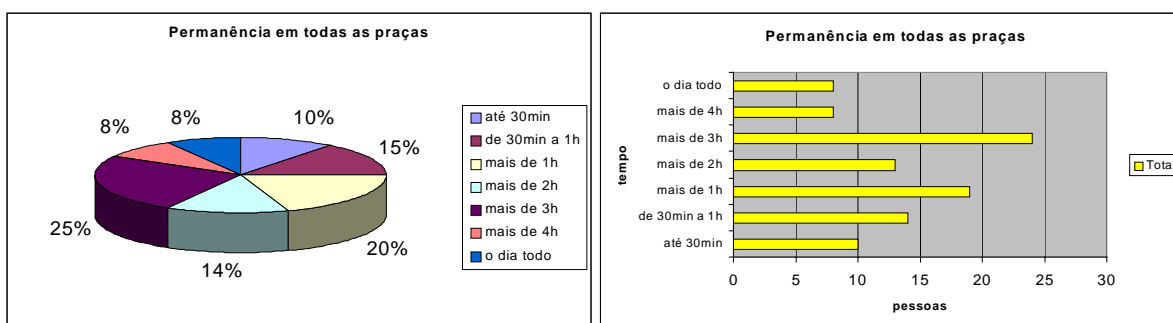
PRAÇA	S.Rita/ Rala Côco	Xapecó	Borba/ BNH	C.Mendes/ C.Mundial	Camiranga/ Mangueira	V.Quinhões/ Morrinho	Monte Santo/ Zeca Russo	R.Couto Bosque	Olga C. Leite
<b>SIM</b>	63,6	89	72,8	50	69,2	36,4	100	11	43,5
<b>NÃO</b>	36,4	11	27,2	50	30,8	63,6	0	89	56,5
<b>%</b>	100								

Entre os indivíduos pesquisados, 56% são frequentadores diários, conforme nos mostra o GRÁFICO 6. Xapecó e BNH são as únicas praças que apresentaram um maior índice de frequentadores somente nos finais de semana. No BNH, os frequentadores de fim de semana correspondem aos adultos e idosos que trazem os filhos e netos para brincar. Quanto aos horários de frequência, conforme nos mostra o GRÁFICO 7A, pouco mais de dois terços preferem utilizar as praças livremente a partir do horário vespertino, no final da tarde - que pode ser considerado o horário de pico de frequência, ou à noite. Pela manhã, as praças ficam quase sempre ociosas, exceto aos finais de semana. Como já constatado por diferentes estudos (JACOBS, 2003; WHYTE, 1989; CARR ET L, 1992; MARCUS ET AL, 1998), é necessário uma mistura funcional ampla de frequentadores, para que os espaços livres, não permaneçam sub utilizados durante a maior parte do dia. Nas praças de Campo Grande a mistura funcional de usos ou de frequentadores praticamente não existe; os “ritmos” e compromissos diários tampouco diferem uns dos outros. Esse tipo de comportamento está ligado aos horários de escola, de almoço, enfim do cotidiano das pessoas que permanecem no bairro durante a semana. A homogeneidade social, de ocupações, de acontecimentos e horários contribui para ocasionar esses períodos vazios de utilização.



GRÁFICOS 7 E 7A – FREQUÊNCIA E HORÁRIO

Quanto ao tempo de permanência 25% das pessoas declararam permanecer mais de três horas nas praças, 20% mais de uma hora, enquanto 16% alegaram permanecer mais de quatro horas ou o dia todo, conforme nos mostram os GRÁFICOS 8 e 8A. Aqueles que alegaram permanecer até 30 minutos, e entre 30 minutos e uma hora, são normalmente idosos e estão quase sempre sozinhos descansando, observando o espaço, acompanhando o movimento das pessoas ou esperando por alguém. Aqueles usuários, porém, que prolongam sua estadia entre uma e três horas, informaram que esse período não representa um tempo corrido, expondo assim uma característica singular. Como a maioria esmagadora dos frequentadores mora nas proximidades, eles vão e vêm com intervalos de no máximo uma hora entre cada visita. Os intervalos são para voltar para casa, ir ao banheiro, almoçar, fazer um lanche, ir para a casa de um amigo, porque algum responsável chamou, para estudar... Na verdade, esse tipo de movimento sugere que as praças são para a maior parte desses adolescentes, nada mais que elementos comuns da experiência cotidiana, representando um prolongamento de sua própria casa; ponto de partida para tomar posse do mundo (RELPH, 1976, p.40).



GRÁFICOS 8 E 8A - PERMANÊNCIA

Muitos estudos observaram diferentes modalidades de frequência e permanência em diferentes espaços livres públicos (VIEIRA, M., 2001; COSTA, 1993; WHYTE, 1989). WHYTE

(1989) observou em seus estudos sobre espaços livres públicos centrais em Nova York, que os lugares onde as pessoas permanecem mais tempo são em geral, locais livres de problemas; são próximos; são geralmente freqüentados por pessoas em grupos, e se oferecem simpáticos aos solitários, funcionando como ponto de encontro ou permitindo a contemplação. COSTA (1993), por exemplo, já havia constatado que os usuários residentes nas proximidades do Parque do Flamengo se identificam de tal maneira com o parque, que o consideram como o quintal, ou o jardim da sua casa; opinião compartilhada também por aqueles que residem a uma longa distância e visitam o parque somente aos finais de semana. Essa identificação com o espaço foi observada por VIEIRA, M. (2001) no Largo da Carioca. Ela acredita que aqueles que permanecem durante todo o dia, ou interrompem o seu fluxo diário ao passar pelo Largo da Carioca, identificam-se com a receptividade do lugar, a diversidade humana, a vitalidade e a movimentação no espaço, que sugere “abertura e generosidade”.

A identificação de um indivíduo com o entorno está muito mais na experiência do que na aparência física da cidade ou da paisagem. Assim, uma das chaves para a compreensão desta permanência intervalada pode estar na construção da identidade entre os indivíduos e as praças, através da experiência de torna-la um prolongamento de suas casas. Essa transmutação da praça em quintal de casa vai sendo paulatinamente construída dentro do cotidiano destes indivíduos desde que nascem. As praças funcionam como ponto de encontro, como verdadeiros “portos seguros”. Podemos dizer que os espaços das praças também contrastam com as limitações dos espaços domésticos e escolares da maioria desses adolescentes, ou com as dimensões e perspectivas de suas próprias vidas, proporcionando o usufruto da amplidão espaço-temporal além da possibilidade de conviver socialmente.

A tabela abaixo, a de número 3 nos informa o tempo de permanência de acordo com a faixa etária.

TABELA 3 – PERMANÊNCIA POR FAIXA ETÁRIA

IDADE	0/9	10/19	20/29	30/39	40/49	50/59	+59	TOTAL	T %
	TEMPO								
dia todo	1	5	–	2	–	–	–	8	8
+ 4hrs	–	7	2	–	1	–	–	10	10
+ 3hrs	4	13	2	–	1	–	–	20	21
+ 2hrs	1	10	2	–	–	2	–	15	16
+ 1hr	1	10	1	–	1	2	4	19	20
30min/1hr	2	3	2	2	2	1	2	14	15
até 30min	–	6	1	1	–	–	2	10	10
<b>TOTAL</b>	9	54	11	5	5	5	8	96	100

### Sociabilidade <<

A pesquisa demonstrou que mais da metade, 56%, dos indivíduos, vão acompanhados pela família ou pelos amigos. As mulheres, em geral, chegam acompanhadas por algum membro da família, como filhos, irmãos (de quem vieram tomar conta), tias, mãe ou avós. Os desacompanhados representam 44% das pessoas, geralmente são do sexo masculino e acreditam que mais cedo ou mais tarde, irão encontrar alguém conhecido ou alguma atividade da qual possam participar. Campo do Mundial apresentou o maior índice de pessoas solitárias, do sexo masculino; as possibilidades de encontro ou diversão existentes neste espaço onde o futebol predomina, parecem atrair muitos indivíduos solitários (WHYTE, 1989). Esses dados estão expostos nas tabelas 4 e 4A.

TABELA 4 – ACOMPANHADO

Sexo praça	Não/ Sozinho		subtotal	Sim/Fam. Amigos		subtotal	Total
	F	M		F	M		
	1	5	1	6	3	2	
2	-	4	4	2	3	5	9
3	-	5	5	2	4	6	11
4	-	3	3	4	5	9	12
5	-	6	6	3	4	7	13
6	6	1	7	2	2	4	11
7	3	1	4	6	1	7	11
8	3	1	4	1	4	5	9
9	-	3	3	3	3	6	9
<b>TOTAL</b>	17	25	42	25	32	54	96
<b>%</b>	18	26	44	26	33	56	100

TABELA 4A – ENCONTRO MARCADO

Sexo praça	Não		subtotal	Sim		subtotal	Total
	F	M		F	M		
	1	3	3	6	1	4	
2	2	4	6	-	3	3	9
3	3	3	6	-	5	5	11
4	1	4	5	1	6	7	12
5	2	3	5	-	8	8	13
6	3	1	4	3	4	7	11
7	4	-	4	3	4	7	9
8	1	6	7	2	-	2	9
9	3	5	8	-	1	1	9
<b>TOTAL</b>	22	29	51	10	35	45	96
<b>%</b>	23	30	53	10	36	47	100

Esta pesquisa demonstrou que no tocante à segurança nas praças, GRÁFICO 9, 72% das pessoas consideram a segurança entre boa e ótima; 15% a consideram regular e 13,5%, apenas, a consideram ruim ou péssima. Observando a tabela 5A, que avalia a segurança por tempo de permanência podemos perceber nitidamente que quanto maior a permanência, melhor é a avaliação da segurança. Parece à primeira impressão, que os usuários se encontram satisfeitos e se sentem totalmente tranquilos nas praças, porém é necessário relatar que essa satisfação envolve outros aspectos, que ultrapassam a sensação de segurança dentro do perímetro das praças, demonstrando ser essa uma questão social maior, interligada à segurança do próprio bairro. Uma das razões para a certeza de se sentir seguro nas praças está aliada a solução implantada no bairro pela própria população, para obter segurança, exposta um pouco mais à frente, ainda neste capítulo.

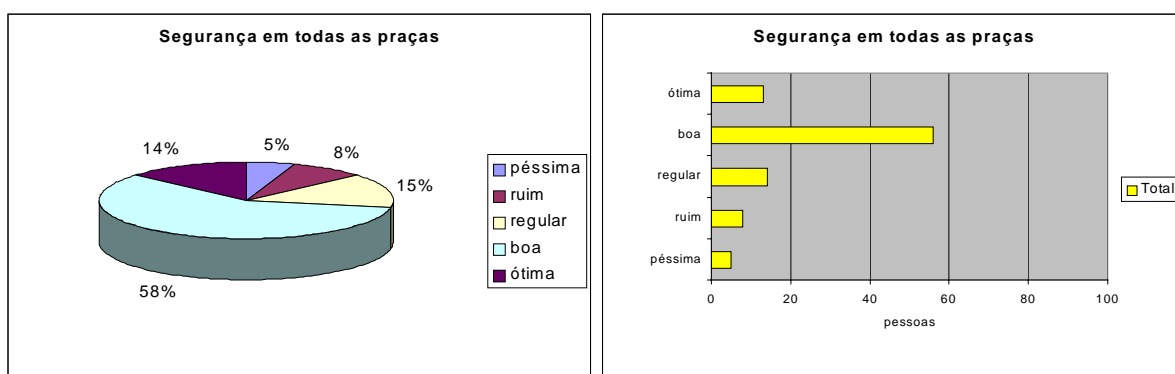


GRÁFICO 9 - SEGURANÇA

TABELA 5 – SEGURANÇA POR SEXO

TEMPO	SEXO				TOTAL	TOTAL%
	M	%	F	%		
Péssima+ ruim	5	5,2	8	8,3	13	13,5
regular	11	11,5	3	3,1	14	14,6
Boa+ ótima	48	50	21	21,9	69	71,9
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	<b>66,7</b>	<b>32</b>	<b>33,3</b>	<b>96</b>	<b>100</b>

TABELA 5A – SEGURANÇA POR TEMPO DE PERMANÊNCIA

SEGURANÇA	PERMANÊNCIA							TOTAL	TOTAL %
	até 30min	30min a 1h	+1h	+2h	+3h	+4h	dia todo		
Péssima+ ruim	4	1	3	1	3	2	2	16	16,6
regular	1	5	1	3	3	-	2	15	15,6
Boa+ ótima	4	9	14	14	11	5	8	65	67,8
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>96</b>	<b>100</b>

*“A organização e o uso do espaço pelas mulheres pressupõem um conjunto muito diferente de significados simbólicos que aquele dos homens”.*<sup>86</sup>

A ausência quase que absoluta de mulheres, e conseqüentemente, de crianças pequenas acompanhando as suas mães, é um aspecto importante do cotidiano das praças de Campo Grande. Pessoas do sexo feminino, quando encontradas, são quase sempre adolescentes. O predomínio do sexo masculino está sempre atrelado a uma proporção média de uma mulher para cada três homens, em todas as praças. A única exceção a essa regra pôde ser apreciada na Zeca Russo, onde o número de indivíduos do sexo feminino inverteu essa proporção, abrigando mulheres dos 7 aos 18 anos, na maioria adolescentes de 12 ou 13 anos. Em relação às crianças, a proporção média é de uma criança para cada dez adultos, pelo menos onde elas foram encontradas. Na Rala Côco, Mangueira e Olga Costa Leite, crianças abaixo dos dez anos de idade simplesmente não foram avistadas. A vereadora Lucinha acredita que além das questões de segurança, o fato das mães trabalharem delegando a outras pessoas o cuidado dos seus filhos, contribui para a pouca presença infantil, como deixa subentendido neste depoimento;

*“Movimento nas praças só tem no final do dia. O pessoal sai **pra** trabalhar e não deixa os filhos na rua, não! Quando não **tá** na escola **tá** dentro de casa. As crianças ficam com a avó, com a vizinha – “com a mulher que toma conta dos meus filhos””.*

O desequilíbrio entre os sexos nos espaços livres públicos, já foi notado por inúmeros autores em diferentes estudos, tanto no Rio de Janeiro como em outras cidades ao redor do mundo. Os clássicos trabalhos de WHYTE (1989), CARR ET AL (1992) e MARCUS ET FRANCIS (1999) creditam, a ausência feminina e infantil nos parques e praças urbanos à falta de segurança. WHYTE (1989, p.18) verificou que as plazas mais utilizadas de Nova York tendem a possuir uma proporção de mulheres superior a media. CARR ET AL (1992) crêem que as mulheres ainda se sentem vulneráveis nos espaços públicos, mesmo nos dias atuais. O medo de sofrer algum ataque sexual, de roubo, e da violência, atemorizam as mulheres que preferem não freqüentá-los, nem levar suas crianças. Barreiras visuais e usuários de drogas são fatores que também desencorajam-nas a saírem. VIEIRA, M. (2001) notou que as mulheres se sentem constrangidas quando percebem que são poucas em algum evento que agrega muitos homens no Largo da Carioca. VIEIRA, F. (2001, p.144) notou a predominância masculina na área do Varadouro, em João Pessoa, logo na primeira visita. Posteriormente sua pesquisa constatou que as mulheres se

---

<sup>86</sup> Cosgrove, Denis (1998, p.121).

sentem inseguras e demonstram se sentir pouco à vontade no lugar. O mesmo ocorre com as poucas mulheres que se atrevem a assistir algum jogo no Campo do Mundial, e que estando lá, terminam por se sentir constrangidas. Na mesma praça, nos finais de semana, algumas crianças são eventualmente encontradas acompanhadas dos pais, enquanto as mães estão cuidando dos afazeres domésticos. O diário de campo da pesquisa registrou essas situações;

***Campo do Mundial**, 13 de novembro de 2004, 10:00 horas, anotações do diário de campo. “Pleno sábado de sol e não fazia calor. Véspera de feriado, a praça estava repleta de jogadores. Havia 2 mulheres apenas, e quando tentei abordá-las para responderem aos questionários, se recusaram constrangidas. Informaram estar se sentindo mal por estar ali pela primeira vez, já que não moravam nas redondezas. Perguntei a um dos homens que se preparava para jogar onde estavam as mulheres àquela hora, e ele me respondeu que sua esposa foi levar a filha à natação no clube Vasco da Gama, e que no fim de semana costumava ficar com os filhos, já que trabalhava a semana inteira. As outras mulheres, segundo ele, deveriam estar em casa fazendo o almoço. Perguntei se havia algum horário em que as mulheres freqüentavam a praça, e ele me respondeu que à noitinha e à noite sim, elas iam com as crianças para a praça. As crianças também eram em número pequeno e as poucas com quem conversei vieram acompanhadas dos pais”.*

A ausência feminina nas praças investigadas não se restringe, porém, apenas à sensação de insegurança ou constrangimento. Certamente, os tipos de atividades propostas nos programas de projetos e as atitudes dos freqüentadores do sexo masculino, que rejeitam compartilhar atividades com as mulheres, influenciam a sua ausência [fig.3/1]. Essa pesquisa constatou a insatisfação de muitas adolescentes quanto ao impedimento em participarem de jogos de vôlei e futebol nas praças investigadas, e descartinou a solução que acreditam ser a única possível para resolver esse problema: o controle externo, questão a ser discutida no próximo capítulo. Ginástica localizada foi uma das poucas atividades mencionadas pelas meninas como especialmente dirigida a elas; mas como ocupa o espaço das quadras, não tem continuidade, já que os jogos de bola são sempre prioritários. A aparente universalidade dos programas de projetos tem esquecido de considerar as diferenças entre os gêneros, desta forma, reforçando a construção de uma paisagem exclusivamente masculina nas praças.

*“Nossos projetos são universais, são para todas as faixas etárias”.*  
Renato Dantas, Diretor de Projetos da Riourbe.

CRANZ (citado por MARCUS & FRANCIS, p. 86, 199x) reconhece que “as mulheres continuam a constituir uma minoria definitiva entre os usuários de um parque, e que elas deveriam começar a demandar o justo compartilhamento dos recursos desses parques”. HAYDEN (citada por LEGATES & STOUT, 2002, p. 452) propõe que os arquitetos e planejadores urbanos passem a considerar as mudanças sociais derivadas da inserção



Mulheres nas praças. A; avó e neta numa manhã de Sábado no BNH. B; tédio feminino no Zeca Russo. C e D; mulheres jogando bola na Zeca Russo, futebol dentro da quadra e vôlei fora das quadras. E; solidão no BNH.

Fotografias da autora.

**Fig. 3/1**



das mulheres no mercado de trabalho, e as conseqüências para seus filhos, em novos projetos, que tanto se aproximem dessas mudanças na distribuição dos espaços interiores como nos projetos de espaços livres públicos.

### **OBTENDO SEGURANÇA**

Os locais que não oferecem uma sensação de segurança comunicam significados negativos, anunciando os lugares como perigosos ou pouco acolhedores (CARR ET AL, 1992, p.190). Esse, de fato, não é um sentimento que aflore imediatamente para os visitantes das praças; a primeira sensação é de absoluta tranqüilidade, quase como se estivéssemos em uma cidade do interior, segura e pacata. De fato, durante toda a pesquisa de campo, nenhum tipo de policiamento foi avistado nem dentro das praças, nem nas ruas do entorno. Se problemas como assaltos, roubo e violência não aparentam ser comuns, nem são evidentes; e a segurança pública, conforme informações dos moradores está ausente, como essas questões, se existentes, são solucionadas quando surgem? Segundo a vereadora Lucinha, um dos políticos mais atuantes na área, a solução desses problemas partiu da própria comunidade, conforme relatou;

*“Essa segurança própria é uma questão que surgiu na Zona Oeste há uns dois ou três anos. A população se sentiu ameaçada pelas facções do crime organizado que existem por aí, e então sempre aparece uma pessoa que diz – eu vou colocar uma segurança aqui, você vai ter que pagar para a gente tomar conta do bairro e tal – e aí, como a comunidade não tem polícia militar, a instituição tá arrasada, a comunidade tá dando o seu jeito né! O povo vai dando um jeito, a pessoa paga todo o mês 10 reais, e aquele dinheiro é revertido para aqueles seguranças que tomam conta daquela comunidade”.*

Esse é um procedimento comum às classes mais abastadas da cidade do Rio de Janeiro, que devido à falência do sistema de segurança pública, tentam se proteger da violência como podem, contratando a sua própria “polícia”. De forma análoga, nessa região de Campo Grande, cada loteamento se responsabiliza pela sua própria segurança contratando pessoas de dentro da sua comunidade. Os seguranças particulares são homens adultos e jovens que estão em geral desempregados, ou até são ex-policiais. Esta pesquisa constatou que entre as suas funções estão; impedir os roubos de automóveis; impedir invasões e roubos a residências; impedir a prática de atos sexuais nas ruas; impedir adolescentes de organizarem festas, fazer barulho ou utilizarem drogas nos espaços públicos, principalmente à noite; e reprimir o vandalismo nos equipamentos

das praças e nos equipamentos urbanos<sup>87</sup>. As despesas geralmente são rateadas entre os moradores, e dependendo do “condomínio”, variam entre R\$ 10,00, dez e R\$ 20,00, vinte reais por casa. Os “seguranças” costumam andar de bicicleta em torno dos loteamentos. À noite eles utilizam apitos para informar que estão circulando, sendo por isso chamados de *apoio* ou de *grilos da noite*. Como informou uma senhora no BNH;

*“Nunca tivemos problemas, moro aqui há 22 anos. À noite temos segurança própria, os grilos da noite, que andam de bicicleta com apitos. A comunidade paga”. Maria, 65 anos.*

Esse procedimento está longe de ser um consenso entre os moradores. Parece existir uma certa “lei do silêncio” e uma concordância muda entre todos; é como se os *grilos da noite* tivessem o poder de resolver tudo à sua maneira. Um grupo de adolescentes que passava a tarde na Zeca Russo, informou após alguma hesitação, que o grupo de apoio é formado por “pessoas de confiança” dos traficantes locais. E como não existe policiamento efetivo, esses traficantes impõem a lei na área. Muitos estão assustados com a situação, como Antônio, 43 anos frequentador do BNH;

*“A segurança daqui é paga pela comunidade, e não faz nada. Somos forçados a pagar senão aí mesmo é que acontece alguma coisa”.*

Outro aspecto importante relativo à segurança de um espaço livre público é a acessibilidade visual, pois possibilita às pessoas exercerem um mínimo controle sobre o que está acontecendo (CARR ET AL, 1992; MARCUS ET FRANCIS, 1999; COSTA, 1993; JACOBS, 2000). Nas praças Rala Côco e Bosque, o acesso visual é dificultado pela topografia dos terrenos em aclive. No Bosque, a insegurança causada pela falta de domínio visual do espaço afeta as crianças que se sentem ameaçadas porque acreditam que, de algum lugar, fora do seu campo de visão, poderá inesperadamente surgir alguém desconhecido ou assustador. Na Rala Côco, a topografia impede que se perceba quando motocicletas decidem atravessar a praça de um lado para outro, em alta velocidade, oferecendo risco de atropelamento.

Nas grandes cidades, a percepção de que o lugar esteja livre de ameaças é tão relevante quanto a inexistência de barreiras físicas que atrapalhem o domínio visual pleno do espaço (CARR ET AL, 1992). As praças analisadas não possuem barreiras físicas, exceto a própria topografia, nem elementos como agrupamentos densos de árvores, edificações abandonadas, ou reentrâncias, que possam funcionar como esconderijos. Tampouco

---

<sup>87</sup> A principal causa de óbitos não relacionados às doenças no bairro, é derivada de homicídios (PLANO ESTRATÉGICO II).

acolhem desabrigados, pois toda a comunidade impede invasões por construções indesejáveis ou a instalação de populações marginais. Alguns moradores entretanto, informaram que em horários de menor movimento, nas praças BNH, Mangueira, e Olga Costa Leite, encontram-se indivíduos traficando drogas, em atitude discreta, misturando-se ao movimento local de pessoas.

Segundo JACOBS (2003, p.30) quando as pessoas usam menos as ruas elas se tornam ainda mais inseguras. Porém, para que as ruas e praças sejam largamente utilizadas, condições adequadas devem ser criadas para tal. A iluminação, obviamente, influencia a sensação de segurança de uma praça, e certamente vai ser fator determinante na sua utilização noturna. Sair à noite para as ruas e praças é um hábito comum, principalmente no verão, quando o apelo pelo usufruto de ares mais frescos é quase uma necessidade. Entretanto, a carência de iluminação pode se transformar em uma barreira para a frequência noturna. Campo do Mundial, por exemplo, é pleno de vitalidade durante o dia, mas à noite torna-se inseguro devido à ausência de luz, afastando os seus usuários para a vizinha Mangueira, muito mais iluminada. Na Xapecó, segundo informações dadas pelos usuários, os equipamentos de iluminação foram colocados pelos próprios moradores com o auxílio do *apoio*, resultando no afastamento dos marginais e traficantes de drogas, assim, ampliando a sensação de segurança. De acordo com o que relatou um adolescente;

*“Aqui dá para descansar, sentado nas pedras. As pessoas que vem aqui são legais, não tem usuário de drogas. Depois que fizeram a iluminação isso acabou”.*

## **OS NOMES DAS PRAÇAS**

CARR ET AL (1992, p. 205) argumentam que as interações entre um grupo de pessoas e o lugar podem ser facilitadas pelos atributos físicos do sítio ou por símbolos no espaço. Eles nos lembram que as celebrações rituais, os signos de linguagem de um grupo, ou mesmo os nomes que são dados a um local, podem reforçar essas interações. LYNCH (1999, p.76) acredita que os nomes têm o poder de conferir identidade a um local, mesmo quando eles carecem de uma certa heterogeneidade, que os distingam uns dos outros. Para Relph (1976) os lugares são estruturados pelo ser humano primeiramente através do seu nome; sendo, nomear um lugar, uma das ações que interligam o homem mais intimamente ao seu território. O ato de identificar um local pelo seu nome pode

significar uma das primeiras formas de apropriação simbólica do espaço (COSTA, 1995). Ao observamos a nomenclatura das nove praças selecionadas por esta pesquisa, percebemos que tanto os nomes oficializados pelas autoridades públicas municipais, como os apelidos e alcunhas vulgares que a população lhes atribui, representam códigos diferenciados que refletem a apropriação dos diversos grupos e atores que atuam sobre aqueles espaços, conferindo-lhes diferentes identidades.

No Rio de Janeiro, as alcunhas populares são uma forte faceta da cultura urbana e podem fazer referência a características físicas de um lugar, de um objeto, ou a locais que se transformam em marcos espaciais. Aliados a conhecida irreverência do carioca, e a sua maneira de evidenciar particularidades, as alcunhas urbanas se constituem em uma linguagem simbólica comunicando imagens grupalmente elaboradas. Apelidos como “frade”, e “Praça do Ó”<sup>88</sup>, são exemplos típicos deste tipo de apropriação e identificação do espaço, assim como os apelidos populares pespegados nas praças pesquisadas de Campo Grande.

A nomenclatura oficial de uma praça é dada através de decreto municipal, aprovado somente após as obras de urbanização. No início do processo, o vereador que representa a comunidade traz o nome sugerido por ele próprio ou pela população, para a câmara municipal de vereadores. Os nomes sugeridos normalmente fazem referência a algum morador ilustre que se destacou, ou deu alguma contribuição à comunidade; professores, presidentes de associação de moradores, advogados, comerciantes, membros de famílias importantes, religiosos<sup>89</sup>. Os nomes oficiais podem até ter algum elemento de ligação com a população, mas parecem não ter “força” para se estabelecer. COSTA (1995) acredita que “as denominações oficiais geralmente não obtém sucesso, porque não encontram nenhum eco nas experiências ou entendimento que as pessoas têm dos lugares”. Assim, existe uma contraposição entre o nome oficial “burocrático”, e a alcunha estabelecida pelo imaginário popular<sup>90</sup>. O batismo oficial de uma praça é o procedimento burocrático necessário por ocasião da confecção das obras e das melhorias urbanas, e de sua regularização; ou seja, em troca da atenção da

---

<sup>88</sup> Frade - balizador em concreto de formato trapezoidal que tem como função impedir o estacionamento irregular em calçadas; Praça do Ó - praça localizada no início do bairro da Barra da Tijuca cujo nome oficial é Praça São Perpétuo.

<sup>89</sup> O RTP ou Regulamento de Parcelamento da Terra dispõe sobre a nomenclatura das ruas e praças dos novos loteamentos na subseção V, do artigo 31 ao 45. Ele recomenda os nomes de brasileiros falecidos e ilustres; da fauna, flora, história, do folclore, da bíblia; datas especiais; nomes de personalidades estrangeiras de indiscutível projeção internacional, etc... O RTP não recomenda; nomes múltiplos, cacofônicos ou repetidos; “denominações inexpressivas, vulgares”, ou nomes de pessoas que não se enquadrem nesse regulamento.

<sup>90</sup> DaMatta (1987) nos conta que um missionário norte-americano, Daniel P. Kidder, que viveu no Rio de Janeiro em meados do sec.XIX demonstrou surpresa ao descobrir os nomes estranhos das ruas e sua notável metonímia, ou unidade de “continente e conteúdo”, como por exemplo, a Rua Direita, a Rua dos Pescadores, Rua do Ourives e Rua da Quitanda.

administração pública. Alguns usuários das praças reconhecem esta questão, como Alessandro, morador do entorno da praça Ribeiro do Couto que afirmou candidamente;

*“A prefeitura dá um nome depois que vem e faz alguma coisa, mas o que permanece mesmo é o nome antigo que ela mesma deveria valorizar”.*

Nas áreas da pesquisa encontramos alguns exemplos de praças que são reconhecidas pelo nome ou apelido de algum indivíduo importante, pelo nome de um time de futebol, ou pelo nome de uma árvore. A Monte Santo é identificada por 100% dos que responderam aos questionários, pelo nome de Zeca Russo, “que mora naquele portão verde em frente à praça”. “Foi ele que conseguiu reformar a praça” informou uma menina de uns 8 anos. No Xapecó, o responsável pela instalação dos equipamentos no lugar deixou a sua marca em uma espécie de portal e assim, passou a denominar a praça. Alguns apelidos permanecem mesmo que a sua motivação original esteja se perdendo, como a da Praça Camiranga, largamente conhecida como Praça da Mangueira. Ela foi – logicamente - assim chamada, porque abrigava grandes mangueiras em seu entorno, dizimadas por uma praga. Atualmente começa a ser apelidada também de Mangueirinha, mesmo nome do time de futebol dos jogadores veteranos do bairro.

*“O nome dessa praça é Camiranga, poucos conhecem, mas Mangueirinha até no centro de Campo Grande, o pessoal conhece”.*  
*Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

Praça Catulle Mendes, ou Campo do Mundial é um daqueles casos em que quase ninguém faz a menor idéia do seu nome oficial, tão estabelecida e integrada está a função-nome desta praça à sua vizinhança. O nome Campo do Mundial tem origem simples; é onde o time local do “Mundial” sempre jogou bola.

*“Agora o presidente (da associação de moradores) sabe o nome. Ele só ficou sabendo depois que outro dia o cara da RIOLUZ chegou procurando a Catulle Mendes e ninguém sabia onde era. Sempre foi Mundial (...) não gravei ainda esse nome”.*  
*Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

A praça do loteamento Vila Santa Rita, ainda sem denominação oficial, é algumas vezes chamada de “Rala Côco”. Segundo Daniela, uma jovem moradora, a praça foi apelidada assim porque:

*“Antes da reforma todo mundo se ralava...”*

Praça Borba é conhecida como a praça do BNH. O loteamento popular onde se insere, foi implantado pelo Banco Nacional da Habitação. A legalização de seu nome é recente e de acordo com informações dos moradores, não veio acompanhada de nenhuma obra de

melhoria do local. Ribeiro do Couto é conhecida como Bosque, embora ali não exista um bosque. Com topografia em aclave e pedras grandes no terreno, esse local apresenta em seu topo uma grande pedra que proporciona uma vista privilegiada do Parque Estadual da Pedra Branca. Mas isso não parece, porém, fornecer dados suficientes para esclarecer as razões do apelido. A motivação só se torna mais clara, quando começamos a perceber que o apelido está interligado a uma função específica daquele local; acolher à noite entre suas pedras, casais de namorados das redondezas.

Concluimos que para referenciar as praças ao longo da dissertação, seria mais simples adotar as alcunhas populares que prevaleceram todo o tempo sobre as oficiais. Tentamos não imprimir nenhum juízo de valor, pois foi com essas denominações que passamos a reconhecê-las e a identificá-las. Na tabela a seguir encontra-se uma listagem com os nomes oficiais e populares e sua relação com os entrevistados.

NOMENCLATURA DAS PRAÇAS

<b>Total de 96</b> <i>QUESTIONÁRIOS</i> <i>APLICADOS</i>	<b>Nome oficial</b>	<b>Nome popular</b> <i>PREDOMINANTE</i>	A	B	C	D
11	Inominada <sup>91</sup> da Vila Santa Rita	Rala Côco	—	11	0	5
9	Inominada do Ciep Lamartine Babo	Xapecó	—	7	2	3
11	Borba	BNH	4	7	3	2
12	Catulle Mendes	Campo do Mundial	0	9	2	1
13	Camiranga	Mangueira	1	10	0	1
11	Vitória Quinhões	Morrinho	5	3	1	3
11	Monte Santo	Zeca Russo	0	11	0	1
9	Ribeiro do Couto	Bosque	1	7	0	3
9	Olga Costa Leite	Ainda não tem <sup>92</sup>	1	5	3	4

- A** – conhecem o nome oficial
- B** – conhecem por um nome popular qualquer
- C** - não sabem nome oficial ou popular
- D** - quantidade de nomes populares diferentes

<sup>91</sup> Ainda não possui nome oficializado por decreto.

<sup>92</sup> Nesse caso não conseguimos descobrir qual era o nome popular predominante, porque existem ainda 4 nomes diferentes.

Neste capítulo apresentaremos as nove praças, de acordo com as propostas de análise da Metodologia desta dissertação. Primeiramente, o leitor encontrará uma tabela síntese, inspirada nos trabalhos de MARCUS ET AL (1998) que analisa os equipamentos, os usos e usuários, além dos aspectos positivos e negativos de cada praça. Seguimos com um mapa sobre os usos, que expõe a situação territorial do conjunto de praças, isto é, a relação entre as praças e outros referenciais significativos da paisagem. O segundo mapa inicia a aplicação da metodologia de análise dos espaços livres públicos como equipamentos de proximidade (APUR, 1989) de acordo com o já descrito na Metodologia, exposto em transparências. O terceiro mapa aponta a origem dos indivíduos entrevistados que freqüentam as praças. No final do capítulo prosseguimos expondo as imagens individuais de cada uma. Desta maneira pretendemos configurar um panorama das áreas investigadas. No próximo capítulo, observaremos ações correspondentes às práticas cotidianas, representadas pelas apropriações e as dinâmicas sócio-culturais no lugar.

### *SUMÁRIO*

Este capítulo iniciou a exposição dos dados coletados na pesquisa de campo. Foram apresentadas questões específicas como; ausência infantil e feminina, segurança, e uma evidência imediatamente reconhecível de apropriação dos espaços das praças; sua nomenclatura, que as diferencia e as identifica em meio às demais. Em seguida, foram expostas graficamente, através de mapas, imagens e planos gerais. A análise dos dados coletados em campo prossegue no próximo capítulo, com um enfoque sobre os usos e as apropriações do lugar.

## QUADRO SÍNTESE DAS PRAÇAS

NOME OFICIAL	APELIDO	EQUIPAMENTOS	USUÁRIOS PRINCIPAIS	USOS PRINCIPAIS	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Ainda não existe decreto de oficialização	Rala Coco	Brinquedos infantis e equipamentos de ginástica padronizados, quadra polivalente, campo de futebol, quadra de vôlei, mesas de jogos e ping-pong	Adolescentes e jovens, maioria do sexo masculino	Futebol, ping-pong	Separação atividades infantis, calçamento e áreas permeáveis, boa iluminação, quadra cercada	Qualidade das obras, ausência de manutenção, sujeira, drenagem insuficiente, muita demanda para pouco equipamento, acessibilidade complicada pela declividade e falta de rampas, ausência de ponto d'água.
Ciep Lamartine Babo	Xapecó	Brinquedos infantis e equipamentos de ginástica padronizados, bancos em tábua	Crianças e adolescentes, maioria do sexo masculino	Brincar, ginástica	Pinturas nas pedras, topografia, brinquedos e equipamentos improvisados, apropriação dos jardins, limpeza e iluminação sob tutela dos moradores	Fragilidade dos equipamentos improvisados, acesso precário, insegurança da escola, banheiro improvisado, ausência de ponto d'água, disputas políticas pelo espaço
Praça do Borba	BNH	Brinquedos infantis e de ginástica padronizados, quadra de futebol, mesas de jogos, bancos de concreto, bancos de madeira.	Crianças acompanhadas dos pais e adolescentes, maioria do sexo masculino.	Jogo futebol	Bancos em locais sombreados, mesas próximas aos equipamentos infantis, apropriação da manutenção de equipamentos, tolerância a atividades como cultos religiosos e festas.	Aparência e material dos bancos, manutenção geral da praça insuficiente, piso de saibro da quadra, drenagem insatisfatória, disputas políticas pelo espaço, pouco sombreamento, ausência de pontos d'água.
Praça Catulle Mendes	Campo do Mundial	Dois quiosques de alimentação, ponto de ônibus, campo de futebol com arquibancada, brinquedos infantis e de ginástica padronizados.	Adultos do sexo masculino	Assistir e jogar futebol, conversar	Campo de futebol, vestiário, lixeiras, tranquilidade, brincar de pipa na quadra, mureta banco corrido em local sombreado.	Posteamento e fiação aérea em torno da praça, brinquedos insuficientes, iluminação precária, violência, drogas, insegurança, falta de pavimentação, sombra em um só lado da praça, manutenção ausente, ausência de pontos d'água, exclusão feminina.



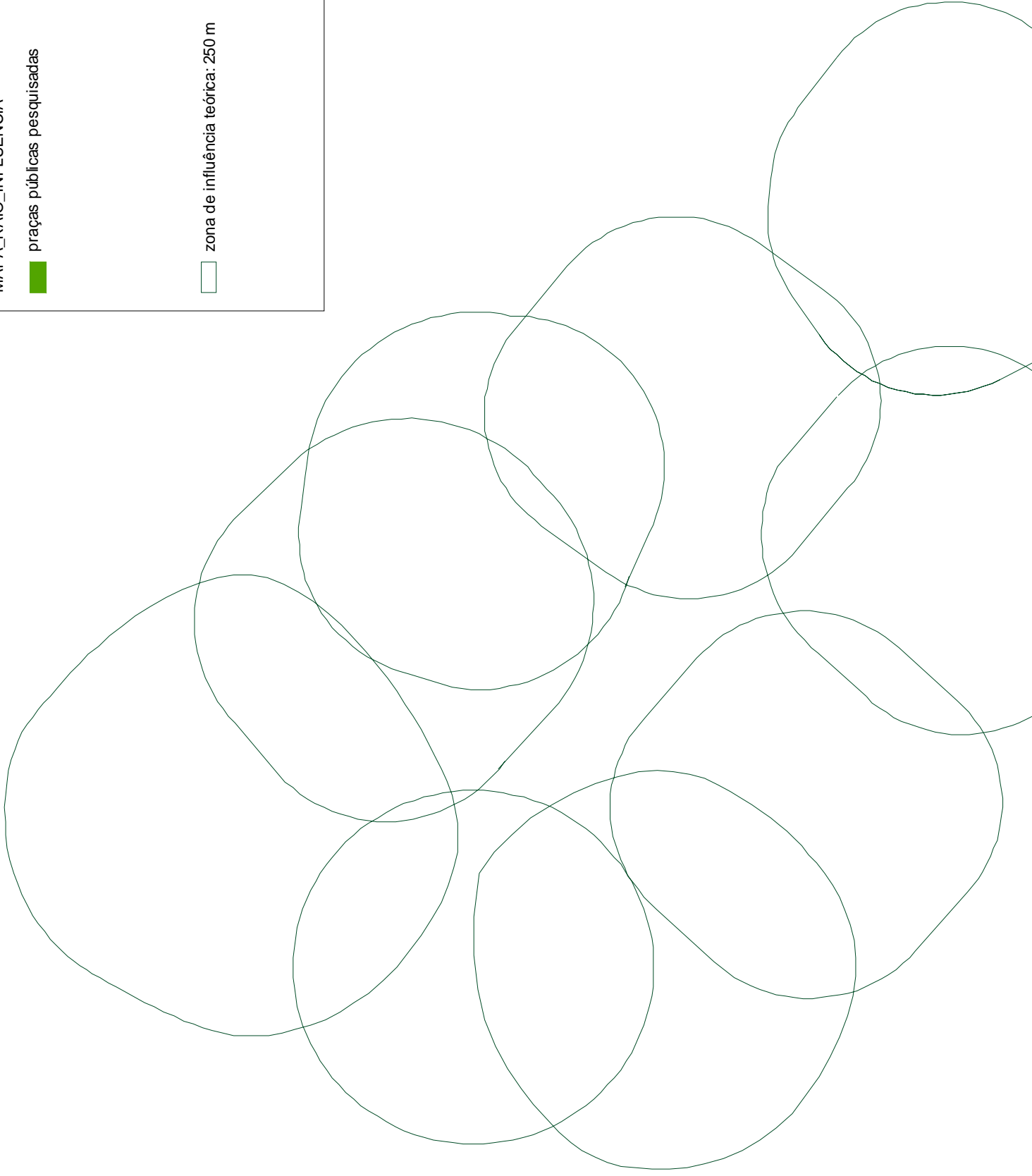
NOME OFICIAL	APELIDO	EQUIPAMENTOS	USUÁRIOS PRINCIPAIS	USOS PRINCIPAIS	FATORES DE SUCESSO	FATORES DE INSUCESSO
Praça Camiranga	Mangueira	Quadra polivalente, quadra saibro, mesas de jogos, bancos em concreto, e madeira, brinquedos infantis e de ginástica padronizados.	Adolescentes e jovens do sexo masculino	Jogar futebol, brincar de pipa, andar de bicicleta.	Quadras, mesas de jogos, uso da quadra organizado pela associação moradores, mesas de jogos, localização.	Manutenção ausente, lixo, brinquedos insuficientes ou quebrados, pavimentação inadequada, sombreamento insuficiente, ausência de rampas ou escadadas, ausência de pontos d'água, venda de drogas à luz do dia.
Praça Vitória Quinhões	Morrinho	Quadra polivalente, Mesas de jogos, bancos em concreto, brinquedos infantis e de ginástica padronizados.	Crianças e adultos maiorias do sexo masculino	Conversar, Jogar futebol, lazer infantil	Quadra cimentada e pintada, dimensão do espaço, desníveis de piso, loja de videogames, sombreamento suficiente, amizade entre vizinhos, bom acesso visual.	Canteiros sem jardins, manutenção ausente, lixo, conflitos no uso da quadra, brinquedos insuficientes, pavimentação inadequada na área infantil, utilização da praça como canteiro de obras, ausência de rampas ou escadadas, equipamentos de ginástica mal localizados e de difícil acesso, ausência de pontos d'água.
Praça Monte Santo	Campo do Zeca Russo	Brinquedos infantis e de ginástica padronizados, bancos e mesas de concreto, quadra polivalente cercada e de futebol, manilhas abandonadas	Adolescentes ambos os sexos	Jogar futebol, lazer infantil, bicicleta, jipa, jogos de mesa.	Manilhas usadas como brinquedo, amplo espaço, brinquedos, quadras e mesas de jogos em áreas sombreadas.	Lixo acumulado, manutenção ausente, drenagem e pavimentação insuficientes, animais soltos na praça, arborização insuficiente, quantidade insatisfatória de brinquedos, manutenção ausente, insegurança, violência, usuários de droga.
Praça Ribeiro do Couto	Bosque	Quadra sem dimensões oficiais, brinquedos infantis e de ginástica padronizados, mesas de jogos, sede associação de moradores.	Crianças e adolescentes, maioria do sexo masculino.	Jogar vôlei, bicicleta, conversar.	Desnível usado pelas crianças para escorregar, tranquilidade, quadra, brinquedos, vista do parque, proximidade com natureza, amizade.	Visibilidade falha, pouco domínio visual, lixo acumulado, manutenção ausente, capim alto, usuários de droga, fezes de animais, pouca diversidade de atividades, namoros noturnos, invasão dos favelados, silêncio.
Praça Olga Costa Leite	Ainda não tem	Brinquedos infantis e de ginástica padronizados, quadra de futebol, quadra polivalente, bancos em concreto, mesa de jogos, lixeiras nos postes.	Adolescentes e adultos homens	Assistir e jogar futebol, bate-papo, jogos de mesa, ruas de lazer.	Equipamentos esportivos ou de estar, desnível usado pelas crianças para escorregar, boa distribuição de funções, pavimentação variada, paquera, boa iluminação.	Fezes de animais, manutenção ausente, quadra restrita para meninas, falta opção noturna, falta programação de uso, pouca sombra, ausência de bicicletário, ausência de ponto d'água.

MAPA\_RAIO\_INFLUÊNCIA

praças públicas pesquisadas



zona de influência teórica: 250 m

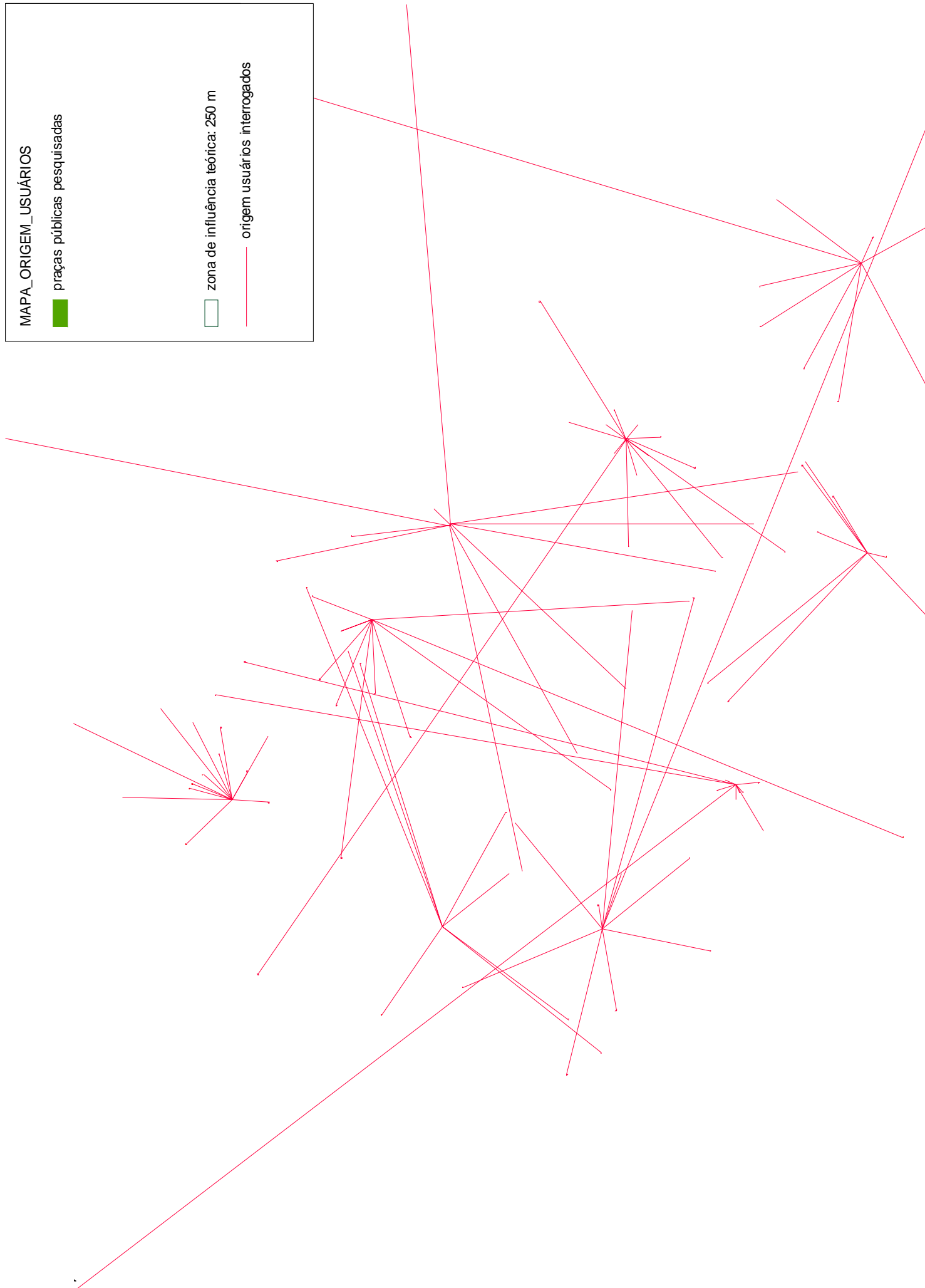


MAPA\_ORIGEM\_USUÁRIOS

praças públicas pesquisadas

zona de influência teórica: 250 m

origem usuários interrogados

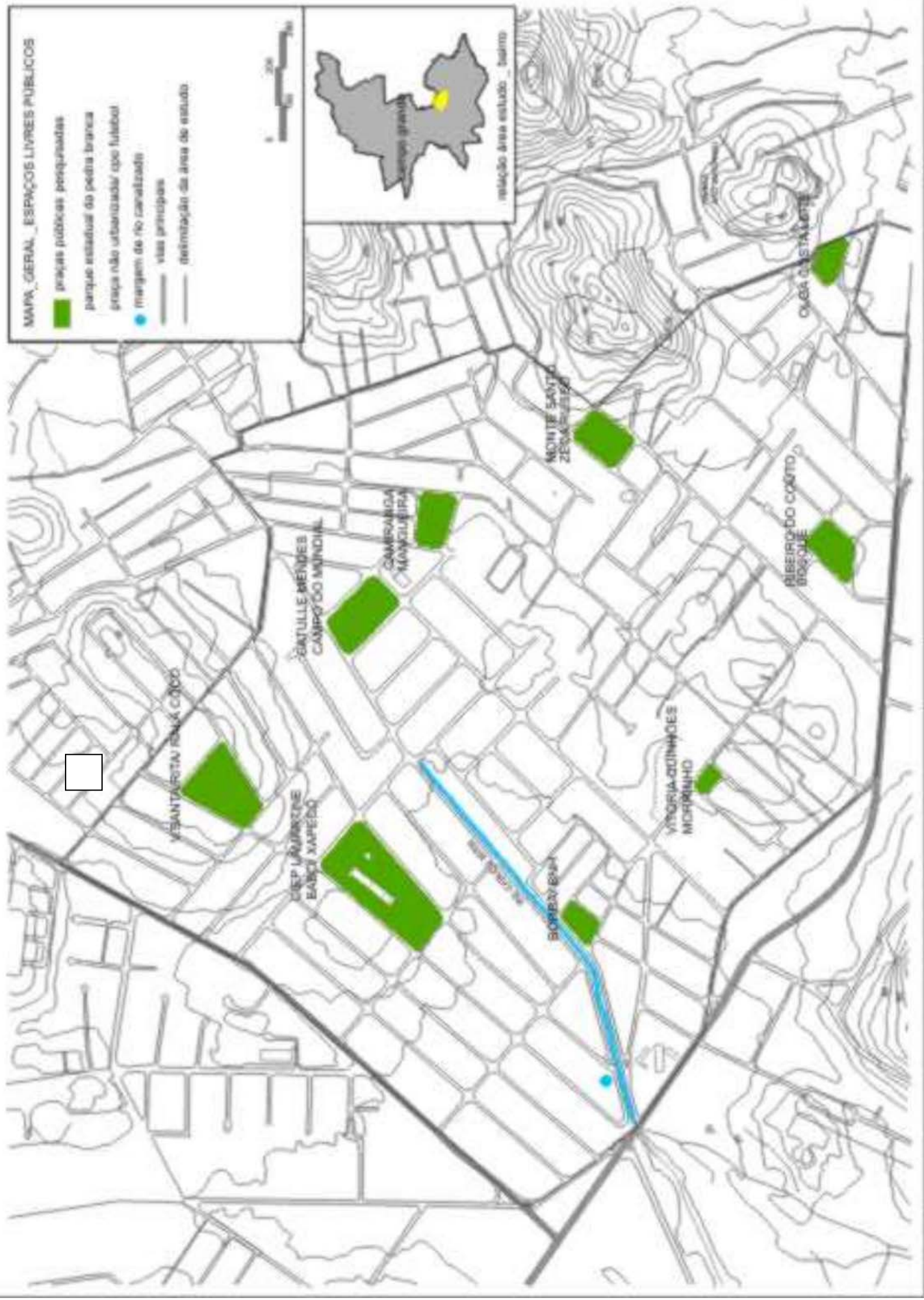


MAPA\_GERAL\_ ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

- proças públicas pesquisadas
- parque estadual da pedra branca
- praça não urbanizada/ esp futebol
- margem de rio canalizado
- vias principais
- delimitação da área de estudo



localização área estudo - bairro

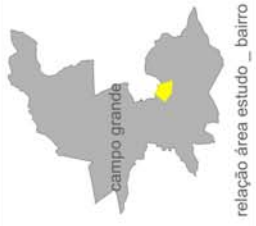




MAPA\_GERAL\_USOS

- escolas públicas
- escolas particulares
- áreas não loteadas
- igrejas
- terrenos particulares desocupados
- favelas
- praças públicas pesquisadas
- praças públicas não pesquisadas

- vias principais
- delimitação da área de estudo
- corpos d'água
- delimitação das quadras



relação área estudo \_ bairro



MORRO DO VELOSO

FAVELA SÃO JERÔNIMO

ENTRADA

JARDIM AUGUSTA

E.M. FÁBIO DE NEVES

IGR. DO QUADRANGULAR

POSTO GAS

IGREJA BATISTA

JARDIM ARNALDO EDGEMIO

CRECHE

IGR. DO EVANG. QUADRANGULAR

PARQUE VITÓRIA

IGR. PRESBITERIANA

E.M. PROFESSOR GONÇALVES

VILA SANTA RITA

VILA SANTA RITA

ASSEM. DE DEUS

JARDIM DAS HORTÊNCIAS

IGR. BATISTA DE DEUS

2ª ENGA

IGR. ADVENTISTA DO 7º DIA

ASSEM. DE DEUS

TINE

IGREJA BATISTA CENTRAL

IGR. LUTERANA

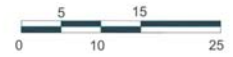
VILA SANTA RITA

VILA SANTA RITA

VILA SANTA RITA



- 1. QUADRA EM SAIBRO
- 2. ÁREA INFANTIL, JOGOS E GINÁSTICA



**BNH/ PRAÇA BORBA**

Projeto: RIOURBE e Fundação Parques e Jardins  
 não executado.

**Fig. 3/2**

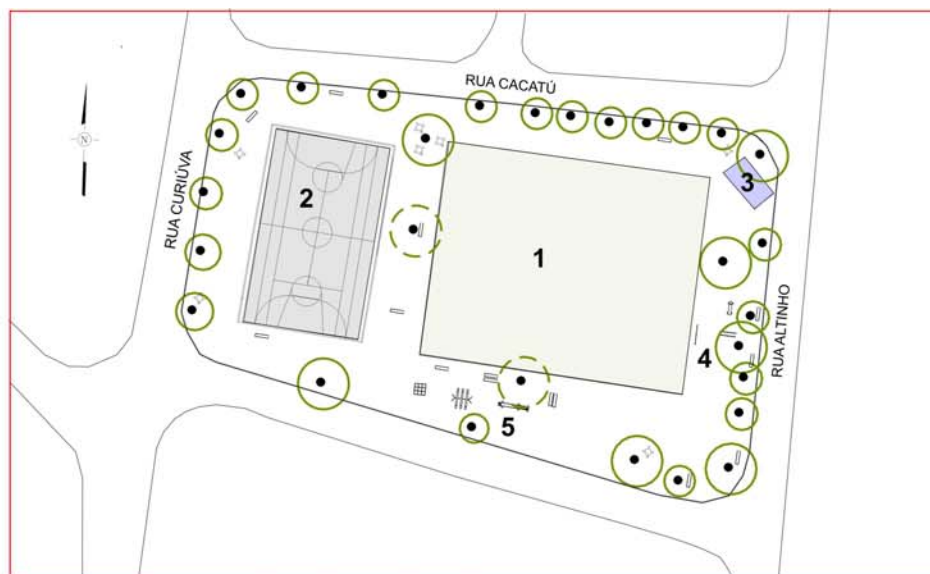




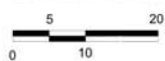
*BNH/ Praça Borba. A; canal do Rio Cabuçú-mirim, B; vista geral da praça. Quadra (a), mesas de jogos (b), recreação infantil (c).*

*Fotomontagem sobre fotografias da autora.*

**Fig. 3/3**



1. QUADRA DE SAIBRO
2. QUADRA POLIVALENTE CIMENTADA
3. SEDE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
4. GINÁSTICA
5. ÁREA INFANTIL



**MANGUEIRA/ PRAÇA CAMIRANGA**  
 Projeto: autor desconhecido

*Fig. 3/4*

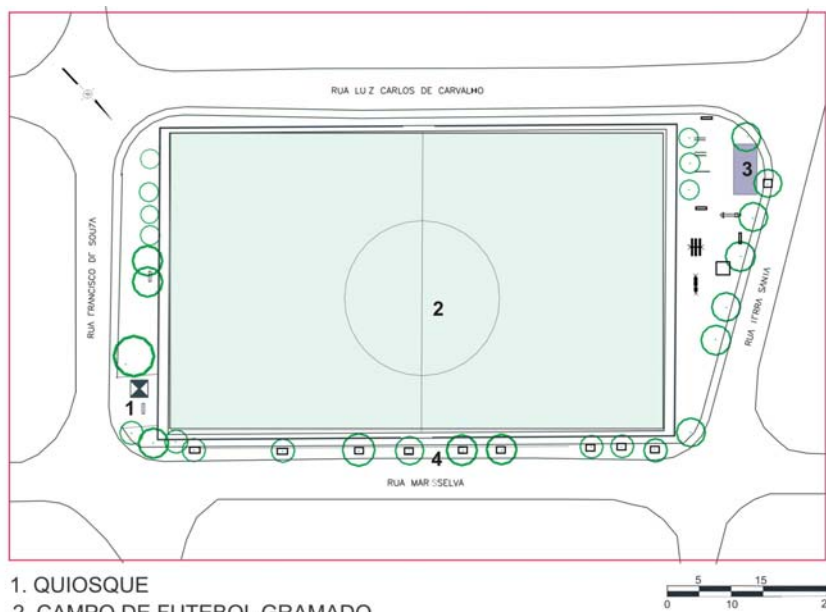




*Mangueira/ Praça Camiranga, vista geral. Quadra cimentada (a) e campo em saibro (b).  
Mesas de jogos (c), totem de inauguração da praça (d).*

*Fotomontagem sobre fotografias da autora.*

**Fig. 3/5**



- 1. QUIOSQUE
- 2. CAMPO DE FUTEBOL GRAMADO
- 3. VESTIÁRIO
- 4. MARCO RELIGIOSO



**C. DO MUNDIAL/ P. CATULLE MENDES**  
 Projeto e obras: Fundação Parques e Jardins.

**Fig. 3/6**



*Campo do Mundial/ Praça Catulle Mendes. Escola (a), campo (b), marco religioso (c)*

*Fotomontagem sobre fotografias da autora.*

**Fig. 3/7**



- 1. TALUDE GRAMADO
- 2. ÁREA INFANTIL
- 3. QUADRA CIMENTADA
- 4. GINÁSTICA



**ZECA RUSSO/ PRAÇA MONTE SANTO**

*Projeto autor desconhecido.*

**Fig. 3/8**



Zeca Russo/ Praça Monte Santo. Quadra de saibro (a) e quadra cimentada (b).

Fotomontagem sobre fotografias da autora.

**Fig. 3/9**



1. QUADRA DE SAIBRO
2. QUADRA POLIVALENTE CIMENTADA
3. PING-PONG
4. TALUDE GRAMADO
5. CANTEIROS



**PRAÇA OLGA COSTA LEITE**  
 Projeto e obras: Riourbe.

**Fig. 3/18**

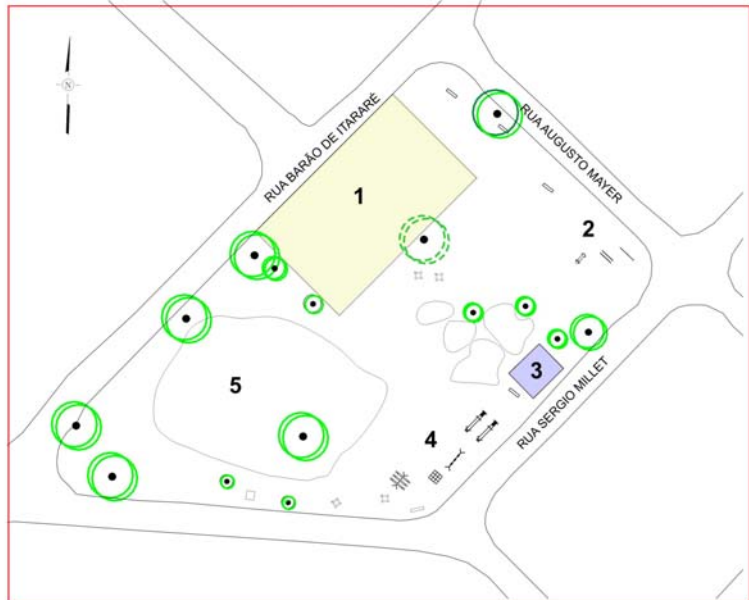




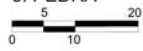
*Praça Olga Costa Leite. Quadra de saibro (a), quadra cimentada (b), área infantil atrás da quadra (c) , área de ginástica (d) e área de mesas (e) e lixeira quebrada (f).*

*Fotomontagem sobre fotografias da autora.*

**Fig. 3/11**



1. QUADRA DE SAIBRO
2. GINÁSTICA
3. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
4. ÁREA DE RECREAÇÃO
5. PEDRA



**BOSQUE/ PRAÇA RIBEIRO DO COUTO**

*Projeto: desconhecido.*

**Fig. 3/12**

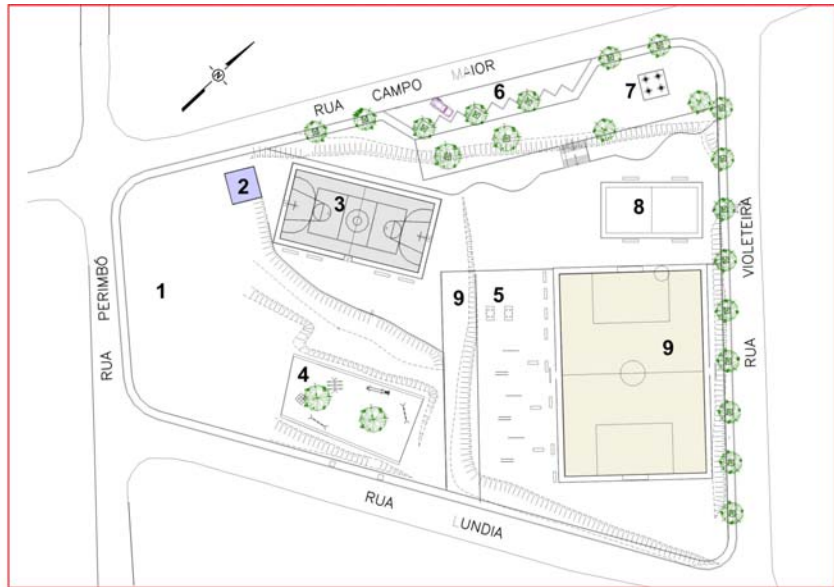




Bosque/ Ribeiro do Couto. A; pedras e conjunto de mesas de jogos. B; conjunto mesas de jogos (a), ginástica (b), sede associação (c) e quadra (d). C; árvore caindo sobre a quadra.

Fotomontagem a partir de fotografias da autora

**Fig. 3/13**



- 1. RESERVA DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE
- 2. TEMPLO RELIGIOSO
- 3. QUADRA CIMENTADA
- 4. ÁREA INFANTIL
- 5. PING-PONG
- 6. ESTACIONAMENTO
- 7. JOGOS
- 8. VÔLEI DE AREIA
- 9. RAMPAS CONCRETAS



**RALA CÔCO/ PRAÇA DA VILA SANTA RITA**

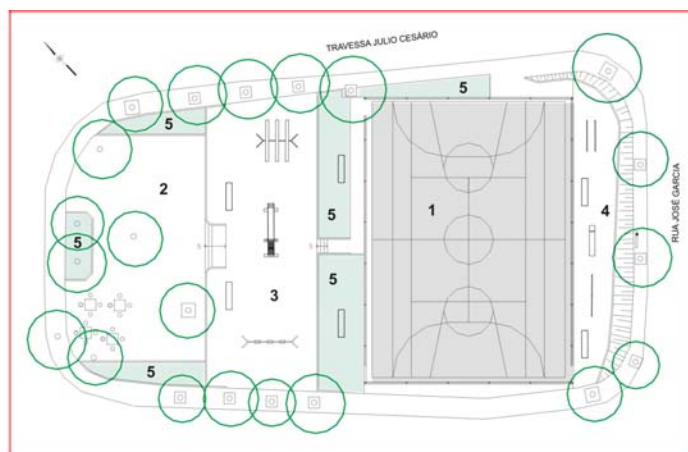
*Fig. 3/14*



*Rala Côco/ Vila Santa Rita. A; quadras (a), talude (b), área de jogos (c), estacionamento (d), igreja (e).  
B; quadra de vôlei de areia (a). Notar piso em brita.*

*Fotomontagem sobre fotografias da autora.*

**Fig. 3/15**



1. QUADRA EM CIMENTADO
2. JOGOS
3. ÁREA INFANTIL
4. GINÁSTICA
5. CANTEIROS



**MORRINHO/ PRAÇA VITÓRIA QUINHÕES**  
 Projeto e obras: Riourbe.

**Fig. 3/16**

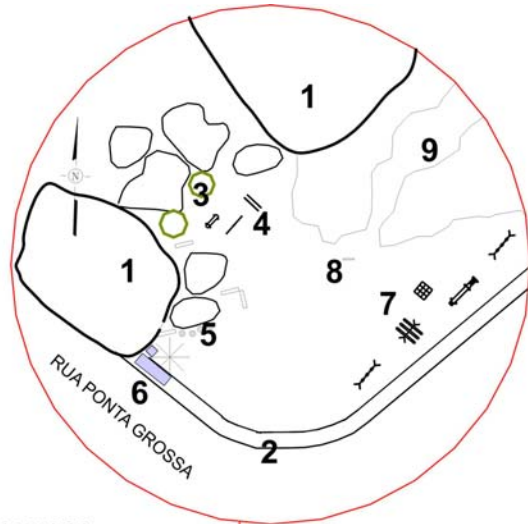




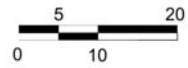
*Morrinho/ praça Vitória Quinhões, vista geral. Quadra cimentada (a), área infantil (b) e área de jogos.*

*Fotomontagem sobre fotografias da autora.*

**Fig. 3/17**



- 1. PEDRA
- 2. ENTRADA DA PRAÇA
- 3. BALANÇOS DE PNEU
- 4. GINÁSTICA
- 5. CANTEIROS EM PNEU
- 6. TRAILER C/TELHEIRO
- 7. ÁREA INFANTIL
- 8. PORTAL XAPECÓ
- 9. CAMINHO P/CIEP
- 10. CIEP



**XAPECÓ/ CIEP LAMARTINE BABO**

*Projeto: desconhecido.*

**Fig. 3/18**



*Praça Olga Costa Leite. Quadra de saibro (a), quadra cimentada (b),  
área infantil atrás da quadra (c), área de ginástica (d) e área de mesas (e) e lixeira quebrada (f).*

*Fotomontagem sobre fotografias da autora.*

**Fig. 3/19**





# **4**

## ***SISTEMAS DE LUGARES***

**SISTEMAS DE LUGARES**

*“Mesmo no (...) subúrbio as pessoas lançam raízes e desenvolvem uma preocupação sobre o lugar onde vivem.(...) Nós não podemos sair julgando essas experiências como menores (no caso porque a arquitetura não tem expressão e é padronizada), mesmo porque ela ainda envolve intenções, esperanças e temores dos homens e mulheres”.*  
EDWARD RELPH.

**INTRODUÇÃO**

Este capítulo pretende discutir e expor os sistemas de ações perpetuados no cotidiano das praças pelos seus diversos atores, através dos usos e apropriações no espaço. A partir do resultado dos questionários e mapas de comportamento, discutiremos o relacionamento entre atividades previstas para os equipamentos padronizados, instalados em quase todas as praças, e os seus usuários. No final da seção encontra-se uma tabela com o elenco de atividades mais praticadas. Enfocaremos em seguida, temas que emergiram de conversas informais, e entrevistas com profissionais envolvidos nos processos que rondam as praças: o relacionamento do ser humano com a vegetação; a questão do acesso, do controle e dos conflitos subseqüentes, gerados por antagonismos surgidos nos usos; e a territorialização do espaço, através da tentativa de certos grupos de demarcar seu território implantando símbolos e marcos espaciais; atitude permeada pela confusão entre os significados de público e privado.

No final do capítulo, discutiremos brevemente a homogeneidade das estruturas urbanas e sociais dessa periferia, e o seu contraponto; a formação de uma paisagem significativa, configurada pelas diferentes especializações nos usos das praças, dentro de um contexto propício à criação de um sistema dinâmico de objetos e de ações, originando sistemas de lugares, onde as *pracialidades*, de acordo com o conceito proposto por QUEIROGA (2003, 2004) podem se desenvolver plenamente.

A partir da aplicação dos questionários e das observações de campo, quatro atividades surgiram repetidamente como as principais motivações a impulsionar as pessoas até as praças e nelas permanecer. São elas: jogar futebol (15%); brincar (13,5%); conversar (9%) e cuidar de crianças (9%). Elas são as mais frequentes, totalizando 46,5%, das atividades prediletas praticadas em todas as praças. A seguir, faremos uma análise de cada uma delas, juntamente com o suporte físico que lhes é destinado; as quadras, os brinquedos, os bancos e as mesas de jogos.

Os jogos de bola ocorrem constantemente em quase todas as praças, em quadras polivalentes ou campos de futebol, de maneira improvisada ou como atividade programada. Mas somente em uma praça eles possuem um caráter realmente festivo: no Campo do Mundial. Campo do Mundial é uma praça exclusivamente masculina, voltada ao uso do campo de futebol que ali está instalado e ocupa praticamente todo o perímetro, quase tudo girando em torno dele; jogadores de futebol, rapazes que tomam conta do espaço e tratam de manter as faixas de piso repintadas, cuidando dos alambrados que o cercam; homens que vêm ao local para assistir regularmente os jogos ou participar dos torneios; brinquedos que funcionam esporadicamente como passatempo das crianças, enquanto os pais estão jogando bola. Campo do Mundial é conhecido por praticamente todos os indivíduos interrogados pelos questionários, e muitos declararam visitá-lo regularmente. Podemos dizer que esta praça foi escolhida como a referência central imaginária da região, conforme as argumentações de SANTOS (1988, p.52) que crê que a noção de centralidade espacial urbana surge, quando os julgamentos de várias pessoas coincidem, ao “elegerem” um local qualquer como centro e referência de um lugar.

Avistamos sábado pela manhã, quase cem homens preparando-se para jogar ou assistir aos jogos de futebol no Campo do Mundial [figura 4/1]. Esses jogos, em geral são programados para os horários matutinos dos fins de semana, por instrutores contratados pela municipalidade, ou pelos próprios moradores. O sucesso desses eventos esportivos é indubitável; a atividade tem a capacidade de agrupar indivíduos adultos, solitários ou em grupo, em torno de um embate que costuma atrair times das redondezas, uniformizados, com técnicos próprios, juiz, e até torcida organizada. Os mapas de comportamento nessa praça indicaram que a maior parte destes indivíduos prefere assistir aos jogos que jogar, e entre essas pessoas é possível encontrar muitos rapazes e



---

*Uma manhã de Sábado no Campo do Mundial; dia de campeonato.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/1**

idosos. A partir da conceituação de WHYTE (1980) poderíamos dizer que esses eventos esportivos contribuem para provocar estímulos para a *triangulação*, ou seja; o processo pelos quais estímulos externos incrementam ligações entre as pessoas, propiciando conversas e encontros entre aqueles indivíduos conhecidos, ou desconhecidos.

MEDEIROS (1975, p.105), acredita que a “atividade esportiva atende bem às três funções básicas de uma ritualização positiva do comportamento, a saber; comunicação, redução de conflitos e unificação”. As quadras esportivas são territórios para o desenvolvimento de programas educacionais e comportamentais na comunidade, além de representarem um terreno fértil para dinâmicas de grupo, onde o futebol, ou outros esportes, **praticados** como atividades controladas, possuem a capacidade simbólica de “*atualizar tantas outras convulsões reprimidas no exercício comum da vida moderna*” (GOMES, 2000, p.238).<sup>93</sup> As quadras são uma espécie de “campo” multifuncional; qualquer uma, com qualquer dimensão ou propósito, pode abrigar jogos de futebol ou outros esportes; todas podem ter utilidades diferenciadas, como ocorre eventualmente no próprio Campo do Mundial, onde até campeonatos “de pipa” acontecem. Nas quadras também surgem oportunidades de construção de um engajamento social ativo (CARR ET AL, 1992), por ocasião de eventos como festas folclóricas, como as festas juninas, e da participação no desenvolvimento na vida urbana e social do bairro, e nas reuniões de associações de moradores.

CARNEIRO & MESQUITA (2000, p.48) em sua pesquisa sobre os espaços livres do Recife, concluíram que existe um número considerável de praças com quadras de jogos na cidade. No Recife, as quadras de jogos têm sido introduzidas como parte do mobiliário em muitas praças, em detrimento de outros usos, alterando funções originais, provavelmente como forma de atender as *necessidades* esportivas de seus habitantes. Em inúmeras praças cariocas, o mesmo processo identificado pelas autoras em Recife ocorre regularmente, na busca ao atendimento das “necessidades esportivas” de um grupo que se revelou dominante na utilização de certo tipo de praças<sup>94</sup>; os homens. Não importa, nesse caso, se são praças novas, ou antigas; com vocação funcional para jogos de futebol ou não; se suas dimensões comportam quadras esportivas ou não; a pressão da população para que sejam instaladas é muito forte. No Campo do Mundial, porém a

---

<sup>93</sup> Realmente, as quadras são o palco para as inúmeras atividades esportivas controladas que visam incentivar o desenvolvimento social e afastar os jovens da criminalidade. O município, através da Secretaria de Esportes e Lazer, possui alguns programas operando em quadras de praças de Campo Grande como o “Kit Esportes e Lazer” e o programa “Germinal MEL”, mas a população os considera insuficientes e acredita que eles deveriam abarcar um maior número de praças e operar ao longo do ano, inclusive durante o período de férias escolares.

<sup>94</sup> Isso não é regra em toda a cidade. Em muitas praças da Zona Sul do Rio, a população faz pressão para eliminar os jogos de futebol das praças de forma a selecionar os frequentadores dos espaços e diminuir o barulho causado pela atividade.

perspectiva é diferente; esta praça tem funcionado como campo de futebol ao longo dos anos, sem nenhuma alteração funcional no espaço, desde o início de sua utilização. Suas dimensões são propícias para abrigar um campo de futebol; sua função está estabelecida não só na vizinhança, como no próprio bairro. Apesar de sua positividade, ela abriga situações como o domínio irregular do uso e a privatização do espaço público, temas que veremos desenvolvidos ainda neste capítulo.

A onipresente implantação de quadras esportivas tem demonstrado ser uma opção recorrente nos programas de implantação dessas praças suburbanas e periféricas, paisagens *excluídas* do roteiro de gestão pública urbana (COSGROVE, 1998). Elas são convenientes, porque ao mesmo tempo em que ocupam o espaço “vazio” das praças, abrigam atividades esportivas, apreciadas por uma grande parcela da população; e a um custo relativamente baixo. O maior problema aparente associado às quadras, é o controle do seu uso, tanto no que diz respeito aos horários de utilização, como em relação a *quem* vai utilizar o espaço (MARCUS ET AL, 1998; CARR ET AL, 1992). Quem tem a capacidade de exercer o controle sobre o seu funcionamento é sempre o depositário de algum poder sobre a comunidade. Posteriormente iremos estudar os aspectos geradores dos conflitos e suas conseqüências nos usos das quadras, em uma seção desenvolvida especialmente sobre este tema.

Evidentemente, o futebol e as possibilidades que o seu suporte físico, a quadra, oferecem, são aparentemente, o atrativo de maior sucesso em algumas praças, mas não são os únicos. Os adolescentes e os jovens que freqüentam esses espaços vão praticar muitas outras atividades além do futebol. Uma das atividades de maior sucesso são os jogos de ping-pong, pouco cobiçados pelos adultos. As mesas de ping-pong em concreto fixo ao solo costumam agregar em seu entorno, a qualquer hora, e em qualquer dia da semana, crianças e adolescentes. Normalmente os usuários trazem a rede e as bolinhas, ou algum adulto nas redondezas se responsabiliza por guardar estes acessórios. Nos finais de semana as mesas de ping-pong estão sempre cheias, com adolescentes ou crianças menores se revezando para jogar durante toda a tarde, incluindo muitas meninas [fig. 4/2]. Essa imagem democrática de vitalidade e integração entre sexos e diferentes faixas etárias, não é comum a todas as praças, pois somente duas possuem este equipamento: a Olga Costa Leite e a Rala Côco. Durante uma visita à Praça Rala Côco, em um fresco domingo vespertino, encontramos as mesas de ping-pong repletas, e conhecemos Verônica, de 18 anos, que assim definiu esta atividade, declarada como a sua predileta;



---

*Jogos de ping-pong na Rala Côco (A e B) e na Olga Costa Leite (C).*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/2**

*“O que gosto mais de fazer aqui é jogar ping-pong, porque muita gente joga de uma vez só”.*  
Verônica, 18 anos.

Andar de bicicleta, e soltar pipa livremente foram outras brincadeiras observadas que apresentam grande sucesso. Brincar como atividade lúdica não depende necessariamente de equipamentos de recreação instalados. O espaço da praça juntamente com seu entorno, transforma-se no próprio brinquedo; equipamentos, árvores, quadras, casas, todos representam objetos passíveis de se transmutar em objetos lúdicos.

*“O taco é assim: você pega três gravetos, faz com eles um triângulo e põe um círculo em volta no chão e bota os gravetos e fica com um pedaço de pau e uma bolinha tentando acertar o triângulo. Eles fazem e brincam, não precisa de campo, gramado, nada disso, só tem que ter espaço para o taco na hora que as crianças tão brincando porque é com força”.*  
Lucinha, vereadora.

Os equipamentos infantis padronizados<sup>95</sup> [figura 4/3] estão em todas as praças investigadas, mas geralmente são implantados em quantidades inferiores às demandadas por cada espaço. A maior parte dos brinquedos costuma estar quase sempre quebrada, devido à insuficiência e a falta de periodicidade na sua manutenção. Por outro lado, a sua implantação é muito mais simbólica (e até política) do que uma necessidade indispensável, embora eles tenham uma função a desempenhar durante um determinado ciclo da vida das crianças, principalmente na faixa etária de 5 a 8 anos.

*“Alguns vereadores da região têm brinquedos de cores características (amarelo e preto). Eles colocam os brinquedos e os refletores (na praça) em época de eleição. Se o político perdeu, eles tiram tudo e levam para outro lugar”.*  
Otto, técnico da Fundação Parques e Jardins, em entrevista por telefone.

O uso desses brinquedos apresenta algumas limitações. Como são brinquedos em ferro, e em geral estão localizados a pleno sol, obviamente esquentam muito, principalmente no verão, quando mesmo pela manhã ou à noite, costumam queimar as mãos das crianças. Quase sempre estão quebrados, como já colocados no parágrafo anterior; o piso que os recebe normalmente é inadequado, variando de pisos gramados e irregulares, até uma brita fina<sup>96</sup>, que em caso de queda dos equipamentos provoca ferimentos e arranhões.

---

<sup>96</sup> A brita fina foi uma solução imposta pela Secretaria de Meio Ambiente na gestão do Secretário Eduardo Paes, na qual foram reformadas algumas dessas praças. A solução política para a questão do piso, não foi boa; pedras não são solução ideal para superfícies de impacto.





Equipamentos padronizados; gangorra (A), banco em concreto (B), amarelinha (C), mesa e bancos em concreto (D).  
Escorrega (E), balanço (F), gaiola e gangorra (G).

Fotografias da autora.

**Fig. 4/3**

Outro aspecto dos equipamentos infantis padronizados é que o alcance para faixas etárias acima de 6 anos é pequeno; conforme lamentou Alan;

*“O escorrego e o balanço são muitos pequenos. São para criança pequena e tem poucos brinquedos”.* Alan, 10 anos.

Equipamentos infantis sempre estão presentes nas praças, mesmo se as condições físicas e as dimensões do espaço não são as ideais para a sua implantação. Quando necessário, entra em cena a criatividade popular. Xapecó, local de espaço reduzido e urbanização improvisada, possui dois balanços de câmaras de pneus pendurados em arbustos; uma solução de sucesso, criada pela própria população para substituir balanços comuns, insuficientes para a demanda, e impossíveis de se adaptarem a topografia em declive do lugar. No Bosque e na Olga Costa Leite, as crianças aproveitam os desníveis do terreno para escorregar sobre papelões - brincadeira prolongada, às vezes perigosa, mas que costuma proporcionar muita diversão [fig.4/4]. Eventualmente surgem novidades e atrações inusitadas para incrementar as brincadeiras.

**Zeca Russo**, Domingo, 12 de dezembro de 2004, 16:30 horas, anotações do diário de campo.

“Final de tarde, a praça está cheia de jovens de todas as idades brincando. As primeiras pessoas que encontro são meninos brincando nas manilhas que se localizam na ponta da praça (Rua Sananduva). Eles estão pulando, se escondendo ou brincando dentro delas. Pergunto o nome da brincadeira e fico sabendo que é pique-pega ou pique - esconde, um nome mais do que comum para uma brincadeira que parece mais nova que as outras. E de fato é uma grande diversão, porque os meninos dão muitas gargalhadas e gritam bastante. Aplico o questionário em dois deles e todos se agrupam à minha volta. São meninos aparentemente muito pobres, dois são menos tímidos que os outros e todos devem ter por volta de 10 anos de idade. Declaram com veemência que “essa sim, é a melhor brincadeira daqui”. Não há meninas nessa brincadeira”.

No Zeca Russo, algumas manilhas em concreto foram jogadas em um canto sombreado da praça, e estão esperando o que parece ser o início ou conclusão de uma obra de drenagem. As crianças se apropriaram de tal forma das manilhas que elas se tornaram a melhor diversão da praça. Servem para brincar de pique, para conversar, para se esconder. Conforme novamente relatado por Alan [fig. 4/5];

*“Gosto das manilhas porque é um brinquedo diferente”.* Alan, 10 anos.

SERPA (1995, p.183) relata que na Europa é crescente a crítica ao planejamento de espaços infantis, e que esses espaços “tem servido mais para manter o *status quo* vigente, sem se preocupar em suprir as necessidades de movimento da criança, exigindo da sua criatividade e capacidade de superar problemas concretos”. ALMEIDA (p.50, 1997) alega que o automatismo da vida contemporânea, com a prevalência de atividades que



*Brincando de escorregar no papelão. Bosque (A e C), Olga C. Leite (B e D).*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/4**



privilegiam estímulos visuais e a inatividade física, como os *videogames* e a televisão, associados à ausência de estímulos associativos da imaginação e de experiências sensoriais, impedem as crianças de desenvolverem o seu pleno potencial criativo. No entanto, a apropriação de objetos não convencionais, como acontece nessa praça com as manilhas, cria oportunidades, tanto para Alan como para seus amigos, de usufruir descobertas e desafios, através de um engajamento social e físico ativo, e de desenvolver a criatividade e a imaginação sobre as estruturas de um objeto inteiramente inesperado.

Os usos das praças pesquisadas não fogem às regras habituais em qualquer espaço de recreação; crianças pequenas raramente vão desacompanhadas; seus horários de frequência são sempre os menos calorentos, de manhã bem cedo, ou no finalzinho da tarde. Nesses horários as praças estão tranquilas, e é quando avós, pais desempregados, irmãs e irmãos acompanham as crianças, quase sempre por um curto espaço de tempo. Percebemos que em algumas praças, prevalece a ausência de um arranjo espacial indutor de encontros entre diferentes grupos nas proximidades da recreação infantil, ou seja; de lugares agradáveis para sentar, preferencialmente na sombra, e que favoreçam uma permanência prolongada daqueles que cuidam de crianças (WHYTE, 1980; CARR ET AL, 1992; MARCUS ET al, 1998). A carência deste conforto está presente na maior parte das praças e não se limita apenas às áreas de recreação infantil.

*“Elas gostam mesmo além de trazer os filhos é de sentar nos bancos e bater um papo, ver quem está aqui, porque não tem nada para fazer, além de deixar as crianças brincarem. Aí todos os pais se conhecem por intermédio das crianças... não tem outra coisa, tá um calorão, vai ficar em casa?”.*  
Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).

Os bancos, nestes locais são padronizados tanto no que se refere ao material como dimensões. Geralmente, são em concreto, são fundeados ao solo e têm dimensões fixas, podendo ser moldados *in loco*, ou ser pré-moldados. Nem todos estão implantados em áreas de sombra; em geral, os bancos ao sol são solenemente desprezados. São distribuídos de maneira uniforme, em linha, em torno das quadras ou nas bordas das praças junto às calçadas, quando elas existem. Esse tipo de distribuição, em linha e ao sol, embora de forma alguma seja um empecilho, os impede de ser *socialmente* confortáveis em algumas situações [fig. 4/6]. Segundo concluiu WHYTE (p. 28/29, 1980), o conforto dos bancos não parece ter tanta importância, e sim, a maneira pela qual se





*Xapecó; banco em tabua pintada (A). Bosque (B) e BNH (D); bancos solitários em concreto pintado .  
Zeca Russo; disputa pelo banco na sombra (C).*

*Fotografias da autora.*

**Fig.4/6**

distribuem, o que permitiria escolhas; sentar onde quiser e com quem quiser. Observando Xapecó e Bosque, praças cujos bancos mais utilizados são as próprias pedras no alto do terreno, proporcionando uma bela visão da paisagem circundante, percebemos que o conforto nesse caso pouco importa.

A utilização dos bancos nos locais pesquisados está inegavelmente atrelada ao conforto que a sombra proporciona. No BNH, os moradores pintam os bancos fixos de concreto periodicamente, para que além de “mais bonitos” não “esquentem” tanto. Moradores da Mangueira declararam não gostar dos bancos em concreto;

*“Não gosto dos bancos. Eles são irregulares e quebram, é tudo frágil”. Mauro e “seus representantes”, 14 anos.*

*“Gosto mais dos bancos e das mesas, não para jogar, mas para sentar e conversar”. Cínara, 12 anos.*

Mesas de jogos são quase sempre os locais preferidos para sentar, porque a sua distribuição é mais cuidadosa; são distribuídas em conjuntos, de 3 ou 4, o que proporciona a reunião de diferentes grupos para conversar, especialmente quando estão sob a sombra da copa de uma árvore. As mesas de jogos também são locais para esperar o tempo passar observando os acontecimentos cotidianos. Quando elas não estão em área já sombreada, a tendência é a população pedir alguma espécie de abrigo ou cobertura, pedido que raramente é atendido, porque implica na instalação de estruturas fixas nas praças, proibidas por lei. A sombra desejada irá surgir daqui a alguns anos, após o crescimento de alguma árvore plantada entre as mesas, não restando alternativa, a não ser esperar. Outra questão é a concretização da sua função original; “mesa de jogos para idosos” que ocorre esporadicamente, conforme relatado por moradores do entorno de algumas praças. Os moradores da Olga Costa Leite relataram a existência de um grupo fixo de idosos jogando durante os fins de semana. Avistamos no Zeca Russo dois meninos jogando damas com feijões e pedrinhas. Ailton, da Associação de Moradores do Jardim das Hortências (AMOJAH), ou Praça da Mangueira, porém, confirma o uso rarefeito das mesas pelos idosos;

*“Estamos tentando fazer isso (com que os idosos usem as mesas de jogos), mas ainda não conseguimos. O pessoal não usa muito. Ali tens uns garotos que jogam sueca, aqui tem buraco e damas. Como não tem a dama (as peças) a gente emprestou e sumiu tudo, igual à bola”. Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

QUADRO 1 – AS MUITAS ATIVIDADES PRATICADAS NAS PRAÇAS<sup>97</sup>.

Futebol, Handebol, Vôlei, Basquete, Queimado, Ping-pong, Malhar nos aparelhos, Capoeira, Ginástica feminina.

Baralho, Damas, Andar de bicicleta, Pular corda, Brincar de Pipa, Pique, Escorregar na grama, Brincar nos brinquedos, Brincar nas manilhas, Brincar.

Conversar, Encontrar amigos, Ver o movimento, Assistir o jogo, Torcer, Namorar, Paquerar, Passear, Se distrair, Se divertir, Observar, Refletir, Apreciar a natureza, Ficar sentado.

Cuidar da quadra, Cuidar de crianças, Levar e buscar crianças na escola, Esperar para ir à escola.

Dar aulas de esportes, Vender pipoca, Vender bebidas, Vender bolas.

---

<sup>97</sup> Segundo a pesquisa de campo e o relato dos moradores. Nem todas as atividades relatadas foram avistadas ou são habituais.



A necessidade de conviver com elementos da natureza faz parte das características biológicas herdadas de nossos ancestrais. Esses elementos podem estar associados às memórias passadas, como aquelas da infância, já que são capazes de despertar o imaginário infantil (FARAH, 1998). É assim, por exemplo, quando na infância criamos o *nosso lugar*, ao elegermos uma árvore, uma caverna, ou um jardim como o nosso “centro de significados” (RELPH, 1976, p.11) A fruição de ambientes naturais tem o poder de trazer benefícios psicológicos, propiciados pela simples possibilidade de contemplá-los. Sua existência e proximidade são importantes fatores a influenciar o nível de satisfação da população com o entorno que habitam (FARAH, 1998). CARR ET AL (1992) acreditam que a vegetação, especialmente a que se encontra no meio urbano, adquire importância porque traz qualidade aos ambientes construídos, sublinhando a sensação de *positividade* que proporcionam, estabelecendo oportunidades favoráveis para a interação de diferentes grupos sociais num mesmo espaço. A convivência com a vegetação também potencializa qualidades restauradoras como o relaxamento, especialmente se as experiências cotidianas são estressantes, com excesso de estímulos e demandas.

*“Eu acho que tem uma expressão que foge ao nosso entendimento. (...) no dia da inauguração da praça eu comecei a conversar com uma senhora e ela falou assim; - Agora eu tomo conta daqui. Eu não tenho nada nessa vida, venho para cá e cuido das plantas. A vida dessas pessoas às vezes é um inferno e você coloca um jardim na frente delas e a vida muda completamente”.*  
Vera Dodsworth, Presidente da Fundação Parques e Jardins.

Nas praças, uma das formas de apropriação mais comuns é a interferência dos usuários nos jardins e árvores existentes. O estabelecimento dessas relações entre usuário e vegetação, começa quando algum morador espontaneamente planta ou “adota” alguma árvore, regando-a regularmente, criando protetores para impedir o vandalismo de mudas, colocando golas<sup>98</sup> improvisadas, criando canteiros de flores onde eles não existem. As praças transformam-se em extensões das habitações; da mesma maneira que qualquer um de nós pode cuidar do jardim que deseja ter no “seu” lugar, ou na sua casa, o espaço das praças torna-se terreno possível para a sua criação. A oportunidade de criar permite o desenvolvimento do senso de pertencimento, e o estabelecimento de uma nova identidade com o entorno habitado, tantas vezes homogêneo e monótono. As praças ressurgem como “espaços existenciais”, conforme conceituou NORBERG-SCHULTZ (1980, p.9), referindo-se aos lugares “onde podemos experimentar nossas vidas como

---

<sup>98</sup> As golgas funcionam como berços para as árvores; ali o vegetal está em contato com a terra e com os nutrientes necessários à sua sobrevivência. As golgas improvisadas em anel de concreto ou pneus, em geral, são impróprias contendo o crescimento do vegetal.

significativas” através da “graça do florescimento e do crescimento” oferecido pela presença da natureza. Desde que “a presença da vegetação é a manifestação de uma realidade viva” (p.25) esse relacionamento contínuo, simboliza o desejo humano de acompanhar e compreender as próprias mutações refletidas no espaço ao longo do tempo.

Sob uma perspectiva prática, observamos que a arborização geralmente se distribui linearmente em parte do perímetro de algumas praças, como no Campo do Mundial; com indivíduos isolados, como na Olga Costa Leite e no Bosque; ou em todo o seu perímetro, mesmo que de forma irregular, correspondendo ao restante das áreas. A regra geral é a não existência de árvores nas áreas centrais das praças. Nenhuma delas possui jardins, apesar de algumas possuírem demarcação de canteiros, como a Olga Costa Leite e o Morrinho. O desconforto decorrente da insolação excessiva é arrebatador - essas praças no verão só apresentam frequência noturna. Os equipamentos metálicos fervem ao sol, reduzindo drasticamente as possibilidades de uso. Alguns locais são objetos de programas de arborização urbana, mas as mudas de árvores sofrem vandalismo ou são roubadas. Diferentes órgãos municipais, cada um com a sua área de atuação específica<sup>99</sup>, além de empreiteiros, firmas e escritórios contratados pelo poder público, projetam ou implantam praças, e por essa razão muitas vezes não existe integração entre programas de projetos. Dessa maneira, enquanto para alguns locais está prevista a implantação de vegetação, em outros, os projetos objetivam somente os aspectos urbanísticos, esquecendo completamente a vegetação [fig 4/7].

O conforto ambiental proporcionado pela sombra influencia a frequência dos usuários em relação ao horário de partida e chegada ao lugar, ao tempo de permanência, e em relação ao trecho da praça a utilizar. A sombra é um dos fatores determinantes da relevância de um espaço (CARR, 1992; LYNCH, 1989; WHYTE, 1989) e corresponde a satisfação de uma das necessidades básicas individuais de conforto. Nas praças menos arborizadas, algumas crianças só utilizam as quadras quando chove ou quando o tempo está nublado [fig.4/8]. Em uma cidade tropical como o Rio de Janeiro, a sombra é um dos fatores essenciais para o conforto climático e ambiental, e se não pode ser imediatamente oferecida pelo esplendor de uma grande copa de árvore, poderia ser, então, implantada de forma “artificial”, ou seja, através de estruturas fixas ou efêmeras, substituídas posteriormente pela sombra de uma árvore, como no caso das mesas de jogos, por exemplo.

---

<sup>99</sup> Todos os órgãos municipais projetam praças, nem sempre através da troca de experiências ou consultoria integrada entre si. Praças são projetadas pela Fundação Parques e Jardins, Riourbe, Instituto Pereira Passos, Secretaria de Habitação, Esportes e Lazer, Meio Ambiente.



*Campo do Mundial; lado desértico (A) e árvore na borda (B). Bosque; árvore na borda (B). Mangueira; árvores novas e antigas, notar distribuição dos bancos. Rala Côco; área infantil (E) e estacionamento (F). Notar porte das mudas tutoradas.*

Fotografias da autora.

**Fig. 4/7**

[



*BNH (A) e Zeca Russo (B); futebol em dia nublado e chuvoso.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/8**

A inserção de canteiros ou jardins pela população é uma forma comum de apropriação e uma atitude recorrente nessas praças. Quase todas elas apresentam algum tipo de plantio efetuado pelos freqüentadores, em golas de árvores ou no terreno, e a “tradicional” pintura branca na base de troncos de árvores e palmeiras. Com orientação adequada talvez esse interesse da população pudesse ser revertido em benefício do poder público e dos próprios usuários das praças, através da educação ambiental. No Xapecó, por exemplo, a topografia em desníveis foi explorada para a implantação de arbustos e forrações. Algumas golas de pneus, ou de manilhas, foram improvisadas em torno de árvores e canteiros, e pintadas com cores vibrantes. Nas faixas entre as pedras do terreno, pequenos agrupamentos de flores vermelhas foram plantados dentro de “canteiros” em pneus pintados de cores diversas [4/9]. No Xapecó, não são somente os jardins que estão pintados; as pedras, com desenhos e mensagens religiosas [4/10], os brinquedos, os bancos improvisados com restos de tábuas e os troncos das árvores, também estão pintados nas cores da bandeira brasileira, como lembrança da última Copa do Mundo (2002)<sup>100</sup>. Essa praça, que se destaca pela convivência com o Ciep, é sem dúvida, a praça mais colorida e “decorada” entre todas as investigadas.

*“(...) nós plantamos as (árvores) novas, porque as da prefeitura são muito pequenas e demoram muito para crescer. Aquelas ali <sup>101</sup> já estão daquele tamanho! A prefeitura mandou uma palmeira que ia dar flor, mas que nada, ela não cresceu, não vingou. As grandes, nós é que plantamos, e aquelas pequenas ali são da prefeitura. Elas têm mais de um ano. A que nós plantamos tem menos de um ano e olha só o tamanho delas!”* Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).

Uma das questões surgidas durante a pesquisa, refere-se ao tamanho das mudas de árvores implantadas não só nas praças, como também nas ruas, e a sua depredação constante. Mudas muito pequenas são mais frágeis e suscetíveis ao vandalismo, dessa forma, o seu porte inapropriado é um facilitador para a depredação. A população impaciente com o lento crescimento das árvores, e ansiosa pela sombra imediata, costuma plantar outras espécies de crescimento mais acelerado [fig. 4/11]. Plantios no entorno de escolas, ou em locais onde exista aglomeração de adolescentes, costuma terminar em depredação. Informar o tempo de desenvolvimento do vegetal, e os benefícios que a sua presença pode trazer para a comunidade no futuro são tarefas para uma educação ambiental efetiva, o que poderia reverter esse quadro de depredação e vandalismo.

---

<sup>100</sup> Por ocasião da Copa do Mundo de futebol, os espaços públicos cariocas são incentivados a se enfeitar com as cores da bandeira brasileira para disputar, em seu bairro, qual foi o mais bem “decorado”.

<sup>101</sup> Ficus benjamina é uma árvore de origem exótica, grande porte e crescimento muito rápido.



*Canteiros e golas de árvores improvisadas em pneus e anéis de concreto. Campo do Mundial (A) e Xapecó (B e C)*

*Fotografias da autora*

**Fig. 4/9**





---

*Xapecó; pintura nas pedras, no tronco da palmeira, no pneu.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/10**



*Praça da Mangueira; A, ficus plantado por moradores em centro de gramado. B, árvore recém plantada pela administração municipal. C, árvore existente.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/11**



está nos equipamentos e mobiliário, mas também está no descaso com a vegetação e na desinformação da população e dos órgãos públicos em relação a sua relevância. O jardim, como já ilustrado, tem importância fundamental para o ser humano e para as cidades, tanto sob o aspecto ambiental urbano, como sob aspectos transcendentais. Sua ausência nas praças é incompreensível. Se os empecilhos relacionam-se a recursos financeiros e humanos, a administração pública poderia repartir com a própria população a responsabilidade pela criação ou a manutenção dos mesmos. Quanto às árvores, é necessário um investimento em mudas com o porte e a qualidade compatível com as dificuldades inerentes ao meio urbano.

### *SÍMBOLOS E MARCOS ESPACIAIS <<*

A apropriação do espaço designa a conduta dos seres humanos em direção à construção de ligações afetivas e simbólicas com um entorno espacial (CHOAY, 1998). A possibilidade de mudar cenários, adicionar, remover ou alterar elementos, temporária ou permanentemente, reafirma a posse do lugar e representa a liberdade de exercer um direito sobre o espaço habitado (CARR, 1992, p.186). Essas intervenções representam a extensão das histórias cotidianas e retratam manifestações das estruturas sócio-culturais de uma comunidade. Nas praças públicas de Campo Grande, além de percebermos essas interferências nas formas de uso, elas se evidenciam na construção de marcos espaciais<sup>102</sup> e no estabelecimento de símbolos no território. Esses símbolos e marcos espaciais têm grande representatividade, comunicando, tanto para os seus frequentadores como para os seus visitantes eventuais, quem está dominando o lugar.

*BNH Sábado, dia 25 de setembro de 2004, 14:30 horas, anotações do diário de campo. "Assim que cheguei observei uma movimentação na praça, com a instalação de bancos de igreja junto à quadra e a montagem de um equipamento de som. Era um culto da igreja Metodista que, segundo aqueles que o estavam montando, pretendia atrair fiéis - "já que eles não vão ao templo, nós vamos até eles". Puxaram a eletricidade de um poste em frente à quadra, montaram tudo e se preparavam para começar. Algumas pessoas das redondezas foram chegando vagarosamente; a maioria homens. O movimento estava grande. Aposentados observando o movimento, mesas de jogos servindo como mesas para as pessoas conversarem, adolescentes em bando sob a sombra conversando, crianças jogando bola na quadra. Meninas, nenhuma. No momento mais de 50 pessoas estão na praça".*

---

<sup>102</sup> O marco espacial ao qual nos referimos não deve ser confundido com o marco apresentado no livro "A Imagem da Cidade" de Kevin Lynch, junto aos outros elementos de orientação espacial como as vias, os nós, os bairros e limites. Os marcos aos quais nos referimos são símbolos do domínio do espaço por um determinado grupo.

valendo-se daquele espaço para tornar pública essa intenção. Ressaltamos que o BNH é a praça mais próxima da Igreja de Santa Rita, católica, e objeto de devoção manifesto por alguns dirigentes das comunidades próximas.

A apropriação religiosa do local é testemunha dos primeiros indícios do fenômeno da progressão das “identidades por território”, identificado por GOMES (2002)<sup>103</sup>, resultando em restrição àqueles que não seguem as regras estabelecidas pelo grupo, especialmente, àquelas compatíveis com as crenças religiosas. Além de fincarem seus marcos religiosos no solo “comunidades evangélicas colonizam as praças, ocupando-as com pastores e sacerdotes, utilizando microfones, acompanhados por seus seguidores” (GOMES, 2002, p.181) [fig. 4/12]. A manifestação no BNH, registrada no diário de campo, foi encontrada em um domingo ensolarado à tarde, quando um grupo de evangélicos trouxe os bancos da igreja, e os arrumou na praça em frente à quadra; energia elétrica foi “puxada” dos refletores e foi instalado um palco com banda de música<sup>104</sup>. Moradores das redondezas foram atraídos pelo som do culto e acorreram rapidamente lotando o espaço [fig.4/13]. O culto itinerante dominou a praça pública de forma restrita, utilizando o local como templo apenas durante algumas horas; o objetivo era arrebanhar mais “fiéis”,

No Bosque, Campo do Mundial e Mangueira, marcos religiosos de igrejas evangélicas estão localizados em lugares bem visíveis, evidenciando a doutrina evangélica à qual pertencem os moradores daquele entorno. Curiosamente, em oposição ao observado no Parque do Flamengo (COSTA, 1997), não foram encontradas velas, ou oferendas de Umbanda em nenhuma das praças observadas, ficando claro o domínio por cultos evangélicos, e a aparente rejeição a cultos afro-brasileiros.

*“Na Zona Oeste tem muito essa questão da religião evangélica. Você sabe, quanto mais pobre a população que não tem acesso a determinadas informações (...) eles se acham donos das praças (...) tem um dado importante na Zona Oeste, quem era macumbeiro virou evangélico; macumbeiros só se vêem nas cachoeiras”. Lucinha, vereadora.*

Marcos religiosos e cultos evangélicos não são o único tipo de apropriação religiosa a ocorrer nas praças. Rala Côco possui um templo cristão construído na parte mais alta da praça, em local bem visível tanto para quem chega a pé como de automóvel. O templo, com acesso precário e aparência inacabada, certamente foi construído com mínimos

---

<sup>103</sup> Ver Introdução, Perspectivas Teóricas e no Capítulo 1, página 27..

<sup>104</sup> A história das praças no Brasil está ligada à igreja católica; muitas das primeiras praças cariocas por exemplo, foram os adros das igrejas. Ver o primeiro capítulo; “Sobre as praças no Rio de Janeiro”.



---

*BNH; montagem dominical de culto religioso (A,B e C).*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/12**



Marcos religiosos; Bosque (A), Campo do Mundial (B) e Rala Côco (C).

Fotografias da autora.

**Fig. 4/13**

recursos [fig.4/14]. A construção de igrejas e templos dentro das praças não é uma situação legalmente reconhecida pela administração municipal, no entanto, essas construções existem. É usual alguns políticos e moradores planejarem ou induzirem a utilização do espaço das praças, que acreditam *ideal* para instalar equipamentos públicos como creches e postos de saúde, reproduzindo infinitamente uma distorção histórica na hora de compreender a relevância dos espaços públicos como equipamentos urbanos a serviço de toda a comunidade (não apenas de alguns) [fig.4/15]. A Praça Rala Côco, por exemplo, recém reformada, mantém uma área não urbanizada, *reservada* para implantação de equipamentos públicos como posto de saúde ou creche. Esses equipamentos nunca serão implantados porque é proibido – e o trecho não urbanizado permanecerá como coletor de lixo, sujo e abandonado, em contraste com o restante da praça.

*“Eu falei com a Mitra, mas não adianta porque ali nada é legalizado (...) aí tivemos que fazer um projeto de derrubar a igreja. Não tem uma parte com entulho? Ali é para construir a creche (...) se a gente urbanizasse toda a praça depois não poderíamos fazer a creche”. Lucinha, vereadora.*

Outra forma de apropriação tenta vagarosamente conquistar espaço; a instalação de estruturas para o comércio de alimentação. Como algumas praças foram objeto de “urbanização” recente, *quase* todas as estruturas foram afastadas para fora das praças. Quiosques podem se instalar de forma mais ou menos invasiva. Em comum, a maior parte se instala nas edificações do entorno das praças de maneira ilegal/informal. Normalmente, um morador abre a porta de sua sala ou garagem e nela monta um balcão de vendas, fechando e abrindo as portas quando lhe é conveniente, funcionando principalmente à noite, para dar suporte a quem está na praça, e eventualmente durante o dia, para quem circula à sua volta [fig.4/16]. Campo do Mundial e Mangueira têm exemplos variados de estruturas de alimentação.

Situação recorrente é a instalação de bares em “trailers” fixos de forma bastante precária; as instalações elétricas são improvisadas e “puxadas” do poste mais próximo, o banheiro é a própria praça ou a residência de vizinhos (alguns até cobram por isso). Cobertos com telha ondulada e de estrutura metálica, os trailers se instalam onde as calçadas forem mais largas e permitirem o *espalhamento* de mesas e cadeiras; tanto faz se as mesas irão se espalhar nas calçadas, ruas ou praças. No Xapecó, a situação encontrada é exatamente a descrita. Zeca Russo também possui dois trailers instalados dessa maneira, mas fora da área da praça.



---

*Rala Côco; templo religioso (A e B).*  
*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/14**



---

*Rala Côco; reserva de terreno para construção de creche e posto de saúde*

*Fotografias da autora*

**Fig. 4/15**



*“As praças em geral já têm ambulantes. Às vezes projetamos a colocação de 2 ou 3 quiosques padronizados, e retiramos os outros. Tem que ter água, luz, esgoto e armazenamento. Nós projetamos dois na Vila Santa Rita”. Renato Dantas, Diretor de Projetos da RioUrbe.*

*“A praça da Santa Rita, quando ficou pronta eu disse assim: vão querer colocar quiosque aqui porque vai faturar no verão! (...) O primeiro que colocar um tijolo lá eu vou chamar a polícia! Porque não tendo nenhum não tem problema, o problema é você deixar um, aí, quem é que não vai querer ter um quiosque sem pagar nada, colocar lá a cerveja, aí chega um cara para vender pó e fica lá encostado...” Lucinha, vereadora.*

A legislação atual restringe a instalação de estruturas fixas e quiosques de alimentação<sup>105</sup> dentro do espaço das praças. De acordo com as regras, nenhum quiosque fixo, somente o de flores, é tolerado. O comércio ambulante em praças e parques é permitido desde que com prévia autorização dos órgãos encarregados pelo licenciamento<sup>106</sup>, e em áreas específicas. Para todos os efeitos são permitidos apenas ambulantes como pipoqueiros, vendedores de balas e cachorro quente, entre outros. Nas praças pesquisadas em Campo Grande eles aparecem diariamente em torno das 17 horas, para alegria das crianças [fig.4/17]. A legislação, porém, já se transformou em um confuso instrumento. No Campo do Mundial, por exemplo, está instalado na calçada um quiosque de alimentação fixo, coberto por um telheiro, que funciona também como abrigo para quem está no ponto de ônibus, e é colorido com as cores da atual gestão municipal – o abóbora do tipo Comlurb – [fig.4/18].

*“(...) estão pedindo para eu falar com o presidente. Se ele autorizar (...) vamos na prefeitura, tem que marcar o espaço. Vamos escolher onde guarda o material, mas no quiosque tem que ter banheiro, até a prefeitura vai cobrar isso. (...) O ideal é vender de tudo, querem que funcione depois das 17 horas”. Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

*(...) quando você vai fazer o projeto urbanístico e contempla 2 ou 3 quiosques dentro da praça, é quando já tinha uma condição anterior (...) aí o cara chega e fala assim, vamos urbanizar, dá para manter o quiosque?” Lourenço, Diretor da 7ª DOC, Fundação Parques e Jardins.*

Na verdade, esse tipo de comércio ressurgiu, e se contrapõe às regulamentações porque existe uma demanda da população para que permaneça, mesmo que a sua implantação possa significar muitas vezes a privatização de parte dos espaços das praças. É uma estratégia de sobrevivência”, ou um complemento salarial para classes sociais menos favorecidas (COSTA, 1995; VIEIRA, M., 2001). Não podemos negar que a existência do

<sup>105</sup> Decreto 6929/1987, Decreto 14.608/1996, Decreto nº 17746/ 22-07-1999 (Regulamentação no uso das praças) e lei 1876/ 29-06-1992.

<sup>106</sup> Fundação Parques e Jardins, Secretaria de Meio Ambiente e da Fazenda.





*Rala Côco; uso misto em frente à praça: garagem, bar e sinuca (A) e Morrinho; garagem e loja de video-game (B).*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/16**



---

*Morrinho (A) e Zeca Russo (B), vendedores de pipoca.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/17**



---

*Campo do Mundial; quiosque cor de laranja.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/18**

**176**

**174**

comércio de alimentos nas praças, ou próximo delas, atrai as pessoas, injetando vitalidade nos lugares, mas também atrai problemas como o alcoolismo e o tráfico de drogas. Para que os quiosques efetivamente funcionem, o poder público está obrigado, além de garantir a segurança, a lidar com a questão da fiscalização, controlando a venda, a qualidade, e o armazenamento dos produtos para que não ofereçam perigo à saúde pública, evitando também o depósito de resíduos alimentares e lixo.

*“O lixo e o armazenamento de bebidas, são o problema. Acho que quiosques na Lagoa e nas praias funcionam, mas não nas praças”. Ronaldo Benevello, Diretor de Projetos da Fundação Parques e Jardins.*

*“Eu acho uma questão complicadíssima. Na Zona Oeste tem que ter na medida em que faz parte da economia possível para aquela comunidade. Mas tem que ser uma coisa muito organizada, tem que ser controlado, tem que ter um número fixo. Se juntar um monte, acaba atraindo um número muito grande de pessoas, os moradores em volta vão reclamar (...) tem quiosque que cumpre bem o seu papel e tem o que é bagunça (...) Passa por vários aspectos com a prefeitura tomando conta pelo momento em que a sociedade vive”. Vera Dodsworth, Presidente da Fundação Parques e Jardins.*

Outro tipo de marco foi encontrado no festivo Campo do Mundial: um vestiário em alvenaria, com banheiro. O vestiário foi construído pela comunidade para que times de outras localidades pudessem trocar de roupa, antes e após as partidas de futebol [fig. 4/19]. Percebe-se o desejo de transmutar aquela praça pública em uma sede de associação esportiva<sup>107</sup>, ou um clube fechado, onde só entram aqueles que dominam os códigos do lugar. Essa questão é perpassada pela privatização do espaço público, desde que a maior parte dessas pessoas que dominam o espaço, em muitos casos, cobram aluguel pelo uso da quadra ou do vestiário. A construção de vestiários, nada mais é do que a montagem de uma infra-estrutura que ratifica, e dá mais poder a quem domina a quadra; permitindo a uns poucos indivíduos apropriarem-se de um espaço público e obter vantagens financeiras a partir dele. Como nos diz GOMES (2000, p.177) na ausência de normas que regulamentem o direito de cada um, a tendência natural é o uso de artifícios, oscilando entre “a força ou a intimidação, para maximizar os interesses particulares de quem os mobiliza”.

*“(...) o cara toma conta da quadra, aluga bola e rede e cobra pelo uso da quadra”. Ronaldo Benevello, Diretor de Projetos da Fundação Parques e Jardins.*

*“O problema ali é que tem que ser praça ou campo de futebol. Ou é praça ou é campo, porque o campo está sempre beneficiando alguém que com certeza aluga aquele espaço. Aquilo ali foi uma situação política como sempre, um pedido para se manter o campo. Eu acho errada essa situação do cara, alguém estar se beneficiando do campo, usufruindo financeiramente daquilo, e se ele tem um probleminha na praça ele vem acionar a FPJ”. Lourenço, Diretor da 7ª DOC da Fundação Parques e Jardins.*

---

<sup>107</sup> Citação do Arquiteto Adilson Roque dos Santos – a praça é um clube.



---

*Campo do Mundial; vestiário.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/19**



*Mangueira (A, C); Associação de Moradores do Jardim das Hortências. Bosque, associação de moradores (B).*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/20**

Outro marco simbólico observado foi a sede da associação de moradores de bairro, demarcando no território visível, e a princípio neutro, a sua função. Mangueira e Bosque possuem suas sedes instaladas nas praças. São edificações pequenas, quase sempre trancadas, em alvenaria, sinalizadas com o nome da associação, e abrigam eventualmente os responsáveis, ou seus diretores, que também detém a chave dali. É o local de onde emanam algumas regras da vida pública do bairro; onde são decididas as formas de se obter benefícios para a comunidade e quais as questões comunitárias mais urgentes a resolver [fig. 4/20].

#### **CONTROLE E CONFLITOS <<**

Low (2000, p. 50) nos diz que o espaço físico no nível urbano é geralmente organizado pela própria comunidade, que reproduz a estrutura de poder à qual está subordinada. Para ela, o espaço público urbano não é somente o fruto de uma correspondência entre arranjos espaciais e significados, mas é também reflexo de uma ordem cultural; ordem esta que é produzida, manipulada e compreendida por designers, políticos e usuários, sempre dentro de um contexto histórico, e sócio-econômico em mutação.

Como o poder público não tem presença forte nessas praças, o uso e o acesso ao espaço são controlados a maior parte do tempo diretamente pela própria comunidade e seus usuários, e indiretamente pelos políticos atuantes na área, um dos canais mais velozes para obtenção de benefícios urbanos e sociais. Percebemos que as ações destes grupos refletem em parte, alguns modelos de controle do espaço existentes em outras zonas da cidade do Rio de Janeiro, de características sociais e econômicas distintas. Os grupos sociais que controlam as praças de Campo Grande tentam utilizar as mesmas ferramentas de pressão para obtenção de benefícios em seus bairros, como o tráfico de influências, o “você sabe com quem está falando” (DA MATTA, 1985, p.67) e o domínio territorial; só que esses grupos têm que lidar com uma realidade sócio-econômica diferente. LYNCH (1981, p.154) acredita que existem formas não concretas de controle, que ele classifica como direitos “não legais” sobre o espaço.<sup>108</sup> LYNCH os divide em direito a presença, que é o direito de estar em um lugar, sem no entanto, excluir outros indivíduos; direito ao uso e ação, que corresponde à possibilidade de comportar-se livremente, respeitando, porém, os limites do outro; o direito à apropriação e modificação; e finalmente, o direito de dispor do próprio direito sobre o espaço. Esses direitos podem ser explícitos ou implícitos, informais ou ilegítimos, eficazes ou ineficazes. Os direitos de uso e controle devem ser congruentes entre si, isto é, quanto maior o domínio dos

---

<sup>108</sup> Refere-se ao direito de propriedade como direito legal.

usuários sobre um espaço, mais eles controlam a sua própria permanência nele (p.152). Encontramos no local pesquisado, um pouco de todas essas manifestações de “direitos não legais” sobre os espaços descritos por Lynch.

Entre os direitos descritos, aqueles mais afetados pelo tipo de controle que é exercido nas praças são os direitos à presença, e ao uso e ação, manifestos pela restrição à permanência e ao acesso de alguns indivíduos, o que gera a maioria dos conflitos existentes. Ainda, de acordo com os critérios de LYNCH (1981), podemos destacar algumas das características principais do controle nessas praças; é informal<sup>109</sup>, mas legitimado pelas pessoas; é explícito e claro, pois as “regras” de uso, respeitadas ou não, são aceitas como necessárias. Em alguns locais, logicamente, são mais eficazes e alcançam uma maior congruência que em outros.

*“Eu não moro, mas só convivo aqui. O presidente (da associação de moradores) é meu amigo e eu vim ajudar. Eu trabalho para o Governador Garotinho e para o Zito, mas o meu trabalho é aqui. O que me pedem eu faço, eu sou quebra galho de tudo. Essa praça é da prefeitura, e a associação não tem nada haver com o César Maia e Garotinho, mas somos nós que tomamos conta”. Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

O controle sobre o uso do espaço geralmente é empreendido por algum morador mais antigo e respeitado, ou pelo presidente da associação de moradores do loteamento, e seus conhecidos. Esse poder é raramente exercido por um só indivíduo, e necessita do apoio dos possuidores de maiores recursos financeiros, ou daqueles que tem conhecidos no meio político, de forma a pressionar a administração pública por benefícios para a comunidade, não importando quais instâncias governamentais serão acionadas. O controlador em geral, exerce duas funções; a primeira é fazer a manutenção periódica do lugar e dos equipamentos; a segunda é afastar os intrusos e “favelados” para longe dali, mantendo o território livre para os moradores do entorno. A terceira função seria organizar a programação de atividades não rotineiras como festas, eventos religiosos e campeonatos esportivos, distribuindo-os de acordo com os interesses que prevalecem naquele momento:

*“Dia 22, vai ter uma festa da igreja batista, a praça será limpa o presidente (da associação) pediu para programar, tanto é que ele me comunicou ontem. Ta tudo certo para o dia da festa, nesse dia a praça é da igreja batista. Esse dia não tem bola na praça, está tudo agendado lá na associação de moradores, com horário e*

---

<sup>109</sup> Embora nem sempre seja assim, às vezes a municipalidade incorpora essas ações, sustentando financeiramente o controlador do espaço, e incentivando a escolha do controlador através de assembleia comunitária. Existia um projeto denominado “guardião da praça”. O guardião era eleito pelos moradores do loteamento, recebia da prefeitura e prestava contas à comunidade. Antigos moradores sentem falta desse projeto.



*tudo”. Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

A eficácia do controle também é variável, dependendo o seu sucesso, da habilidade política do controlador, da sua capacidade de agregar pessoas, comunicabilidade, capacidade de agir rapidamente e impor medo e respeito no território. A maneira como é conduzido esse controle do espaço não é uma unanimidade para o conjunto de usuários, mas, mesmo assim, as praças cujo controle dos usos é aparentemente a mais eficaz, coincidentemente são as preferidas pela população – Mangueira, Campo do Mundial e Olga Costa Leite. Como a polícia e a administração pública permanecem distantes a maior parte do tempo - exceto em época de eleições - esses pequenos administradores têm atuação semelhante à dos xerifes vistos em filmes de *caubói*... Por essa razão, eles são denominados pela própria população como os “xerifes” das praças.

Os conflitos, normais e inevitáveis, surgem se não existe um consenso geral entre os habitantes a respeito dos direitos e “regras” que vigoram naquele lugar (LYNCH, 1981, p.154). Os pequenos conflitos cotidianos dizem respeito aos horários estabelecidos para o uso das quadras, nos horários considerados “nobres” (fim de tarde, à noite e fins de semana) normalmente entre homens e meninos, e entre meninos e meninas. Os conflitos maiores trazem o vandalismo e as marcas da reprodução de um modelo de segregação urbana já existente na cidade do Rio de Janeiro, onde diferentes classes sociais habitam a mesma vizinhança, mas não usufruem os mesmos benefícios urbanos. Quando aqueles que não pertencem a certos grupos se sentem excluídos, exigem o seu quinhão de espaço, provocando a instabilidade. Alguns jovens referem-se às invasões inesperadas das *gangues* e dos *favelados*<sup>110</sup> que tentam usufruir o espaço, demonstrando a segregação entre os dois grupos; dos moradores que acreditam serem os únicos que detêm o *direito* de usufruir a praça, e dos *favelados*.

*“Os favelados vêm zoar. É que eles não deixam ninguém em paz jogar, brincar. Apagam a luz do poste. Aterrorizar para eles é diversão”. Cínara, 12 anos. Mangueira.*

O vandalismo dos denominados *favelados* se manifesta na “invasão” das quadras, quebra dos refletores de iluminação, perturbação no horário das atividades esportivas dirigidas, na interrupção de eventos e festas locais e na invasão da praça por motocicletas e automóveis. Pixações, lixo e sujeira abandonados na praça por grupos que não são bem aceitos na área são comuns. Seria injusto, porém, afirmar que essas

<sup>110</sup> Ser favelado nesse polígono é uma grande ofensa e sinal claro de discriminação, principalmente para os jovens. Na Mangueira os jovens se referiam a uma amiga como favelada o tempo todo, já que ela mora em uma região com menos recursos e vem do local - o Tangará – de onde “descem os bagunceiros que vem zoar na praça, só para se divertir”.

ações e o vandalismo são necessariamente praticados pelos que vêm “de fora”. Essas atitudes podem estar sinalizando, que “o vandalismo é resultado da competição pelos espaços existentes e freqüentemente um protesto específico contra a inadequação do provimento, gerenciamento e manutenção dos espaços livres” (CARR ET AL, 1992, p.359).

*“Para as crianças quando não é tão bom, quando não tem brinquedo para todas brincarem, elas jogam caco de vidro. O balanço, por exemplo, está sempre quebrado”. Patrícia Maria, 18 anos. Zeca Russo.*

O outro lado nos revela que a restrição ao livre acesso prejudica principalmente as crianças pequenas das *favelas*, que desejam utilizar o espaço e não possuem outras opções de lazer.

*“É um preconceito, não tem nada haver! Na favela não tem área de praça, se no bairro formal tem área de praça, a criança vai brincar aonde? Vai brincar na praça, pô! Só que quando ela chega na praça a turminha já sabe e começa a discriminar”. Lucinha, vereadora.*

Um dos meios de controle material e simbólico se manifesta através da manipulação do acesso a um espaço (LYNCH, 1981, p.155). O exemplo mais freqüente está no caso da utilização das quadras de esportes, cercadas com alambrados, onde alguns grupos conseguem exclusividade e controle do uso através da posse das chaves, freqüentemente cobrando aluguel.

*“O presidente deixou a chave da quadra comigo e a chave fica aqui, geral, da associação, da quadra... Tudo tem chave, até o refletor, eu também não deixo as bolas, a rede, é tudo comigo!” Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

A quadra polivalente pequena<sup>111</sup> tornou-se o local preferido da Rala Côco, porque além do piso cimentado, pode ser trancada à chave. O cercamento é um aspecto positivo, pois é comum a bola ultrapassar os limites da quadra, indo cair nas residências vizinhas, incrementando as brigas existentes entre vizinhos e os usuários das praças. Por outro lado, a quadra trancada à chave impede a plena utilização e afasta as meninas, pois são os rapazes e os homens que retêm as chaves, e controlam o seu uso. Mariana, 15 anos, nos contou que;

*“Normalmente os garotos não deixam a gente jogar aqui. Gosto da praça em si. Gosto de jogar, mas não consigo, só no Zeca Russo”. Mariana, 15 anos, Rala Côco.*

---

<sup>111</sup> A quadra polivalente pequena normalmente permite a prática de três esportes conjugados em um mesmo espaço: vôlei, futebol de salão e basquete.

As meninas só têm oportunidade de jogar na quadra quando existe uma programação “externa”, promovida pela administração municipal. Essa programação funciona esporadicamente. Sua continuidade poderia permitir a criação de uma nova mentalidade de aceitação entre os meninos (e os homens). CARR ET AL (1992) acreditam que se as exigências de um grupo restringem seriamente a liberdade de outros, o gerenciamento local ou a administração pública, poderiam intervir para reverter as disputas. O controle externo constante, no entanto, pode se transformar em uma *camisa de força* para a municipalidade; as quadras ou campos de futebol deveriam se manter democraticamente em uso na maior parte do tempo, independentemente de qualquer tipo de controle externo, abrigando qualquer sexo ou faixa etária.

Frequentemente, solicitações por controle externo são colocadas pelas próprias mulheres como a melhor solução para permitir que o espaço também seja utilizado por elas. Lucimar, 31 anos, acredita que é necessário mais que um programa municipal de atividades só pra elas, sugerindo que para regularizar o uso do espaço alguma mulher da comunidade fique por ele permanentemente responsável;

*“Poderia existir uma área só para meninas ou uma programação especial para nós. A chave da quadra poderia ficar com as meninas ou com uma mulher que vai entender melhor como é a praça”.* Lucimar, 31 anos, Rala Côco.

Essas questões de uso entre homens e mulheres também são comuns entre os adultos e os jovens do sexo masculino. Normalmente os homens afastam os adolescentes das praças em determinados horários. Para estes jovens resta jogar e brincar apenas em horários calorentos, ou dias chuvosos, porém menos disputados. De acordo com o que nos relata Fabrício, 12 anos;

*“Os caras maiores vem da Santa Rita tirar a gente daqui de noite. Só quando tem treino eles não fazem isso.”* Fabrício, 12 anos. BNH.

MEDEIROS (In; COSTA, 1993, p. 206 a 210) acreditava que o princípio para o funcionamento dos diversos playgrounds espalhados pelo Parque do Flamengo estaria baseado na oferta de um tipo de recreação organizada com intenção educacional, para pessoas de todas as faixas etárias, associada a um padrão de equipamentos recreacionais. Para que essa ideologia funcionasse a contento, ela advogava a presença de recreadores ou animadores sócio-culturais que poderiam pertencer ou não à comunidade, cuja função seria promover as atividades de recreação controladas. Para MEDEIROS, a função recreacional educativa estaria indiscutivelmente interligada a um rígido controle, tanto do espaço, através do cercamento e do controle de acesso, como

do comportamento dos seus usuários, através do acompanhamento por educadores. As idéias de Medeiros, compatíveis com alguns ideais que marcaram uma época, “*caíram no gosto do poder público*”, tornando-se regra geral e modelo arquitetônico para inúmeros parques, mas também para praças de todas as dimensões implantadas pela cidade do Rio de Janeiro. O resultado inesperado é que quando o controle externo não está presente, essas áreas podem não funcionar da forma prevista, prejudicando justamente aqueles que pretende beneficiar, como as crianças e idosos, tornando-se por fim, um campo de provas para o desenvolvimento de conflitos, onde o mais fraco sempre perde. Quando a programação contínua das atividades de recreação não ocorre, o resultado provoca locais sub utilizados e perigosos.

*“Quando a SMEL<sup>112</sup> está presente ela beneficia geral, a criança, o pequenininho, a atividade para o idoso de ginástica, mas infelizmente tem um problema de educação, se você não está atuando aqui o mais forte é que vai entrar, é a rapaziada, eles vão entrar aqui e vão dominar”. Lourenço, Diretor da 7ª DOC, da Fundação Parques e Jardins.*

Outro tipo de controle é aquele relacionado à periodicidade na manutenção dos espaços. Os habitantes das praças pesquisadas procuram solucionar alguns problemas com os quais a administração pública nem sempre consegue lidar; a manutenção periódica dos equipamentos esportivos e infantis; a limpeza do espaço; a capina do mato; a questão da segurança; a presença do tráfico de drogas; iluminação adequada. A presença do poder público têm se mostrado insuficiente para alcançar a diversidade de questões que necessitam ser solucionadas em tempo hábil e com constância. Deste modo, abrem-se oportunidades para o controle das praças, assumido pelas comunidades, suas associações de moradores, ou associações religiosas, realizado através do intercambio de interesses comuns, da utilização dos recursos disponíveis, da barganha com políticos, líderes do tráfico de drogas e comunidades religiosas.

*“Nós da associação pega o dinheiro, vai lá e conserta. Nós mesmos, não vem ninguém aqui consertar nada. O presidente da associação dá o dinheiro do bolso dele e conserta. Aqui não tem remuneração de nada. Eu fui no Zeca Russo, vai lá ver tá tudo quebrado é triste”. Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

---

<sup>112</sup> Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Ao visitarmos as praças repetidamente, percebemos além de uma constante sensação de monotonia, ausência de vitalidade. JACOBS (2003) notou que a ausência de diversidade e vitalidade urbanas em alguns distritos de Nova York devia-se em parte, à homogeneidade dos usos residenciais, que transformavam os lugares em “apagados e sem vida”. O recorte espacial investigado também reflete forte homogeneização no uso do solo. A região é exclusivamente residencial; a diversidade de usos (residencial, comércio, serviços) é praticamente inexistente, e o bairro normalmente é monótono, e vazio. A vitalidade é diretamente afetada pelo movimento pendular, que transfere diariamente a população residente no bairro para o centro da cidade ou bairros próximos<sup>113</sup>. De dia, durante a semana, só habitam o bairro aqueles que estão desempregados, ou são jovens ou idosos demais para trabalhar.

Essas características, associadas ao contexto sócio-econômico de seus habitantes, a precariedade nos incrementos de serviços urbanos, e as questões relacionadas à segurança, certamente têm influência sobre a vitalidade e os usos das praças (e das ruas, e do bairro...). Mas existem outros fatores além destes, que irão contribuir para afetar essa dinâmica. Refiro-me primordialmente a monotonia oferecida pelas atividades padronizadas, solidificadas em projetos, desenhos ou obras de praças públicas, implantadas de maneira aleatória ou proposital, carecendo de uma visão integradora. A questão é a reprodução de modelos e padrões de projetos que não levam em conta a proximidade de outras praças públicas de mesmo talhe e função, e as características das populações que irão desfrutá-las. Não se está questionando aqui, nem se esse modelo de espaço público, tão comum nas periferias cariocas, a “pracinha”, ainda é válido como equipamento social, de recreação, de lazer, ou ambiental, no contexto megalopolitano no qual vivemos, e sim, se o desenho e a programação de atividades e funções recreacionais que esses lugares contêm, satisfazem, funcionam, têm razão de existir dessa forma, com esse traçado, se são a melhor opção de projeto.

*“Você sabe o padrão qual é né, tudo igual (...) pode passar em tudo que é praça que é a mesma coisa, mas é o padrão, é o que tem né!(...) a gente não pode nem pedir outro tipo de coisa e nem fazer (...) De graça assim, vai gastar para fazer é padrão e acabou.” Ailton, membro da Associação de Moradores da Praça da Mangueira (AMOJAH).*

---

<sup>113</sup> Segundo o PEU a maioria dos trabalhadores trabalha na própria RA ou em RAs próximas, não significando que este seja um bairro dormitório.

Projetadas ou não, muitas praças sofrem a imposição de limitações que se superpõem às condições esperadas para satisfazer a qualidade requerida para aquele espaço. Frequentemente, os custos de implantação das obras podem sofrer interferências que irão empobrecer o conteúdo do projeto, quando um investimento maior seria necessário para a obtenção de boa qualidade funcional e edificada.

*“(...) quanto é para fazer a praça? Quem decide são os arquitetos e não eu. Aí eu tenho conhecimento: Lucinha, vai ficar em R\$ 380.000,00. Aí eu digo: pô essa praça é de ouro é? Ta muito cara, o prefeito não vai aceitar. Baixa o valor desse projeto para fazer com 300 mil”. Lucinha, vereadora.*

As limitações de conhecimento e informação da população que irá usufruir o espaço também contribuem para a aceitação e a perpetuação de modelos que brevemente serão questionados. Aceitar “a regra do jogo” é a primeira maneira de concretizar objetivos primários e obter atenção.

*“(...) eles reproduzem aquilo que deu certo numa praça para todas as outras (...) porque a comunidade nunca teve nada então ela vê aquele e quer tudo igual”. Lucinha, vereadora.*

Pressionados pelos prazos curtos das gestões políticas, as quais absorvem a implantação de praças como moeda de troca para obtenção de votos, e pelo atendimento a custos limitados destinados às áreas periféricas da cidade, técnicos do poder público ou da iniciativa privada que projetam ou implantam praças públicas, tomam muitas vezes como modelo, projetos que não são adequados à nossa realidade (estrangeirismos), ou repetem indefinidamente uma padronização questionável, mas conveniente, porque é rapidamente executável e de baixo custo.

*“Fazer praça hoje é muito fácil (...) hoje você tem a Riourbe, a Secretaria de Obras e a de Esportes e Lazer, todas elas fazem projeto e executam, o IPP faz projetos, existem muitas pessoas, arquitetos paisagistas e escritórios, que trabalham o paisagismo do espaço público em geral (...) difícil é mantê-lo, fazer a conservação não como foi construído, mas a sua adaptação, a reavaliação dos espaços”. Sílvia Coelho, Diretora de Planejamento da Fundação Parques e Jardins.*

E já que a praça pública padrão é muitas vezes moeda de troca entre o político e a população, quase todas as secretarias municipais são incentivadas a desenhá-las disputando entre si os projetos, o que por sua vez, permitirá que possam ser velozmente construídas, em um processo que à primeira instância aparenta ser bastante vantajoso para todos os lados. Assim, existe uma competição de responsabilidades e de mentalidades responsáveis, que privilegiam um aspecto só do desenho, de acordo com

a divisão político-administrativa dos serviços urbanos, ou com aspectos estilísticos do desenho, ao invés de integrá-lo em seus vários aspectos.

*“Eu não acho que os projetos deles tragam um passado. São coisas muito recentes aplicadas de qualquer maneira, e certos conceitos básicos de projeto terminam esquecidos. Se nós pecamos porque não vestimos o terno certo para o freguês certo eles pecam mais ainda... porque eles não têm de forma nenhuma a vivência da praça”.*

*Ronaldo Benevello, Diretor de Projetos da Fundação Parques e Jardins.*

A limitação de variedade funcional das praças, associada a pouca diversidade urbana do entorno, tem reflexos na população, que se sente entediada. Esse sentimento é especialmente expresso pelos jovens, já que eles são os principais usuários das praças, que é a mais importante opção de espaço livre público acessível. A partir de uma certa fase de suas vidas, naturalmente a percepção que possuem das praças vai se modificando. Os atributos mais valorizados, a tranquilidade, a amizade e a existência de um lugar como a praça para frequentar vão se perdendo, e vão sendo substituídos pelas sensações de limitação e mesmo de aprisionamento.

*“Não tem nada de divertido para minha idade”. Suelen, 13 anos. Zeca Russo.*

Os desejos de afastar a monotonia surgiram refletidos nas expectativas para trazer de volta os usos antigos de algumas praças enfocadas nesta pesquisa. A praça Zeca Russo era um grande descampado utilizado como campo de futebol, mas também abrigava outras atividades, funcionando como um espaço inseguro, mas dinâmico e vital. Modificada pela última reforma que ocupou quase todo o espaço da praça com o padrão recreacional, quadras de esportes e área infantil, o local tornou-se decadente [fig.4/21]. Os adolescentes pediram a volta de feiras de artesanato, shows de música, parquinho, circo; enfim, todos os eventos que acreditam, conferia vitalidade ao lugar, mas que traziam problemas como acúmulo de lixo, tráfico de drogas, violência e desentendimentos. As obras que implementaram a padronização dessas atividades permitiram a previsibilidade das ações aos controladores do espaço.

*“Quando a praça não estava urbanizada tínhamos parquinho de diversões, circo, show, cantores, feirinha... a obra espantou isso tudo. Não tinha quadra demarcada, nem alambrado. Agora não temos como praticar outras atividades. O Zeca Russo é que pediu para melhorar a praça. Temos que chamar essas atividades de volta”. Trecho de conversa informal com adolescentes e jovens que frequentam o Zeca Russo.*

*“Aqui tinha funk, pagode, axé e rock dos anos 70. Há uns três anos atrás a obra foi inaugurada. O Conde e a Lucinha<sup>114</sup> brigaram pelo território da praça, mas o Zeca Russo, que é parente da Lucinha, é que manda (...) Queremos as atividades antigas de volta”. Trecho de conversa informal com adolescentes e jovens que freqüentam o Zeca Russo.*

LYNCH (1981, p.200) discute os modelos de desenho urbano<sup>115</sup> afirmando que um dos problemas do modelo, é que ele só faz referência a formas completas “concentrando-se mais nas coisas do que nas conseqüências destas coisas para os seres humanos”. Se nos voltarmos aos conceitos de SANTOS (1994) poderemos dizer que os modelos quase sempre se referenciam mais nos objetos do que nos sistemas de objetos e de ações. Compreendemos com isto, que a forma pretensamente completa de um espaço ignora a realidade das mudanças contínuas, e que os processos de transformação urbanos devem ser freqüentemente observados para possibilitar o aperfeiçoamento dos desenhos. Não se trata, pois, de rejeitar o uso de modelos e padrões, extremamente úteis como ponto de partida para se compreender e organizar a realidade, mas de reconhecer a sua necessidade constante de adaptação, já que nenhum modelo fica cristalizado no tempo. Trata-se, pois, da defesa dos parâmetros da realidade que permanecem nos lugares, e não de políticas, obras ou desenhos específicos.

Acreditamos que cada praça investigada está constantemente em processo de adaptação relativo aos usos e as intenções dos seus usuários. Embora concebidas isoladamente dentro dos mesmos critérios e padrões, ao longo do tempo ocorre a inevitável particularização da identidade de cada praça inserida no sistema inter-relacionado de funções, construindo um conjunto de elementos articulados, e diferentes significados, originando sistemas integrados à paisagem e a vida dos seres humanos.

## **SISTEMAS DE LUGARES**

*“Somente um sistema de lugares significativo pode fazer uma vida humana verdadeiramente possível”.*  
NORBERG-SCHULTZ (1980).

Os nove espaços pesquisados são capazes de perpetuar os *significados de praça*, ou as *pracialidades* de QUEIROGA (2003). As praças são locais de *especialização da cultura* (LOW, 2000), onde está evidente na leitura de sua estrutura física o domínio cultural que

---

<sup>114</sup> Candidato a prefeito na ocasião e vereadora responsável pela área.

<sup>115</sup> Lynch, na verdade, discute uma escala de modelos muito maior, as de desenhos de cidades, mas a discussão sobre modelos me pareceu válida para a escala da praça.



permeia os processos que as envolvem, desde a sua concepção. De acordo com o conceito proposto por COSGROVE (1998), essas praças são paisagens *excluídas*, já que não estão permanentemente incorporadas às políticas públicas urbanas e ao contexto das paisagens relevantes da cidade. Essas praças também estão desprovidas de um enfoque paisagístico e sistêmico que as observe como elementos integrados ao meio ambiente e à cidade.

QUEIROGA (2003) acredita que as condições de um lugar, sejam elas sociais, formais, funcionais ou culturais, propiciam ou limitam os objetos e as ações que dão suporte ao desenvolvimento das *pracialidades*. Durante a pesquisa encontramos nas praças inúmeras insuficiências e deficiências estruturais. Observamos também, a construção de uma escala de valores refletida na especialização funcional de cada espaço, decorrente justamente dessas deficiências. As deficiências existentes em determinada praça, são compensadas pelos usos possíveis em outra, originando uma espécie de “hierarquização” dos espaços. Esse processo desemboca em intensa articulação dos usos, através da valorização de alguns elementos de um lugar sobre os de outro. As apropriações contribuem para a construção desta fisionomia hierarquizada; os diferentes usos se conectam, através da movimentação das pessoas em busca das funções preferidas em cada lugar, ou das vantagens que determinado espaço oferece.

A partir das experiências da população, cada praça surge como uma entidade única dentro do conjunto pesquisado, identificada por distinções coincidentes entre grupos de indivíduos. Acreditamos que essas distinções ocorrem provavelmente, devido a uma oferta excessiva de praças públicas similares, muito próximas e não caracterizadas por diferenças funcionais. Mas a atratividade e a predileção por um local logicamente não residem apenas nisso; existem outras razões associadas a essas distinções, como a identidade e o senso de pertencimento ao lugar, sensação de conforto, de controle e de organização do espaço, tranquilidade, beleza, possibilidade de encontro; aliados as outras questões como a localização da praça, os equipamentos, as atividades, as pessoas que as freqüentam.

QUEIROGA (2003) nos diz que um desenho inadequado de praça pode enfraquecer o seu uso. Concordamos com essa colocação, ressaltando, no entanto, que quase todas as praças desta pesquisa parecem possuir um desenho “inadequado”; mas que mesmo assim, em conjunto, mostraram-se possuidoras de um contexto propício para o desenvolvimento dos significados de praça pública. NORBERG-SCHULTZ (1980) ressalta que as condições econômicas de um lugar oferecem uma estrutura para o transcorrer da

vida, mas não determinam necessariamente os seus significados, que têm certamente, uma razão mais profunda. De fato, o estabelecimento dos significados de um lugar para um indivíduo, não dependem de uma abordagem sócio-econômica ou funcional do espaço, que tende a desconsiderar as questões intangíveis de um grupo ou de um lugar. QUEIROGA (2003) acredita que dentro do trabalho do arquiteto na praça, considerar somente forma e função como ponto de partida é um equívoco, já que a praça é o lugar do imprevisto, das diversidades e das práticas sociais conflitantes.

## **SUMÁRIO**

Esse capítulo começou analisando os resultados da pesquisa de campo relacionados aos usos e apropriações observados nas praças, como as atitudes dos usuários, as atividades, e sua relação com os equipamentos. Em seguida, foi exposta a importância da vegetação, como um elemento simbólico do espaço e agente de conforto ambiental, e a implantação de símbolos e marcos espaciais. Apresentamos as questões mais evidentes relacionadas a disputa pelo controle do território das praças. No final do capítulo discutimos a padronização dos espaços das praças e a sua articulação, criando um contexto propício para o desenvolvimento dos significados de praça, na configuração do sistema de lugares.



---

*Zeca Russo e as quadras que ocupam todo o espaço da praça.*

*Fotografias da autora.*

**Fig. 4/21**



## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

As Considerações Finais têm como objetivo trazer o resumo da dissertação, destacando suas principais conclusões. O tema geral deste trabalho é o sistema de espaços livres da cidade do Rio de Janeiro, direcionado a uma tipologia específica deste sistema; a praça pública. Após pesquisa empírica, foi selecionado como recorte espacial e estudo de caso, um conjunto de nove praças públicas próximas, localizadas no bairro de Campo Grande. Essas praças localizam-se em loteamentos voltados à população de baixa renda, têm desenho e equipamentos padronizados, recursos de implantação limitados e manutenção praticamente inexistente. Algumas praças deste conjunto foram projetadas e passaram por obras recentes datando do mesmo período administrativo municipal (entre 2000 e 2003), enquanto outras não. Decidimos focar os usos e as apropriações nas praças muito mais do que a sua morfologia, já que partimos do pressuposto de que a forma desses espaços também é definida pela sua utilização.

Para descortinar as questões dos usos e apropriações, a pesquisa se dividiu nas seguintes etapas principais; aproximação com os usuários e com os lugares através de uma extensa pesquisa de campo; levantamento historiográfico do bairro onde se localizam; investigação sobre a origem das áreas de recreação e dos desenhos padronizados; e conceituação teórica do tema praça pública, e sua inserção no contexto contemporâneo dos espaços livres públicos.

Na Introdução, entrelaçamos conceitos sobre a paisagem cultural a partir do enfoque de diferentes teóricos como MEINIG (1979), LOW (2000) e SANTOS (2002), e estudiosos da forma urbana como ALEXANDER ET AL (1977) e LYNCH (1981). Nosso objetivo foi destacar os diversos aspectos na formulação sistêmica da paisagem, enfatizando essa perspectiva na compreensão dos espaços livres públicos. Logo após, justificamos a escolha deste conjunto de praças em Campo Grande e as principais características que compartilham umas com as outras, para em seguida, apresentar os principais pressupostos teóricos que embasaram este trabalho e permeiam nossas discussões e argumentações. Destacamos da obra de MILTON SANTOS (2002) a conceituação de espaço como um *sistema de objetos* e *sistema de ações*. Os objetos são representados pelas praças públicas, cuja dinâmica ocorre a partir das ações cotidianas de seus usuários e dos atores envolvidos nos seus processos de gênese e gestão. Os significados de praça pública foram associados ao conceito de *pracialidades* proposto por QUEIROGA (2003, 2004). Finalmente, de acordo com a leitura do simbolismo das paisagens de COSGROVE (1998) classificamos o conjunto de praças como paisagens *residuais*; isto é, como espaços que parecem não agregar mais em sua estrutura os significados tradicionais de

praça, e *excluídas*; como aqueles locais que não têm relevância dentro da cidade, e por isso ficam a maior parte do tempo esquecidas.

O enquadramento teórico foi também se desdobrando paralelamente à apresentação dos subtemas explorados durante a pesquisa; padronização gráfica, ausência de diversidade, quantidade versus qualidade (JACOBS, 2003); métodos de pesquisa de campo (WHYTE, 1989; MARCUS ET AL, 1998; CARR ET AL, 1992; COSTA, 1993); requisitos essenciais e sensíveis para os espaços livres públicos, (LYNCH, 1989; CARR ET AL, 1992); controle e acesso ao espaço (LYNCH, 1989; GOMES, 2000; COSTA, 1993); relevância das praças na cidade globalizada e a idéia de pracialidades (QUEIROGA, 2003/2004, SANTOS, 2002). No final da Introdução foram expostas a metodologia empregada e a organização geral da dissertação.

No primeiro capítulo procuramos compreender a inserção e a relevância da tipologia *praça* dentro do universo dos espaços livres públicos. Concluímos que as questões referentes a privatização dos espaços livres públicos originam uma diversidade de enfoques que inegavelmente, variam de acordo com a cultura e a estrutura da sociedade cuja vida pública esses espaços possibilitam o desenrolar. Nas cidades brasileiras essas discussões adquirem contornos específicos, tanto relacionados às nossas estruturas culturais como as diferentes temporalidades que muitas vezes convivem em uma mesma metrópole.

A evolução dos conceitos de espaços livres públicos como sistemas de recreação foram investigados com o intuito de se compreender os modelos de desenhos e equipamentos das praças atuais. Suas raízes datam do final do século XIX, mas foi durante o movimento moderno que esses modelos foram aperfeiçoados, dando origem às tipologias para recreação, apoiadas em critérios funcionais como gênero e faixa etária, e proporcionais em quantidade e dimensões, ao número de habitantes, e a índices de áreas verdes. O Rio de Janeiro absorveu esses modelos na distribuição funcional e nos tipos de equipamentos, na implantação das áreas de recreação em alguns parques e praças públicas. Concluímos que a ausência de um olhar geral e integrado sobre os espaços livres públicos e sua integração com o meio ambiente urbano têm gerado distorções relativas aos seus aspectos funcionais, à sua distribuição e a quantidade de população atendida. Em seguida, apresentamos um painel das tipologias de espaços livres públicos contemporâneos em planos de diferentes cidades. A exposição desses planos procura ofertar diferentes enfoques e intenções de projeto ou gestão, adotados

em diferentes culturas, para reafirmar a forma sistêmica de observação dos espaços livres públicos.

Prosseguimos com estudos sobre a evolução das praças, discutindo a sua representatividade histórica, a diluição dos seus significados ao longo do tempo, e as mudanças de seus valores que acompanharam as modificações estruturais nas cidades ocidentais, e na cidade do Rio de Janeiro. Buscamos principalmente nos estudos de ZUCKER (1959), KOSTOFF (1992) e MUMFORD (2004), informações sobre a evolução formal e funcional desses espaços em cidades ocidentais. A evolução das praças em terras cariocas foi observada nos estudos de VAZ (1999) e CHIAVARI (1992). As praças públicas sempre foram locais de trocas comerciais, de informações, das manifestações públicas. Muitas surgiram espontaneamente nas cidades medievais, adquirindo posteriormente, no período renascentista, uma configuração mais cuidadosa, intencional. As praças se transformaram definitivamente a partir do séc. XIX, quando a escala urbana se agigantou e as configurações das cidades priorizaram a divisão em lotes e os fluxos de circulação de veículos, tornando as praças apenas desenhos complementares aos eixos viários. No Rio de Janeiro, muitas delas se originaram de largos, terreiros, campos ou rossios, ou de páteos fronteiros de igrejas. O levantamento das origens das praças cariocas nos permitiu compreender a representatividade que adquiriram ao longo do desenvolvimento da cidade. Concluímos que, os significados e os valores das praças públicas permaneceram, embora as praças tenham se transformado e se fragmentado, diluindo-se em meio à diversidade dos espaços livres públicos contemporâneos. A convivência das diversidades se perdeu especialmente naqueles espaços não universalmente acessíveis. Consideramos, no entanto, que o “espírito de praça” como nos diz QUEIROGA (2003/2004) não desapareceu, principalmente em alguns enclaves suburbanos, onde temporalidades diversas ainda convivem; onde racionalidades locais se opõem às globais. Ao término do capítulo, trouxemos em um exercício livre, ligeiro panorama sobre as praças cariocas, mencionando rapidamente variadas tipologias e funções que apresentam na atualidade.

O segundo capítulo trata objetivamente do bairro e da Região Administrativa de Campo Grande, a XVIIIª RA, mostrando quais fatores históricos e econômicos imprimiram as características de paisagem urbana à região. Através dos trabalhos de FROES & GELABERT (2004) e de um diagnóstico elaborado pela própria XVIIIª Região Administrativa nos anos 70, associados aos clássicos estudos de GERSON (1964) e CRULS (1964), construímos um perfil da região. A mudança de fisionomia rural para urbana e os processos de ocupação ocorreram através do retalhamento das terras; primeiramente sesmarias, depois fazendas, sítios e por fim os loteamentos. A região foi



recortada por importantes eixos viários que colaboraram para impulsionar o seu desenvolvimento urbano, como a Estrada Real, nos primeiros séculos de colonização; a Estrada de Ferro Central do Brasil no final do século XIX, e a Avenida Brasil e rodovia Rio-São Paulo, no século XX.

O século XX no bairro é apresentado através das avaliações feitas pelo projeto de lei recém aprovado para a RA, o PEU de Campo Grande (2004). O capítulo também apresenta as políticas públicas para a região, e estuda as determinações para implantação de equipamentos urbanos como ruas, escolas e praças públicas na legislação de loteamentos. Acreditamos que as leis que garantem a existência dos equipamentos públicos urbanos na cidade terminam também por *condicioná-los*. Assim, o loteador geralmente seleciona para a implantação de praças os piores terrenos dos loteamentos, já que eles têm que ser doados ao município. Não é também levada em conta a proximidade entre praças de diferentes loteamentos, quanto as similaridades no aspecto funcional, o que termina por torná-las todas iguais. Além disso, depois de implantadas, raramente recebem alguma atenção do poder público, principalmente no que é relacionado à manutenção. As praças tornam-se paisagens *residuais* e *excluídas*, tanto territorialmente como em seu significado tradicional de praça (COSGROVE, 1998). Isso, porém não as impede de possuir um forte potencial para o desenvolvimento das *pracialidades* (QUEIROGA, 2003, 2004), conforme veremos nos capítulos seguintes. O capítulo finaliza com o perfil do recorte espacial pesquisado, mapa geral dos usos, e traz plantas baixas e imagens de cada praça.

O terceiro capítulo traz informações sobre os freqüentadores e as praças pesquisadas, iniciando a análise interpretativa dos dados colhidos na pesquisa de campo. A pesquisa constatou que o perfil sócio-econômico dos usuários é formado majoritariamente por indivíduos do sexo masculino, na faixa etária entre 10 e 19 anos, estudantes do ensino fundamental, levando até 5 minutos para alcançar a praça a pé. A maior parte dos freqüentadores se sente seguro e prefere os horários vespertinos, geralmente, permanecendo mais de uma hora nos locais. Chamou nossa atenção a ausência feminina e infantil nas praças. Os resultados da pesquisa sugerem que as mulheres não vão às praças por três razões principais; insuficiência de atividades específicas para elas, insegurança, e sobrecarga de tarefas domésticas. A ausência infantil está interligada a ausência das mães; crianças abaixo de 8 anos não freqüentam as praças desacompanhadas. A questão da insegurança mostrou estar além da dimensão das praças e por isso, foi analisada isoladamente.

Fechando o capítulo apresentamos as praças através de sua nomenclatura, de uma tabela-síntese, de mapas, plantas baixas e imagens. Sintetizamos os dados como, usos, usuários, fatores positivos e negativos e equipamentos existentes em uma tabela-síntese. Essa tabela baseou-se na metodologia de análise dos espaços livres públicos, ofertada por MARCUS ET AL (1998). Seguimos com mapas que aplicam a metodologia explicada na Introdução, inspirada nos trabalhos feitos pela APUR (1989) em Paris. Em nosso trabalho também estudamos as áreas de praças em relação às suas vizinhanças e a origem dos seus usuários. Concluímos através da observação da sobreposição das zonas de influência das praças, que algumas estão muito próximas, representando um bom quantitativo na distribuição desses equipamentos – o que não é necessariamente um indicativo de qualidade dos espaços. Através da observação das origens percebemos que muitos usuários partem de locais que ultrapassam as vizinhanças imediatas, tornando o raio de 500m em torno de cada praça uma questão apenas teórico-instrumental.

O último capítulo mostra os usos e as apropriações nas praças investigadas, além dos elementos mais valorizados pela população em seu uso cotidiano. Primeiramente, foram analisadas as relações entre as atividades e os equipamentos oferecidos. Como atividade predileta, os onipresentes jogos de bola prevaleceram, correspondendo às preferências dos adolescentes e adultos do sexo masculino, maioria absoluta de freqüentadores. Na área da pesquisa, onde foram encontradas poucas crianças, os brinquedos padronizados demonstraram ter uma importância quase secundária em meio às outras possibilidades lúdicas que as praças podem oferecer. Quanto ao mobiliário, estes apresentaram uma necessidade de reavaliação, em relação ao desenho, acabamento e distribuição. As mesas de jogos comprovaram ser um equipamento muito útil para conversas, mais do que para jogos. As manchas de sombra mostraram-se fator preponderante e determinante dos horários de freqüência.

Os usuários relacionam-se com a vegetação de forma curiosa e intensa. Existe um interesse pela vegetação refletido no cuidado com as árvores e na criação de canteiros e jardins. Concluímos que essas relações têm sido pouco exploradas como fonte de valorização da comunidade, e desperdiçadas como elos entre a municipalidade e a população. A proposição de legitimar esse relacionamento, através da regulamentação de trabalhos comunitários nas praças, e da educação ambiental, talvez fosse uma forma de a administração pública compartilhar responsabilidades com a própria população e gerenciar com mais eficiência os espaços públicos da cidade.

A apropriação dos espaços livres públicos através da instalação de símbolos e marcos espaciais como símbolos religiosos, vestiários, e sedes de associações de moradores, expõem uma ambigüidade entre a expressão do poder pelo grupo dominante e a capacidade de organização comunitária. Relatos sobre a existência de conflitos e brigas demonstraram que na ausência do poder público alguns grupos mais fortes costumam se beneficiar economicamente ao controlar o uso dos campos de futebol e quadras. Percebemos que atividades que dependem do poder público ou das regras estabelecidas pela própria comunidade para ocorrer organizadamente, resultam muitas vezes na exclusão de grupos minoritários como mulheres, crianças e idosos, transformando as intenções de universalizar os tipos de usuários, em mera intenção.

No final do capítulo, discutimos a padronização dos projetos, a utilização de praças como moeda de troca política, e o empobrecimento da diversidade urbana, para a qual contribui a repetição indefinida dos mesmos modelos. Em seguida, trazendo uma visão oposta, destacamos a transformação desse conjunto de praças padronizadas em um verdadeiro sistema integrado, repleto de significados, um genuíno *sistema de lugares*. Assim, o fato desse conjunto de praças não ter sido constituído de forma sistemática, não o impede de funcionar como um sistema, ou de se transformar no que denominamos de *sistema de lugares*. Os próprios usuários constroem uma hierarquização sistêmica dos espaços a partir da sua experiência cotidiana, da valorização diferenciada de cada lugar, e de critérios de usos; mas também de outros parâmetros como o senso de *pertencimento* e a *identificação* com os lugares. A partir de nossas conclusões, acreditamos que as praças pesquisadas estão imbuídas de um forte potencial para o desenvolvimento das *pracialidades* (QUEIROGA, 2003; 2004). Uma visão conjunta e sensível dos vários espaços das praças nesses tipos de loteamentos periféricos, ao nível do usuário e da apropriação do lugar, poderia resultar em espaços livres públicos mais integrados, e diversificados (APUR, 1989; CARNEIRO & MESQUITA, 2000).

Podemos observar com nitidez o valor e os significados que as praças públicas de Campo Grande têm para a população do bairro, locais onde desenvolvem ou constroem parte de suas potencialidades. Nas praças se evidencia a capacidade humana de adaptação aos espaços, em uma rede de diferentes significados, potencializando a capacidade de coesão comunitária, e de valorização do lugar vivido. Entender os processos que dão origem às praças e as ações dos atores que neles se envolvem, significa reconhecer a necessidade de mudar posturas cristalizadas perante o objeto. Acreditamos que para atuar sobre o meio urbano temos que adicionar uma nova

dimensão ao espaço, que vai além do tempo e da técnica; a *dimensão do cotidiano*, tão claramente percebida e expressa por SANTOS (1994, p.38);

*“Essa é uma nova dimensão do espaço, uma verdadeira quinta dimensão. (...) por meio do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço, que contém a variedade das coisas e das ações, também incluem uma multiplicidade infinita de perspectivas. Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, como domínio das necessidades, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade.”*



## ***BIBLIOGRAFIA***

- ABREU, Mauricio de A. ***Evolução Urbana do Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, IPLANRIO, 1997.
- AJUNTAMENT DE BARCELONA. ***Barcelona Espái Public***. Barcelona: Ed. Regidoria d'Edicions Publicacions, 1992.
- ALMEIDA, Elvira de. ***Arte Lúdica***. São Paulo: Edusp, Universidade São Paulo, 1997.
- ANDRADE, Carlos Fernando. ***Parâmetros Urbanísticos em Loteamentos Irregulares***. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1998.
- ANDRADE, L. ***Espaço Público e Favelas: Análise da Dimensão Pública dos Espaços Coletivos Não-edificados da Rocinha***. RJ: Programa de Pós-graduação em Geografia / Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2002.
- APUR. ***Les Espaces Verts De Paris: Situacion et Projets***. Paris: Atelier Parisien d'Urbanisme, 1981.
- BACHELARD, GASTON. ***A Poética do Devaneio***. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BERNARDES, Lysia M.C. SOARES; Maria Therezinha de S. ***Rio de Janeiro, Cidade e Região***. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1987.
- BORDE, Andréa et alii. ***Favela Bairro Jardim Moricaba: Proposta Técnica***. Rio de Janeiro: IPP/ SMH, 1999.
- BRENNA, Giovanna Rosso (Org.). ***O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma Cidade em Questão II***. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- CARNEIRO, Ana Rita de Sá; MESQUITA, Liana de Barros. ***Espaços Livres do Recife***. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, G. Leanne; STONE, Andrew M. ***Public Space***. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CAVALCANTI, Lauro (Org.). ***Quando o Brasil era Moderno. Guia de Arquitetura 1928-1960***. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.
- CHIAVARI, Maria Pace. "A Praça, Espelho de uma Cultura", in: ***Anais do IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo***. Rio de Janeiro: (s/d) pp. 381-386.
- CHOAY, Françoise & MERLIN, Pierre. ***Dictionnaire de L'Urbanisme et L'Amenagement***. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- COHEN, Alberto & FRIDMAN, Sergio A. ***Rio de Janeiro, Ontem e Hoje***. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia S/ A. Amazon Agência de Cultura e Meio Ambiente, 1998.
- CORNER, James (Editor). ***Recovering Landscape. Essays in Contemporary Landscape Architecture***. New York: Princeton Architectural Press, 1999.

COSGROVE, Denis. **A paisagem está em toda a parte. Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas.** In: Correa, Roberto. Zeny, Rosendhal. *Paisagem, Tempo e Cultura.* Rio de Janeiro: Ed. Eduerj, 1998.

COSTA, Lucia M. **Popular Values for Urban Park: a Case Study of the Changing Meaning of Parque do Flamengo in Rio de Janeiro.** Phd Thesis. Londres: University College London, 1993.

\_\_\_\_\_. **Parque do Flamengo: A Construção Cotidiana de um Espaço Democrático.** Paisagem e Ambiente Ensaios. São Paulo nº 8, Dezembro de 1995.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

CUNHA, Luiz. **A Praça Urbana na Contemporaneidade.** In: *Seminário – A Praça na Cidade Portuguesa.* Lisboa, 1999.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DERENJI, Jussara da Silveira. **“Sé, Carmo e Largo do Palácio. Espaços Públicos de Belém no Período Colonial”.** In: *Seminário – A Praça na Cidade Portuguesa.* Lisboa, 1999.

ECKBO, Garret. KILLEY, Daniel U. Rose, JAMES C. **Landscape design in the Urban Environment.** In: Treib, Mark (Ed.). *Modern Landscape Architecture: A Critical Review.* Cambridge, Massachusetts. London, England: The MIT Press, 1989.

ESTADO DA GUANABARA. **Código de Obras e Legislação Complementar.** Decreto 6000 de 1-7-1937, volume I. Rio de Janeiro: Editor A. Coelho Branco.

FARAH, Ivete Melo Kalil. **A importância da arborização urbana. A contribuição de Roberto Burle Marx.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1998.

FREITAS, Jacques Sillos de. **Largo da Misericórdia: Fragmentos da Memória Urbana em uma Paisagem Residual.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2000.

FROES, Nazareth de Souza; GELABERT, Odaléa Renauro Enseñat. **Rumo a Campo Grande, por Trilhas e Caminhos.** Secretaria das Culturas, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: 2004.

GERSON, Brasil. **História das Ruas do Rio.** Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

GOMES, Paulo César. **A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Aureliano Restier. **Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – Terras e Fatos.** Coleção Memória Carioca, vol. 4. Ed. Comemorativa dos 110 anos do Arquivo Geral da Cidade. Secretaria das Culturas, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: 2004.

GROTH, Paul. **Frameworks for Cultural Landscape Study.** In: Groth, P.Bressi. *Understandings Ordinary Landscapes.* New Haven: Yale University Press, 1997, p.1-21.



GULICK, John. *The Disappearance of Public Space: An Ecological, Marxist and Lefebvrian Approach*. In: LIGHT, Andrew & SMITH, J. ***The Production of Public Space***. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1998.

HABERMAS, JURGÜEN. ***Mudança Estrutural da Esfera Pública***. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAYDEN, Dolores. ***The Power of Place. Urban Landscape as Public History***. Cambridge, Massachusetts. London, England. The Mit press, 1997.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO (Rio de Janeiro). ***Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998/1999.

JACOBS, JANE. ***Morte e Vida de Grandes Cidades***. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOSTOFF, Spiro. ***The City Shaped – Urban Patterns and Meanings Through History***. London: Thames & Hudson Ltd., 1991.

Laboratório de Planejamento Municipal - LPM - IGECE/UNESP. ***Carta de Atenas***, Disponível em <<http://www.rc.unesp.br>>. Acesso em 10 de junho de 2003.

LAMAS, José M. Ressano Garcia Lamas. ***Morfologia Urbana e Desenho da Cidade***. Porto: ORGAL Impressores, 2004.

LEFEVBRE, Henri. ***The production of space***. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1991.

LEGATES, Richard; STOUT, Frederick. ***The City Reader, Third Edition***. Urban Reader Series. New York: Ed. Routledge, 2003.

LORZING, Hans. ***The Nature of Landscape: A Personal Quest***. Rotterdam: 010 Publishers, 2001.

LOW, SETHA. ***On the plaza – the Politics of Public Space and Culture***. Austin, Texas: University of Texas Press: 2000.

LYNCH, Kevin. ***La Buena Forma de la Ciudad***. Barcelona: Ed. Gustavo Gilli, 1985.  
\_\_\_\_\_ ***A Imagem da Cidade***. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACEDO. Silvio Soares. ***Quadro do Paisagismo no Brasil***. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_ ROBBA, Fabio. ***Praças Brasileiras***. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MARCUS, Clare Cooper; FRANCIS, Carolyn. ***People Places. Design Guidelines for Urban Open Space***. Ed. John Wiley & Sons. University of California, Berkeley, 1998.

MARTINS, Mario de Souza. ***Os Problemas da Cidade e a Organização do Plano Diretor***. In: Revista Municipal de engenharia. Nº VI, Volume IV. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1937.

MARX, Roberto Burle. ***Arte e Paisagem, Conferências escolhidas***. Nobel, São Paulo, 1987.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O Lazer no Planejamento Urbano**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MEINIG, Donald William (Ed.). **The Interpretation of Ordinary Landscapes, Geographical Essays**. New York: Oxford University Press, 1979.

MONTEIRO, Patrícia Menezes Maya. **Espaços Livres Públicos de São Cristóvão. Padrões Sociais e Espaciais**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1998.

\*MUMFORD, Louis. **A Cidade na História. Suas Origens, Transformações e Perspectivas**. São Paulo: Universidade de Brasília, 1982.

**NOPH**, Nº 12, 13, 16, 21, 22 e 25. Rio de Janeiro: Jornal do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz. 1984 e 1985.

NORBERG-SCHULTZ, Christian. **Genius loci. Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli, 1980.

NUCCI, J. C., Cavalheiro, F. **Espaços Livres e Qualidade Urbana**. In: *Paisagem e Ambiente Nº 11*. São Paulo: USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (dezembro de 1998). Anual.

PALOMO, Pedro J.Salvador. **La Planificación Verde en las Ciudades**. Barcelona: Ed. Gustavo Gilli, 2003.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. **Revista da Directoria de Engenharia**. Anno I, nº1, julho de 1932.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **How to turn a Place Around. A Handbook for Creating Successful Public Spaces**. New York: Project for Public Spaces, Inc., 2000.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Primeira Parte: Período Colonial**. Cadernos de Pesquisa do LAP. USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Jul/ago, 1995.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. Londres: Pion Ltd., 1976.

RIO DE JANEIRO, C.G. XVIIIª R.A. **Campo Grande, XVIIIª R. A**: 1976.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade. **Rio Cidade. O Urbanismo de volta as ruas**. Rio de Janeiro: Mauad, Consultoria e Planejamento Editorial Ltda., 1996.

RIO DE JANEIRO (Município). **Lei Complementar nº 72 de 27 de julho de 2004**. Projeto de Estruturação Urbana dos Bairros de Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Cosmos e Inhoaíba.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo – Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional**. São Paulo: Ed. Ciência e Tecnologia, HUCITEC Ltda, 1994.

SCHLEE, Mônica Bahia. **Cenografia Urbana e Qualidade Ambiental no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, FAUUSP. São Paulo: julho de 1999.

SEGAWA, Hugo. **Ao Amor do Público. Jardins no Brasil**. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda., 1996.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **Rio de Janeiro e Salvador: A Função Social, estética e Higiênica das Praças no Brasil do Fim do período Colonial**. In: *Seminário – A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa, 1999.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

SIMTHSONIAN, Greg. **Histories of Jewish and Porto Rican Neighbors**. In: <<http://www.columbia.edu>>, 21 de dezembro de 1999. Acesso em 19 de julho de 2003.

SPIRN, A.W. **The Granite Garden: Urban Nature and Human Design**. New York: Basic Books, 1984.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (Coord.). **Plano Verde de Lisboa. Componente do Plano Director Municipal de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

TUAN, YI-FU. **Espaço e Lugar, A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1977.

VAZ, Lílian Fezzler. **“Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no Período Colonial”**. In: *Seminário – A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa, 1999.

VIEIRA, Mariana Dias. **A Poética do Largo**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2001.

VIEIRA, Flaviana Dias. **Águas Ocultas. O Rio Sanhauá e a Cidade de João Pessoa**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2001.

WHYTE, William. **The Social Life of Small Urban Spaces**. New York: Project for Public Spaces, Inc., 1980.

ZUCKER, Paul. **Town & Square. From the Agora to the Village Green**. Cambridge, Massachusets and London, England. The Mit Press: 1959.

**Portal de Campo Grande. História do bairro**. Disponível em <<http://www.pcg.com.br>>. Acesso em 2 de outubro de 2003.



## ***ANEXOS***

**LOTEAMENTO 1/ VILA SANTA RITA**

Obras e projeto da RIOURBE

Praça 1 - Inominada da Vila Santa Rita, Rala Côco

Praça 2 – Ciep Lamartine Babo, Xapecó

PAL. 25396 de dezembro de 1957

Nº lotes 1000

Praça inominada da Vila Santa Rita

Projeto de loteamento e arruamento da área situada à estrada do Pré de propriedade da firma Hinterland S. A.

A praça não tem decreto de criação, o terreno era destinado a ser escola.

Área total do terreno 394.487,00 m<sup>2</sup>

Área de escola 7.894,00 m<sup>2</sup>

Área de praça 15.980,00 m<sup>2</sup>

Área dos lotes 265.080,00 m<sup>2</sup>

**LOTEAMENTO 2**

Projeto da Fundação Parques e Jardins e da RIOURBE

Praça 3 - BNH

**PRAÇA BORBA**

PAL 27.158 de outubro/novembro de 1967

Nº lotes 128

Lotes comerciais populares 4

Lotes comerciais proletários 1

Lotes proletários 12

Lotes populares 117

Área total do terreno 31.780,00 m<sup>2</sup>

Área da escola 636,00 m<sup>2</sup>

Área de praça 1.272,00 m<sup>2</sup>

Projeto de loteamento e arruamento popular

Decreto E de criação de praça nº 2.854 de 22 de maio de 1969

A escola não foi construída

**LOTEAMENTO 3**

Projeto e obras da Fundação Parques e Jardins

Praça 4 – Campo do Mundial

**PRAÇA CATULLE MENDES**

PAL 30.490 de dezembro de 1956

Nº lotes 394

Lotes comerciais 54

Lotes proletários 340

Área total do terreno 165.862,00 m<sup>2</sup>

Área de praça 6.634,88 m<sup>2</sup>

Área de escola 3.322,00 m<sup>2</sup>

Decreto E de criação de praça nº 1.068 de 11 de abril de 1966

**LOTEAMENTO 4/ JARDIM DAS HORTÊNCIAS**

Praça 5 - Mangueira

PAL 30.316 de junho de 1972

Praça Camiranga

Nº lotes 203

Área da praça 2.750,00

Área da escola 905,00 m<sup>2</sup>

Área total do terreno 45.000,00 m<sup>2</sup>

Área de reserva para jardins 108,00 m<sup>2</sup>

Decreto municipal de criação de praça nº 1400 de 13 de janeiro de 1978

#### **LOTEAMENTO 5/ PARQUE VITÓRIA**

Projeto e obras da RIOURBE

Praça 6 - Morrinho

PAA/ PAL 9.172/ 30.443 de agosto de 1972

Praça Vitória Quinhões

Nº lotes 68

Área total do terreno 17.350,00 m2

Área da praça 829,00 m2

Loteamento sem área de escola

Decreto municipal de criação de praça 1.642 de 13 de julho de 1978

#### **LOTEAMENTO 6/ JARDIM MONTE SANTO DOS GARCIAS**

Praça 7 – Campo do Zeca Russo

PAL 23.793

Termo nº 203 de vinculação de lotes referentes ao lote 2 na estrada das Hortências assinado em 23/06/1972

Praça Monte Santo

Projeto de loteamento proletário comercial e arruamento no terreno do Rio da Prata do Cabuçu.

Nº de lotes 198

Nº lotes proletários 187

Nº lotes comerciais 11

Área total do terreno 99.000,00 m2

Escola é 2% da área do loteamento, 1.980,00 m2

Área de praça 4% ou 3.960,00 m2

Decreto municipal de criação de praça de 26 de abril de 1977

#### **LOTEAMENTO 7**

Praça 8 – Bosque

PAA/ PAL 9.814/ 35.386 de maio de 1978

Praça Ribeiro do Couto

Nº lotes 139

Área total do terreno 46.321,00 m2

Área da praça 2.212 m2

Área de escola 1.502,00 m2

Decreto de criação de praça 2.288 de 18 de setembro de 1979

#### **LOTEAMENTO 8/ JARDIM AUGUSTA II**

Projeto e obras da RIOURBE

Praça 9 – Olga Costa Leite

**PRAÇA OLGA COSTA LEITE**

PAA/PAL 8.770/28.369 de junho de 1969

Nº lotes 68

Área total do terreno 22.223,51 m2

Área da praça 2.280,00 m2

Área da escola 1.330,00 m2

Loteamento de 4ª categoria

Decreto de criação de praça 2.050 de 5 de março de 1979

#### **LOTEAMENTO 9**

Praça Hélio Ferreira

Loteamento com área de reserva para praça e jardins

PAL nº 42.968, ano 1992

Nº lotes 198

Área de praça 3.084,00 m2

Reserva de arborização 4.486,71 m2

Área de reserva de jardins 148,20 m2

Área total do loteamento 77.090,50 m2

Decreto municipal de criação de praça nº 14.123 de 16 de agosto de 1995

**LOTEAMENTO 10/ JARDIM AUGUSTA**

PAA/PAL 6.744/20.508

Nº lotes 144

Área total do terreno 83.965,00 m2

Loteamento sem área de praça

2% para área de escola, 1.769,00 m2

**LOTEAMENTO 11**

PAA/PAL 28.073/8701 de 29 de janeiro de 1969

Nº lotes 50

Área total do terreno 13.659,02 m2

Loteamento sem área de praça e escola

**LOTEAMENTO 12**

PAL nº 28.490, ano 1989

Nº lotes 11

Área total do terreno 3.360,00 m2

Loteamento sem área de praça e escola

**LOTEAMENTO 13**

PAA/PAL 36.238/9.938, ano 1979

Nº lotes 24

Área total do terreno 7.780,00 m2

Loteamento sem área de praça e escola

**LOTEAMENTO 14**

PAA/PAL 44.450/11.246, de 14 de outubro de 1997.

Nº lotes 18

Área total do terreno 8.615,06 m2

Área de praça 450,42 m2

Área de reserva de jardins 114,93 m2

A praça ainda não tem decreto de criação.

**LOTEAMENTO 15**

PAA/PAL 6.047/18.057, de 17 de abril de 1953

Loteamento proletário

Nº lotes 74

Área total do terreno 23.810,00 m2

**LOTEAMENTO 16**

PAA/PAL 14.279/20.815, de 10 de junho de 1949

Nº de lotes 89

Sem área de praça ou escola

**LOTEAMENTO 17**

PAL 20.889, novembro de 1956

Nº lotes 2, ambos comerciais.

Área total do terreno 3.148,00 m2

Área dos lotes 1.288,00 m2

Sem área de praça ou escola



ANEXO 2  
FREQÜÊNCIA A OUTRAS PRAÇAS

15) Você costuma ir a outros lugares além deste? Quais?	
PRAÇA 1 - Inominada Vila Sta Rita	
A	A outra praça Jorge Moura
B	Praça de trás; Praça da Adelaide; Praça Tucano; Praça Hortênsia; Praça Cosico
C	Praça Rua Camaipi; Ciep
D	Não
E	Outra Praça Perto
F	Não
G	Costumava ir à Praça das Hortênsias quando não existia esta
H	Não
I	D.Ivete
J	D.Ivete / Tucano/ BNH e Adelaide
K	Não
PRAÇA 2 - Ciep Lamartine Babo	
A	Praça BNH; Centro Esportivo
B	Perto do rio
C	Ciep Mundial
D	Praça BNH
E	Praça do Cosico; Vila Adelaide; Pça do Tucano
F	Praça Mundial
G	Praça do BNH
H	Praça do BNH
I	Não
PRAÇA 3 - Praça Borba	
A	Não
B	Campo Mundial
C	Não
D	Praça Mangueira; Mundial; Brejinho; Sapê; Adelaide; Parteuse
E	Campo Grande; Campo Mundial
F	Praça próxima à Igreja
G	Não
H	Brizolão
I	Brizolão/ Campo Mundial/ Vit.Quinhões
J	Brizolão/ Vit.Quinhões
K	Vit.Quinhões
PRAÇA 4 - Praça Catulle Mendes	
A	Não
B	Não
C	Outra perto
D	Praça da Mangueira
E	Não
F	Não
G	Praça São Jorge
H	Não
I	Praça Mangueira

J	Praça Mangueira
K	Praça Mangueira
L	Não
PRAÇA 5 - Praça Camiranga	
A	Praça perto da Rua Moraes
B	Às vezes
C	Praça do Bosque
D	Praça BNH; Zeca Russo; Tucano
E	Praça Adelaide; Mundial
F	Zeca Russo
G	Tucano; Marinha
H	Tucano; Marinha
I	Não
J	Praça do Bosque
K	Não
L	Não
M	Não
PRAÇA 6 - Praça Vitória Quinhões	
A	Não
B	Não
C	Praça Mangueira; Adelaide; Cpo Mundial
D	Não
E	Não
F	Praça BNH
G	Praça BNH; Zeca Russo
H	Não
I	Não
J	Não
K	novo Campo Grande perto do colégio Santa Mônica
PRAÇA 7 - Praça Monte Santo	
A	Praça Mangueira; Cachoeira do Rio da Prata
B	Praça Mangueira; Pça BNH
C	Praça Tucano; Mangueira; Cpo Mundial; Rala-Coco
D	Praça Tucano; Mangueira; Cpo Mundial; Rala-Coco; Cpo Moinho
E	Campo Mangueira
F	Praça do Moinho
G	Praça da Mangueira
H	Praça da Mangueira; Bosque; BNH
I	Praça da Mangueira; Bosque
J	Praça da Mangueira; Bosque; BNH
K	Praça do Bosque
PRAÇA 8 - Praça Ribeiro de Couto	
A	Não
B	Praça Mangueira ; Campo Mundial
C	Não
D	Não
E	Não

F	Não
G	Não
H	Não
I	Não
PRAÇA 9 - Praça Olga Costa Leite	
A	Não
B	Não
C	Não
D	Vila Eunice
E	Praça do Borba; Campo Mundial; Brejinho
F	Não
G	Praça do Bosque
H	Não
I	Praça do Bosque

LOCAL: \_\_\_\_\_  
OBSERVADOR: \_\_\_\_\_ HORA: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
DIA DA SEMANA: S T Q Q S S D

Apresentação:

Meu nome é Andréa. Estou cursando Mestrado em Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro e estou fazendo uma pesquisa sobre as praças cariocas. Você poderia colaborar comigo respondendo a este questionário? Muito obrigado.

1. Onde você mora?
2. De que forma veio para cá?  
 a pé  de bicicleta  de carro  de ônibus  de moto
3. Quanto tempo demorou a chegar aqui?  
 até 5min  entre 5 e 15min  entre 15 e 30min  1 hora  mais de uma hora
4. Com que frequência você vem aqui?  
 diariamente  fim-de-semana  \_\_\_\_\_ por semana
5. Em qual horário costuma vir?  
 de manhã  na hora do almoço  à tarde  fim de tarde  à noite
6. Quanto tempo costuma ficar?  
 até meia hora  entre 30 min e 1 hora  mais de 1 hora  
 mais de 2 horas  mais de 3 horas  mais de 4 horas  
 o dia todo
7. Você veio sozinho ou acompanhado?
8. Com quem?
9. Você veio encontrar com alguém?  
 sim  não
10. Com quem?
11. Porque motivo você vem aqui?
12. O que você faz aqui normalmente?
13. O que você mais gosta daqui?
14. Porque?
15. O que você menos gosta daqui?
16. Porque?
17. O que você acha da segurança daqui?  
 péssima  ruim  regular  boa  ótima
18. Porque?
19. Você tem alguma sugestão para melhorar esse lugar?  
 sim  não

20. Qual?

21. Qual nome pelo qual você conhece este local?

22. Você costuma ir a outras praças ou lugares além deste?

sim  não

23. Quais?

24. Qual o seu grau de instrução?

fundamental  médio  graduação  pós-graduação

cursando\_\_\_série  cursou até\_\_\_série

25. Qual a sua ocupação no momento?

26. Teria mais alguma coisa sobre este lugar que você gostaria de dizer?

SEXO:  Masc.  Fem.

NOME:

IDADE:

**ANEXO 4**  
**MAPA DE COMPORTAMENTO**

LOCAL: \_\_\_\_\_ HORA: \_\_\_\_\_ OBSERVADOR: \_\_\_\_\_  
DIA DA SEMANA: S T Q Q S S D DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_

GRUPO'	SEXO		IDADE				ATIVIDADE
	F	M	CRI	ADO	ADU	IDO	
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							

**Grupo A – Representantes dos usuários:**

*Presidente de Associação de Moradores do loteamento Jardim das Hortências,  
Ailton.*  
Político – Vereadora Lucinha.

**Grupo B – Representantes dos envolvidos com projetos:**

Ronaldo Benevello – Gerente de Projetos da Fundação Parques e Jardins.  
Renato Dantas - Gerente de Projetos da RioUrbe.  
Sylvia Coelho – Diretora de Planejamento da Fundação Parques e Jardins.

**Grupo C – Representantes do gerenciamento e manutenção:**

Vera Dodsworth – Presidente da Fundação Parques e Jardins.  
Lourenço – Diretor da 7ª DOC – Diretoria de Conservação da Fundação Parques e Jardins.

**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

**Grupo A – Representantes dos usuários:**

*AÍLTON, XERIFE DA PRAÇA DA MANGUEIRA*

Qual a importância e o significado das praças para a população; quais são as funções e as atividades da associação de moradores; relações da associação de moradores com os políticos e com os usuários das praças; quem utiliza as praças; como são solucionados os conflitos mais comuns; porque a frequência feminina é tão pequena; a segurança; qual a nomenclatura conhecida; qual a avaliação da qualidade do espaço e dos equipamentos padronizados pela população, como avalia a distribuição das atividades, como avalia comparativamente as praças; quais são os problemas na implantação de quiosques e banheiros; o que acha da vegetação – árvores e jardins, poda, sombra, qualidade das mudas; quais são os programas municipais e comunitários existentes; como é feita a manutenção geral, a limpeza; os marcos edificados na praça; como são viabilizadas reformas e modificações no espaço; o que acha do vandalismo.

*VEREADORA LUCINHA*

Quais os seus compromissos com a população, qual a região em que atua, há quanto tempo, qual a sua interferência na viabilização de uma praça; quais os benefícios que as praças trazem para a população; quem são os usuários e quais os horários de utilização; porque a frequência feminina é tão pequena; como se processa a segurança; como avalia a sombra e a vegetação; quais são os programas comunitários existentes e atuantes; se conhece as leis que determinam quais atividades são permitidas nas praças; qual o seu conhecimento sobre os conflitos; o que acha da qualidade das obras e dos projetos executados; como avalia comparativamente as praças; como avalia a distribuição das atividades; como é o processo de destinação de recursos para implantar uma praça; se reconhece diferenças entre espaços livres na cidade; o que acha da padronização de atividades e equipamentos; quais os problemas na implantação de quiosques e banheiros; o

que acha da implantação de pistas de skate, churrasqueiras, quadras de vôlei de areia, do futebol, das brincadeiras infantis, dos mendigos; nomenclatura conhecida; marcos edificadas nas praças.

**Grupo B – Representantes dos envolvidos com projetos:**

*RONALDO BENEVELLO, SYLVIA COELHO*

Qual o papel da Fundação Parques e Jardins nos projetos, na implantação e na manutenção das áreas; quais os benefícios de uma praça para a população; como são os processos de confecção dos projetos; como é a participação dos agentes que atuam nesses processos; o que acha dos projetos e da padronização dos equipamentos; se percebe diferenças entre projetos realizados por diferentes órgãos; como vê a manutenção das praças públicas na cidade; conhece programas específicos para praças da zona oeste; como vê a instalação de quiosques, de eventos, das festas, dos marcos edificadas; quais atividades acredita funcionam melhor nas praças; porque a frequência feminina é tão pequena; como é a participação comunitária nos projetos; o que acha da manutenção; quando vai ser implantado um conjunto de praças próximas, você acha que elas poderiam ser diferentes umas das outras; o que acha da execução dos projetos e das empreiteiras.

*RENATO DANTAS*

Qual o papel da Riourbe nos projetos, na implantação e na manutenção das áreas; se tem conhecimento de planos e projetos específicos para a Zona Oeste; como são os processos de confecção dos projetos; como é a participação dos agentes que atuam nesses processos; o que acha dos projetos e da padronização dos equipamentos; se percebe diferenças entre projetos realizados por diferentes órgãos; como vê a manutenção das praças públicas na cidade; conhece programas específicos para praças da zona oeste; como vê a instalação de quiosques; quais atividades acredita funcionam melhor nas praças; porque a frequência feminina é tão pequena; como é a participação comunitária nos projetos e manutenção; quando vai ser implantado um conjunto de praças próximas, você acha que elas poderiam ser diferentes umas das outras.

**Grupo C – Representantes do gerenciamento e manutenção:**

*VERA DODSWORTH*

Qual o papel da Fundação Parques e Jardins nos projetos, na implantação e na manutenção das áreas; quais dificuldades a FPJ encontra para cumprir suas metas; como administra as praças públicas; conhece a legislação relativa a praças; como administra as praças da Zona Oeste; quantas praças existem na Zona Oeste e na cidade; conhece programas específicos para praças da zona oeste; quais os benefícios de uma praça para a população; como são os processos de confecção dos projetos; como é a participação dos agentes que atuam nesses processos; o que acha dos projetos e da padronização dos equipamentos; o que acha da execução dos projetos e das construtoras; se percebe diferenças entre projetos realizados por diferentes órgãos; como vê a manutenção das praças públicas na cidade; como é feita a nomenclatura de um espaço; como vê



a instalação de quiosques, de eventos, das festas, dos marcos edificadas; quais são os programas municipais funcionando nas praças.

*LOURENÇO*

Quais as funções da Diretoria de Conservação; quais os benefícios de uma praça para a população; como a DOC administra as praças; quais os pedidos mais comuns de manutenção; quais equipamentos e funções você acredita que funcionam melhor nas praças; o que acha da padronização de projetos; o que acha dos quiosques e eventos; conhece a legislação de praças; quais os conflitos de uso existentes; quais as diferenças entre os projetos de praças de diferentes órgãos municipais; quais programas municipais estão presentes nas praças; você conhece as praças investigadas nessa pesquisa.

